



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LUANA MARTINA MAGALHÃES UENO

**O ROMANCEIRO FEMININO NIKKEI:**

MEMÓRIA E (DES)IDENTIDADES NO LIVRO “SONHOS  
BLOQUEADOS”, DE LAURA HONDA-HASEGAWA (1980-1991)

---

Londrina  
2021

LUANA MARTINA MAGALHÃES UENO

**O ROMANCEIRO FEMININO NIKKEI:**  
MEMÓRIA E (DES)IDENTIDADES NO LIVRO “SONHOS  
BLOQUEADOS”, DE LAURA HONDA-HASEGAWA (1980-1991)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Richard Gonçalves André.

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ueno, Luana Martina Magalhães.

O romanceiro feminino nikkei: memória e (des)identidades no livro “Sonhos Bloqueados”, de Laura Honda-Hasegawa (1980-1991) / Luana Martina Magalhães Ueno. - Londrina, 2021.

155 f.

Orientador: Richard Gonçalves André.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Imigração Japonesa - Tese. 2. Mulheres - Tese. 3. Memória - Tese. 4. (des)identidade - Tese. I. Gonçalves André, Richard. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

LUANA MARTINA MAGALHÃES UENO

**O ROMANCEIRO FEMININO NIKKEI:**  
MEMÓRIA E (DES)IDENTIDADES NO LIVRO “SONHOS  
BLOQUEADOS”, DE LAURA HONDA-HASEGAWA (1980-1991)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador: Dr. Richard Gonçalves André  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Dr. Alfredo dos Santos Oliva  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Dra. Monica Setuyo Okamoto  
Universidade Federal do Paraná- UFPR

Londrina, 13 de maio de 2021.

*Dedico esta dissertação a todos os pesquisadores que, apesar do contexto e dos constantes ataques do governo brasileiro, lutam e resistem pela ciência em nosso país.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, ao Richard Gonçalves André, que além de orientador tornou-se um amigo. Foi ele quem me acompanhou desde a primeira iniciação científica, guiando e ensinando como realizar uma pesquisa na área de História. Obrigada pelas orientações, pelas aulas durante a graduação, por todas as conversas e piadas, todos os conselhos e risadas, algumas caronas, sem contar as idas ao *karaoke*. Sem a sua ajuda, eu não seria a pesquisadora que sou e estou me tornando, muito menos existiria esta dissertação. Se um dia eu me tornar 10% do pesquisador e professor que você é, serei muito feliz.

Agradeço também aos professores que aceitaram compor a banca. Ao professor Alfredo dos Santos Oliva, que foi meu professor durante o mestrado e me ajudou a pensar no ofício do historiador, assim como, pela imensa contribuição na banca de qualificação, sugerindo leituras e novos olhares sobre o meu objeto de pesquisa. Bem como, ao professor Rogério Ivano, pelos apontamentos na banca, contribuindo com a construção teórica sobre a memória e o pensamento dos imigrantes japoneses. Agradeço ainda à professora Monica Setuyo Okamoto, que também foi minha professora e me auxiliou a pensar a história da imigração japonesa por meio de outras perspectivas, assim como, por aceitar compor a banca e ler esta dissertação.

Devo enormes agradecimentos à escritora Laura Hasegawa por aceitar ser entrevistada e enviar os jornais de entrevistas, pelas conversas e por me receber em sua casinha, pelo *ocha* (茶), além dos cafés da tarde e por toda bondade. Obrigada por me incentivar a aprender japonês, por emprestar os livros de *hiragana* e o livro “Kiken”. Acima de tudo, sou grata pelos conselhos e ensinamentos de vida.

Agradecimentos aos meus pais, Bernardo Ueno e Roseli Rodrigues Magalhães, por me oportunizarem esta chance, pelo apoio e confiança. Mãe, você me ensinou o que é força e a nunca desistir dos meus sonhos, e tenho muito orgulho de quem você é. Pai, obrigada pelas broncas, conselhos e por me ajudar nas traduções e escritas em *kanji*. Esta pesquisa é de vocês também. Agradeço às minhas irmãs, Jéssica Danielle Magalhães Portela, Natasha Karina Magalhães Ueno e Ana Vitória Magalhães, pelo amor, carinho, os cuidados e companheirismos.

Gostaria de agradecer ao meu bem, Guilherme Yukio Sakurai, pelo amor e carinho, pelos “vai dar certo, respira”, “eu estou aqui”, “estou torcendo por você!”, “você é o meu orgulho!” e por todas as atitudes, enxergo muito amor em cada uma delas. Sem o seu apoio, esta pesquisa sequer existiria. Obrigada por me salvar de diversas formas, seja contando suas piadas ruins ou pelos abraços demorados, seja pelas idas aos bares, quando podíamos sair, por compartilhar sua família comigo ou pelas sonecas à tarde. Nunca imaginei que alguém entraria assim na minha

vida e transformaria tudo, obrigada por deixar tudo tão colorido e quentinho.

Um agradecimento às minhas amigas, Ellen Kiwa Tsujioka e Nátali de Souza, minhas eternas companheiras e confidentes. A amizade de vocês foi a melhor coisa que ganhei na minha vida, saudades dos nossos “rolês”, fofocas e risadas. Agradeço também à Fernanda Dayara Salomon e Olívia Maia, minhas companheiras da graduação e do mestrado, com quem dividi os medos, as tristezas, as alegrias e as dúvidas. Obrigada por todo amor e companheirismo nesta trajetória e por me acolherem em suas casinhas. À Amanda Beatriz Riedlinger, por tudinho nessa vida, sinto muito sua falta na UEL e em Londrina. Uma amiga que demorei para ganhar, mas foi uma das melhores pessoas que poderia conhecer. Obrigada por compartilhar os mesmos medos comigo e por me apoiar. Agradecimentos ao Daniel Vieira, meu amigo desde o ensino médio e que sempre esteve do meu lado. Obrigada por me aconselhar e ficar feliz com as minhas conquistas. Agradeço a todas minhas amigas que de um jeito ou de outro transformaram minha trajetória acadêmica, deixando-a mais feliz e leve.

Gostaria de agradecer também ao Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO), em especial Izabela Marques de Oliveira, Leonardo Henrique Luiz, Ingrid Batista e Victor Teotonio, pelas risadas, discussões e debates. Vocês contribuíram de muitas formas para esta pesquisa. Agradecimentos ao Laboratório de Estudos Históricos do Contemporâneo (LABEHCON) pelas discussões e ajuda na bibliografia sobre a memória, através de vocês meu repertório de autores que discutem essa questão ampliou e muito. Devo citar também o Centro de Estudos Asiáticos (CEA), sobretudo Larissa Redditt e Mari Melo, que me auxiliaram no levantamento da bibliografia sobre a mulher na cultura japonesa, tema novo para mim.

Agradeço a todos que passaram pela minha vida e me marcaram de diferentes maneiras.

"[...] Muitas mulheres famosas e muitas outras, desconhecidas e esquecidas, vieram antes de mim, aplainando a senda e orientando meus passos. Assim, quando chegou a minha vez de escrever, havia pouquíssimos obstáculos materiais no meu caminho. Escrever era uma ocupação respeitável e inofensiva. A paz da família não era perturbada pelo arranhar de uma pena [...]"

*Virginia Woolf*

UENO, Luana Martina Magalhães. **O romanceiro feminino nikkei: memória e (des)identidades** no livro “Sonhos Bloqueados”, de Laura Honda-Hasegawa (1980-1991). 2021. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

As narrativas sobre a imigração japonesa para o Brasil e o cotidiano dos nikkeis têm sido trabalhados pela perspectiva masculina, tratando as questões de identidade, a adaptação, a vida difícil no Brasil e o discurso de vitória. Todavia, as narrativas deixam de lado as contribuições das mulheres ou colocam-nas em um papel secundário, muitas vezes sendo estereotipadas e reduzidas. Essas questões começaram mudar a partir da metade década de 1980, mais especificamente no aniversário de 80 anos da imigração japonesa, quando ocorreu uma busca pela construção de memória sobre a imigração, o que levou à publicação de livros autobiográficos e romances. Conjuntamente a essas publicações, surgiu a literatura de autoria feminina nikkei, composta, em geral, por autoras imigrantes japonesas e nipo-brasileiras. As obras versam sobre o cotidiano das mulheres nikkeis no Brasil, protagonizando-as e rompendo com o silenciamento ou com as representações reducionistas. Tendo em vista essas considerações, objetivamos nesta pesquisa analisar a construção de memória e as (des)identidades das nipo-brasileiras, sugerindo que as nikkeis se insurgiram contra os papéis sociais generificados, subvertendo e conquistando novos lugares na sociedade. Para isso, utilizamos como fonte o romance “Sonhos Bloqueados”, escrito por Laura Honda-Hasegawa e publicado em 1991 pela editora Estação Liberdade. A obra discorre sobre o cotidiano de uma *nisei*, ou seja, é uma narrativa feminina. Nas análises da obra, enfatizamos quatro temas principais: as (des)identidades das nikkeis; a visão do grupo japonês sobre o mestiço; a cidade como centro de realizações; e a experiência feminina no fenômeno *dekasegi*. Como aporte teórico, empregaremos os autores que debatem a memória, tais como Michael Pollak e Pierre Nora. Metodologicamente, analisaremos as literaturas nas perspectivas de Antonio Candido de Mello e Souza e Roger Chartier, compreendendo as influências sociais nas obras, os autores como sujeitos de seu tempo e que a produção dos livros não depende apenas dos escritores. Como resultados, sugerimos que as narrativas de autoria feminina nikkei trouxeram novas perspectivas sobre a imigração japonesa, abordando a insubmissão das mulheres contra as formas de dominação, trabalhando a (des)identificação com os moldes normatizadores, baseados no pensamento *ryōsai-kenbo* e na estrutura familiar *ie*, e da imagem cristalizada de “submissas, obedientes e silenciosas”. Dessa forma, entendemos que as nikkeis flertaram com uma maior independência e com a construção subjetiva do eu.

**Palavras-chaves:** imigração japonesa; nikkeis; (des)identidade; memória; mulheres; “sonhos bloqueados”; Laura Honda-Hasegawa.

UENO, Luana Martina Magalhães. **The Nikkei female literary collection: memory and (non) identities in the book “Dreams Blocked”,** by Laura Honda-Hasegawa (1980- 1991). 2021. 153 p. Dissertation (Masters in History) –State University of Londrina, Londrina, 2021.

## ABSTRACT

The narratives about Japanese immigration to Brazil and the daily life of Nikkei have been contemplated through male perspectives, addressing issues such as identity, adaptation to the new country, difficult life in Brazil and the victory speech. However, narratives neglect women's contributions or place them in a secondary role, often being stereotyped and reduced. What started to change in the 1980s, more specifically on the 80th anniversary of Japanese immigration, when there was a search for the construction of memory about immigration, a fact that led to the publication of autobiographical books and novels. Together with these publications, the Nikkei female literature emerged, composed, in general, by Japanese and Japanese-Brazilian immigrant authors. The works deal with the daily lives of Nikkei women in Brazil, leading them and breaking with silencing or reductionist representations. In view of these considerations, the objective of this research is to analyze the construction of memory and the (non)identity of Japanese-Brazilian women, suggesting that Nikkei have risen up against gendered social roles, subverting and conquering new places in society. For this, we used as a source the novel “Dreams Blocked”, written by Laura Honda-Hasegawa and published in 1991 by the publisher Estação Liberdade. The work discusses the daily life of a nisei, that is, it is a female narrative. In the analysis of the work, we emphasize four main themes: the (non)identity of the Nikkei; the Japanese group's view of the mestizo; the city as a center of achievement; and the female experience in the *dekasegi* phenomenon. As a theoretical contribution, we will employ authors who debate memory, such as: Michael Pollak and Pierre Nora. Methodologically, we will analyze the literature in the perspectives of Antonio Candido de Mello e Souza and Roger Chartier, understanding the social influences in the works, the authors as subjects of their time and that the production of the books does not depend only on the writers. As a result, it is suggested that the narratives of female Nikkei authorship brought new perspectives on Japanese immigration, addressing women's insubmission against forms of domination, articulating (non)identification with normative molds, based on the *ryōsai-kenbo* and in the family structure *ie*, and the crystallized image of “submissive, obedient and silent”. Thus, it is understood that the Nikkei flirted with greater independence and with the subjective construction of the self.

**Keywords:** japanese immigration; nikkeis; (non) identity; memory; women; "blocked dreams"; Laura Honda-Hasegawa.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1</b>	Árvore genealógica .....	106
-----------------	--------------------------	-----

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1.1	O CAMPO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA .....	15
1.2	FERRAMENTAS EPISTEMOLÓGICAS .....	27
1.3	ESTRUTURA .....	31
<b>2</b>	<b>OS IMIN E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA</b> .....	34
2.1	AS COMEMORAÇÕES DOS ANIVERSÁRIOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL .....	34
2.2	A IMAGEM DO NIPO-BRASILEIRO.....	44
<b>3</b>	<b>A LITERATURA NIKKEI</b> .....	50
3.1	AS AUTOBIOGRAFIAS DOS IMIGRANTES JAPONESES .....	51
3.1.1	O Sofrimento Dos Imigrantes Japoneses Em Terras Desconhecidas.....	53
3.1.2	A Formação De Uma Comunidade Imaginada .....	56
3.1.3	Os Conflitos Durante A Era Vargas .....	60
3.1.4	Conflitos No Pós-Guerra .....	62
3.2	OS ROMANCES .....	65
3.2.1	Encontro De Culturas Diferentes .....	68
3.2.2	A Ascensão Social Através Dos Estudos E Trabalho .....	71
3.2.3	Os Conflitos Geracionais.....	74
3.3	A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E NIKKEI .....	80
3.3.1	Mitsuko Kawai .....	83
3.3.2	Mizue E Hanako Honda .....	86
3.3.3	Sueno Yamada.....	90
<b>4</b>	<b>DO LAR À LIBERDADE: ANÁLISE DO LIVRO “SONHOS BLOQUEADOS”</b> .....	94
4.1	LAURA HONDA-HASEGAWA.....	94
4.2	O LIVRO “SONHOS BLOQUEADOS” .....	99
4.2.1	As (Des)Identidades Das Personagens Nikkeis.....	107
4.2.2	Os “Mestiços”: Filhos Do Amor .....	117
4.2.3	O Bairro Da Liberdade: Centro De Realizações E Reduto Dos Nikkeis .....	122

4.2.4	A Experiência Feminina Dekasegi .....	127
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>135</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>141</b>

## 1. INTRODUÇÃO

[...] Quando o casal saía, a mulher devia seguir o marido três passos atrás, suportando o peso do penteado e o KIMONO apertado na cintura pelo OBI (faixa) (KAWAI, 1988, p. 11).

Esse trecho, retirado do livro de Mitsuko Kawai<sup>1</sup>, aborda a visão sobre a mulher japonesa que permeou o imaginário social do Ocidente. As nikkeis<sup>2</sup> eram percebidas como silenciosas, obedientes, aquelas que aguentavam qualquer sofrimento caladas e que “deveriam andar três passos atrás do marido”. Tal imaginário começou a ser construído anterior à imigração japonesa e foi influenciado pelas representações propagadas por obras estrangeiras, que salientavam os estereótipos étnicos, o exotismo, a submissão das mulheres japonesas, a fetichização e a inferiorização dos amarelos<sup>3</sup> (OKAMOTO, 2010, p. 94/95). No Brasil, essas imagens foram reforçadas com os primeiros contatos: inicialmente as japonesas, assim como o próprio país, eram “desconhecidas” e vistas como o “outro”, muitas vezes, retratadas por imagens estereotipadas da gueixa, que, ao mesmo tempo, era dócil, submissa e sexualizada (DEZEM, 2005, p. 28); posteriormente, com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses, essas representações foram se alterando, contudo, permaneceram alguns elementos, como o da submissão.

Ao ocuparem espaços na sociedade, as nikkeis ganharam novas visibilidades, embaçadas primeiro no cotidiano das imigrantes japonesas na lavoura e depois pela ascensão social e econômica das descendentes por intermédio dos estudos. Esse imaginário social foi construído, em parte, pelo próprio grupo japonês, no caso os homens nikkeis, com o intuito de reforçar a imagem positiva da colônia (MIZUMURA, 2011, p. 20). Assim, enfatizavam-se sobretudo as representações que definiam o papel das nikkeis: o cuidado com a casa e a família; a ligação

---

<sup>1</sup> Livro denominado “Sob dois Horizontes”, publicado em 1988 pela Editora do Escritor.

<sup>2</sup> O termo “nikkei” foi definido formalmente durante o Congresso Pan-Americano Nikkei, em 1985, para designar todas as pessoas de ascendência japonesa nas américas, objetivando diferenciá-los dos imigrantes japoneses e dos nipo-americanos (Estados Unidos) (SAKURAI, 1993, p. 21; LESSER, 2001, p. 226). Contudo, supomos que esse termo se transformou com o tempo e passou a ser utilizado pelos pesquisadores como designação tanto para os imigrantes japoneses quanto para os descendentes, ou seja, referindo-se ao grupo japonês. Devido à percepção de que os imigrantes japoneses se transformaram ao entrar em contato com a cultura brasileira, diferenciando-se da sociedade japonesa. Assim, nesta dissertação estamos empregando “nikkei” para denominar os imigrantes japoneses e também descendentes.

<sup>3</sup> Conforme Monica Setuyo Okamoto (2010, p. 94/95), a construção da imagem dos imigrantes japoneses foi influenciada por agentes como os Estados Unidos, China, Portugal e França. A autora defende em sua tese que os brasileiros se apropriaram de um discurso sobre o Japão que provém da França, selecionando “[...] os ângulos que mais favorecessem a nossa imagem e descartando ou minimizando aquilo que nos era indesejado. O intuito era mostrar que a nação brasileira, apesar de não ser um país desenvolvido, aos menos era ‘civilizada’, cristã e moralista”.

com as práticas culturais fundamentadas no *ryōsai-kenbo*<sup>4</sup>; a sujeição à autoridade masculina; os esforços e a dedicação no trabalho. Roger Chartier (2002b, p. 17) disserta que as representações são forjadas pelos grupos sociais segundo os seus interesses. Todavia, questionamos se essas mulheres aceitavam essas práticas e representações. Quais eram seus pensamentos? Como se viam? Como agiam?

Conhecer as produções de autoria feminina nikkei possibilita entender a vida dessas mulheres e desconstruir o imaginário social que é, frequentemente, marcado por estereótipos não correspondentes à realidade delas. Da mesma forma, analisar essas produções tiram-nas da sombra, como apontado por Michelle Perrot (2005, p. 11), e ao “fazer a sua história” permite-nos conhecer como elas mesmas se percebiam, viam e viviam. Além disso, ao analisá-las, é comum nos confrontarmos com um bloco de representações, muitas vezes, estereotipadas e que as reduzem.

A partir dessas reflexões, o objetivo desta pesquisa é analisar as (des)identidades das mulheres nikkeis, tendo como fonte primária o livro “Sonhos Bloqueados”, escrito pela autora Laura Honda-Hasegawa, publicado em 1991 pela editora Estação Liberdade, em São Paulo. Como recorte temporal, é estabelecido o período entre os anos de 1980, quando emergiram mais significativamente as obras memorialistas, e 1991, ano da publicação do romance. Focaremos nas (des)identidades das nikkeis, percebendo os desvios e as insurgências em relação aos papéis generificados e socialmente construídos, baseados em dois princípios: o sistema familiar *ie* e o fundamento *ryōsai-kenbo*, buscando compreender como as nipo-brasileiras resistiram e subverteram uma espécie de identidade petrificada e unificada, que as colocavam em um bloco representativo de “mulheres silenciosas, obedientes e submissas”.

O romance de Honda-Hasegawa aproxima-se das obras memorialísticas produzidas por nikkeis, que emergiram como uma literatura mais “publicizada” a partir da década de 1980 e que denominamos de “literatura nikkei”. Com isso, surgiram, mais expressivamente, os livros escritos por imigrantes japonesas e descendentes, manifestando uma literatura de autoria feminina nikkei. A década de 1980 é relevante por ser um período que rompeu com um certo silenciamento sobre o papel das mulheres no processo da imigração japonesa e a vida delas no Brasil. São obras que expressam a visão feminina sobre o processo da imigração, o cotidiano, os conflitos, as questões de gênero e colocam as nikkeis como protagonistas nas histórias, formulando uma narrativa feminina e possibilitando o conhecimento sobre seus pensamentos e

---

<sup>4</sup> *Ryōsai-kenbo* (良妻賢母) é um pensamento japonês que propagava que as mulheres deveriam ser boas esposas e sábias mães (BARY, 2005, p. 1959-1963; AFONSO; LEAL, 2018, p. 38).

sentimentos.

Apesar de boa parte das obras coincidirem com a comemoração dos 80 anos da imigração japonesa, não foram trabalhos encomendados. Todavia, a ocasião inspirou os autores e foi considerado um momento tático para a publicação de obras que abordavam a narrativa da imigração. Michel de Certeau (2014, p. 46) define que a tática é um recurso do sujeito diante do jogo que se apresenta, ou seja, ele negocia conforme as condições impostas pelas estratégias. A tática depende das situações, “[...] vigiando ‘para captar no voo’ possibilidades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem que constantemente jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’”. Ao passo que as estratégias são ações capazes de produzir, mapear e impor; é ligada a um espaço “capaz de ser circunscrito como um próprio” e possível de ser base para a “gestão de suas relações”, com alvos ou ameaças. As estratégias são ações que possuem um lugar próprio e elaboram lugares teóricos, como discursos totalizantes. Portanto, por ser um período de construção de memória e identidade, os autores aproveitaram-se da festividade para se promoverem e contribuírem na formulação do discurso memorialístico. Dessa forma, consideramos o octogésimo aniversário da imigração japonesa de extrema importância pelo surgimento de literaturas memorialísticas e pela emergência da escrita feminina nikkei. As festividades dos aniversários da imigração japonesa são marcadas por construções de memória e identidade e pela narrativa cristalizada sobre a imigração, salientando uma imagem positiva dos nikkeis e a sua contribuição no desenvolvimento do Brasil. Como veremos nas análises do primeiro capítulo, as comemorações possuem discursos memorialísticos e que são evocados em todos os Imin. Conforme Pierre Nora (1993, p. 13), as festas podem ser consideradas um lugar de memória, pois são como uma espécie de “ilusão da eternidade”, compostas pelo aspecto nostálgico e almejando as “sacralizações passageiras numa sociedade dessacralizada”, ou seja, empenhou-se em sacralizar a memória e a imagem positiva da imigração japonesa, visto que existia o medo constante do esfacelamento desses eventos.

Embora as publicações da literatura de autoria feminina nikkei dos anos 1980 sejam significativas, raramente encontramos pesquisas sobre essas produções na área de História. As que abordam a literatura de autoria feminina nikkei são mais expressivas no campo da Análise Literária, da Sociologia e do Jornalismo. Uma das pioneiras nessas análises é Célia Sakurai (1993), pertencente à primeira fase do campo historiográfico sobre a imigração japonesa. Posteriormente, encontramos pesquisas na área de Análise Literária, como os trabalhos de Oscar Nakasato (2002; 2008), Maria Teixeira Stevens (2004) e Marcel Vejmelka (2014). Mais especificamente, existem pesquisas sobre as obras de Kawai e Honda-Hasegawa, como as de Giselle Sofía Ruiz Calderón (2004), Cristina Miyuki Sato Mizumura (2011), Hilda Pivaro

Stadniky (2013), Marta Matsue Yamamoto Otenio (2015) e Clarinda Matsuzaki Inumaru (2019). Assim, é perceptível a expressiva produção acadêmica sobre as obras nikkeis, sobretudo na área de Análise Literária. Com isso, percebemos certa ausência de análises desses objetos na área de História. Portanto, uma das justificativas para esta pesquisa é pelas análises partirem do campo da História, utilizando-se de outras abordagens teóricas e trazendo novas perspectivas.

### 1.1. O CAMPO HISTORIOGRÁFICO SOBRE A IMIGRAÇÃO JAPONESA

O campo historiográfico sobre a imigração japonesa pode ser dividido em possíveis três fases: uma primeira, que se delineou por volta da década de 1940 e se concretizou nas décadas de 1950; uma segunda, que emergiu por volta dos anos 2000 e continua influenciando os pesquisadores; e sugerimos a hipótese de existir uma terceira fase, que está se firmando e se diferencia da segunda, contudo ainda não está bem definida em relação aos conceitos e às autoridades. Assim, denominamos a primeira fase de “assimilação e aculturação”, marcada pelos conceitos de assimilação, aculturação, acomodação e integração, e que surgiu por volta da década de 1940, mais especificamente em 1941, com os pesquisadores Emilio Willems e Hebert Baldus, os primeiros sociólogos e antropólogos a estudarem a imigração no Brasil e os formuladores dos conceitos dessa fase.

Willems estudou os alemães e posteriormente iniciou as análises sobre o grupo japonês. Ele definiu a assimilação como o aproveitamento “[...] de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos” (WILLEMS, 1946, p. 17-19 apud SEYFERTH, 2004, p. 9). Como uma espécie de reajustamento de comportamento, ocorrem mudanças de personalidade devido à combinação das novas práticas culturais com a manutenção dos hábitos do país de origem, causando conflitos entre as duas culturas e produzindo uma espécie de “marginalidade cultural”. O pesquisador ainda definiu que a acomodação e aculturação eram apenas passos do processo da assimilação. Suas pesquisas estavam associadas aos estudos que valorizavam as contribuições dos imigrantes na sociedade (SEYFERTH, 2004, p. 9; COTRIM, 2016, p. 37/45).

Entretanto, a grande autoridade dessa fase e que inaugurou os estudos sobre os japoneses no Brasil é Hiroshi Saito, um imigrante japonês que estudou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP), tornando-se seguidor de Willems e Donald Pierson<sup>5</sup>. Foi na ELSP

---

<sup>5</sup> Donald Pierson (1900-1955) era um cientista social pertencente à Escola de Chicago e trouxe para São Paulo, especificamente para a ELSP: as pesquisas de campo em grupo; as pesquisas empíricas; a possibilidade de pós-graduação fora do país; publicações de livros e revistas; e financiamentos. Pierson “tinha como preocupação fundamental ‘a fidelidade máxima à realidade empírica, à precisão e ao rigor na observação e descrição de fenômenos’” (COTRIM, 2016, p. 30-31).

que obteve contato com os conceitos de assimilação e aculturação. Para ele, o processo de assimilação seguiria quatro etapas: competição, conflito, acomodação e assimilação, sendo este o último nível do processo e que implicaria mudanças na sociedade. Saito entendia que ao final desse processo o imigrante adquiria características da cultura do país receptor, resultando em uma nova cultura, ou seja, “[...] o estudioso defende que, apesar de o imigrante japonês não abandonar todas as características de sua cultura e de adquirir algumas da brasileira, ele permanece em processo de assimilação [...]” (COTRIM, 2016, p. 19).

Saito desenvolveu algumas pesquisas, como a análise na Cooperativa Agrícola de Cotia, expressando três aspectos relativos à construção dessa primeira fase: 1- A institucionalização de pesquisas sobre a imigração japonesa nas Ciências Sociais; 2- A protagonização da Cooperativa Agrícola e dos imigrantes no desenvolvimento do país; 3- A relevância dos fatores sociais para compreender a realidade social dos imigrantes. Ademais, os estudos de Saito debatiam diretamente com os discursos antinipônicos das décadas de 1930 e 1940, pois demonstravam a capacidade de assimilação e os benefícios da presença dos imigrantes japoneses no país. Assim, notamos a preocupação do pesquisador em comprovar a integração dos nikkeis na sociedade brasileira. Sugerimos que é a espécie de uma “militância” em favor dos imigrantes, e, ao preocupar-se com a questão de assimilação dos nikkeis e estudá-la, serviu para explicar a sua própria condição de vida e (re)afirmar sua “identidade japonesa” (COTRIM, 2016, p. 16/17).

Outro pesquisador de importância para essa primeira fase é Seiichi Izumi, recebeu financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), objetivando investigar os possíveis focos de conflitos sociais e étnicos pelo mundo. O financiamento da UNESCO se deu, sobretudo, por enxergar as colônias japonesas como prováveis focos de conflito. Por isso, os primeiros estudos de Izumi foram sobre os membros e as ações da sociedade Shindō Renmei<sup>6</sup>, por serem causadores de conflitos dentro do grupo japonês. Na década de 1950, Izumi desenvolveu algumas pesquisas, duas delas conjuntas com Saito: a primeira resultou em um artigo denominado “Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil”, em 1953, analisando a tensão grupal dentro da colônia japonesa no pós-guerra; a segunda, feita entre os anos de 1956 e 1957, resultou no livro “Imin”. Assim como os trabalhos de Saito, é perceptível nas pesquisas de Izumi influências da antropologia americana, aquela praticada na Universidade de Chicago (COTRIM, 2016, p. 62/75).

---

<sup>6</sup> A Shindō Renmei era uma sociedade que surgiu, durante a década de 1940, na cidade de Marília em São Paulo e considerada, por Diego Avelino de Moraes Carvalho (2017, p. 15), como uma organização ultranacionalista e que pregava a vitória do Japão na Segunda Guerra Mundial.

De modo geral, essa primeira fase é marcada por pesquisadores japoneses, imigrantes ou descendentes, ligados à Antropologia ou à Sociologia, que dominavam a língua japonesa e trabalhavam com os conceitos de assimilação, aculturação, acomodação e integração, buscando responder, ou até mesmo afirmar, a questão da assimilação dos japoneses à sociedade brasileira. Os lugares sociais se estabelecerem, sobretudo, no estado de São Paulo: na ELSP, com Willems e Saito; na Universidade de São Paulo (USP), com as pesquisadoras Ruth Cardoso e Francisca Vieira; na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Célia Sakurai; e na UNESCO, com Izumi. O lugar social, conforme Certeau (1982, p. 66), é onde se elaboram os métodos, as normas, as regras das instituições, “[...] que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam”. Portanto, os discursos historiográficos estão inseridos nas relações sociais em que emergiram. Apesar de algumas distâncias teóricas entre alguns pesquisadores, é preciso compreender que os lugares sociais não são opostos, pois algumas autoridades desse campo atuaram em mais de um lugar social, como o caso de Willems, que foi professor tanto da ELSP quanto da USP. Além de ser perceptível os contatos existentes entre os pesquisadores, pois é comumente citado nos agradecimentos e dedicatórias das pesquisas, livros, ou artigos o nome de Saito por sua contribuição nos estudos sobre a imigração japonesa.

Contudo, é necessário compreender que essa primeira fase não é homogênea e fixa, pois encontramos pesquisadores que se afastaram das características gerais, porém permaneceram trabalhando com o conceito de assimilação. Um exemplo é Ruth Cardoso, que analisa a assimilação e a integração por meio da mobilidade social e da “integração à sociedade de classes capitalista nacional”, aproximando as suas pesquisas de uma abordagem mais propriamente uspiana. Cardoso estudou na USP e foi orientada por Eunice Durham<sup>7</sup>, uma das principais influências para a sua perspectiva de análise. Ao contrário de Willems e Saito, ela estudou apenas na USP, entrando em contato com a Ciência Social mais propriamente dessa instituição. Ademais, aproximou-se dos temas mais amplos do grupo de Florestan Fernandes<sup>8</sup>, buscando explicar as mudanças culturais por intermédio das características da sociedade e do seu desenvolvimento socioeconômico. Portanto, Cardoso, em suas análises, partiu dos aspectos socioeconômicos, procurando estabelecer relações que explicavam as transformações culturais

---

<sup>7</sup> Eunice Durham (1932-) é antropóloga e realizou seus estudos entre os anos de 1961 a 1964, na USP; pesquisou a mobilidade social e a história dos imigrantes italianos. Nesse trabalho, critica a teoria de aculturação e analisa a assimilação por meio da mobilidade. É uma das precursoras no modelo da Antropologia Urbana e de “etnografar” as cidades (PIZA, 2012, p. 40-41).

<sup>8</sup> Florestan Fernandes (1920-1995) era um sociólogo e seu grupo era marcado pelas discussões sobre “[...] o desenvolvimento da sociedade capitalista e a formação da sociedade de classes no Brasil, pela ótica da modernização brasileira [...]” (PIZA, 2012, p. 41).

(PIZA, 2012, p. 40/42). Isso é perceptível em sua tese de doutorado, intitulada “Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo”, de 1972, em que explicou a assimilação por meio da mobilidade social, as chances de ascensão com a urbanização e ressaltou “[...] o aproveitamento de aspectos culturais da organização familiar e social dos grupos imigrantes para o processo de ascensão social e completa assimilação” (PIZA, 2012, p. 42).

Por outro lado, Francisca Vieira distanciou-se das teorias de assimilação e aculturação e concentrou-se mais nas relações inter-raciais, na socialização, na identidade, no grupo étnico e na fronteira étnica. Assim, começou a formular a conceituação de identidade e, supomos, que Vieira pertence a uma transição da primeira fase para a segunda, visto que não utiliza mais a teoria da assimilação e passou a conceituá-la como “identidade étnica”. Contudo, ainda se analisava a absorção e a integração dos imigrantes na sociedade brasileira e partiu-se da perspectiva do grupo de Fernandes, inserindo a ascensão dos nikkeis dentro do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Vieira foi influenciada pelo modelo utilizado por Shmuel Eisenstadt<sup>9</sup> sobre o conceito de absorção: os imigrantes são analisados como grupo e focaliza-se na “[...] institucionalização de comportamento dos imigrantes e seus descendentes, institucionalização vista como um processo ‘de transformação dos grupos básicos dos imigrantes e da extensão de sua participação e orientação, além desses grupos nas principais esferas da sociedade receptora’ [...]” (VIEIRA, 1973a, p. 15).

Em seu livro “O japonês na frente da expansão paulista”, de 1973, resultado de uma pesquisa realizada no município de Marília entre os anos de 1964 e 1966, Vieira focaliza a natureza de composição do grupo étnico japonês e o processo de institucionalização do comportamento dos nikkeis. Analisa, principalmente, as transformações ocorridas no seio familiar, investigando os mecanismos de absorção através, por exemplo, dos casamentos interétnicos. Vieira desenvolveu em suas pesquisas a conceituação de identidade étnica, como já explicado, porém colocada como um instrumento de comunicação com a sociedade brasileira. Percebemos isso em seu trabalho sobre as associações das colônias japonesas, pensadas como “agências étnicas formalizadas” e que mantinham a identidade étnica, no entanto, caracterizadas como um canal para a absorção dos nikkeis (SEYFERTH, 2004, p. 18/19).

Outra autoridade do campo da historiografia sobre a imigração japonesa é a antropóloga

---

<sup>9</sup> Shmuel Eisenstadt (1920-2010) era um sociólogo e suas obras apontavam a importância para a socialização dos grupos primários, porém “[...] observou que os processos de absorção dos imigrantes, ou a evolução de uma nova estrutura institucional, não são suficientes para obliterar as distinções grupais, desenvolvendo-se uma estrutura pluralista em que emergem identidades separadas [...]” (SEYFERTH, 2004, p. 18).

e socióloga Célia Sakurai, porém a consideramos uma pesquisadora de transição das fases. Sakurai formou-se na USP e entrou em constante contato com as antropólogas Durham e Cardoso. Assim, em suas obras é perceptível a teoria de mobilidade, porém é a conceituação de uma mobilidade espacial, pensada em relação às mudanças urbanas. Então, percebemos certa aproximação de Sakurai com ambas as antropólogas, pensando o capitalismo no Brasil. Contudo, o diferencial de Sakurai é que não trabalhou mais a assimilação ou a integração dos imigrantes, preferindo partir da perspectiva de fixação. Desse modo, compreendemos que ela é a pesquisadora que mais se afastou das primeiras autoridades desse campo e da teoria de assimilação. Tal distanciamento foi causado por ter feito seu doutorado na UNICAMP e sob a orientação de Mariza Corrêa<sup>10</sup>, desenvolvendo a tese intitulada “Imigração tutelada. Os japoneses no Brasil” (2000), em que investiga o processo imigratório japonês por intermédio da noção de “imigração tutelada” – tutelada porque desde seu início, em 1908, esteve amparada pelas companhias de emigração japonesa. Nessa pesquisa, Sakurai demonstra como “[...] os ditames práticos e pragmáticos das políticas imigratórias passam por cima das ideologias nacionalistas e mesmo dos ideais racistas [...]” (SEYFERTH, 2004, p. 25).

Da mesma maneira, Sakurai obteve contatos com o Grupo de Estudos Migratórios do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) e com o historiador Boris Fausto<sup>11</sup>, resultando, inclusive, na publicação de um capítulo, denominado “Imigração Japonesa para o Brasil: um Exemplo de Imigração Tutelada”, no livro “Fazer a América” (1999). Os contatos com esses pesquisadores e sua orientadora influíram na percepção da autora. Assim, em seus trabalhos, notamos que se concentra na construção da etnicidade do grupo; na identidade étnica e na questão da identidade dos descendentes; na alteridade; e na fixação, motivos pelos quais os imigrantes fixaram-se na agricultura, relacionando os contextos, “[...] os momentos com os quais estavam trabalhando, numa perspectiva de procurar entender aquilo que estava ocorrendo no Brasil, no Japão, no Estado de São Paulo especificamente, e também dentro do próprio grupo” (SAKURAI, 2000, p. 1); e na questão da mulher e a família, como exposto. Com isso, sugerimos que Sakurai é uma pesquisadora que pertence à primeira

---

<sup>10</sup> Mariza Corrêa (1945-2016) era antropóloga, foi orientanda de Ruth Cardoso e em suas pesquisas enfocou a história da Antropologia e a arena de pesquisa decisiva para a institucionalização desse campo: os estudos de raça nos finais do século XIX para XX; a constituição dos antropólogos, por meio de entrevistas com os considerados pioneiros nessa área, como Pierson; e a análise sobre o gênero no fazer antropológico, protagonizando as antropólogas (TAMBASCIA; ROSSI, 2018, p. 8-20).

<sup>11</sup> Boris Fausto (1930-) em suas pesquisas focalizou, sobretudo, a micro-história e é uma das autoridades nos estudos sobre a imigração. Foi influenciado por historiadores brasilianistas, como Warren Dean, sob o ponto de vista metodológico. O Grupo de Estudos Migratórios do IDESP é significativo por seus estudos sobre a imigração de grupos diversos, as trajetórias dos imigrantes, a construção de identidade e a inserção na sociedade nacional (FAUSTO, 1995, p. 97; SEYFERTH, 2004, p. 33; OLIVEIRA, 2016, p. 12-13).

fase, mas que se distanciou das características gerais e se apropriou de outras conceituações e teorias nos estudos sobre a imigração japonesa, partindo de novas perspectivas, como a análise do papel da mulher por meio de romances. Ela, porém, não inaugura a segunda fase por ser ligada a algumas questões da primeira: a argumentação da fixação do imigrante japonês à sociedade brasileira. Notamos isso em seus trabalhos, como o livro “Romanceiro da Imigração Japonesa” (1993) e o capítulo denominado “A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil” (1995).

Essa primeira fase surgiu nas décadas de 1940 e 1950, trabalhando com a teoria de assimilação, aculturação, integração, acomodação e, nos anos finais, a questão de fixação dos imigrantes japoneses, preocupando-se, em sua maioria, em debater com o discurso antinipônico. De modo geral, inicialmente, foi produzida por cientistas sociais japoneses, imigrantes e descendentes, que dominavam a língua japonesa, e os lugares sociais se estabeleciam, sobretudo, no estado de São Paulo. Todavia, defendemos que não é uma fase estática, visto que há pesquisadores que se afastaram das características gerais, contudo ainda pertenciam a esse primeiro momento. Uma coleção que exemplifica a multiplicidade de abordagem dessa fase é o livro organizado por Saito e Takashi Maeyama, intitulado “A assimilação e integração dos japoneses no Brasil”, publicado em 1973 e que reúne artigos de 16 autores sobre a teoria de assimilação e fixação dos imigrantes japoneses.

É somente com Jeffrey Lesser, um brasilianista, que se constitui a segunda fase desse campo historiográfico sobre a imigração japonesa, uma vez que foi abandonado o questionamento sobre a inserção dos imigrantes à sociedade e começou-se a pensar na construção de identidade dos nikkeis, por intermédio da negociação e da identidade situacional. Dessa maneira, tal fase concentra-se na análise do processo ativo da construção identitária nipo-brasileira, compreendendo que os nikkeis não foram apenas vítimas de discurso e práticas antinipônicos, mas que resistiram a essas violências e negociaram, mesmo que desigualmente, a sua identidade na sociedade (KAWAHAMA, 2020, p. 17). A formação de Lesser na Brown University, onde existia um campo forte sobre os estudos brasileiros e portugueses, em específico – devido ao departamento de estudos afro-diaspóricos e o contato com os professores Anani Dzidzienyo<sup>12</sup> e Warren Dean<sup>13</sup>, ambos orientadores de Lesser – despertou seu interesse

---

<sup>12</sup> Anani Dzidzienyo (1941-) é um afro-brasilianista e professor dos estudos africanos, portugueses e brasileiros na Brown University. Em suas pesquisas, focalizou a diáspora africana; as relações contemporâneas entre a África e América; e a experiência negra na sociedade brasileira (ANDRÉ; LESSER, 2021, p. 29-30; BROWN UNIVERSITY, s/d).

<sup>13</sup> Warren Dean (1932-1994) era um brasilianista e seus trabalhos pertenciam à história econômica-social, concentrando-se na industrialização de São Paulo (1969) e o sistema de *plantation* em Rio Claro (1976). Mas salientamos também suas contribuições nos estudos sobre o governo de Getúlio Vargas; às investigações sobre a

na pesquisa sobre a imigração no Brasil (ANDRÉ; LESSER, 2021, p. 27/30).

Em suas pesquisas, Lesser formulou as conceituações que embasariam toda essa segunda fase e que permitiriam novos olhares sobre os objetos. Segundo o pesquisador, a elaboração da teoria de negociação partiu dos fenômenos observados, pois defende que seus trabalhos são uma “tentativa de entender as vidas das pessoas reais e explicar o que aquelas vidas dizem”. Assim, quando recebeu uma proposta de análise sobre sírios e libaneses, retornou aos documentos sobre judeus, japoneses e árabes e começou a se questionar por que de todos encaixarem em uma mesma categoria. As pesquisas sobre os japoneses, em especial, emergiram pelo contato com as fontes sobre os movimentos ultranacionalistas, como a Shindō Renmei (ANDRÉ; LESSER, 2021, p. 40). Percebemos essas características nos livros “A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil” (2001) e “Uma diáspora descontente” (2008).

Portanto, a partir das publicações de Lesser, afluíram-se a segunda fase, cujas características gerais são: a teoria da negociação da identidade, a construção de identidade nipo-brasileira e a identidade situacional; os historiadores integrando as análises, conjuntamente a sociólogos e antropólogos, implicando em outras abordagens teóricas e, conseqüentemente, outros objetos e fontes (KAWAHAMA, 2020, p. 18); os pesquisadores, em sua maioria, sem domínio da língua japonesa, utilizando-se de fontes traduzidas pelos órgãos oficiais ou até mesmo por colegas; e os lugares sociais agora não mais restritos ao estado de São Paulo, tornando-se dispersos e ligados a outras universidades, como a Emory University, onde Lesser leciona. Igualmente, a partir dos anos de 1970, houve a expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em História, e decorrente do surgimento das universidades estaduais apareceram, nos finais dos anos de 1990, outros cursos de pós-graduação, ampliando os lugares sociais de pesquisa, caso da Universidade Estadual de Londrina (UEL) (ARRUDA; PROENÇA, 2013, p. 249/250).

Destacamos a pesquisadora Priscila Martins Fernandes por trabalhar com o conceito de negociação no mestrado em História Social na UEL, publicando a dissertação denominada “Identities e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970”, sob orientação de Gilmar Arruda<sup>14</sup>, Fernandes abordou a construção de identidade e memória dos nikkeis por meio da ascensão social – pensada como uma estratégia – os conflitos, as

---

Amazônia e a Mata Atlântica, focalizando na História Ecológica; e as denúncias sobre as violências praticadas contra professores durante o regime militar brasileiro (FAUSTO, 1995, p. 95-97; OLIVEIRA, 2013, p. 16).

<sup>14</sup> Gilmar Arruda é um historiador e professor aposentado no Departamento de História na UEL. Em suas pesquisas, concentrou-se na História Ambiental, fronteiras, natureza, território, memória e identidade (CURRÍCULO LATTES, s/d).

negociações e a crise de identidade. A pesquisa se acentua por explorar o movimento *dekasegi*<sup>15</sup> e o Imin 100 (2008), investigando os impactos e resultados dessa festividade, e por tentar problematizar a primeira fase do campo historiográfico sobre a imigração japonesa. Conforme Fernandes (2010, p. 19), os trabalhos da primeira fase focavam mais nos aspectos da “[...] presença de imigrantes e descendentes japoneses em diferentes regiões do Brasil, e também no processo de integração e assimilação desses imigrantes”. Sendo assim, emergiu um olhar mais crítico em relação à primeira fase. Ademais, Fernandes investigou esses fenômenos por intermédio de entrevistas orais, ampliando objetos, métodos e abordagens teóricas dessa fase.

Salientamos o historiador Richard Gonçalves André, por trabalhar a teoria de negociação e aplicá-la em outros objetos: a religião nikkei. Em seu doutorado, intitulado “Religião e silêncio: representações e práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos (1932-1950)”, de 2011, orientado por Eduardo Bastos de Albuquerque<sup>16</sup> e Célia Reis Camargo<sup>17</sup>, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), André analisa as formas de religiosidade dos nikkeis, investigando como tal religiosidade foi “[...] canalizada para lugares e formas que transcendem a religião em esfera organizada e institucional, como cemitérios e cultos domésticos que passaram, ao longo do tempo, por processo de cemiterização” (ANDRÉ, 2011, p. 18-19). Com isso, é possível perceber como a religiosidade nikkei desenvolveu-se mesmo no contexto antinipônico e com as recomendações das companhias japonesas de emigração para que os nikkeis “não praticassem proselitismo religioso”, além de analisar as negociações de identidade e as resistências dos nikkeis, em diferentes formas: desde o conservadorismo nativista à adoção de argumentos e a busca por provar que eram assimiláveis. Assim como os pesquisadores dessa segunda fase, André utiliza-se de outras fontes, como as fotografias, porém o historiador construiu fontes próprias, visto que fotografou túmulos do cemitério de Assaí buscando constituir um acervo. Também trabalhou com obras literárias, dados estatísticos, artigos de jornais e processos criminais. André, portanto, se diferencia, pois fez uso de objetos com inscrições em japonês, sendo necessária a dominância na língua

---

<sup>15</sup> *Dekasegi* (出稼ぎ) significa trabalhar fora de casa, e no Japão referia-se “aos trabalhadores que saíam temporariamente de suas regiões de origem e iam em direção a outras mais desenvolvidas, sobretudo aqueles provenientes do norte e nordeste do Japão, durante o rigoroso inverno que interrompiam suas produções agrícolas no campo” (SASAKI PINHEIRO, 2000, p. 6).

<sup>16</sup> Eduardo Basto de Albuquerque (1942-2009) era um historiador de importância no campo da história das religiões, principalmente, nas pesquisas sobre as religiões japonesas, em específico o budismo. Em sua tese de doutorado, analisou o budismo e a “[...] ‘aventura espiritual’ do mestre Zen budista Dôguen, que procurou alcançar a iluminação budista, o Nirvana, através de uma ascese espiritual que passava pela pobreza voluntária [...]” (COSTA, 2009, p. 3).

<sup>17</sup> Célia Reis Camargo é historiadora e professora aposentada na UNESP. Em seus trabalhos, enfocou na história contemporânea brasileira e na história política, salientando a memória social, o patrimônio cultural e os acervos arquivísticos (FAPESP, s/d).

japonesa, o que foi investido pelo pesquisador.

Outra historiadora dessa fase é Marcia Yumi Takeuchi, com pesquisas sobre a imigração japonesa e os discursos antinipônicos. Em suas obras, percebemos as influências de Lesser, seja na teoria da negociação, seja como autor base para a discussão dos discursos antinipônicos. Takeuchi foi orientanda de Maria Luiza Tucci Carneiro<sup>18</sup>, no doutorado em História pela USP, entre os anos de 2005 a 2009. Durante esse tempo, entrou em contato com o sociólogo Sedi Hirano<sup>19</sup>, contribuindo para a formulação de sua tese, com o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER) e com o Projeto Integrado: arquivo do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN/USP), onde estabeleceu amizade com Rogério Dezem, outro pesquisador de importância dessa segunda fase. Dessa forma, a trajetória de Takeuchi foi marcada por esses contatos e influenciaram em suas pesquisas, visto que a historiadora analisou as discussões políticas em torno do problema imigratório, concentrando-se na difusão do preconceito em relação ao nikkei por meio de revistas ilustradas. Sendo assim, utiliza-se de documentos em português e pertencentes aos órgãos oficiais brasileiros, como obras da imprensa, documentação diplomática, charges políticas e reproduções fotográficas (TAKEUCHI, 2009, p. 13/14).

Takeuchi investiga, em seus trabalhos, a resistência e a negociação dos nikkeis aos discursos proferidos pela elite brasileira, exprimindo que eles não ficaram sujeitos às imposições, mas resistiram de diversas formas: desde a criação de um livreto denominado “Cruzamento da ethnia japoneza: hipótese de que o japonês não se cruza com outra ethnia”<sup>20</sup> (1934), argumentando que os nikkeis eram assimiláveis; as resistências em relação às restrições do governo de Getúlio Vargas; e até as resistências ultranacionalistas, como o surgimento da Shindō Renmei. Igualmente, a autora analisou a transformação da imagem da mulher japonesa no imaginário social brasileiro (TAKEUCHI, 2007, p. 57; 2009, p. 34). Notamos isso em seus trabalhos: “O perigo amarelo em tempos de guerra (1939-1949)” (2002), “Japoneses: a saga do povo do sol nascente” (2007) e “Entre gueixas e samurais: a imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945)” (2009).

Outro historiador é Rogério Dezem, que, assim como Takeuchi, foi orientado por

---

<sup>18</sup> Maria Luiza Tucci Carneiro é historiadora e professora livre-docente do Departamento de História da USP; coordenou o Projeto Temático FAPESP PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/Universidade de São Paulo (1999-2009) – e atualmente coordena o Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER). Trabalhou com os assuntos relacionados ao DEOPS: holocausto, autoritarismo, antissemitismo e memória (DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA/FFLCH, s/d).

<sup>19</sup> Sedi Hirano é um cientista social ligado à USP e, em suas pesquisas, abordou a sociologia do desenvolvimento, “com ênfase nos temas América Latina, Leste Asiático, desigualdade, pobreza, trabalho e violência” (INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, s/d).

<sup>20</sup> Para saber mais, consultar: Lesser (2001); Takeuchi (2007); Ueno (2018).

Carneiro, no mestrado em História Social da USP, em 2003. Dezem entrou em contato com o PROIN/USP, onde desenvolveu sua primeira pesquisa durante a graduação, cujo tema é a sociedade Shindō Renmei, resultando no livro “Shindō-Renmei: terrorismo e repressão” (2005). Sua formação na USP possibilitou os contatos com Sakurai e Lesser, ambos membros de sua banca de qualificação. O contato com a primeira foi crucial para a definição de sua pesquisa no mestrado, optando por outro objeto e distanciando-se das análises sobre a Shindō Renmei. Em suas pesquisas, trabalhou com documentos em português e ligados aos órgãos oficiais, como os arquivos de DEOPS de São Paulo e imagens/charges das revistas ilustradas do início do século XX, manifestando as escolhas por novas abordagens teóricas e de outros objetos de análises, assim como a preferência por documentos traduzidos.

Dezem pesquisou em sua dissertação, denominada “Matizes do ‘amarelo’: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)”, o surgimento dos discursos antinipônicos antes da chegada dos primeiros imigrantes japoneses e como foram apropriados pela elite brasileira os estereótipos negativos dos chineses e aplicados aos vindos do Japão (DEZEM, 2005, p. 110/111). Sugerimos que o historiador se afasta da teoria de negociação, desenvolvendo um constructo teórico próprio, este exemplificado pela pesquisa no mestrado, visto que preferiu trabalhar com a análise do discurso, a construção do imaginário social e com os conceitos de alteridade, identidade e diferença. Dessa maneira, investigou a formação das “[...] representações coletivas (in)conscientes no Brasil relacionadas à figura do Japão e dos japoneses [...]” (DEZEM, 2005, p. 37).

Essa segunda fase é marcada, em geral, pela teoria da negociação, a construção e crise de identidade, pela ampliação dos lugares sociais e pelo início de uma dispersão dos pesquisadores. Nessa fase foram característicos novas abordagens teóricas, objetos e metodologias, como a constituição de fontes pelos próprios pesquisadores por meio de entrevistas orais e fotografias. Isso é decorrente da maior participação de historiadores nas pesquisas, sendo perceptível a dominância deles nessa fase. Por fim, nesse período surge uma visão mais crítica em relação à primeira fase e a teoria de assimilação, aculturação e integração. Todavia, os autores basearam-se nas autoridades dessa primeira fase.

Sugerimos, então, a hipótese de que há uma terceira fase, no entanto ainda não está delineada e não emergiu um autor basilar. De forma geral, esboçamos essa fase pela dispersão dos pesquisadores, uma vez que não encontramos uma ligação entre os lugares sociais, assim como os possíveis lugares sociais são mais associados aos grupos de pesquisas e laboratórios. As abordagens teóricas variam, não se concentrando em uma única linha, e há uma tentativa de distanciar-se da teoria de negociação, por enxergá-la como insuficiente para as análises, pois

estabelece relações de forças desiguais. Observamos uma ampliação dos pesquisadores, não restringindo-se em antropólogos, sociólogos e historiadores, contudo notamos uma maior participação de jornalistas, psicólogos, geógrafos e pesquisadores da área de Letras. Nessa terceira fase, os pesquisadores se empenharam em aprender a língua japonesa, para lidar com documentos em japonês e partir da perspectiva do próprio imigrante.

Sugerimos que os pesquisadores do Núcleo de Estudos Japoneses, considerado um sub grupo do Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar) e coordenado por Igor José de Renó Machado, são exemplos dessa tentativa de afastamento da teoria da negociação e a escolha por outras linhas teóricas. Citamos o conceito de *japonesidade*, entendido como as condições dos sujeitos de serem japoneses “a sua maneira”, em outras palavras, eles vivem uma *japonesidade* construída na oscilação e transmutação, que ao mesmo tempo é completa, desviando, dessa forma, das percepções que defendem a “falta de um lugar”, a incerteza e a incompletude. Portanto, as *japonesidades* enfatizam as formas singulares de expressar a experiência japonesa no Brasil, ressaltando a subjetividade de cada indivíduo e demonstrando que todos são “japoneses”, “nikkeis”, “nipo-brasileiros”, entretanto, cada um à sua maneira, então, rompem com as teorias que unificam e os homogeneízam em um grupo. Contudo, é preciso salientar que apesar do distanciamento desses pesquisadores em relação às teorias da primeira fase, eles deixam claro que o conceito de japonesidade não é uma oposição e nem uma complementaridade, mas são outras visões sobre esse processo histórico e que “cruzam o conhecimento atual em busca de sedimentos para outra construção” (MACHADO, 2011, p. 15).

A obra que articula esse pensamento é “Japonesidades Multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil” (2011), reúne seis artigos de pesquisadores que investigam diversos aspectos da imigração japonesa e que atravessam o conceito de *japonesidade*. Os autores são Gil Vicente Lourenção, Érica Rosa Hatugai, Fabio Ricardo Ribeira, Nádia Luna Kubota, Cláudia Winterstein e Victor Hugo Kebbe. Com exceção de Winterstein, todos foram orientandos de Machado e essa coletânea é resultante de um simpósio realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em julho de 2010.

Outro exemplo da busca desse distanciamento com a segunda fase é a pesquisa do historiador Leonardo Henrique Luiz, em razão de trabalhar com fontes em japonês, como a análise do Edito Imperial de Educação (Kyōiku Chokugo), em sua dissertação intitulada “O Espírito de Yamato: o Xintoísmo de Estado e o *Kyoiku Chokugo* na formação do Nacionalismo Japonês e a imigração para o Brasil (1890-1980)” no mestrado em História Social, desenvolvido na UEL (2019). Luiz analisou, tendo como base o conceito de *habitus*, como o processo imperialista esteve presente entre os imigrantes japoneses e como isso foi propagado nas escolas

japonesas da colônia por intermédio do Kyōiku Chokugo.

Por fim, citamos as autoras Caroline Ricca Lee, July Manghirmalani e Laís Miwa Higa que analisam o feminismo asiático-brasileiro, partindo da perspectiva da interseccionalidade. Desse modo, as outras defendem que esse movimento surgiu durante o ano de 2016, objetivando a equidade de gênero e lutando contra as formas de opressão específicas da vivência das mulheres asiáticas-brasileiras. Ademais, as autoras argumentam que a opressão e a fetichização das descendentes de asiáticos se dão por meio de processos de colonização:

Ou seja, histórica e politicamente, corpos femininos asiáticos foram afastados de sua agência enquanto pessoa no que tange sua individualidade, personalidade e subjetividade. A desumanização pela alienação e pela retirada do direito à identidade objetifica a mulher racializada por meio da constante permissividade em colonizar esse corpo como o outro através de relações de poder. Assim, o desejo pelo arquétipo da mulher asiática passiva e subordinada é um desejo imperialista do homem branco e tal desumanização abre precedentes para a naturalização da violência (RICCA; MANGHIRMALANI; HIGA, 2019, p. 130).

Dessa maneira, essa possível terceira fase ainda está em processo de consolidação e encontra algumas dificuldades para tal: a dispersão dos lugares sociais e de pesquisadores; a inexistência de um campo acadêmico que possibilite a ampliação e apoio de pesquisas relacionadas a imigração japonesa. Embora exista essa busca pelo distanciamento e uma visão mais crítica em relação às fases anteriores, defendemos que ainda não é um rompimento, sendo, portanto, novas perspectivas sobre o processo histórico da imigração japonesa.

Acreditamos que nossa pesquisa se encaixa entre a segunda e a terceira fase, à medida que buscamos nos afastar da teoria de negociação, pensando as resistências dos nikkeis por intermédio de outras conceituações, como táticas e estratégias, assim como nos distanciamos da teoria de construção de identidade, pois analisaremos as (des)identidades dos nikkeis, que é a busca pelo desvencilhamento das estruturas normatizadoras e que unificam os sujeitos. De natureza igual, investigamos as mulheres nikkeis, partindo de suas próprias visões e colocando-as como sujeitos históricos. Entretanto, os objetos são em português ou traduzidos, o que nos insere na segunda fase. Defendemos, então, que nossa pesquisa é de transição, pois trabalhamos com as características gerais das duas últimas fases, e também consideramos que a terceira fase não está definida de maneira tão clara.

Justifico esta pesquisa também pelo viés mais pessoal: sou descendente de japoneses. Apesar disso, não obtive muito contato com a cultura nem com as práticas desse grupo. Assim, meu interesse surgiu durante a graduação de História, buscando conhecer mais sobre o meu passado. Todavia, como historiadora, busquei analisar as fontes com certa distância e cuidando para não idealizar o indivíduo ou o grupo japonês estudado, mas empenhei-me em compreendê-

los em sua complexidade, como proposto por Edgard Ferreira Neto (1997, p. 323/324). Desde a graduação desenvolvo pesquisas relacionadas à imigração japonesa, o que possibilitou a construção e o aprendizado sobre a historiografia da imigração, além de me auxiliar no desenvolvimento de um olhar mais crítico sobre os assuntos relacionados aos nikkeis.

Nos meus passos durante a graduação e nos primeiros contatos com a pesquisa sobre a imigração japonesa, por volta de 2015, ainda na primeira iniciação científica, me deparei com o discurso nacionalista japonês e a busca pela conservação das práticas culturais japonesas, resultando no isolamento da colônia e gerando conflitos no final da Segunda Guerra Mundial. A primeira iniciação científica foi sobre a sociedade Shindō Renmei e suas influências no Paraná, recortado para a cidade de Londrina e durante os anos de 1944 a 1950. Essa pesquisa viabilizou a desconstrução do meu imaginário sobre a colônia ser uma comunidade unida e homogênea, e passei a entendê-la como uma comunidade imaginada, porque, por meio das análises da Shindō Renmei, pude compreender que havia conflitos dentro do próprio grupo.

Na segunda iniciação científica, e que resultou no trabalho de conclusão de curso (TCC), me aprofundei nos discursos antinipônicos, em particular na resistência em forma de tática pelos nikkeis diante desses discursos, compreendendo que eles não simplesmente negociaram, como uma imposição de cima para baixo, mas, por meio de seu próprio conhecimento de mundo e por intermédio da apropriação do argumento de assimilação, criaram um discurso contrário daqueles antinipônicos, pensado como uma tática diante das estratégias postas. Sem contar que essa pesquisa me possibilitou entrar em contato maior com a bibliografia sobre a imigração japonesa, entre elas a obra de Sakurai (1993), sobre a literatura e a produção feminina nikkei, que despertou meu interesse sobre o papel das nikkeis no processo da imigração e os questionamentos sobre o motivo de elas ocuparem ou serem pouco analisadas na historiografia da imigração japonesa. Diante disso, decidi desenvolver uma pesquisa sobre as mulheres no mestrado, e juntamente com o meu orientador, que me auxiliou durante toda essa trajetória, delimitamos o recorte temporal, o contexto e a fonte, gerando assim esta dissertação. Espero que seja de utilidade para outros pesquisadores e proporcione a formação de um campo historiográfico sobre as mulheres nikkeis no Brasil.

## 1.2. Ferramentas epistemológicas

Apresentada a fonte e definidos os objetivos desta pesquisa, é preciso compreender as ferramentas epistemológicas e as metodologias utilizadas para as análises. Como a fonte é um romance, tornou-se necessário dialogar com autores que empregam a literatura como uma fonte de pesquisa. Para tal, utilizaremos as análises de Antonio Candido Mello e Souza (2006, p. 47

e 48) e a literatura sociológica, percebendo-a como um sistema simbólico de comunicação inter-humana. Assim, pressupõe-se um jogo entre o autor, a obra e o público, que se transformam em uma tríade indissolúvel. O público é a ligação entre a obra e o autor, por dar sentido e realidade a ela, reconhecendo-a e definindo seu valor. Sem isso, o autor não se realiza, pois a produção é, de certa maneira, “o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador”. Ao mesmo tempo, a obra vincula o autor a seu público, pois “[...] o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contacto indispensável [...]”. Por outro lado, o autor é o intermediário entre sua obra e o público, sendo o agente que desencadeia o processo, estabelecendo assim uma série interativa entre obra-autor-público.

Nas análises do romance “Sonhos Bloqueados” notamos uma relação tríade e indissolúvel, na qual Honda-Hasegawa é a intermediária entre sua obra e o público, porque é a autora que cria e imagina os elementos de seu romance e fornece ao público o conhecimento de questões ligadas ao mundo nikkei que, muitas vezes, são desconhecidas. Além de ser apenas por meio do público que ela é reconhecida como autora, adquirindo a consciência de sua obra, e isso ocorre, sobretudo, quando é mostrada a terceiros, ou seja, o público é a condição para o autor conhecer a si próprio, pois a revelação da obra é a sua revelação (SOUZA, 2006, p. 47/48).

O romance de Honda-Hasegawa, como veremos no terceiro capítulo, é composto pelas questões comuns aos nikkeis nas décadas de 1980 e 1990. Portanto, a autora trabalhou com os elementos de seu contexto social e este último modelou a estrutura do romance. Como apontado por Souza (2006, p. 31), os fatores sociais influem na produção das obras e os mais decisivos se ligam à estrutura social, às ideologias e às técnicas de comunicação: “[...] os primeiros se manifestam mais visivelmente na definição da posição social do artista, ou na configuração de grupos receptores; os segundos, na forma e conteúdo da obra; os terceiros, na sua fatura e transmissão”.

Como visto, a obra é relacionada ao autor que a produz, portanto foi fundamental compreender a vida de Honda-Hasegawa, sua posição na sociedade e seus pensamentos. Para isso, realizamos entrevistas orais com a autora, uma vez que as entrevistas são caracterizadas como uma forma de recuperar e completar as informações que não foram possíveis de encontrar nas fontes escritas. As entrevistas de história oral podem oferecer acontecimentos, pensamentos, experiências pessoais e impressões particulares inéditos que podem ser confrontados com outros tipos de documentos. Além de possibilitar uma aproximação do objeto estudado, isto é, “[...] trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que

deles participaram ou testemunharam” (ALBERTI, 2013, p. 24).

Elaboramos os roteiros de entrevista baseados, em parte, nas explicações de Verena Alberti (2013). Realizamos três entrevistas, dentro das quais duas foram somente entre Honda-Hasegawa e a pesquisadora. As três concentraram-se mais na história de vida da autora, pois buscamos nos aprofundar em sua trajetória, desde a infância até os momentos mais importantes, para que fosse possível entender os fatores sociais que inferiram na produção da obra. Conforme Alberti (2013, p. 48), as entrevistas de história de vida são mais extensas, pois se concentram nos diversos acontecimentos que o indivíduo vivenciou e por possuir, em seu interior, algumas entrevistas temáticas, pois na narrativa da entrevista aprofundam-se os temas de relevância. De natureza igual, as entrevistas pressupõem “a relação com o método biográfico”, uma vez que têm como eixo a biografia do entrevistado, ou seja, a trajetória de vida e suas experiências.

A primeira foi uma espécie de “entrevista piloto”, efetuada por e-mail e objetivando os primeiros contatos com a autora. Assim, montamos um conjunto de perguntas mais gerais, ou seja, um roteiro geral que viabilizou a formulação de outro roteiro, individual e com perguntas mais elaboradas. Nessa primeira entrevista, escolhemos questões mais objetivas e que permitiram obter respostas mais concretas. Mesmo sendo uma entrevista experimental, buscando os primeiros contatos, tornou-se impessoal pela realização mediante e-mail e resultou em empecilhos para conseguir mais espontaneidade da autora. No entanto, isso nos auxiliou a entender um pouco mais sobre a sua vida e tornou mais fácil a formulação das outras entrevistas. Ademais, para a elaboração do roteiro individual para a segunda entrevista, foi necessário estudar a biografia de Honda-Hasegawa, e para isso atentamos em outros trabalhos e pesquisas sobre “Sonhos Bloqueados” e que continham entrevistas com a autora, mesmo aquelas desenvolvidas por e-mail. Para as entrevistas de história de vida, é imprescindível o estudo da biografia do entrevistado, pois sua vida é objeto central da entrevista (ALBERTI, 2013, p. 174).

A segunda entrevista ocorreu pessoalmente e na casa de uma tia de Honda-Hasegawa, em Londrina. Desenvolvemos um roteiro individual e centrado nos acontecimentos de vida da autora e na produção do livro, elaboramos um total de 27 perguntas, porém, no momento, surgiram outras questões, permitindo algo mais espontâneo e abrindo espaço para que Honda-Hasegawa falasse e expusesse suas ideias, sem seguir tão rigidamente o roteiro. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita. Alberti (2013, p. 181/182) disserta que os pesquisadores não precisam se apegar rigidamente ao roteiro, podendo ser mais flexíveis e abertos, porém é fundamental mais atenção por parte dos entrevistadores na hora de ouvir, ou seja, “é preciso saber ouvir” e, a partir disso, saber articular o ouvir com o que está no roteiro.

Já a terceira foi realizada em uma reunião virtual no Laboratório de Pesquisa sobre

Culturas Orientais (LAPECO)<sup>21</sup>, em que a autora abordou a produção do livro. Apesar de não ser exclusivamente para a pesquisadora, formulamos um roteiro parcial, composto de novas questões e também das que não foram abordadas nas outras entrevistas. No encontro, surgiram perguntas de outros membros do grupo e que acabaram nos despertando outras questões anteriormente não pensadas. Esse tipo de formato contribuiu muito para a constituição e conhecimento sobre Honda-Hasegawa. O roteiro parcial, como abordado por Alberti (2013, p. 186), é considerado primordial, por proporcionar “[...] a constante avaliação de cada sessão de entrevista e o estabelecimento de diretrizes para as próximas [...]”.

Por fim, transcrevemos as duas entrevistas orais, uma vez que a primeira foi respondida por e-mail. Procuramos corrigir de acordo com a norma ortográfica e adaptá-la para a escrita, porém sem acrescentar ou retirar as palavras da autora. Do mesmo modo, seguimos algumas regras para a transcrição, como nos casos de frases incompletas ou nos “falsos começos de frase”, em que marcamos com reticências; já nas ocorrências de risadas, representamos pelo “(riso)”. Depois, fizemos a conferência de fidelidade da transcrição, confirmando se o que foi escrito é fiel ao áudio. Para tal, escutamos o depoimento e, ao mesmo tempo, lemos a transcrição, encontrando e corrigindo erros, omissões e acréscimos indevidos (ALBERTI, 2013, p. 286/287).

Como exposto, nosso objetivo nesta pesquisa é analisar as (des)identidades das nikkeis, entendendo-as como uma espécie de recusa e insurgência contra os papéis socialmente construídos e baseados no gênero, os quais reproduzem características que embasam a condição de subalternidade das mulheres. Dessa maneira, compreendemos que as nikkeis não simplesmente aceitam as identidades normatizadoras, elas se desvencilham e se opõem a essa normatização e homogeneização, recusando os papéis sociais fundamentados no sistema familiar *ie* e no pensamento *ryōsai-kenbo*.

O primeiro configurou-se em um quadro no qual se moldaram as relações sociais da sociedade japonesa, determinando a formação de famílias patrilineares, hierarquizadas e submetidas à autoridade do pai, considerado o chefe do *ie*. Portanto, estabelecia-se a posição de cada membro: os filhos deveriam obedecer aos pais e as mulheres eram consideradas inferiores aos homens, designando a elas um *status* muito limitado (MARTINEZ, 2017, p. 72/73; MUTA, 2006, p. 15/16). Por outro lado, o segundo determinava que as mulheres deveriam receber uma educação para os interesses familiares e tornarem-se “boas esposas e

---

<sup>21</sup> O LAPECO é realizado junto à UEL, sendo organizado pelo professor Dr. Richard Gonçalves André. O grupo agrega pesquisadores envolvidos com reflexões sobre as culturas orientais, concebido como objeto de investigação.

sábias mães”, ou seja, incumbiam a elas uma imagem de mulher submissa, obediente e que realizasse uma autonegação em prol de sua família (BARY, 2005, p. 1959; SILVA, 2010, p. 1). Ambas as estruturas eram alicerçadas no sistema filosófico confucionista, que determinava papéis rígidos aos indivíduos e propagava a subordinação das mulheres, colocando-as como importantes apenas para gerar filhos e perpetuar a família (REISCHAUER, 1980, p. 205). Além disso, essas estruturas foram trazidas pelos imigrantes como uma herança cultural e ramificadas dentro da colônia japonesa, principalmente na família.

Compreendemos, dessa forma, que os papéis sociais foram construídos dentro da família de imigrantes japoneses e perpassados, essencialmente, pelas mulheres (mães, avôs, tias), visto que elas eram as mantenedoras da casa, da educação dos filhos e postas responsáveis pela transmissão e manutenção das práticas culturais japonesas (KUBOTA, 2007, p. 18). Portanto, torna-se necessário discutir quais são as implicações da questão de gênero e a construção de papéis sociais sobre as mulheres. De acordo com Joan Scott (1955, p. 86/88), o gênero é uma categoria construída historicamente e que não somente se fundamenta nas diferenças dos sexos, mas também é utilizada para dar significados a essas diferenças e para as relações de poder. Ademais, o gênero é construído tanto no sistema de parentesco quanto nas organizações independentes desse sistema, como a economia e a política. É nessa mesma linha de pensamento que se formam os papéis sociais, uma vez que são construídos culturalmente e moldados conforme a época e a sociedade. Assim, entendemos que os papéis sociais e de gêneros são características comportamentais julgadas como apropriadas aos indivíduos, ou seja, são os valores e normas instituídos social e culturalmente, que influenciam a subjetividade e a identidade dos sujeitos, “fazendo-os reproduzir e internalizar a essa realidade” (PORTO; BARRETO, 2020, p. 305/306). No caso das mulheres nikkeis, compreendemos que os papéis sociais moldaram as subjetividades e a construção de uma identidade. No entanto, é perceptível que elas não permaneceram subordinadas à normatização e às “formas petrificadas do identitário”, pelo contrário, rebelaram-se e optaram por uma (des)identidade, marcada por estruturas flutuantes, plurais e provisórias, significando a não identificação com uma imagem, e sim ao movimento de imagens (GROSSMAN, 2010, p. 24).

### 1.3. ESTRUTURA

Delineados o objeto e as ferramentas epistemológicas, explicaremos a estrutura desta dissertação. Para compreender a criação de “Sonhos Bloqueados”, é necessário entender o contexto histórico da produção, o papel da mulher nikkei e o surgimento da literatura nikkei, à qual a fonte pertence. Em razão disso, dividimos a dissertação em 3 capítulos: no primeiro,

abordaremos uma parte do contexto histórico da pesquisa, analisando as comemorações dos aniversários da imigração japonesa e interpretando o discurso memorialístico que refletiu na produção literária nikkei. Concentramos as análises, em especial, nos Imin 50, 70 e 80, sugerindo que no aniversário dos 50 anos da imigração japonesa as entidades japonesas objetivavam reunir a colônia, que se encontrava cindida desde o final da Segunda Guerra Mundial, devido aos conflitos causados, em parte, pela Shindō Renmei. Portanto, por intermédio de um discurso memorialista, que realçava um passado comum a todos os nikkeis: a imigração japonesa, almejou construir um sentimento de pertencimento e que permitisse a identificação dos indivíduos como um grupo. Por outro lado, nos 70 anos da imigração japonesa analisaremos a necessidade de criar lugares de memória, buscando a constituição e o congelamento dessa memória sobre a imigração por meio da construção de museus e pela publicação de algumas obras. Já no Imin 80 reproduziram-se certos elementos desse discurso memorialístico presentes nas comemorações anteriores, todavia com novos componentes: a mudança do imaginário social sobre os nikkeis – deixando de ser caracterizados como inassimiláveis e um perigo amarelo, tornando-se exemplos de ascensão social e sucesso econômico – e o movimento *dekasegi*. Tais questões foram influenciadas, essencialmente, pelo “boom econômico” do Japão na década de 1960 e que o colocou como uma das potências mundiais. No entanto, esse Imin sobressaiu-se por propagar o discurso memorialístico presente em outros meios, como a literatura.

No segundo capítulo, analisaremos a emergência das obras nikkeis, sugerindo que a partir década de 1980 surge uma literatura nikkei e que se constitui, parcialmente delineada, no Imin 80, em 1988, isso porque a festividade foi considerada pelos autores um momento tático para a construção de memória dos nikkeis. Essa literatura é marcada pelo discurso memorialístico e por uma narrativa romanceada sobre a imigração. Nesse capítulo, interpretamos os elementos em comum nas obras, as autobiografias e os romances, e que evidenciaram o olhar dos autores sobre seu contexto social. Defendemos que é nesse período que se manifestou mais expressivamente a literatura de autoria feminina nikkei e mais “publicizada”, por boa parte das obras serem em português, expandindo o alcance e o público, entre eles os brasileiros e descendentes que não tinham domínio da língua japonesa.

O terceiro capítulo é a análise do livro “Sonhos Bloqueados”, a fonte desta pesquisa. Buscamos entender a autora e sua visão de mundo que influenciaram na produção da obra. Destacamos os pontos de importância do romance e que representam as questões e problemáticas comuns dos autores nikkeis das décadas de 1980 e 1990, como a ascensão social, a (des)identidade das nipo-brasileiras, a identidade entrelugar dos mestiços, o esvaziamento da

---

colônia japonesa e o movimento *dekasegi*. Sugerimos que Honda-Hasegawa empenhou-se em trabalhar as (des)identidades das nikkeis para desconstruir a imagem cristalizada de que as mulheres eram “submissas e obedientes”, que em geral foram embasadas nos papéis sociais e de gênero propagados na colônia japonesa e na família. Ainda, nesse capítulo, salientaremos que, diferentemente dos outros autores, Honda-Hasegawa versou sobre o dualismo da imagem dos nikkeis, manifestando a ascensão social e econômica por meio da profissionalização e do trabalho, bem como pela decadência e as crises econômicas vivenciadas por esses indivíduos, que enxergaram como única saída a emigração para o Japão.

## 2. OS IMIN E A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA

O objetivo deste capítulo é analisar a construção de memória dos nikkeis nos aniversários da imigração japonesa, bem como o discurso que destacou os elementos positivos e cristalizados sobre o grupo japonês. Para isso, selecionamos os Imin 50, 70 e 80, por serem eventos marcantes e que se destacaram entre as ocasiões comemorativas: o quinquagésimo aniversário da imigração foi a primeira grande festividade ligada à colônia nipônica, ocorrendo no pós-guerra, e almejou a construção de uma identificação entre os sujeitos para que fosse possível a união da colônia; no Imin 70, consolidou-se a nova imagem positiva do nikkei, instigada pela ascensão do Japão no cenário mundial a partir da metade da década de 1950, e a construção de lugares de memória por meio dos museus; já na comemoração dos 80 anos da imigração, contexto histórico circunscrito na pesquisa, enfatizou-se a representação positiva dos imigrantes e seus descendentes, utilizando-se do discurso memorialístico para lidar com a questão do esvaziamento da colônia, causado, em parte, pela emigração dos descendentes.

Neste capítulo destacaremos, sobretudo, as implicações do Imin 80, visto que foi o período que se consolidou tanto a nova visibilidade dos nikkeis quanto a manifestação de uma literatura memorialística produzida pelos imigrantes japoneses e os descendentes, que denominaremos de “literatura nikkei”. Esse período é significativo também pelo surgimento de uma literatura de autoria feminina, expressando a visão da mulher sobre a imigração japonesa e o seu cotidiano. Assim, o discurso memorialístico ampliou e propagou-se por outros meios, tornando-se mais “publicizado”. Ainda, analisaremos como esse discurso surgiu com um objetivo – no Imin 50 almejava-se a união da colônia – e foi perdendo sua significância inicial, transformando-se conforme os desejos do grupo dominante, isto é, de acordo com os objetivos dos organizadores dos eventos.

### 2.1. AS COMEMORAÇÕES DOS ANIVERSÁRIOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

Os japoneses radicados no Brasil comemoram o Dia dos Imigrantes na data de 18 de Junho. É que, nesse dia e mês de 1908 chegaram a Santos os primeiros imigrantes no navio Kasato-Marú (HANDA, 1980, p. 3).

De acordo com excerto acima, os aniversários da imigração japonesa são comemorados no dia 18 de junho, em homenagem aos primeiros imigrantes que aqui chegaram. São festividades que, de modo geral, buscam lembrar conjuntamente os eventos, evocando o discurso memorialístico que retrata de forma cristalizada a imigração, a inserção dos nikkeis e o contato com a sociedade brasileira. Tal discurso foi articulado para reproduzir um conjunto

de recordações sociais, ou seja, uma construção de memória dos imigrantes japoneses e dos descendentes, empenhando-se também em fornecer elementos culturais para identificações de indivíduos ou grupos (ANDRÉ, 2009, p. 3). Sugerimos, então, que os discursos presentes nas comemorações têm o intuito de construir uma memória coletiva e a formação da representação de uma comunidade coesa, além de objetivar a omissão das memórias subterrâneas, causadoras de conflitos e que desestruturariam essa comunidade imaginada (POLLAK, 1989, p. 4).

A primeira festividade ocorreu em 18 de junho de 1933, o Imin 25, contando com a participação de 60 imigrantes do navio Kasato-Maru (ITO, 1986, p. 7). Foi uma cerimônia mais restrita à colônia japonesa e que ambicionava homenagear os imigrantes vivos. Posteriormente, realizaram-se alguns eventos em homenagem a essa data, até que em 1942, devido ao rompimento das relações entre Brasil e Japão, foram impostos aos imigrantes japoneses restrições<sup>22</sup>, como a proibição de reuniões. Desse modo, as comemorações foram suspensas e retornaram apenas no final da década de 1950 (PORTO, 2018, p. 134).

Salientaremos três principais eventos que aconteceram no pós-guerra e com o planejamento de reunir os membros da colônia japonesa: o primeiro foi a vinda de atletas da seleção japonesa de natação, conhecidos como “peixes-voadores”, em 1950. De acordo com a imprensa da época, cerca de seis mil pessoas compareceram para recepcioná-los em São Paulo. Todavia, não conseguiram unir o grupo nipônico e, conseqüentemente, não gerou sentimentos de pertencimento, isso porque as ações da Shindō Renmei ainda eram muito recentes e foram duramente criticadas pelos “peixes-voadores”. Os comentários foram vistos negativamente por alguns imigrantes, a ponto de alegarem que os atletas eram coreanos fingindo-se de japoneses (LESSER, 2001, p. 250; PORTO, 2018, p. 95). A segunda foi o IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo, em 1954, contando com a participação dos imigrantes japoneses, “[...] com seus duzentos carros alegóricos de várias regiões do estado, que desfilaram seus produtos e equipamentos, artes japonesas e danças folclóricas em trajes típicos [...]” (PORTO, 2018, p. 95). Em vista disso, o IV Centenário configurou a busca pela expressão pública e simbólica dessa reintegração da colônia (SAITO, 1973, p. 461).

Entretanto, a maior festa exclusiva dos nikkeis desde o final da guerra foi o cinquentenário da imigração japonesa, que aconteceu em 18 de junho de 1958, promovido pela entidade Bunkyo<sup>23</sup> e objetivava, principalmente, reunir a colônia japonesa, que no fim da Segunda

---

<sup>22</sup> Restrições impostas antes mesmo do rompimento das relações entre os dois países. Devido à política de nacionalização do governo de Vargas, os imigrantes japoneses e seus descendentes passaram por proibições, como o fechamento de muitas escolas “eticamente” orientadas, em 1938 e 1939. Para saber mais, consultar Lesser (2001), Takeuchi (2002; 2007), Dezem (2005).

<sup>23</sup> De acordo com Porto (2018, p. 126), Bunkyo é a Sociedade de Cultura Japonesa e Assistência Social, fundada

Guerra Mundial se rompeu em duas partes: *kachigumi* (vitoristas) e *makegumi* (derrotistas)<sup>24</sup>. Dessa forma, a estratégia adotada para conseguir a unificação foi evocar um passado comum a todos os nikkeis, ou seja, a imigração para o Brasil, bem como a exaltação da cultura japonesa, considerada um “[...] monumento histórico de grande significado para a população de São Paulo, o que não só ligava os imigrantes e seus descendentes entre si, mas também à história do país onde agora se estabeleciam definitivamente” (PORTO, 2018, p. 132). Assim, interpretamos que a adoção desses elementos foi um esforço, por parte das lideranças, para que os nikkeis se identificassem como uma comunidade homogênea, empenhando-se para reestruturar o grupo japonês cindido.

O cinquentenário destacou-se por dois pontos principais: primeiro, que desde o final da década de 1940 houve uma necessidade, por parte dos imigrantes japoneses e seus descendentes, em melhorar e fortalecer sua imagem junto à sociedade brasileira e dentro da própria colônia. Essa necessidade manifestou-se com o propósito de limpar a imagem negativa que ficou do pós-guerra. A partir da década de 1950, a colônia japonesa ganhou mais visibilidade e enalteciam-se o trabalho e o esforço, que possibilitavam a ascensão social (LESSER, 2008, p. 44).

A celebração do Imin 50 contou com a participação do príncipe Takahito Mikasa e de sua esposa, a princesa Yukiko. Foi uma das primeiras visitas desde o fim da Segunda Guerra Mundial e que deu início a uma série de outras visitas da família imperial ao país. A presença dos príncipes evidenciava a importância dada ao Brasil pelo Japão, não só diplomática e comercialmente, mas também pela necessidade de reabertura do Brasil aos imigrantes. Os príncipes participaram de diversos eventos: visitaram cooperativas e empresas da colônia japonesa em São Paulo e no Paraná e presenciaram as construções de Brasília na companhia do presidente Juscelino Kubitschek. Da mesma forma, participaram da grande cerimônia dos 50 anos na sede da Bienal no Parque Ibirapuera (PORTO, 2018, p. 134/135).

É a partir da comemoração dos 50 anos da imigração japonesa que surgiram pesquisas ligadas ao ambiente acadêmico. No entanto, ainda eram relacionadas ao desenvolvimento do grupo japonês no Brasil. Um exemplo é a criação da Comissão de Recenseamento da Colônia Japonesa sob a direção de Teiiti Suzuki, em 1958, na qual realizou-se um censo sobre os

---

em 1955, no bairro da Liberdade em São Paulo.

<sup>24</sup> Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão, a colônia japonesa passou por uma crise interna, dividindo-se em duas: *kachigumi*, aqueles que acreditavam na vitória do Japão, e *makegumi*, os que tentavam propagar a perda do país. Surgiram inclusive sociedades ultranacionalistas, como a Shindō Renmei, chegando a realizar assassinatos dentro da colônia. Os que propagavam a perda do Japão eram denominados assim pelos vitoristas e de forma pejorativa (DEZEM, 2000, p. 74). Para saber mais, consultar Saito e Maeyama (1973), Lesser (2001), Takeuchi (2007) e Luiz (2019).

diversos aspectos da agricultura, religião e cultura da população nikkei; resultando na publicação de dois volumes em 1969 (SUZUKI, 1973, p. 224; ANDRÉ, 2009, p. 4).

Igualmente, nos festejos do Imin 50, ocorreu um dos primeiros grandes eventos na área científico-cultural, palestrado pelo físico Hideki Yukawa<sup>25</sup>, o primeiro japonês a ganhar um prêmio Nobel em 1949. As palestras de Yukawa visavam apresentar uma imagem favorável do Japão para consolidar a relação entre os dois países. Ele aproveitou-se desse momento propício e que “[...] servia de inspiração às famílias nipo-brasileiras, que na época já haviam começado a mandar seus filhos para as universidades, buscando justamente elevar a condição intelectual de seus membros” (PORTO, 2018, p. 137). Percebemos que o Imin 50 foi significativo pela busca de reunificação da colônia por meio de uma identificação de memória que era comum entre os nikkeis, do melhoramento da imagem dos imigrantes e seus descendentes e pela manifestação de debates acadêmicos.

Por sua vez, o Imin 70 ocorreu no dia 18 de junho de 1978, em uma grande cerimônia festiva, contando com a participação do príncipe herdeiro Akihito, representando o imperador Hirohito, e de sua esposa Michiko. Ambos participaram de diversos eventos, como a visita à cidade de Rolândia, no Paraná, juntamente com o presidente Ernesto Geisel e o governador do Paraná, Jaime Canet Júnior (BRASIL HOJE, 1978; PORTO, 2018, p.147). Segundo a reportagem produzida pelo jornal “Brasil Hoje” (1978), o comparecimento da família imperial em Rolândia era devido à significativa presença do grupo japonês na cidade.

Nessa visita ao centro agrícola da cidade paranaense, Akihito agradeceu as contribuições dos imigrantes na transformação do Paraná: “em seu discurso o príncipe Akihito mostra-se informado de que foi apreciável a contribuição dos imigrantes na transformação das matas do Paraná, em terras agrícolas” (BRASIL HOJE, 1978). Identificamos elementos do discurso do pioneiro, uma vez que o imigrante japonês foi retratado como colonizador da região. Tal discurso é baseado nos elementos construídos de desenvolvimento e modernidade, e a presença dos “pioneiros” é marcada por ações benéficas de coletividade, “[...] contribuindo para a instituição de um *ethos* específico no local voltado para valores como ‘trabalho’ (privado), ‘progresso’ (moderno), ‘família’ (patriarcal) e ‘religiosidade’ (cristã)” (BAO, 2017, p. 142). Compreendemos que, ao propagarem esse discurso, intencionava-se estreitar mais as relações entre os países e mostrar que os imigrantes japoneses foram de extrema importância para o progresso do Brasil.

---

<sup>25</sup> Hideki Yukawa nasceu em Tóquio, em 23 de janeiro de 1907. Em 1949, tornou-se o primeiro japonês a ganhar o prêmio Nobel por formular a hipótese dos mésons, baseado em trabalhos teóricos sobre forças nucleares (CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, 1982, p. 225).

A visita da família imperial em Rolândia deu-se também pela inauguração do Museu Histórico da Imigração Japonesa do Paraná, que desde 1976 estava em construção. O museu está localizado no antigo centro de treinamento agrícola e é muito ligado à história dos imigrantes japoneses na região, carregando uma narrativa saudosista e os colocando como pioneiros. É composto por objetos e fotografias, formando uma linha cronológica, e a narrativa ocorre pela ênfase da vida difícil desses imigrantes ao serem os “primeiros colonos”, por “enfrentarem as matas virgens”, desenvolvendo a região. Ademais, aborda a ascensão social dos descendentes por meio de figuras consideradas importantes para a colônia, como empresários que ascenderam economicamente. É perceptível que a narrativa é composta pelo discurso do pioneiro e pela ascensão social dos nikkeis: o imigrante retratado como aquele que migrou para “regiões inóspitas”, “trabalhou e venceu através do sucesso econômico”, sem que abandonasse a sua identidade e a cultura japonesa (COELHO, 2018, p. 7/16).

De natureza igual, ocorreu a inauguração do Museu da Imigração Japonesa, em São Paulo, construído pelo Bunkyo e em seu edifício-sede no bairro da Liberdade. O príncipe Akihito esteve presente na inauguração, juntamente com o presidente Geisel. O museu carregava em si uma narrativa sobre a contribuição do imigrante japonês na construção de um novo mundo e intencionava “[...] registrar e preservar tudo o que pudesse contar a vida dos imigrantes japoneses no Brasil [...]” (PORTO, 2018, p. 187), tornando-se, portanto, um lugar de memória. O museu possuía um acervo com cerca de mil fotografias e peças montadas, elaborando uma linha do tempo sobre o percurso dos imigrantes, desde os preparativos da saída do Japão até a chegada das empresas japonesas no Brasil (PORTO, 2018, p. 148).

Sendo assim, houve a necessidade de formar lugares de memória para os imigrantes, o que é devido ao sentimento de não existir “[...] memória espontânea, por isso, é preciso criar arquivos, celebrar eventos, manter aniversários” (NORA, 1993, p. 202). Observamos que no Imin 70 surgiu a ânsia de criar espaços de memórias por meio da fundação dos museus. De acordo com Pollak (1992, p. 202), existem lugares de apoio da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, podendo ser uma lembrança pessoal ou aquela que não tem um apoio cronológico, por isso “[...] Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembração de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela [...]”.

No septuagésimo aniversário, destacamos as publicações de livros escritos por nikkeis e sugerimos que é nesse período que a literatura nikkei emergiu, porém eram obras esporádicas,

exemplificado pelo livro “Japão passado e presente”, de José Yamashiro (1978)<sup>26</sup>. Promoveram também alguns simpósios, como o realizado em março, sobre os 70 anos da imigração japonesa e a contribuição dos imigrantes para o desenvolvimento do Brasil, promovido pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados; o Simpósio Internacional Nipo-Brasileiro, organizado pelo jornal “Mainichi Shinbun” em junho; e o simpósio produzido pelo Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, objetivando

compreender bem o processo de adaptação e assimilação dos imigrantes japoneses à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, estudar a perspectiva futura de os descendentes japoneses poderem desempenhar seu papel de porte para promover as relações de amizade entre o Japão e o Brasil (YOSHIDA, 1980, p. 5).

O resultado desse simpósio foi a publicação da obra “A presença japonesa no Brasil” (1980). Em um dos simpósios, Saito, em sua fala, salientou a relevância da reunião e pacificação do grupo japonês. Do mesmo modo, abordou-se a mudança das atitudes dos imigrantes, como a oportunidade dada aos descendentes de conseguirem acesso a uma educação de qualidade, a adoção do Brasil como pátria e a crise de identidade vivenciada: “[...] essa crise de identidade, que representou uma fase mais crucial no processo de adaptação, significou para muitos imigrantes um preço que tiveram de pagar para adotar o Brasil como sua verdadeira segunda pátria” (SAITO, 1978, p. 35 apud KUWAE, 2013, p. 161). Portanto, entendemos que no Imin 70 emergiu a necessidade da construção de memória dos nikkeis, e isso se deu por meio da criação de lugares de memória, como a publicação de alguns livros e as construções de museus sobre a história da imigração japonesa.

Já o Imin 80, o contexto histórico principal da pesquisa, foi marcado por diversas homenagens e publicações de vários trabalhos, alguns ligados à academia e outros à uma construção de memória. É significativo pela grandiosa festividade, em 18 de junho de 1988, no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, contando com a presença do príncipe Akishino, segundo filho de Akihito, do presidente da república José Sarney, do presidente da Comissão dos Festejos Masuji Omi<sup>27</sup> e da reunião de cerca de 80 mil nikkeis, em que

[...] uma multidão pertencente à *Soka Gakkai Brazil International* (SGBI), como num

<sup>26</sup> José Yamashiro é uma figura complexa por sua ampla participação na colônia japonesa; pertence à primeira geração de jornalistas *nisei* e contribuiu ativamente para os jornais nipo-brasileiros, como o *Gakusei* e a revista *Transição*, que objetivavam mostrar a assimilação dos nikkeis e a identidade nipo-brasileira. Fundou a Liga Estudantina Nipo-Brasileira, juntamente com outros *nisei*, seguindo a mesma lógica dos jornais nipo-brasileiros. Ainda foi um dos nikkeis que se alistou nas forças revolucionárias na Revolução Constitucionalista, em 1932. Outra participação de Yamashiro é nos casos da *Shindō Renmei* como intérprete da polícia. Além disso, publicou algumas obras: “Japão: passado” (1978); “História dos samurais” (1982); “História da cultura japonesa” (1986); “Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII” (1989); “Okinawa: uma ponte para o mundo” (1993); “Trajetória de duas vidas: uma história de imigração e integração” (1996) (MIYAGUI, 1986, p. 319; LESSER, 2001, p. 192).

<sup>27</sup> Nessa época, Omi era presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa.

‘telão humano’, escreveu expressões como *Kasato Maru* (o primeiro navio trazendo japoneses ao Brasil) e nomes de imigrantes que se tornaram célebres, como Ryoichi Kodama, que veio ao país com treze anos de idade [...] (ANDRÉ, 2009, p. 4).

No octogésimo aniversário, receberam a visita da equipe de beisebol da Universidade de Keio para a demonstração de um campeonato de *gateball*. Igualmente, ocorreu a exibição de fogos de artifícios japoneses em homenagem à amizade entre o Brasil e Japão e promoveu-se a Expo-Banzai, realizada pela Secretária de Turismo do Estado de São Paulo, que reproduziu a chegada do navio *Kasato Maru* no Porto de Santos. Notamos que as festividades dos aniversários da imigração japonesa são compostas por rituais memorialísticos calcados nas ideias de tradição, legado e cultura milenar, ambicionando a construção de um discurso positivo sobre a imigração (ANDRÉ, 2009, p. 8). As comemorações rememoram e reproduzem a chegada dos primeiros imigrantes como o início de uma jornada do herói, que chega em uma terra desconhecida, sofre, luta e no fim supera os problemas e dificuldades por intermédio do *ganbāre*<sup>28</sup>. Ainda na comemoração dos 80 anos, repetiu-se o Simpósio Internacional Nipo-Brasileiro, realizado com sucesso no 70º aniversário, organizado novamente pelo jornal “Mainichi Shinbun”, cujo tema era “O Papel dos Nikkeis na Era do Pacífico” (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA, 1992, p. 439).

A comemoração dos 80 anos da imigração japonesa sobressaiu-se, principalmente, porque nesse período manifestaram-se dois principais discursos parecidos, contudo de origens diferentes: um primeiro era relacionado às produções acadêmicas, que a partir da década de 1950 ganhou mais força e deu sinais de consolidação como uma fase no campo sobre a historiografia da imigração japonesa, porém abordavam-se os conceitos de assimilação, aculturação, acomodação e integração. Essa fase historiográfica, como exposto na introdução, é considerada mais “militante”, pois os pesquisadores buscavam comprovar a assimilação dos nikkeis à sociedade brasileira, preocupando-se em rebater os discursos antinipônicos da década de 1940. As pesquisas foram produzidas, sobretudo, por sociólogos e antropólogos vinculados às universidades do estado de São Paulo.

Outro discurso memorialista, que surgiu no Imin 50 e esteve presente nas comemorações anteriores, foi acrescentado de novas problemáticas: a ascensão social dos nikkeis, o esvaziamento da colônia japonesa e o movimento *dekasegi*, perdendo assim seu sentido inicial. Tal discurso foi propagado pelos meios de comunicação e festividades, como a reportagem realizada pelo Globo Repórter, em 1988, sobre a comemoração dos 80 anos da imigração

---

<sup>28</sup> *Ganbāre* (ガンバール) simboliza os esforços dos japoneses em superar as diferenças e dificuldades. É grafado também como *gambarê* e no Brasil esse pensamento se materializou no empenho de trabalhar ao máximo para economizar o possível, renunciando aos luxos e sonhando com uma vida melhor (SAKURAI, 1993, p. 63).

japonesa. A reportagem dura em torno de 52 minutos e abordou, de modo geral, elementos do discurso memorialista da comemoração do Imin 80. É composta por uma narrativa que evidencia o sofrimento dos imigrantes nos primeiros tempos, destacando a superação das adversidades e a ascensão social e econômica por meio do trabalho na lavoura. Notamos uma relação entre texto, imagem e trilha sonora, buscando incrementar componentes que remetessem ao Japão. A trilha sonora é constituída por uma espécie de toques orientais e contém fotografias de imigrantes japoneses, do Kasato Maru e do sol nascente, simbolizando o Japão conhecido como “terra do sol nascente”. Marcos Napolitano (2008, p. 267) afirma que para análise de telejornal é importante levar em consideração a relação texto/imagem/trilha sonora, a duração da notícia, as estratégias de reiteração e o vocabulário escolhido.

A reportagem iniciou com o discurso sobre a boa relação entre o Brasil e o Japão, salientando o “casamento de mais de 80 anos” entre os dois países, abordando a assimilação e a integração dos nikkeis. Para isso, convidou a apresentadora Lina Menezes, uma *sansei*<sup>29</sup> e mestiça, retratando que os imigrantes japoneses e seus descendentes integraram-se à sociedade brasileira, exemplificado pelo casamento interétnico e que representaria um “casamento do Japão com o Brasil”. Como apresentado, a narrativa colocou os nikkeis como vitoriosos diante dos obstáculos, então, por intermédio de diversas tomadas, evidenciaram os imigrantes que ocupavam posições importantes na sociedade, ou seja, apresentaram grandes empresários e agricultores. Contabilizamos um total de 23 tomadas, com entrevistas rápidas e curtas com os nikkeis. Conforme Napolitano (2008, p. 278), as regras que delimitam a natureza televisual são:

[...] enquadramentos mais convencionais e simplificados, sem ângulos inusitados, como, por exemplo, excesso de detalhe (*extreme close-up*);  
 busca de uma textura de imagem realista e delineada;  
 cortes rápidos, evitando a câmera fixa num quadro por ‘muito’ tempo (leia-se mais de 10 segundos) ou evitando a utilização do plano-sequência (muito utilizado no cinema moderno);  
 narrativas visuais lineares e aceleradas, buscando conciliar (informações jornalísticas, dramas ficcionais, *reality-shows*, anúncio de produtos), fixadas no telespectador através de estratégias de reiteração, estereótipos, apelo emocional e decupagem rigorosa da mensagem em planos e sequências simples e encadeadas.

Portanto, contemplando essa narrativa visual linear proposta por Napolitano (2008), a reportagem expôs primeiro as comemorações dos 80 anos da imigração japonesa. Entre os elementos, há a reprodução da chegada do navio Kasato Maru, onde estiveram presentes diversos nikkeis e brasileiros, sendo ao mesmo tempo “espectadores e atores”. Nesse evento, o

---

<sup>29</sup> *Sansei* (三世): terceira geração.

repórter Pedro Bial questionou alguns participantes sobre a sua identidade, ou seja, se são brasileiros ou japoneses; alguns argumentaram que pertenciam às duas nações, outros disseram que são mais brasileiros e que aprenderam a viver no país. Posteriormente, aproveitando-se do cenário de reprodução da chegada do Kasato Maru, versaram sobre os sofrimentos dos imigrantes japoneses nas fazendas de café, discorrendo sobre a desilusão ao chegarem ao país e como foram enganados tanto pelo governo japonês quanto pelas empresas de colonização, utilizando-se de imagens do filme “Gaijin”<sup>30</sup>. Todavia, as dificuldades são colocadas apenas como um degrau para a conquista e a vitória desses imigrantes, assim, no discurso, destacaram os nikkeis como essenciais para o desenvolvimento do país. Em vista disso, o programa entrevistou importantes agricultores, produtores e empresários para elucidar esse “sucesso dos imigrantes”, como os produtores Tanigushi, produtor do bicho-da-seda; a Colônia de Tomé-Açu, conhecida pela produção de pimenta-do-reino; Okamoto e a produção de chá em Registro; Yamamoto e a produção de saquê, considerada a única no Brasil.

Outrossim, é retratada também a problemática do esvaziamento da colônia japonesa, em que os descendentes se mudavam para estudar e/ou trabalhar na capital ou em cidades de maior porte, mas não retornavam. Isso ocorreu na colônia de Hirano, uma das primeiras fundadas no Brasil, em 1914, localizada em Cafelândia (SP) e que era composta por 250 famílias. Entretanto, no ano de 1988, restavam apenas quinze famílias, e em sua maioria compostas por idosos. Esse esvaziamento seria amplificado pelo movimento *dekasegi*, inclusive um dos últimos assuntos trabalhados na reportagem. As últimas tomadas passaram-se em Tóquio e foram constituídas por entrevistas com *dekasegi*, destacando-se três nikkeis que ocupavam posições diferentes no Japão: Marcos Mukanata (técnico de esporte em escola), Tomy Ozeki (modelo) e Carlos Toshiki (cantor). Todos relataram o estranhamento ao chegar no Japão, por encontrarem um país diferente daquele contado por seus avós e/ou pais; além da questão de identidade – serem considerados japoneses no Brasil, *gaijin*<sup>31</sup> no Japão – e a dúvida entre retornar ou ficar, questões comuns para a maioria dos *dekasegi*.

O movimento *dekasegi* surgiu mais significativamente a partir da metade da década de 1980, devido à crise econômica brasileira que provinha desde a década anterior. Esse período é conhecido como a “década perdida”<sup>32</sup>, por ser marcado pelo baixo dinamismo da economia brasileira: o Produto Interno Bruto (PIB) diminuiu 13% entre 1980 e 1983, houve a aceleração

---

<sup>30</sup> “Gaijin: os caminhos da liberdade” é um filme brasileiro (1980), dirigido pela cineasta nipo-brasileira Tizuka Yamasaki, e que marcou sua estreia como diretora e roteirista (FACHINI-ZANIRATO, 2018, p. 26).

<sup>31</sup> *Gaijin* (外人) é a contração de *gaikokujin* (外国人), que significa estrangeiro (ANDRÉ, 2011, p. 200).

<sup>32</sup> Apesar de ser conhecido assim, preferimos o termo “década quase perdida”, pois “década perdida” só leva em consideração as crises econômicas, anulando os ganhos da redemocratização (CAVALCANTE, 2016, p. 41).

da inflação, a desvalorização do dólar, a complexa desigualdade de renda e social e o aumento do desemprego nos setores públicos e privados, ampliando os tipos de trabalhos informais e retraindo o mercado de trabalhos formais (VARGAS; FELIPE, 2015, p. 131; CAVALCANTE, 2016, p. 40). Diante de toda essa crise e o descontentamento, os brasileiros emigraram de diversas partes do país em direção aos EUA, países da Europa, Japão e Canadá. Entre eles estavam os nipo-brasileiros, que optaram por migrar para o Japão buscando a ascensão social ou se manterem economicamente, isto é, foram com uma perspectiva de enriquecimento muito parecida com a dos imigrantes japoneses (1908), sendo assim uma imigração inversa. Entretanto, trabalharemos mais profundamente esse fenômeno na análise do romance “Sonhos Bloqueados”, no terceiro capítulo.

Notamos que o discurso memorialista do Imin 80 foi delineado, de modo geral, na reportagem do Globo Repórter, uma vez que o programa frisou a ascensão dos imigrantes japoneses e os caracterizou como importantes para o desenvolvimento do Brasil, além de sugerir que estariam assimilados à sociedade. Embora seja produzido por uma rede brasileira e não pelas entidades da colônia japonesa, percebemos os principais componentes do discurso comemorativo, ao mesmo tempo, diferenciando-o em alguns pontos das outras comemorações, ressaltando aspectos como o esvaziamento da colônia japonesa e o movimento *dekasegi*.

No entanto, o Imin 80 sobressaiu-se, sobretudo, pela propagação do discurso memorialista através de outros meios, como a literatura nikkei, com livros publicados a partir da metade da década de 1980 em língua portuguesa e que buscavam a construção de memória sobre a imigração japonesa. As obras são em sua maioria romances e biografias com visões idealizadas sobre o Japão, o cotidiano do imigrante japonês, a harmonia entre o contato de culturas diferentes, reelaborando a ideia de democracia racial, e a amizade entre o Brasil e Japão. Pollak (1992, p. 203) argumenta que a memória é seletiva e não pode ser considerada um processo inocente, já que pressupõe determinados agentes produtores contendo algum objetivo, como a seleção, a resignificação e a reprodução de determinados eventos, períodos e personagens. Contudo, versaremos sobre a literatura nikkei no capítulo 2.

Percebemos que no Imin 80 surgiram algumas questões, como: a construção de memória sobre a imigração japonesa propagada por novos meios, ou seja, a literatura; a ênfase de um discurso que cristalizava a imigração e pretendia fortalecer a amizade entre o Brasil e o Japão, ainda mais que nesse período começou-se o movimento *dekasegi*; e a reformulação da imagem dos nikkeis, em que não eram mais caracterizados como inassimiláveis e um perigo amarelo, passaram a ser vistos como um exemplo a ser seguido, enaltecendo o trabalho duro e de sucesso, como veremos a seguir. A reformulação da imagem do nikkei e o movimento

*dekasegi* são relacionados à mudança do Japão no pós-guerra, transformando-se em uma das grandes potências mundiais<sup>33</sup>.

## 2.2. A IMAGEM DO NIPO-BRASILEIRO

A partir das décadas de 1960 e 1970, surgiu uma visibilidade positiva em relação aos nikkeis no Brasil: não eram mais um quisto étnico<sup>34</sup>, um perigo amarelo nem inimigos do Estado, e passaram a ser vistos como um exemplo de crescimento e progresso a ser seguido. Isso aconteceu, substancialmente, quando os nikkeis começaram a trocar as zonas rurais pelas cidades, apoiados por seus pais para que frequentassem escolas e universidades, escolhessem profissões urbanas e melhorassem o *status* econômico, transformando-se em “melhores brasileiros”. Da mesma maneira, ocorreram inferências da mudança do Japão no cenário mundial, tornando-se um país industrializado e moderno (SHIMIDU, 1973, p. 484; NAKASATO, 2008, p. 97; LESSER, 2008, p. 29/32).

No final da Segunda Guerra Mundial, o movimento de urbanização dos imigrantes japoneses e de seus descendentes se acentuou: mais da metade das famílias deixou a área rural e se dirigiu para as cidades. Boa parte mudou-se para a capital paulista ou para cidades de porte médio do estado, pois almejavam o melhoramento de vida e oportunidades de estudo para os filhos. Inicialmente, esses indivíduos escolheram profissões que exigiam pouco capital e não necessitassem muito do conhecimento da língua portuguesa, já que raramente os imigrantes dominavam o idioma fluentemente, e optaram por ramos que pudessem contar com o trabalho da família. “Tornaram-se donos de tinturarias, quitandas, mercearias, barbearias ou barracas de feiras” (SAKURAI, 2016, p. 258-259).

Os nikkeis eram percebidos como aqueles que estudavam nas universidades, eram pequenos comerciantes e profissionais liberais, atuavam em publicidade e no cinema e ocupavam cargos políticos. Essa visão, uma espécie de “minorias modelo”, foi criada, sobretudo, por meio da visão do outro, ou seja, pelos não descendentes. Contudo, os nipo-brasileiros

---

<sup>33</sup> A partir de 1955, a economia japonesa começou a se expandir, e em 1960 passou por um “boom econômico”, retornando ao cenário mundial e reformulando-se de um país imperialista para um gigante econômico. Nesse período, verificamos a valorização da imagem internacional dos japoneses, pois não eram mais considerados o povo rígido e militarizado, passando a ser vistos como aqueles que apreciavam a alta tecnologia (UCHINO, 2008, p. 133; IGARASHI, 2011, p. 392-393; SAKURAI, 2016, p. 230). Tanto que “[...] as ‘três regalias imperiais’ do consumo (geladeira, máquina de lavar e televisão preto e branco) saturaram, rapidamente, o mercado; os três Cs (Carro, ar-condicionado e TV colorida), então, as substituíram como os novos objetos de desejo” (IGARASHI, 2011, p. 392-393). Ainda nessa primeira década de 1960, houve a ênfase na industrialização como exemplo de crescimento econômico, investimentos na infraestrutura urbana e o aumento da migração rural-urbano, possibilitando mudanças na natureza de várias cidades japonesas.

<sup>34</sup> Palavra presente em um discurso do Ministro da Justiça do Estado Novo Francisco de Campos, de 1941 (LENHARO, 1986, p. 132).

utilizavam essa representação de forma tática e conforme as situações. Supomos ainda que a construção dessa nova imagem contou com a contribuição do próprio grupo nipônico, à medida que os nikkeis empenharam-se em enfatizar os elementos positivos, como a ascensão social e econômica. Isso é exemplificado pela segunda geração de nikkeis que se candidataram a cargos eletivos no Brasil<sup>35</sup>: empenharam-se para serem eleitos, não somente por sua origem, ou seja, pela ligação com o grupo étnico, mas também pelas categorias profissionais e pela atuação na sociedade. Em São Paulo, destacavam-se políticos como Yukishigue Tamura<sup>36</sup>, João Sussumu Hirata<sup>37</sup>, Yoshifumi Utiyama<sup>38</sup> e Diogo Nomura<sup>39</sup>. Todos apresentavam uma vida socioeconômica muito diferente dos outros descendentes de imigrantes: os quatro possuíam curso superior completo e receberam incentivos dos pais para estudar em escolas brasileiras, portanto representavam uma elite intelectualizada (SAKURAI, 1995, p. 148).

No Paraná, frisamos o ex-deputado Homero Oguido<sup>40</sup>, que escreveu o livro “De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná” (1988)<sup>41</sup>, versando exatamente sobre o discurso positivo em relação aos nikkeis, enaltecendo-os como os “melhores brasileiros” e por serem “insuperavelmente produtivos”. Nessa obra, são destacados os primeiros migrantes japoneses que chegaram ao Paraná, mais especificamente em Londrina, exprimindo o discurso do pioneiro. Oguido construiu uma narrativa heroica para todos os migrantes abordados, levantando os eventos marcantes da vida de cada um: a chegada ao Brasil pelo navio Kasato Maru, os sofrimentos em terras estranhas, a dificuldade para sobreviver, as lutas e as vitórias conquistadas por intermédio do *ganbāre*, exemplificado pelo caso de Yamato Kinjō<sup>42</sup>,

apontado como exceção dentro do grupo de imigrantes da primeira viagem, porque conseguiu se formar em odontologia no Brasil, Yamato Kinjō, 94 anos, sofreu de início as mesmas agruras de seus compatriotas que para cá vieram há 80 anos. Hoje, com situação financeira estabilizada, ele vive em São Paulo, com a filha do Emiko [...] (OGUIDO, 1988, p. 41).

<sup>35</sup> De acordo com Sakurai (1995, p. 127), a primeira geração de políticos nikkeis surgiu em 1947, quando emergiram os primeiros sobrenomes de origem japonesa para cargos políticos no Brasil. Posteriormente, a participação dos nikkeis na política aumentou de forma contínua e significativa.

<sup>36</sup> Yukishigue Tamura (1915-2011), deputado federal entre os anos de 1955 e 1969 (SAKURAI, 2016, s/p).

<sup>37</sup> João Sussumu Hirata (1914-1974), deputado federal entre os anos de 1963 e 1974 (SAKURAI, 2016, s/p).

<sup>38</sup> Yoshifumi Utiyama (1919-1995) ocupou diversos cargos: foi presidente da Aliança Cultural Brasil-Japão; presidente da Sociedade Brasileira de Música Folclórica Japonesa; presidente da Sociedade Assistência e Incentivo à Cultura de São Paulo (SAIC); fez parte da Sociedade Paulista de Cultura Japonesa; da Associação Cultural e Esportiva Piratininga; do Grêmio Cultural Brasil-Japão; e da Sociedade Paulista de Amparo às Crianças com Necessidades Especiais, entre outras (SAKURAI, 2016, s/p).

<sup>39</sup> Diogo Nomura (1920-2005), deputado federal entre os anos de 1971 e 1955 (SAKURAI, 2016, s/p).

<sup>40</sup> Homero Morinobu Oguido (1948-1997) formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Londrina, em 1974, e foi deputado federal entre os anos de 1991-1997 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, s/d).

<sup>41</sup> Publicado nos 80 anos da imigração japonesa e característico dos livros de memória.

<sup>42</sup> Yamato Kinjō imigrou para o Brasil com 13 anos e com 15 anos fugiu, com um amigo, de uma fazenda em Itu (SP) (OGUIDO, 1988, p. 42).

A mesma situação é apontada quando retrata a vida de Hikoma Udihara<sup>43</sup>, denotando o sacrifício e o tempo dedicado para a colonização do norte do Paraná. Porém, mesmo com todos os esforços, ele faleceu pobre. Oguido criou um discurso angariado nos feitos de Udihara, para encobrir a falta de ascensão social.

[...] Este japonês nascido na cidade Kochi, a 8 de novembro de 1882, dedicou 63 anos de sua vida ao Brasil, 50 dos quais colonizando cidades do Norte do Paraná. Como chefe de vendas da Companhia de Terras Norte do Paraná para a colônia japonesa. Udihara ganhou muito dinheiro, mas morreu pobre. Tudo o que recebeu com a venda de milhares e milhares de alqueires de terras, doou a colonos e comerciantes por ele trazidos para a terra norte-paranaense. Sua maior satisfação no fim da vida era ver o quanto cada um tinha progredido (OGUIDO, 1988, p. 118).

Desse modo, notamos que na obra houve a junção de uma espécie de narrativa heroica<sup>44</sup> com o discurso do pioneiro. Adotou-se a representação de herói, aquele que passa por um período de aprendizagem e aquisição de habilidades – que no caso dos migrantes japoneses se deu por meio do sofrimento: aprender a lidar com a terra, visto que muitos não eram agricultores, e criar habilidades para se adaptarem diante de uma cultura totalmente diferente da sua – para depois aceitarem seu destino, trazendo benefício para si ou para sua comunidade. Fica explícito na história de Udihara que ele lutou bravamente e enfrentou “[...] o sertão desconhecido, como explorador esforçado, diligente e corajoso” (OGUIDO, 1988, p. 120). Mesmo que não estivesse rico no fim da vida, seu marco foi a contribuição no desenvolvimento da área colonizada no Paraná, ganhando uma medalha de ouro, em 1963, reconhecendo toda sua colaboração. Portanto, Udihara foi caracterizado como um herói da colonização por ter enfrentado as adversidades e por beneficiar sua comunidade (JUNIOR; FREITAS, 2016, p. 80).

Em contrapartida, o discurso pioneiro propaga o ideário progressista, ou seja, o pioneiro era o empreendedor liberal, em marcha para o Oeste, construindo por meio do seu trabalho o Eldorado, a terra do progresso: “[...] região que oferece a todos as mesmas oportunidades de acesso à propriedade privada da terra, à liberdade econômica e política, à prosperidade e à felicidade” (ARIAS NETO, 1995, p. 75). Tanto Kinjō quanto Udihara são tipificados como heróis e pioneiros, ao passo que o primeiro é caracterizado como o pioneiro que se formou em uma faculdade – de odontologia –, sendo o desbravador do conhecimento, mesmo que tenha enfrentado todos os problemas dos primeiros imigrantes, e ainda assim tornou-se vitorioso,

---

<sup>43</sup> Hikoma Udihara chegou ao Brasil em 1910 e viveu um período em São Paulo. Já em 1922, trabalhava para a Companhia Agrícola Barbosa Ferraz, de Cambará, e por intermédio desta ingressou na Companhia de Terras Norte do Paraná, a convite de Arthur Thomas, gerente geral da companhia. Tornou-se o agente exclusivo da companhia para negociações com japoneses (OGUIDO, 1988, p. 118).

<sup>44</sup> Mesmo que a narrativa do herói seja comum apenas em filmes de aventura, histórias em quadrinho e em romances literários, aplicamos esse conceito, pois Oguido romantizou a história dos imigrantes, trazendo-os como heróis diante dos obstáculos da vida.

como um ato heroico, e conquistou seu espaço na sociedade. Já o segundo é considerado pioneiro por trazer progresso para o Paraná e que, por meio de seu labor, construiu o Eldorado. José Miguel Arias Neto (1995, p. 75) explica que o discurso do pioneiro depende da posição que os depoentes ocupam; em outras palavras, “[...] os termos progresso, eldorado, pioneiro, possuem conteúdos específicos [...]”. Por isso, as concepções de pioneiro e vitória entre os migrantes são diferentes, ainda que tenham uma visão progressista da história.

No livro, ficam evidentes também os nipo-brasileiros que alcançaram posições relevantes na sociedade, acentuando o discurso de “minoría modelo”, ou seja, a capacidade do nikkei em modernizar o país e sua integração. Conforme Oguido (1988, p. 228): “os descendentes de japoneses, em todos os níveis, estão perfeitamente integrados na sociedade e participam da vida estadual em todos os setores da atividade humana”. Assim, são pontuados os ganhos e contribuições dos nipo-brasileiros, destacando-os no esporte, além das participações em competições: “[...] muitos deles representaram o Estado em competições nacionais. Outros defenderam o Brasil no exterior. Ganharam medalhas e se emocionaram no pódio ao ouvir o Hino Brasileiro e ver hasteada a bandeira de seu país, o Brasil” (OGUIDO, 1988, p. 228).

Igualmente, o sucesso alcançado é notado, por exemplo, nas Olimpíadas de 1920:

[...] o Brasil conquistou seis medalhas de ouro, sete de prata e dezessete de bronze. Desse total de 30 medalhas conquistadas pelo Brasil na história dos Jogos Olímpicos, três foram ganhas por japoneses e descendentes de japoneses. O primeiro a subir no pódio foi Tetsuo Okamoto, em 1952, com bronze nos 1.500 metros de nado livre. Depois foi a vez de Shiaki Ishi, um japonês naturalizado brasileiro, ganhar bronze no judô, em 1972. E nos Jogos de Los Angeles, em 1984, Luiz Onmura também ganhou bronze no judô (OGUIDO, 1988, p. 228).

A narrativa desenvolvida por Oguido sustenta o discurso de assimilação defendido pelos pesquisadores da primeira fase historiográfica sobre a imigração japonesa, além de amparar a nova visão pela qual boa parte dos nikkeis queria ser reconhecida: indivíduos integrados à sociedade brasileira e que triunfaram econômica e socialmente. Segundo Lesser (2008, p. 30-31), os nipo-brasileiros eram definidos, até por si próprios, como produtivos, “[...] agricultores quitandeiros e donos de lavanderias, nas décadas de 1940 e 1950; como inovadores tecnológicos ou ativistas políticos, nas décadas de 1960 e 1970; e como profissionais liberais, nos anos 1980 e 1990 [...]”. Ainda eram caracterizados como uma das melhores misturas, no caso dos descendentes, por manterem as práticas culturais japonesas acrescentadas com o lado criativo brasileiro, por isso eram os “cidadãos modelos” do tipo futurístico e moderno. Essas definições refletiam pontualmente na identidade dos nipo-brasileiros e, muitas vezes, eram empregadas pelos próprios nikkeis, de acordo com as circunstâncias. Todavia, essa nova visibilidade contribuiu para a formação de mais um mecanismo estereotipado de exclusão, colocando que

“todos os nikkeis eram inteligentes”. Apesar do discurso ser usado pelas lideranças da colônia japonesa e por alguns nipo-brasileiros, estabeleceu-se uma obrigação aos descendentes de serem “inteligentes, ricos e trabalhadores”, o que contribuiu para a hierarquização e exclusão social dos nikkeis no Brasil (SUDA, 2005, p. 21).

Ademais, nessa nova visão ressurgiu outro discurso antinipônico, isso porque a partir da década de 1960 os nipo-brasileiros passaram a ocupar cada vez mais espaço nas universidades públicas, por alcançarem bons resultados acadêmicos e chegarem em um nível educacional elevado. Os nikkeis ganharam a visibilidade de um “outro racial”. Esse discurso antinipônico era composto por argumentos como: “[...] ‘Garanta seu lugar na Universidade de São Paulo amanhã: mate um japa’ era uma delas, enquanto outra, grafitada nos banheiros da universidade, dizia: ‘Enquanto você está aí cagando, tem um japonês estudando’” (LESSER, 2008, p. 46). Compreendemos que o discurso antinipônico contém resquícios de um discurso racista presente no Brasil antes mesmo do início da imigração japonesa, baseado no determinismo racial e que associava “a raça e a cultura”, como se os efeitos das relações genéticas determinassem as experiências culturais; portanto, se um indivíduo fosse considerado degenerado racialmente, significaria que ele era também degenerado moral e culturalmente (FREYRE, 2019, s/p). Em vista disso, os qualificativos de “inteligente” ou “trabalhador” em relação aos nikkeis eram associados às características étnicas, e não às condições históricas. De natureza igual, vincular esses qualificativos a um grupo específico resultou em generalizações e definiram-se como características essenciais desse determinado grupo.

A imagem reformulada sobre os nipo-brasileiros era composta pela dualidade, em que ao mesmo tempo eram vistos de uma forma positiva: os nikkeis eram considerados os melhores, logo a nação brasileira se tornaria melhor ao se transformar em “mais japonesa”; era também determinada de uma forma preconceituosa e negativa, de que os nikkeis roubariam as vagas nas universidades, nos trabalhos e nos meios sociais. Por fim, essa visibilidade expandiu-se tanto por meio da literatura quanto pelas festividades dos aniversários da imigração japonesa, destacando-se as conquistas dos imigrantes e dos descendentes e sua ascensão social, enfatizando o discurso de serem bem-sucedidos, ocupando posições importantes na sociedade e marcados pela conquista da ascensão econômica e social.

Por intermédio das análises, compreendemos que os aniversários da imigração japonesa são circunscritos por um discurso empenhado na construção de memória e que se transforma em cada comemoração conforme as situações e os objetivos do grupo dominante, ou seja, dos organizadores. O Imin 50 foi organizado pelo Bunkyo, objetivando a união da colônia japonesa que estava cindida entre os *kachigumi* e *makegumi*, conflito causado no final da Segunda Guerra

Mundial e pelas ações de sociedades, entre elas a Shindō Renmei. Sendo assim, destacaram-se elementos que permitiriam uma identificação entre os indivíduos, ou seja, um passado comum entre os nikkeis: a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil.

Por outro lado, na comemoração dos 70 anos, é realçada a consolidação da imagem positiva dos nipo-brasileiros – causada pela nova representação do Japão –, por uma formulação da comunidade japonesa imaginada e pela construção de um lugar de memória por meio do Museu Histórico da Imigração Japonesa em Rolândia, do Museu da Imigração Japonesa em São Paulo e pelo surgimento de obras memorialísticas. Entendemos que o Imin 70 se apropriou do discurso sobre a união da colônia propagado no cinquentenário e que se concretizou na construção dos museus, como um espaço narrativo sobre a vida dos imigrantes, destacando de forma linear as lutas, as conquistas e a união como um passo para a vitória no final. Similarmente, manifestou-se um discurso que realçava a assimilação dos imigrantes e a escolha deles pela adoção do Brasil como a sua pátria, demonstrando o empenho de serem percebidos como parte da nação brasileira.

Já o Imin 80 é marcado por dois eventos importantes: o primeiro é a propagação dessa nova imagem dos nikkeis, influenciada não somente pelo discurso do outro (no caso, o não descendente), ou pela mudança do Japão no cenário mundial, mas também pela visibilidade positiva e relacionada ao sucesso econômico, sendo apropriada e enfatizada pelos próprios nikkeis, algumas vezes até como forma de superioridade; o segundo é o início do movimento *dekasegi*, causando uma crise e o medo de um possível esvaziamento da colônia. Ademais, esses dois eventos instigaram diretamente a construção de memória dos imigrantes japoneses e seus descendentes, visto que evidenciaram a visão positiva e formularam uma narrativa sobre imigração japonesa por intermédio do discurso memorialístico e da literatura. A comemoração dos 80 anos da imigração japonesa sobressaiu-se, em relação às anteriores, justamente pela consolidação da literatura nikkei, não mais ligada apenas à colônia. Essa literatura foi utilizada como um dispositivo de alastramento da nova visualidade dos nikkeis e de construção de memória, como veremos no próximo capítulo.

### 3. A LITERATURA NIKKEI

Eu sendo filha de japoneses, tive a felicidade de viver em duas culturas: a brasileira e a japonesa. Se não fosse esta vivência este livro não poderia ser escrito. Tenho esperança de que ele um dia possa servir de documento para as terceiras, quartas, quintas, etc. gerações que não imaginarão que os primeiros imigrantes vieram assim (NAKAMURA, 1988, p. 9).

Neste capítulo abordaremos as autobiografias e os romances escritos por imigrantes e descendentes ou que os têm como personagens principais. São obras publicadas por volta da década de 1980, em português e/ou em japonês, objetivando recordar e homenagear a imigração japonesa. Conforme o trecho acima, do livro “Ipê e Sakura (Em busca da identidade)”, de Hiroko Nakamura (1988), os escritores visavam homenagear a presença japonesa no Brasil, principalmente porque boa parte das publicações coincidiram com a comemoração dos 80 anos da imigração japonesa, em 1988. Embora não fossem necessariamente obras encomendadas, os autores entenderam que a data era propícia para recordar, e assim utilizaram-se taticamente dessa conjuntura para a reprodução de seus discursos.

Do mesmo modo, neste capítulo, salientaremos os livros escritos pelas mulheres e que manifestam a narrativa feminina sobre a imigração japonesa e o cotidiano no Brasil. Obras que dissertam sobre a visão delas de sua vida e a da família, partindo do universo doméstico. Mesmo que a narrativa esteja ligada ao âmbito familiar e ao cotidiano, é perceptível um certo afastamento com os papéis sociais e de gênero, uma vez que são presentes manifestações de independência das nipo-brasileiras. Esses livros são ricos em descrição sobre as atitudes das mulheres e colocam-nas em posição de destaque nos enredos, além serem centrais no desenvolvimento das trajetórias familiares.

Para analisar os livros, deve-se considerar a posição social dos autores e as forças que condicionam o contexto no qual a obra é produzida, porque, no primeiro caso, a posição social influencia na construção da obra: o escritor é persuadido por sua necessidade interior e pelos padrões da época em que vive, e partindo disso escolhe os temas e as formas presentes. Ao passo que, no segundo caso, essas forças guiam o artista: 1- condicionam a ocasião em que a obra é produzida; 2- julgam a necessidade de ela ser produzida; 3- se tornará ou não um bem coletivo. Os dois pontos interferem, então, tanto na produção como no conteúdo das obras (SOUZA, 2006, p. 35).

Apesar de denominarmos as obras como uma literatura nikkei, não significa que foram

escritas somente pelos imigrantes japoneses ou descendentes, uma vez que encontramos livros escritos por não nikkeis. Entre os romances analisados, chamou-nos a atenção o da autora Fusako Tsunoda, pois é uma escritora japonesa, e para escrever a sua obra viajou para o Brasil objetivando pesquisar a vida dos imigrantes japoneses. Assim, baseou-se nos relatos desses imigrantes e de pesquisas realizadas. Desse modo, a autora não vivenciou diretamente os eventos da imigração, e em razão disso o que denominamos literatura nikkei é aquela em que há escritores de origem/ascendência japonesa ou que tenha como personagem principal o imigrante ou o descendente, portanto, não são necessariamente autores que experienciaram a imigração.

As obras aqui analisadas foram escritas em português ou traduzidas, demonstrando a relevância do acesso de pessoas fora da colônia japonesa: os descendentes que não sabiam ler em japonês e os não descendentes. Sendo assim, as obras não ficaram restritas apenas dentro da colônia, mas foram divulgadas para que todos os sujeitos pudessem ler e conhecer a vida dos imigrantes e seus descendentes. Segundo Elton Vinicius Sadao Tada (2014, p. 22), essa literatura é um novo tipo de arquivamento que dialoga com aquilo que o grupo produziu a seu respeito e, ainda, com a pretensão de compartilhar os aprendizados com as próximas gerações. Ademais, consideramos a ampliação do público nessa literatura uma tática, seguindo uma lógica muito semelhante à dos jornais nipo-brasileiros que começaram a publicar em português para alcançar a população não nikkei e os nikkeis que não sabiam ler em japonês (LESSER, 2001, p. 188)<sup>45</sup>. Embora existissem diversas publicações de romances e autobiografias nikkeis da década de 1980 – com raras exceções – esses livros não ganharam posição de destaque na literatura brasileira, na qualidade de um conjunto de obras consagradas e integradas à formação de um legado literário. Dessa forma, a literatura nikkei limitou-se a uma circulação margeada no sistema literário (VEJMELKA, 2014, p. 213).

### 3.1. AS AUTOBIOGRAFIAS DOS IMIGRANTES JAPONESES

As autobiografias tinham como finalidade registrar a história dos imigrantes, devido à preocupação dos autores em deixar para os descendentes seus registros, como uma espécie de lição moral; em outras palavras, eles queriam transmitir para as gerações futuras o testemunho de “trabalho e sacrifícios” vividos pela primeira geração. Por isso, as autobiografias e biografias

---

<sup>45</sup> Conforme Lesser (2001, p. 188), no contexto do discurso antinipônico das décadas de 1930 e 1940, os nikkeis começaram adotar estratégias para provar a sua pertença à sociedade brasileira, sendo uma delas a impressão de alguns trechos em português nos jornais da colônia japonesa, “[...] destinados tanto à população não-nikkei quanto aos 30% dos nikkeis no Brasil que não sabiam ler japonês. Esses artigos, em geral, centravam-se na expansão dos vínculos econômicos entre o Japão e o Brasil e na glorificação na vida japonesa em terras brasileiras [...]”.

são consideradas partes de um discurso oficial, à medida que se selecionam os eventos vividos, dando a ideia de uma história sem conflitos e com a vitória do imigrante no final (SAKURAI, 1993, p. 19). De acordo com Pierre Bourdieu (2002, p. 189), os relatos tendem a se aproximar mais da apresentação oficial que fazemos de nós mesmos, ou seja, por serem os discursos uma exposição pública e que simbolizam o privado da própria vida, “implica um aumento de coações e de censuras específicas”.

Outro fator importante ligado a essa produção é conduzir a noção de trajetória, isto é, a vida é organizada cronologicamente e com uma ordem lógica: “[...] desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é um objetivo” (BOURDIEU, 2002, p. 184 e 185). Assim, na autobiografia, ou mesmo na biografia, os eventos são organizados em sequências ordenadas, a fim de serem mais compreensíveis, mesmo que não se desenrolem em sua estrita sucessão cronológica. Logo, o relato autobiográfico se baseia em dar sentido, “[...] de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário [...]”. (BOURDIEU, 2002, p. 184-185).

As autobiografias escritas pelos imigrantes abordaram de forma romanceada, sobretudo, os sofrimentos vividos nas fazendas de café, a superação dos problemas por meio do *ganbāre*, a ajuda cooperativa da comunidade nipônica e a vitória desses indivíduos no Brasil. Para as análises, selecionamos três autobiografias, publicadas durante a década de 1980, escritas em português e que alcançaram certo prestígio: “Samurai da paz: saga de um imigrante japonês” (1982); “Toda uma vida no Brasil” (1984) e “Sob dois horizontes” (1988). Conforme Sakurai (1993, p. 17), as datas e os acontecimentos importantes são marcados por inscrições, monumentos, comemorações, festas e são documentadas em livros, folhetos e edições comemorativas. Essas características estiveram presentes entre os imigrantes japoneses, uma vez que houve a preocupação, por parte da colônia, em documentar os episódios significativos e realçar a trajetória dos seus membros mais ilustres, “[...] apontando tanto para a inserção como para a união da colônia através da divulgação e informação dos acontecimentos a ela ligados [...]”.

“Samurai da paz: saga de um imigrante japonês”, de Armando Soichi Iwaya, foi publicado em 1982 pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em Curitiba, e narra a vida do autor desde a sua chegada ao Brasil, com 10 anos de idade, até os momentos em que conseguiu diversos prêmios/condecorações, entre eles o de comendador. Sua história é contada

como uma espécie de odisseia, salientando a busca da integração dos imigrantes japoneses. Já a obra “Toda uma vida no Brasil” de Katsuzo Yamamoto, publicada pelo Massao Ohno Editor, em 1984 e em São Paulo, é uma coletânea de textos publicados, inicialmente, em jornais e revistas da colônia no decorrer de 20 anos, em japonês, e foram traduzidos por José Yamashiro. São ao todo 219 artigos, que dissertam de forma cronológica a trajetória de Yamamoto, partindo da chegada ao Brasil, a vida na fazenda e, posteriormente, o “triunfo” em tornar-se jornalista (SAKURAI, 1993, p. 18). O livro “Sob dois horizontes”, de Mitsuko Kawai, publicado em 1988 pela Editora do Escritor LTDA, em São Paulo, é taxado como uma obra de memórias, mas consideramos como uma autobiografia feminina, pois retrata a vida da mulher imigrante, as dificuldades no trabalho, os sucessos, os fracassos e a vitória na vida, representada desde o aprendizado da língua portuguesa até a conquista do cargo de jornalista por Kawai no “Diário Nippak”, aos 54 anos, sendo a primeira jornalista mulher de origem japonesa. O objetivo da autora era divulgar a cultura japonesa para os descendentes e não nikkeis (SAKURAI, 1993, p. 23/24).

As autobiografias são concentradas no trabalho e é por intermédio dele que as conquistas e as responsabilidades são realizadas. Igualmente, os autores eram sujeitos de relevância dentro da colônia japonesa: Iwaya era contador e foi reconhecido diversas vezes, chegando a ganhar prêmios e medalhas por sua contribuição à sociedade; Yamamoto era jornalista reconhecido dentro da colônia; e Kawai foi a primeira mulher a se tornar jornalista, isso aos 54 anos. Outrossim, notamos que as obras seguem uma linha cronológica, em que colocam o sacrifício e o sofrimento como apenas um degrau para a conquista da vitória.

Para a análise das autobiografias, selecionamos os tópicos marcantes e em comum nas obras. Dessa maneira, percebemos que os autores abordam principalmente: 1- o sofrimento dos imigrantes em terras desconhecidas; 2- a formação de uma comunidade imaginada; 3- os conflitos durante a Era Vargas; 4- os conflitos no pós-guerra.

### 3.1.1. O Sofrimento Dos Imigrantes Japoneses Em Terras Desconhecidas

Os livros autobiográficos analisados seguem uma linha temporal bem parecida, pois descrevem a vida no Japão, depois a viagem nos navios, a chegada em terras estranhas, a decepção com a vida na fazenda, os processos de adaptação e as conquistas por meio do *ganbāre*. Além de elaborarem um discurso baseado nos sofrimentos e em suas lutas diárias para sobreviver e conquistar um espaço numa sociedade discriminatória e explorativa, os autores rememoraram e selecionaram os eventos de significância, objetivando a conservação de um passado que, segundo eles, estava se perdendo, sobretudo pelo abandono das práticas culturais

japonesas e pelo movimento *dekasegi*. Ecléa Bosi (1994, p. XX) disserta que o lembrar é um (re)fazer e é a compreensão do agora a partir do outrora; em outras palavras, é um sentimento de reparação do feito, não sendo apenas uma repetição.

As obras começam contando a vida no Japão e os motivos que fizeram os japoneses imigrarem para o Brasil. No caso de Yamamoto (1984, p. 16), a imigração ocorreu após o falecimento de seu pai e assim que percebeu que não melhoraria de vida continuando lá. Já Iwaya (1985, p. 24) imigrou ainda criança por decisão de seu pai, o chefe de família, em virtude das crises econômicas e sociais. De forma semelhante, Kawai (1988, p. 46/47) imigrou por decisão do chefe da família e em busca de uma vida melhor. Portanto, em todas as situações, os imigrantes vieram com a esperança de enriquecimento rápido. Os japoneses imigraram intencionando ganhar somente o suficiente para pagar as dívidas, ajudar a família e juntar algum dinheiro para retornar ao país de origem, acreditando que seria uma imigração de caráter temporário. Do mesmo modo, no início, os trabalhadores japoneses eram contratados pelos fazendeiros de café em São Paulo, e tais contratos duravam em média dois anos, por isso a presença nipônica, nesse momento, restringiu-se às regiões paulistas (ANDRÉ, 2011, p. 67).

Os autores chegaram ao Brasil entre os anos de 1932 e 1934, e quase todos expõem as dificuldades vivenciadas no navio e durante a viagem. Kawai (1984, p. 50) revela os sofrimentos pelos quais sua mãe enfrentou: “[...] o balanço do navio fazia-a sentir-se tão mal que desde que zarpamos do porto de KÔBE [sic] até chegarmos a Santos, quase o tempo todo ela permaneceu na cama, sem poder alimentar-se direito”. Por outro lado, Iwaya (1982, p. 28) narra a chegada na hospedaria brasileira de forma otimista: “Lembro bem ainda da sensação que tive quando nos dirigimos ao suntuoso edifício da Hospedaria dos Imigrantes, onde, após trâmites burocráticos, recebemos gostosos sanduíches de salame e doces pulverizados com açúcar cristalizado [...]”. Portanto, a narrativa epopeica iniciou-se antes mesmo da chegada dos imigrantes ao Brasil, pois reproduz que desde a saída do Japão, seu país natal, enfrentaram diversos problemas. Segundo Peter Burke (2006, p. 70), rememorar ou escrever o passado não são atividades inocentes, em razão de pressuporem a seleção, a interpretação e a distorção condicionadas, ou pelo menos influenciadas, por grupos sociais, não sendo obra de indivíduos isolados.

Entretanto, ao chegarem no Brasil, os trabalhadores depararam-se com uma realidade bem diferente daquela sonhada: as condições de trabalho nas fazendas de café não permitiam a poupança e foi enfatizada a diferença cultural. Isso fica explícito em Kawai (1998, p. 74), quando aborda a decepção pela qual seu pai passou: “[...] esse sonho foi-se desfazendo pouco a pouco. Com o passar do tempo, foi-se percebendo que, mesmo trabalhando noite e dia e

economizando ao máximo, não havia possibilidade de sobrar algum dinheirinho. Essa dura realidade meu pai descobriu do modo mais difícil”. Igualmente, tanto Yamamoto (1984) quanto Iwaya (1982) trataram sobre a desilusão ao chegarem nas fazendas de café, a impossibilidade de retorno e as dificuldades enfrentadas:

Creio que é por essa razão que, ao chegarmos à Fazenda São Domingos, trocamos olhares de surpresa. A nossa expectativa era outra e embora não tivéssemos otimistas em demasia com o que nos esperava, ficamos desapontados quando pisamos o chão batido à frente de vinte e duas casas construídas com tijolos sem reboco. Houve naquele instante uma interferência na nossa esperança de melhorar a vida. Nem sentimos a beleza do canto dos sabiás que vinha de longe. Ao entrarmos na casa que nos era destinada deparamos com mesas rústicas e camas de madeira bruta, cujos colchões, feitos de palha de milho, impressionaram-nos mal, pois embora não pertencêssemos à classe privilegiada, vínhamos [sic] de uma terra onde hábitos eram diferentes. É verdade que nos lembrávamos de que lá havia, nos costumes, a ressonância de civilizações seculares, enquanto aqui estava no começo, principalmente nas fazendas. Estávamos acostumados a dormir em colchões de algodão e morávamos em casas confortáveis forradas com ‘tatami’ (IWAYA, 1982, p. 33-34).

Nessa passagem é possível compreender a perspectiva de superioridade por parte de Iwaya: enquanto caracterizava o Japão como mais avançado pelos “costumes” e pelas “civilizações seculares”, descrevia o Brasil como primitivo e em construção. Consideramos essa afirmação um discurso do pioneiro, colocando o imigrante como pioneiro e central na desenvoltura das regiões “inóspitas”. De natureza igual, entendemos que essa narrativa abarca elementos do discurso nacionalista japonês<sup>46</sup>, pois exalta os japoneses como um povo único e possuidor do *Yamato Damashii*<sup>47</sup> (LUIZ, 2019, p. 13/14).

Os autores retratam a difícil adaptação, seja em relação à língua e à cultura, seja com alimentação, além do cotidiano de trabalhos cansativos nos cafezais. Kawai (1988, p. 81) relatou as horas extenuantes de trabalho, mesmo para as mulheres que haviam acabado de casar ou dar à luz a um filho. No caso delas, o labor era mais cansativo por ter dupla jornada:

Assim, no dia seguinte ao do casamento, estávamos puxando a enxada. Na roça, as mulheres trabalhavam duas vezes mais que os homens, e como trabalhavam! O único serviço e que não participavam era a derrubada da mata virgem. Noutros serviços como capinar, plantar arroz, milho, feijão e algodão e, depois colher, mesmo na hora em que os homens descansavam, as mulheres trabalhavam fazendo comidas, lavando roupa e cuidando das crianças.

<sup>46</sup> Segundo Luiz (2019, p. 14), a existência de um Japão como “[...] nação foi condicionada ao imperador que assumiu, por intermédio da figura dos ancestrais, a característica de aglutinador do etnocentrismo japonês, isto é, o Japão só deveria ser pensado como um território unificado pela presença do imperador [...]”; resultando na construção de um nacionalismo japonês no Brasil e que assumiu diversas características, entre elas a ideia de superioridade.

<sup>47</sup> *Yamato Damashii* (大和魂) é um Espírito de imbatibilidade. Para saber mais, consultar Luiz (2019) e Dezem (2000).

Já Iwaya (1982, p. 44) expõe que enquanto sua família trabalhava (a mãe, o pai e a irmã Haruo), ele cuidava dos irmãos mais novos e dos afazeres domésticos. Contudo, não poderia reclamar, já que os familiares contavam com o seu esforço. De acordo com essa representação construída pelo autor, as famílias dos imigrantes, no Brasil, conservaram algumas características estruturais: eram vistas como uma unidade econômica e cooperativa, assim todos os membros deveriam contribuir de alguma forma nas atividades. Em contrapartida, apesar da conservação de algumas dessas práticas culturais, é perceptível uma quebra do papel social dos sujeitos, visto que Iwaya cuidava da casa e dos irmãos enquanto a mãe e a irmã trabalhavam na lavoura, assumindo, portanto, o que comumente era considerado um papel destinado às mulheres. Sugerimos que, em algumas famílias de migrantes, ocorreu a quebra dos papéis sociais devido à exigência de mão de obra na agricultura e nos rendimentos familiares. Outrossim, identifica-se o pensamento do *ganbāre*, em razão de os indivíduos aguentarem os sofrimentos e as dificuldades com determinação.

A força para trabalhar provinha, inicialmente, do anseio de retorno para a terra natal, ou seja, era preciso ganhar e economizar o máximo possível. Entretanto, com a impossibilidade de retorno, ocorreu uma mudança mental nos imigrantes japoneses, que deixaram os empregos nas fazendas de café e mudaram-se para as cidades ou para as zonas pioneiras, onde poderiam tornar-se lavradores independentes. Cacilda Maesima (2012, p. 52) disserta que, a partir de 1926, os imigrantes japoneses buscaram novos rumos e lugares onde poderiam se dedicar com mais rendimento à agricultura de caráter mercantilista. Embora o plano de retorno ainda predominasse entre eles, isso acabou não se concretizando, e a maioria radicou-se no país.

Notamos que os autores relembram muito a dedicação à lavoura, assim o período inicial da imigração é caracterizado pelo trabalho e só é lembrando por ele, ainda mais que os autores pertenciam à primeira geração. Os escritores, então, selecionaram os eventos que poderiam causar empatia por parte do leitor, como as labutas enfrentadas no cotidiano e a ilusão de enriquecimento rápido propagado pelo governo japonês e pelas empresas colonizadoras. Nos textos memorialísticos, ou considerados de memória oficial, o escritor escolhe distintos caminhos que fazem a narrativa desembocar em determinado lugar e ainda pode “[...] optar por encobri-la, por disfarçá-la com ornamentos do texto, por iludir o leitor com falsas crenças e impossíveis promessas ou por exibir a perda, por apresentar o vazio sem buscar obturá-lo [...]” (BRANCO, 1991, p. 36).

### 3.1.2. A Formação De Uma Comunidade Imaginada

A formação de uma comunidade foi um ponto comum versado nas autobiografias, em

que os autores argumentavam que certas características – desilusão de retorno, difícil adaptação, labuta do dia a dia, conflitos culturais, manutenção das práticas, ligação com determinada vertente religiosa – permitiram uma identificação entre os migrantes. Do mesmo modo, evocou-se o espírito de comunidade para aproximar-se da antiga vida no Japão, auxiliando no surgimento de redes de solidariedade. Por meio disso, consolidaram-se as colônias japonesas estruturadas em escolas, associações e cooperativas, centrando o ensino e o trabalho.

Percebemos essa ideia de formação de comunidade no livro de Yamamoto (1984, p. 19). De acordo com o autor, os imigrantes se “uniram” e estabeleceram um sistema de cooperação:

Durante certo período inicial de sua vida no Brasil, os imigrantes nipônicos se juntavam como folhas caídas pelo sopro do vento, e uniam-se uns aos outros, estabelecendo uma íntima cooperação mútua. Temos aí os primeiros fundamentos da vida dos japoneses do Brasil, donde nasceu o entendimento entre eles, gerando um relacionamento mais humano, de amizade e ajuda recíproca – que produziu a chamada colônia nipônica [...].

A ideia de uma comunidade japonesa é aqui entendida como uma comunidade politicamente imaginada, conceito constituído por Benedict Anderson (2008, p. 32), sendo essa comunidade intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. É considerada imaginada porque embora os indivíduos não se conheçam pessoalmente, eles mantêm uma espécie de comunhão viva e se reconhecem como um todo, ou seja, é o modo como um grupo imagina a si mesmo com uma cultura e história em comum. Para tal, a comunidade é uma referência às fronteiras que um grupo constrói em torno de si, mesmo que maleável. Outro ponto é que a imigração reforçou o pertencimento nacionalista japonês no momento em que as diferenças culturais foram enfatizadas, possibilitando a organização de “[...] pequenas ‘comunidades imaginárias’, que tinham o objetivo de promover estruturas e práticas que remetiam à cultura japonesa” (LUIZ, 2019, p. 104).

Dentro dessa comunidade imaginada, estabeleceram-se relações de solidariedade e sociabilidade, visando amenizar as dificuldades e os problemas dos primeiros tempos, assim como formar uma rede de apoio e alicerces para a família. Notamos a estruturação dessas redes no livro de Kawai (1988, p. 69), ao discorrer sobre sociabilidade e solidariedade entre os imigrantes japoneses nas fazendas, que se ajudavam nos casamentos, as mulheres auxiliavam no nascimento das crianças e se amparavam em caso de morte – todos ajudavam na construção do caixão e cada um contribuía com certa quantia para as despesas. O mecanismo de solidariedade dos nikkeis é pautado no coletivismo, fundamentado na ajuda mútua, não institucionalizada, e nos códigos de honra entre os participantes (SUDA, 2005, p. 129).

As redes de solidariedade implicavam até mesmo nas escolhas dos lugares de moradia.

Como expressado por Iwaya (1982, p. 55), no momento em que sua família decidiu mudar-se de cidade, preferiram ir para Mogi das Cruzes, em razão de alguns patrícios da mesma província viverem lá:

[...] E tanto fez que a sua ideia de mudar da fazenda tornou-se irrevogável. Para isso procurou-se contacto com os seus patrícios de Sorocaba e Moji [sic] das Cruzes. Confiava neles, que eram da mesma província que nós, no Japão, e acabou aceitando a oferta do Senhor Toyozo Ono um dos primeiros imigrantes japoneses radicados no bairro de Cocuera, no município de Moji [sic] das Cruzes. Ali era, e ainda é, a região onde a colônia japonesa é mais forte [...].

O agrupamento dos sujeitos e a constituição de um mecanismo de amparo e coletivista permitiram o possível reconhecimento de uma estrutura social japonesa apoiada na *mura*<sup>48</sup>. No Brasil, os imigrantes se reuniram em associações pela necessidade de tratar dos assuntos coletivos, formando, dessa maneira, as colônias japonesas. A constituição de um grupo ajudou os indivíduos a definirem seus lugares na sociedade, isto é, suas identidades sociais (ENNES, 2001, p. 60; SUDA, 2005, p. 24).

A aglutinação dos imigrantes oportunizou a organização de colônias e facilitou a manutenção dos hábitos do país de origem. Dentro das colônias criaram-se as associações<sup>49</sup>, possibilitando a formação de escolas, ligas esportivas e espaços de lazer. Além de basear-se no modelo de hierarquia do Japão, desse modo a direção ficava por conta dos mais velhos e/ou dos moradores mais antigos. Podiam ser estruturadas de acordo com o gênero e a idade, como os grupos dos senhores<sup>50</sup>, das senhoras<sup>51</sup> e dos jovens<sup>52</sup> (ENNES, 2001, p. 60/61; ANDRÉ, 2011, p. 130). Segundo Sakurai (2016, p. 255), a associação era o espaço de socialização e confraternização, o lugar onde os imigrantes se encontravam depois do trabalho. Ali realizavam-se campeonatos de beisebol, de atletismo, *undōkai*<sup>53</sup>, concursos de oratória em japonês, de canto e dança, e nas sedes eram comemorados o aniversário do imperador, o ano novo, além de casamentos e velórios.

Juntamente às associações, surgiram cooperativas agrícolas com estrutura e organização baseadas nas práticas culturais japonesas. A criação de cooperativas foi consequência da necessidade de acumulação do capital e de se organizarem em torno de uma entidade, congregando as de menor porte, “[...] com o objetivo de estreitar os laços entre as várias

<sup>48</sup> *Mura* (村) significa “aldeia rural”.

<sup>49</sup> *Nihonjinkai* (日本人会) significa, literalmente, “associação japonesa”.

<sup>50</sup> Denominado homonimamente de *nihonjinkai*.

<sup>51</sup> *Hahanokai* (母の会): “associação das mães”.

<sup>52</sup> *Seinenkai* (青年会).

<sup>53</sup> *Undōkai* (運動会) é um evento esportivo, objetivando a reunião da colônia japonesa.

cooperativas, bem como o de tornar as atividades mais lucrativas, interferindo no preço dos produtos agrícolas, disseminando novas técnicas, garantindo preços mais rentáveis na comercialização [...]” (ENNES, 2001, p. 61). Essas cooperativas associavam-se aos produtos locais e foram cruciais para o desenvolvimento econômico da colônia. Ainda que sejam relacionadas às atividades econômicas, algumas cooperativas também desenvolviam atividades culturais.

Na autobiografia, Kawai (1988, p. 69) versa sobre a união entre os imigrantes de lugares distintos ao chegarem à fazenda Aliança, a ponto de abandonarem suas diferenças culturais. No entanto, essa união e a busca por uma homogeneidade cultural entre os imigrantes de diversas províncias são controversas, visto que dentro da própria colônia havia preconceitos em relação aos okinawanos, por exemplo, que não eram aceitos pelos outros imigrantes japoneses e por isso criaram um grupo próprio<sup>54</sup>. Marcelo Alario Ennes (2001, p. 79) argumenta que essa situação pode se resumir da seguinte forma: “[...] Okinawa está para os japoneses, como os japoneses estão para os brasileiros”. Dessa forma, questionamos até que ponto o grupo japonês é uma comunidade étnica percebida como uma unidade ou isso seria um discurso empregado, essencialmente pela primeira geração, para se diferenciarem dos “não japoneses”.

Acreditamos que o grupo nipônico no Brasil é mais que uma comunidade imaginada, eles selecionam os indivíduos que participarão dela de acordo com suas percepções. Conforme Joyce Rumi Suda (2005, p. 53), para a formação de um grupo é preciso elevado grau de consenso entre os integrantes, “[...] sendo categorizados pelos outros da mesma maneira, considerando acontecimentos históricos, políticos, sociais e econômicos que levaram ao consenso social sobre quem está ‘dentro’ e quem está ‘fora’ [...]”. Portanto, defendemos que não houve uma unificação real e a afirmação de que os imigrantes abriram mão da sua cultura e assimilaram-se à cultura brasileira é uma jogada adotada pelos autores, e por boa parte dos nikkeis, para demonstrarem o quão integrados estavam na sociedade.

Outro ponto é que os grupos não são homogêneos e há diferenciações intragrupais – os papéis, os subgrupos e as categorias. Observamos isso quando há divisão entre os imigrantes e os descendentes, com pensamento e objetivos distintos. Por fim, supomos que os autores se utilizam do discurso de uma comunidade unida para se diferenciarem dos “não japoneses”. Os grupos fornecem aos seus membros uma identidade social, proporcionando a distinção, a comparação e a diferenciação em relação aos outros grupos, viabilizando a definição dos

---

<sup>54</sup> Observamos isso em Londrina, pois, por exemplo, existe a Associação Cultural e Esportiva de Londrina (ACEL), ligada à colônia japonesa, e há a Associação Cultural e Recreativa Okinawa de Londrina (ACROL), demonstrando a diferenciação e divisão entre os nikkeis.

sujeitos, o pertencimento em determinado grupo e a influência social (SUDA, 2005, p. 53).

### 3.1.3. Os Conflitos Durante A Era Vargas

Nas autobiografias são trabalhadas questões como a repressão do governo Vargas<sup>55</sup> e as perseguições dos brasileiros ao grupo japonês. Os autores retrataram as proibições impostas pelo Estado autoritário aos imigrantes dos países do Eixo, desde a restrição do uso de língua estrangeira à retirada de nikkeis residentes no litoral paulista. Do mesmo modo, versaram sobre a impopularidade dos imigrantes e seus descendentes, reforçada por uma intolerância racial e marcada pela desconfiança, transformando-os em “pequenos soldados do imperador”. Nesse contexto, surgiram denúncias populares e até mesmo perseguições a esses indivíduos (TAKEUCHI, 2007, p. 72/73; 2002, p. 31).

No livro de Iwaya (1982, p. 70), são contadas as restrições impostas aos nikkeis, narrando as adversidades vividas por seu pai:

Mas para os japoneses a época era difícil. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial tinham atingido o nosso povo. Meu pai havia perdido o emprego. Ele quase não falava português e falar japonês era proibido. [...] Às vezes ele pensava em sair de São Paulo e procurar trabalho em outro lugar. Mas tudo dependia da polícia, pois para viajar era necessário obter licença e sem salvo-conduto não adiantava tentar. Isso sangrava-lhe o coração.

As proibições aos imigrantes japoneses começaram a partir da década de 1930 e, posteriormente, com o Estado Novo (1937-1945), fortificou-se um processo de restrições aos nikkeis e que se acentuou devido ao rompimento das relações entre o Brasil com as potências do Eixo, transformando os imigrantes e seus descendentes em potenciais inimigos do Estado, cabendo ao exército, especialmente à polícia política, a tarefa de reprimi-los. Nesse período, as diferenças étnicas e culturais tornaram-se cada vez mais explícitas. Além de diminuir a mobilidade e as possibilidades de empregos e negócios, houve as imposições culturais e sociais aos imigrantes japoneses e seus descendentes (ENNES, 2001, p. 127; TAKEUCHI, 2007, p. 72).

Diante disso, sucedeu-se uma série de proibições aos “súditos do Eixo”, entre eles os nikkeis: em 1932 foi proibido o ensino da língua japonesa aos menores de dez anos e em 1934,

---

<sup>55</sup> Anterior a essa repressão, os imigrantes japoneses já eram alvo de um discurso antinipônico que objetivava a proibição da imigração japonesa para o Brasil. Um discurso que partia de intelectuais, eugenistas e deputados brasileiros, utilizando argumentos baseados nas teorias raciais da Europa do século XIX mesclado com o projeto de branqueamento. Os imigrantes japoneses eram considerados inassimiláveis e indesejáveis. Na Constituição de 1934, esse preconceito racial instituiu-se em lei, através da emenda de número 1.619 (DEZEM, 2000, p. 36; LESSER, 2001, p. 178-179; TAKEUCHI 2007, p. 44-52; UENO, 2019, p. 105-113).

aos de quatorze. Já em 1938, impôs-se o ensino nacional e ficou proibido o uso de língua estrangeira em público, assim como em 7 de fevereiro de 1938 isso se alastrou para transmissões radiofônicas, circulação de jornais, livros e revistas. Do mesmo modo, restringiram “[...] a entrada e saída de imigrantes e de seus descendentes, reuniões, comunicação em outro idioma que não fosse português e qualquer tipo de correspondência era censurado [...]” (ENNES, 2001, p. 127) e as cooperativas agrícolas receberam intervenções e passaram a ser administradas por não nikkeis.

Os nikkeis foram caracterizados como um perigo à segurança nacional, já que eram suspeitos de atos de sabotagem e espionagem. Em 8 de julho de 1943, foi exigida a evacuação de 1.500 japoneses residentes do litoral paulista, por serem considerados suspeitos nos ataques aos navios brasileiros saídos do porto de Santos. Assim, devido ao clima de desconfiança, boa parte dos imigrantes japoneses e seus descendentes eram vistos como inimigos, sendo taxados de “quinta coluna”<sup>56</sup>. Esses “súditos do eixo” ainda tiveram restritas a liberdade de ir e vir, pois, à medida que se estabeleceram leis para a locomoção desses sujeitos, era necessária a solicitação de salvo-condutos na delegacia de polícia municipal e a autorização por parte das instituições das regiões de destino (DEZEM, 2000, p. 40; TAKEUCHI, 2002, p. 22/25).

Isso é abordado em outra passagem do livro de Iwaya (1982, p. 86), quando ele conseguiu formar-se contador pela Escola de Comércio Doutor Carlos Campos. No entanto, o diploma é negado, segundo o autor, em razão de uma lei promulgada por Getúlio Vargas. Para Iwaya, os policiais e o governo perseguiram injustamente os “japoneses” e não distinguiram os “[...] homens honestos, ansiosos por um trabalho que lhes proporcionasse o pão de cada dia, dos que tivessem alguma ligação ideológica com o nazifascismo” (IWAYA, 1982, p. 77). Sendo assim, o autor buscou diferenciar os imigrantes japoneses de outros imigrantes que, para ele, eram ligados ao nazifascismo. Supomos que o escritor pretendeu distinguir os nipo-brasileiro dos imigrantes italianos e alemães, uma vez que na Segunda Guerra Mundial a Alemanha, o Japão e a Itália estavam unidos em uma aliança denominada Eixo, viabilizando que os imigrantes desses países fossem taxados de “súditos do Eixo”. Ademais, é notável nesse excerto os aspectos do discurso nacionalista e etnocêntrico japonês, como apontado, pois os imigrantes eram caracterizados como “honestos” e “trabalhadores”, qualificados como os “melhores” para o desenvolvimento do país.

O mesmo conflito é narrado similarmente por Yamamoto (1984, p. 20), no qual relembra a proibição de embarcar mercadorias em nome de japoneses. Dessa forma, adotaram-se táticas

---

<sup>56</sup> Segundo Dezem (2000, p. 38), esse termo servia para denominar “[...] o agente ou simpatizante de uma das partes da guerra e que realizava atos de subversão e sabotagem no próprio território inimigo [...]”.

para tal:

Como, durante a guerra, não era permitido embarcar mercadorias em nome de japoneses, consegui prosseguir nas transações internacionais, em nome de um membro da família, Feliciano Fernandes, de origem portuguesa, que foi meu padrinho e da minha senhora. Mantenho até hoje relações bastante fraternais com a sua família [...].

Isso corrobora para que, embora houvesse esse quadro de medo por parte dos brasileiros, existiam pessoas que julgavam essas repressões injustas. O que é presente também em uma passagem da obra de Kawai (1988, p. 100), ao versar sobre as perseguições ao seu marido e como foi protegido pelo personagem Augusto:

De repente apareceu alguém dando tiro de revólver e gritando para todos que parassem. Era seu Augusto. Sem o menor receio, ele se meteu no meio da multidão e gritou:

– Bando de covardes, por que querem matar o KAWAI? Ele é japonês, mas não tem nada com a guerra. Um trabalhador honesto que nunca fez mal a ninguém, chefe de família cuja esposa está em convalescença, com três crianças. Vocês estão cometendo um crime imperdoável. Quem quiser matar KAWAI, venha me enfrentar primeiro, mas eu estou armado. Vocês bateram no homem desarmado, mas eu atiro para matar.

Observamos que os imigrantes e seus descendentes não permaneceram passivos diante das situações impostas, mas resistiram por meio de táticas. O medo dos nikkeis serem “pequenos soldados do imperador” gerou um clima de terror, resultando em denúncias populares, que, muitas vezes, ocasionavam em prisões e até mesmo em apreensão de objetos, como livros e documentos em japonês, porque acreditava-se que esses documentos podiam ser tanto uma forma de propaganda nipônica como também planos militaristas, com o objetivo de ajudar o Japão na guerra (TAKEUCHI, 2007, p. 72).

#### 3.1.4. Conflitos No Pós-Guerra

Os escritores abordaram, em seus livros, as memórias sobre as hostilidades do pós-guerra: conflitos entre os brasileiros e os nikkeis; confrontos dentro da própria colônia japonesa; e as ações da Shindō Renmei. No entanto, existe um silenciamento sobre as especificidades dos acontecimentos que envolvem a colônia, como sua divisão e os assassinatos entre os próprios nikkeis. Esse silenciamento por parte do grupo japonês não significa um esquecimento, mas uma memória vergonhosa e dolorosa. Para além disso, é encarada como uma desconstrução da narrativa de uma comunidade imaginada.

Primeiro, frisamos o relato de Kawai (1988, p. 99), contando a perseguição que os nipo-brasileiros estavam vivenciando com o fim da Segunda Guerra Mundial, causada, sobretudo, por esse ambiente de desconfiança discutido no tópico anterior:

Um dia, espalhou-se na vila a notícia de que a guerra havia terminado: era uma boa notícia, mas em seguida chegou outra. Em algumas cidades perto da vila, estavam acontecendo tumultos violentos, nos quais muitos moradores japoneses haviam sido atacados por desordeiros. As lojas foram saqueadas e os donos foram espancados pela multidão. Senti aquela sensação de insegurança e temor, porque na vila não havia polícia. Mas como não devíamos nada para ninguém, vivendo em paz como todo mundo, não havia razão para fugirmos, e passamos o dia normalmente.

A posteriori, são relatadas as agressões sofridas pelo seu marido, como já explorado, e prossegue a narrativa contando como ele foi salvo pelo personagem Augusto. Por mais que sejam abordados os conflitos entre os nikkeis e os brasileiros, no livro de Kawai (1988) não há qualquer menção sobre os embates dentro da própria colônia. Do mesmo modo, em Yamamoto (1984) não é aludido nenhum evento sobre a Shindō Renmei nem sobre os assassinatos. Inclusive, raramente deparamos com passagens que narraram os conflitos gerados no fim da Segunda Guerra Mundial. Identificamos, então, um silenciamento sobre esses eventos e isso não significa o esquecimento, mas uma seleção pelos escritores sobre os assuntos que gostariam de lembrar e transmitir. Os silêncios também devem ser analisados, pois dizem muito sobre os objetivos desses autores.

O silenciamento pode significar uma memória traumática, uma vez que não há palavras possíveis para expressar os determinados eventos, isto é, essas memórias tornam-se inenarráveis. Consideramos que essa espécie de silenciamento é um meio de gerir o trauma, portanto os nikkeis aderiram à tática do silêncio para não se depararem com aquilo que transbordava não somente dor, mas que continuamente causava vergonha (CARVALHO, 2017, p. 490), elementos comuns ao discurso memorialístico produzidos durante as comemorações do aniversário da imigração japonesa.

Já a obra de Iwaya (1982, p. 94) contém algumas passagens sobre a Shindō Renmei. No contexto de sua mudança para a cidade de Assaí, presenciou na delegacia a prisão de muitos japoneses pertencentes a essa sociedade:

[...] Surpreso, deparei no pátio grande quantidade de japoneses que almoçavam em companhia de suas famílias. A maioria era de idosos. Uns sentados no chão, outros de cócoras, rodeados de pratos e marmitas, estavam comendo e conversando. Notei que estavam preocupados e tristes e perguntei ao Cabo Dirceu Mendes a razão de estarem ali aqueles nipônicos. Ele olhou-me da cabeça aos pés, sorriu e informou que os 42 japoneses pertenciam à organização Shindō Renmei, um movimento formado pelos que não acreditavam na derrota do Japão na guerra. Estavam presos há mais de 40 dias e havia dificuldade de convencê-los da verdade, por um lado, porque muitos eram idosos e não percebiam que os tempos eram outros e, por outro, porque não sabiam ler nem falar o português e estavam imbuídos da sugestão propagandística de falsos representantes nipônicos. Eram, portanto, vítimas de suas teimosias alimentadas pela falta de esclarecimento, mas à polícia, que mantinha os japoneses presos por ordem superior, isso não interessava.

Todavia, só há essa menção no livro sobre as hostilidades dentro da colônia e de forma

romantizada, percebendo os presos como vítimas do sistema e de “patrícios” mal-intencionados. Compreendemos que o autor buscou retirar a culpa dos indivíduos que participaram da Shindō Renmei, colocando-os como vítimas de um sistema complexo e transferindo a culpa de uma crença que tinham para um amor à pátria, ou seja, para o nacionalismo japonês, que entrou em conflito com o nacionalismo brasileiro do governo Vargas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão, a colônia japonesa entrou em crise e cindiu-se entre aqueles que acreditavam na vitória do Japão (vitoristas/*kachigumi*) e os que propagavam a perda do país (derrotistas/*makegumi*). Esse conflito e, conseqüentemente, a divisão do grupo japonês surgiram, principalmente, devido a um nacionalismo exacerbado por parte de alguns nikkeis e pela falta tanto de acesso às informações como de confiabilidade nas notícias brasileiras. Desde as restrições impostas pelo governo, como explicado, os imigrantes japoneses ficaram praticamente isolados, visto que a maioria morava no interior, em lugares afastados, e não tinham domínio da língua portuguesa (KUMASAKA; SAITO, 1973, p. 451/452). Conforme Dezem (2000, p. 50), as medidas repressivas do governo só aumentaram o nacionalismo japonês, viabilizando aos imigrantes uma união ideológica em torno do *Yamato Damashii*.

Nos finais da década de 1940, surgiram algumas sociedades ultranacionalistas e, entre elas, a Shindō Renmei (Liga do Caminho dos Súditos). Esta destacou-se entre as sociedades clandestinas, defendia a vitória do Japão e buscava combater os traidores, ou seja, os “derrotistas”, concretizando-se por meio de diversas ações: 1- os ataques às produções de bicho de seda, pois acreditavam que seriam utilizados para a confecção de paraquedas dos norte-americanos; 2- a propagação de diversas notícias falsas, como a adulteração de uma fotografia, publicada inicialmente no jornal “A Tribuna de Santos” (1945)<sup>57</sup> – para provar a vitória do Japão na guerra, ao comparar com a original, percebemos as diferenças: “[...] no lugar da bandeira norte-americana, encontrava-se a bandeira japonesa. A legenda, escrita em japonês, informava que os *Aliados se rendiam incondicionalmente ao vencedor exército nipônico na Baía de Tóquio*” (DEZEM, 2000, p. 59); 3- ameaças e assassinatos dos principais sujeitos do grupo “derrotista”, então, a partir de 1946, ocorreram alguns assassinatos, chegando em torno de 21 casos (KUMASAKA; SAITO, 1973, p. 459; DEZEM, 2000, p. 69/71).

Esses eventos marcaram profundamente a colônia japonesa, tornando-se uma memória traumática e até mesmo vergonhosa. Sendo assim, adotou-se uma estratégia: a administração

---

<sup>57</sup> Fotografia disponível no livro “Shindô-Renmei: terrorismo e repressão”, de Dezem (2000).

de um silenciamento, que se configurou em um tabu, assim como notamos uma ressignificação da memória, em que alguns autores se empenharam para retirar a carga de culpa dos participantes e transferir para uma conjuntura maior e complexa. Ainda, defendemos que os autores optaram por silenciar ou expor de modo ressignificado os conflitos, porque, de certa forma, manchariam a narrativa sobre a imigração japonesa, que enfoca na dor, em sofrimentos, esforços e contribuições deles no desenvolvimento do Brasil.

Para finalizar, as autobiografias podem ser consideradas uma espécie de “auto ficção biográfica”, pois, apesar de ser uma escrita do eu, é um eu reinventado, imaginado, ficcionalizado e romantizado (STADNIKY, 2013, p. 2). As obras seguem uma linha cronológica e que expõe eventos, sofrimentos e esforços como necessários para alcançar a vitória e os sonhos. Isso é exemplificado no caso de Kawai (1988), em que o desejo de ser escritora se concretizou quando alcançou o cargo de jornalista, colocando a imigração e os sofrimentos como um degrau para tal, e não como um empecilho. Os autores eram sujeitos de importância para a colônia japonesa, bem como eram pessoas que conseguiram ascender socialmente e ocupar uma destacada posição na sociedade brasileira.

### 3.2. OS ROMANCES

Os romances foram escritos, em sua maioria, pelos descendentes e possuem um lastro de realismo muito característico. Dessa maneira, versam sobre as dificuldades de adaptação, os sonhos, as adversidades vividas nos primeiros tempos e as histórias das famílias. Assim, não se distanciam da realidade daquilo que poderia se considerar uma trajetória comum da maioria das famílias migrantes. Por conseguinte, esses romances buscam descrever situações e passagens vividas por sujeitos comuns, e não de pessoas importantes da colônia, como é o caso das autobiografias. Os autores almejavam a construção do passado do imigrante japonês e de seus descendentes, partindo de personagens ficcionais que, ao mesmo tempo, eram baseados na vida real (SAKURAI, 1993, p. 18/19). Vejmelka (2014, p. 214) expõe que os romances podem ser considerados testemunhos de “[...] conflitos, dramas pessoais, dificuldades e sacrifícios enfrentados pelo homem comum em sua luta diária pela sobrevivência e adaptação a uma cultura totalmente estranha”.

Para analisar esses romances, é necessário enxergá-los como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal. De acordo com Mikhail Bakhtin (2002, p. 74), ao analisar o romance, os pesquisadores deparam-se com unidades estilísticas diversas e com planos linguísticos díspares. Também é preciso considerar que o romance é composto por distintos gêneros, sejam literários, sejam extraliterários, e ao serem introduzidos conservam sua

autonomia e originalidade de estilo e de linguística. Entre esses gêneros, há os que desempenham um papel estrutural de suma importância nos romances e, de vez em quando, determinam o sistema do conjunto, criando certas particularidades, além de definirem a forma do romance em sua totalidade, transformando-o, por exemplo, em romance confissão, romance-diário, romance epistolar, entre outros. Cada um desses gêneros tem suas próprias formas semântico-verbais e incorporam os variados aspectos da realidade. De natureza igual, os romances utilizam-se dos gêneros como instrumentos de assimilação da realidade (BAKHTIN, 2002, p. 124).

Nos romances, é preciso analisar o papel do prosador-romancista, ou o que entendemos aqui como o escritor, à medida que expressa o mundo por meio da linguagem de outrem, e não da própria, já que é um representante de determinados grupos socioideológicos. Observamos isso quando os autores do romance nikkei apropriaram-se de histórias e relatos vividos por familiares e/ou conhecidos e os transpassaram para as suas obras. Para a análise, é imprescindível também entender que o romance traduz a visão que os sujeitos têm da realidade, isso por dialogar com o leitor e ser modificado por ele, além de que, ao ler um romance, “[...] entramos em contato com a narrativa de nossas vidas, das verdades de nossa existência refletidas ficcionalmente. O fazer literário interpreta o verossímil da essência humana” (PINTO, 2015, p. 19).

Os livros dos descendentes são baseados em contrastes: discrepância entre o Brasil e o Japão, conflitos entre culturas diferentes e até mesmo disparidades no interior das famílias, nos embates entre gerações e, principalmente, o conflito de identidade. Outrossim, na maioria das vezes, os narradores e protagonistas são os imigrantes “pioneiros”, explorando elementos das dificuldades de adaptação em uma terra desconhecida, os sonhos que não se realizaram e os enredos que se desenvolvem a partir das famílias (SAKURAI, 1993, p. 19/20). Isso pode ser visto em “Ipê e Sakura (Em busca da identidade)” (1988), de Hiroko Nakamura; “E já que assim deve ser – *Sayonará*” (1988), de Cecilia Murayama; “Canção da Amazônia” (1988), de Fusako Tsunoda; “O jardim japonês” (1986) e “Jônetsu, a terceira cor da paixão” (1988), de Ana Suzuki; e “Sonhos Bloqueados”<sup>58</sup> (1991), de Laura Honda-Hasegawa. Apesar dos sobrenomes de origem japonesa, Murayama e Suzuki não são descendentes, mas casadas com japoneses.

“Ipê e Sakura (Em busca da identidade)”, de Nakamura (1988), foi publicado pela João Scortecci Editora, de São Paulo. Conta a história da imigração de duas famílias e a adaptação de ambas em terras brasileiras: a família de Miyazaki, composta por seus três filhos (Itiro, Jirô

---

<sup>58</sup> A análise do “Sonhos Bloqueados” será realizada, especificamente, no quarto capítulo.

e Saburô) e deixando para trás sua esposa Mie; e da família de Tadao, composta por sua esposa, pelos seus pais e as suas três irmãs (Yukiko, Hanako e Mizue). Os personagens principais dessa história são Itiro e Mizue. O romance sobressai-se por ser composto de diversas narrativas, explorando primeiro a imigração na perspectiva da família de Miyazaki e depois na da família de Mizue. Também são explorados os momentos históricos, em razão de Nakamura ser formada em História e pós-graduada na Escola de Sociologia e Política (FESPSP), na qual desenvolveu uma pesquisa sobre uma associação de mulheres da colônia japonesa. Nakamura participou também da elaboração do roteiro do filme “Gaijin”, de Yamazaki. O romance é embasado nas vidas de familiares, de dados colhidos em entrevistas feitas com imigrantes e descendentes e na pesquisa realizada em jornais e livros (SAKURAI, 1993, p. 24/25).

Já o romance “E já que assim deve ser – *Sayonarã*”, de Murayama (1988), foi publicado pelo Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, de Campinas. Narra a história da imigração e a vida no Brasil de Nyzio e sua esposa Mitsuko; posteriormente, a narrativa passa para seu filho Yuri, abordando assim as questões de ser um descendente. O diferencial desse romance é que a história se iniciou no Japão, relatando o cotidiano dos personagens principais, e o enredo concentrou-se no amor e no casamento interétnico. Sugerimos que o casamento misto é central, pois a autora é uma não descendente casada com um *nisei*<sup>59</sup>, contendo, portanto, traços autobiográficos. Sem contar que é a visão de uma não descendente sobre os nikkeis e as práticas culturais japonesas.

“A canção da Amazônia”, romance de Tsunoda, foi traduzido em 1988 por Jorge Kassuga e publicado pela editora Francisco Alves, do Rio de Janeiro. Embora a obra seja de 1965 e a autora ser uma escritora-pesquisadora japonesa interessada nas histórias dos nikkeis no Brasil, não vivenciando diretamente a trajetória da imigração, escolhemos analisá-la entre os romances nikkeis por ter sido traduzida justamente no mesmo ano do Imin 80. Essa tradução implicou em um alargamento das redes de leitores, ampliando o acesso de brasileiros e descendentes que não tinham o domínio da língua japonesa. Ainda, o romance aborda a vida dos imigrantes da colônia Tomé-Açu, concentrando-se na vida de Yoshiichi Yamada e sua esposa Sueno. Pode ser considerado um romance, porque, apesar de Tsunoda realizar entrevistas com os imigrantes e partir de sua história real, o livro é produzido juntamente com eventos fictícios. Outro ponto é que a obra evidencia as diferenças entre as colônias do Norte e as do Sul, expondo como os imigrantes nortistas ficaram totalmente isolados.

Também temos as obras de Suzuki – “O jardim japonês” de 1986, editora Record, Rio de

---

<sup>59</sup> *Nisei* (二世): segunda geração.

Janeiro, e “Jônetsu, a terceira cor da paixão”, de 1988, Clube do Livro, São Paulo. A primeira é baseada em trabalhos anteriores da autora, que foram premiados em 1982, 1983 e 1984 pela Sociedade Brasileira da Cultura e no VII Concurso Nacional Clube do Livro (SUZUKI, 1986, p. 1), e narra a história e os pensamentos de Yoneda, que migrou para o Brasil juntamente com a sua esposa Hana, almejando o enriquecimento rápido. Já a segunda obra conta a história de um descendente de okinawanos e uma de lituanos, e o enredo gira em torno do amor entre ambos. Os dois romances trabalham tendo o casamento interétnico como tema, e supomos que isso é devido à autora ser uma não descendente casada com um japonês. Ela estreou na literatura em 1961, com o romance “A intrusa”, e após se casar com Tadao Suzuki escreveu as duas obras aqui expostas. É perceptível que, ao contrário dos romances anteriores, Suzuki foi reconhecida na área literária, e sugerimos que isso é motivado pelo fato de ter se estabelecido nesse campo. Por fim, os romances escritos por não descendentes são carregados de estereótipos, demonstrando como o nikkei ocupa o lugar do “outro”. Para a análise dos romances, separamos três tópicos em comum e mais acentuados nas obras: 1- o encontro de culturas diferentes; 2- os conflitos geracionais; 3- a ascensão social através dos estudos e do trabalho.

### 3.2.1. Encontro De Culturas Diferentes

Nos romances é narrado o contato entre culturas diferentes, salientando a perspectiva de viver entre duas realidades distintas e a construção de identidades influenciadas pela introdução de outros hábitos. Percebemos dois movimentos resultantes desse contato: um que se empenhou em preservar as práticas culturais japonesas; e outro que, gradualmente, aceitou a hibridização entre as culturas, não se mostrando contrário à inserção das práticas culturais brasileiras. Entendemos como práticas culturais japonesas os costumes, os “modos de fazer” e os “modos de ver” provenientes do país de origem, isto é, as formas como os sujeitos se comportam, conversam, pensam, ou seja, seus “modos de vidas” (BARROS, 2005, p. 131). Ou, nas palavras de Chartier (2002a, p. 73), as práticas visam reconhecer uma identidade social,

[...] exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe.

Ademais, as práticas são concebidas de representações, sendo estas últimas o meio pelo qual os grupos se representam, reconhecendo uma identidade social e exibindo uma maneira própria de estar no mundo. Do mesmo modo, é por meio das representações que os sujeitos explicam o mundo social e impõem seus valores sob os outros, gerando percepções do social e

que não são discursos neutros, pois tendem a estabelecer uma autoridade a fim de legitimar as próprias ações (CHARTIER, 2002a, p. 73; 2002b, p. 17; BARROS, 2005, p. 133).

Em “Ipê e Sakura (Em busca da identidade)”, são perceptíveis as inferências desse primeiro movimento, expressando a preocupação, particularmente da primeira geração, em proporcionar aos seus filhos uma educação “à moda japonesa”. Conforme Francisca Pinto (2015, p. 42), os imigrantes sentiam-se pertencentes a uma sociedade de valores milenares e, dessa maneira, os seus filhos “[...] constituíam a continuação do espírito japonês adquirido por meio da educação nipônica, presente no respeito aos pais e no esforço ao trabalho”. Percebemos isso quando Mizue educa suas filhas para não esquecerem a sua etnicidade: “Mizue estimulava constantemente o desenvolvimento da inteligência das filhas. Também se preocupava em ensinar-lhes como era o Japão, ela não queria que as meninas esquecessem que eram, também, japonesas” (NAKAMURA, 1988, p. 94).

Assim como Mizue, Itiro buscava ensinar para as filhas a hierarquia familiar e as regras de respeito da sociedade japonesa pertencente à Era Meiji, enfatizando o devotamento filial e o *on* (NAKAMURA, 1988, p. 99). Segundo Ruth Benedict (2014, p. 89), o devotamento filial consistia em assumir a posição devida de cada um e era definido conforme a geração, a idade e o sexo. Nele também era aprendido que o filho sempre teria um *on* para com os pais, ou seja, um débito por todos os sacrifícios que eles realizaram, então é a “[...] retribuição sobre tal débito, significando, portanto, amor. Mas o sentido primordial é de débito [...]”. Além disso, o *on* é um princípio mais amplo de reciprocidade na vida social, empregado no sentido de “devoção sem limites”, e abrangendo desde o maior até o menor débito de um indivíduo.

Outro romance que se baseia nesse movimento é “E já que assim deve ser – *Sayonará*”, na passagem que narra o personagem Nyzo dando aula de japonês para as crianças descendentes, motivado pelo patriotismo: “[...] À tardinha, três vezes por semana, um tanto por patriotismo e outro para ganhar um pouco de dinheiro, lecionava japonês aos filhos dos patrícios residentes nas redondezas. Tinha dezesseis alunos, cuja idade variava entre seis e doze anos [...]” (MURAYAMA, 1988, p. 54). Nas escolas japonesas, além do ensino de língua japonesa propagava-se o nacionalismo e o devotamento ao imperador. Luiz (2019, p. 105) argumenta que o aprendizado do japonês facilitava desde um possível retorno ao Japão como também possibilitava o contato com o grupo étnico e permitia a preservação de hábitos e costumes do país de origem.

Tal pensamento é evidenciado em outro trecho do romance, quando Nyzo e Mitsuko consideram matricular seus filhos na escola brasileira. Contudo, o casal temia que eles se tornassem brasileiros: “[...] Mitsuko não via necessidade disso, tinha medo de que os meninos

aprendessem coisas que deveriam ignorar. Considerava perigoso o contato de seus filhos com os meninos brasileiros [...]” (MURAYAMA, 1988, p. 78). Observamos que era comum por parte do *isei*<sup>60</sup> os esforços em conservar as práticas culturais, sendo estas a língua, a religião e a cultura material (alimentação, vestuário e habitação), bem como empenhavam-se em repassar as práticas para as gerações futuras. Desse modo, os filhos deveriam aprender a educação moral e cívica para adquirir o espírito japonês, resultando na continuidade do sistema familiar e no estímulo ao trabalho, centrado na expansão dos negócios (TSUKAMOTO, 1973, p. 28).

Em “Canção da Amazônia”, é versado sobre a manutenção das práticas culturais, ainda mais porque Tomé-Açu era considerada mais isolada do que as outras colônias. A própria autora admirou-se pelo “[...] comportamento ponderado dos colonos de Tomé-Açu em todas as circunstâncias a que foram expostos, conservando, dentro de seus corações, o Japão dos velhos tempos [...]” (TSUNODA, 1988, p. 139). Diante disso, compreendemos que o Japão do pré-guerra foi carregado pelos imigrantes para o Brasil, em suas memórias, e sobreviveu melhor aqui do que no próprio país de origem (TADA, 2014, p. 30). Como podemos perceber no primeiro capítulo, o Japão no pós-guerra se transformou de diversas maneiras, já que as práticas e as estruturas sociais foram se alterando conforme se tornava maior a introdução dos pensamentos estadunidenses. De natureza igual, as modificações ocorreram pela mudança de pensamento dos próprios japoneses, uma vez que se inspiraram e almejavam conquistar a riqueza material representada na cultura norte-americana (IGARASHI, 2011, p. 198).

Por outro lado, “Jônetsu, a terceira cor da paixão” abordou a manutenção da cultura por intermédio das artes. Isso é observado no momento em que Shinji, um okinawano, passa o natal na casa do personagem Hanashiro, um conterrâneo, e era hábito entre eles que se tocasse o *shamisen*. Nakasato (2002, p. 98) expressa que nos romances nikkeis é manifestado o hábito japonês de cultivar as atividades ligadas à arte e que, muitas vezes, se traduziam em profissões, ou até mesmo na simples dedicação de se “fazer o ofício”. Sendo assim, compreendemos que os imigrantes não se assimilaram, no sentido de abrir mão da sua cultura em detrimento de outra, mas se mantiveram constantemente entre as duas culturas.

O movimento de aceitação das práticas culturais brasileiras é expresso na obra “O Jardim Japonês”. Nele, percebemos diversas passagens que refletem a fusão das culturas: no jardim japonês (título do próprio livro), Yoneda planta um Ipê, simbolizando o Brasil, “[...] um ritual do boneco *terubozu* e a leitura de um *tanka*; entre referências a palavras como *nori*, *jirinkisha* e *shogatsu*, ficamos sabendo que Yoneda e sua esposa Hana não gostam mais de chá, que seu

---

<sup>60</sup> *Isei* (一世): primeira geração, ou seja, os imigrantes japoneses.

filho Hiroshi adere ao Cristianismo e o caçula Akira joga futebol, toca violão e canta samba [...]” (NAKASATO, 2002, p. 56). Igualmente, a autora narra os pensamentos de Yoneda sobre as práticas culturais japonesas aliadas à cultura brasileira, quando o personagem pondera sobre os casamentos interétnicos, em especial para sua filha Namie. O casamento é visto de forma contraditória: de um lado, como uma falta de honra; do outro, como uma consequência por habitar em terras estrangeiras.

Embora a inserção da cultura brasileira por parte de Yoneda fosse aceita, isso não significa um abandono das práticas culturais japonesas, como exemplificado por Hana, quando mantém o culto aos antepassados: “Hana interessava-se muito pelo mundo de Hiroshi, mas não estava disposta a negligenciar o culto aos antepassados. [...] Podia vacilar acerca de muitas coisas, mas acerca desse mundo paralelo onde vivem os ancestrais não pairava dúvida nenhuma” (SUZUKI, 1986, p. 17). Com essa passagem, compreendemos que os imigrantes japoneses não abandonaram as práticas religiosas ao imigrar e continuaram a desenvolver novas formas não institucionais de religiosidade, como o culto aos antepassados, realizado em casa e até mesmo nos cemitérios. Conforme as análises de André (2011, p. 208), a religiosidade dos nikkeis sobreviveram por meio de práticas não institucionais e cotidianas, “[...] reconstruídas em território brasileiro de acordo com as especificidades do contexto migratório”.

É perceptível que embora os imigrantes assumissem uma posição de não hibridismo, com o passar do tempo manifestaram a intenção de viver no país receptor, motivados pela impossibilidade de retorno e pelo progresso das condições econômicas que os favoreceram. Mesmo que se empenhassem para manter uma unidade cultural, as práticas foram constantemente alteradas por conta do contato com a cultura brasileira.

### 3.2.2. A Ascensão Social Através Dos Estudos E Trabalho

Um dos temas mais trabalhados nos romances é a ascensão dos nikkeis através dos estudos e do trabalho, concentrado, principalmente, na elevação educacional dos descendentes. Como analisado no primeiro capítulo, com a troca das zonas rurais pela cidade, os nipo-brasileiros tiveram mais oportunidades de estudar e/ou conseguir melhores empregos. Esse movimento foi realizado, basicamente, pelos *nisei*, que trocaram “o sítio de seus pais” e mudaram-se para a capital de São Paulo ou para cidades de porte médio. Do mesmo modo, isso é percebido em uma parcela de imigrantes, objetivando melhores empregos e investimento na educação de seus filhos. Dessa forma, os *nisei* obtiveram condições necessárias para alcançar um nível educacional mais alto, possibilitando que exercessem as profissões urbanas e, conjuntamente, permitiram a continuidade do processo de ascensão social conquistado por suas

famílias na agricultura (CARDOSO, 1995, p. 70; LESSER, 2008, p. 30/32; SCHPUN, 2008, p. 143/144).

Isso é perceptível no livro “E já que assim deve ser – *Sayonará*” (1988, p. 114), quando Nyzo e a sua família esforçam-se para que Yuri, o primogênito, estude em São Paulo e consiga ascender social e economicamente. Entre os imigrantes era comum o investimento em apenas um filho nos estudos, enquanto os outros permaneciam trabalhando no campo e no sistema de produção familiar. De acordo com Cardoso (1995, p. 72/73), a família, como uma unidade de cooperação, investia na educação de alguns de seus membros para a possível escolha de uma profissão que permitisse ascensão social, independência e prestígio. Normalmente, investia-se naqueles que demonstrassem mais propensão para os estudos, e entre eles estavam incluídos os primogênitos, que tinham o dever de cuidar dos pais idosos e de seu patrimônio. Percebemos, assim, que a opção pelo filho mais velho indica que a família esperava usufruir das vantagens dessa ascensão social. Contudo, às vezes o primogênito não tinha o direito de estudar, justamente porque era definido como sua obrigação a administração dos negócios familiares.

Esse tema é apresentado também em “Ipê e Sakura (Em busca da identidade)” (1988, p. 39), no momento em que Itiro demonstra interesse em ir para São Paulo e estudar, devido às dificuldades com a cafeicultura. No entanto, foi proibido pelo seu pai, porque era o filho mais velho, então foi imposta a ele a obrigação de gerenciar a lavoura. Notamos a existência de uma separação tanto social quanto cultural entre irmãos e até mesmo entre os pais e seus filhos, isto é, a separação entre os que estudavam e os que trabalhavam. Inclusive, esse tipo divisão resultou em identificações diferenciadas de acordo com o lugar que os sujeitos ocuparam: os filhos que permaneceram trabalhando com seus pais mantiveram um laço mais forte com eles, identificando-se mais com uma “niponicidade”, ou seja, como uma “identidade japonesa”; por outro lado, os que estudaram nas universidades e tiveram mais contato com a sociedade brasileira passaram a se identificar mais com uma “brasilidade” (MAEYAMA, 1973, p. 264).

A obra “Canção da Amazônia” descreve, similarmente, os esforços dos imigrantes para que seus filhos estudassem e alcançassem uma posição privilegiada na sociedade, como o empenho de Yamada em investir nos níveis educacionais de seus filhos: “Um após outro, Yamada mandava os filhos que terminavam a escola primária em Tomé-Açu, continuar os estudos em Belém ou São Paulo. Continuava na mesma vida simples, mas nunca fazia economia em se tratando de despesas de educação” (TSUNODA, 1988, p. 146). Ademais, é trabalhada a intenção dos imigrantes japoneses nesses investimentos educacionais, que desejavam que os filhos estudassem e retornassem à colônia:

Agora que a situação econômica era boa, os filhos iriam frequentar escolas na cidade – e tinha de ser assim. Voltariam para a colônia depois de formados? Pelo menos os mais velhos deviam aplicar os conhecimentos adquiridos nas escolas superiores para o desenvolvimento da colônia (TSUNODA, 1988, p. 139).

Com isso, são observáveis as obrigações postas sobre o primogênito, como analisado, e o medo do esvaziamento da colônia, em razão dos filhos saírem para estudar, seja mudando-se para a capital, seja para as cidades médias, e não retornarem. Masahiko Nishi (2014, p. 107) expõe que no Brasil há um sentimento real de extinção do “povo japonês”, ou seja, retrata o medo da perda das práticas culturais e a comunidade imaginada japonesa.

Já “O jardim japonês” (1986, p. 98) narra as oportunidades de estudo dadas aos *nisei*, como, por exemplo, Namie, filha de Yoneda, que ingressa na faculdade de arquitetura e vai morar em São Paulo, na casa de seu irmão Akira. Diferentemente do primeiro livro analisado, aqui não ocorreu a seleção de apenas um filho para estudar, porque Yoneda já havia alcançado a desejável prosperidade econômica, portanto todos os filhos puderam estudar e/ou ter o próprio negócio. Conforme Nakasato (2002, p. 97), a partir da década de 1960 aumentou a diversidade profissional dos nikkeis, crescendo o número de profissionais liberais, advogados, professores, médicos, técnicos. Encontramos isso “[...] na galeria de personagens de Ana Suzuki: advogados, arquitetos, um médico, uma professora, um empregado de cartório, etc. Eles já estão integrados à sociedade brasileira, ainda que alguns, paralelamente, mantenham fortes ligações com a cultura japonesa”.

Em “Jônetsu, a terceira cor da paixão” (1988), os personagens nikkeis ocupam profissões de prestígio: Shinji é pintor, mas cursou a faculdade de medicina, e Caio, neto de imigrantes japoneses, é médico. É perceptível nos romances que tanto os estudos como o trabalho são traços identificadores dos nipo-brasileiros, e são colocados como um meio para alcançar a prosperidade econômica (NAKASATO, 2002, p. 97), bem como os nikkeis optavam, mesmo que por pressão familiar, por profissões consideradas de prestígio para a sociedade brasileira – como medicina, direito e agronomia. Parte dessa escolha era influenciada pelos pais, uma vez que os imigrantes japoneses almejavam que os filhos angariassem o prestígio social que “faltava à família e do qual os pais querem participar através de seus filhos ‘doutores’” (MAEYAMA, 1973, p. 266) e porque os consideravam representantes da família na sociedade brasileira. Portanto, não bastava frequentar um curso universitário, era necessário escolher profissões socialmente de prestígio e que melhorassem a imagem do nikkei e que, similarmente, seriam aplicáveis do ponto de vista prático no retorno desses filhos à colônia.

Os nikkeis, a partir da década de 1960, encontraram nos estudos um meio de ascender economicamente e alcançar o prestígio social, sendo considerado até mesmo uma continuidade

da elevação econômica alcançada pelos pais, seja por intermédio da lavoura, seja pelos empreendimentos na cidade. Contemplamos que essa característica foi expressa, vigorosamente, nos romances analisados, isso porque o período de publicação dessas obras foi marcado pela mudança da imagem dos nikkeis, como analisado no primeiro capítulo. Desse modo, os autores utilizaram esse discurso positivo sobre os imigrantes e seus descendentes, propagando-o e enfatizando-o, além de buscar construir uma identidade por meio dessa nova visibilidade nikkei.

### 3.2.3. Os Conflitos Geracionais

Os conflitos geracionais são comumente versados nos romances, em geral porque foram obras escritas por descendentes ou não descendentes que provavelmente presenciaram esses conflitos. Ao trabalharem com esse assunto, eles desconstruem a ideia de uma comunidade japonesa homogênea e unida. Tais conflitos ocorreram, principalmente, entre as duas primeiras gerações, os *isei* e os *nisei*, visto que a segunda carregava a tendência em romper com a “bagagem cultural japonesa”, uma vez que não são simplesmente descendentes de japoneses, mas também brasileiros.

Com a transformação identitária e cultural dos *nisei* e a desestruturação do *ie*, os *isei* tornaram-se cada vez mais conservadores, buscando uma manutenção das práticas culturais japonesas. Para isso, a primeira geração empenhou-se em educar os filhos de acordo com a “educação japonesa” colocando-os nas *nihongo-gakkō*<sup>61</sup> – como expresso, não eram simplesmente escolas de língua japonesa, mas ensinavam também a fidelidade religiosa ao imperador e ao Kyōiku Chokugo<sup>62</sup>. Ademais, os *isei* preferiam os casamentos por *miai*, ou seja, entre nikkeis, já que isso possibilitaria o controle familiar, manteria os padrões culturais e geraria famílias patrilineares, dando continuidade à colônia e ao *ie* (ANDRÉ, 2011, p. 199/200).

No entanto, a ascensão social e os descendentes ocupando cada vez mais lugares nas universidades resultaram em um contato maior com os brasileiros, propiciando no afastamento da colônia e no rompimento com a continuidade da família linear; desse modo, ao invés dos *nisei* permanecerem no campo com os pais, eles procuraram outras formas para se integrarem

---

<sup>61</sup> *Nihongo-gakkō* (日本語学校) são escolas de língua e cultura japonesa.

<sup>62</sup> Kyōiku Chokugo (教育勅語) foi um documento promulgado pelo imperador Meiji, em 1880, e serviu como um dos principais meios para propagação de uma ideia de nação japonesa. Nesse documento estão presentes elementos que definiam a construção do Espírito Yamato e que, no âmbito do discurso, diferenciariam os japoneses de outros povos. O edito era recitado em escolas de todo o território nacional japonês. Seu conteúdo foi embasado em uma construção discursiva xintoísta, no qual o imperador assumiu uma posição central. Conforme Luiz (2019, p. 13), o Kyōiku Chokugo não foi aprovado por meio de uma lei, porém “[...] todos os elementos simbólicos em volta desse documento ultrapassaram a esfera burocrática, tornando-se mais importante que uma regulação [...]”.

na cultura brasileira. André (2011, p. 199/200) argumenta que o investimento dos *isei* na segunda geração, visando a um desenvolvimento econômico e intelectual, ocasionou em resultados contrários àqueles desejados. Enquanto isso, os imigrantes almejavam que os filhos alcançassem um prestígio social, esperando que retornassem para a colônia, colocando em prática os seus aprendizados, continuando os negócios, mantendo a propriedade familiar e realizando o culto aos ancestrais, mas o que ocorreu foi a fragmentação e a desagregação do *ie*, em razão dos *nisei* permanecerem na capital ou em outras cidades de médio porte, distanciando-se assim das práticas culturais japonesas e constituindo famílias nucleares.

Na visão dos *isei*, o casamento interétnico seria outra causa da desestruturação do *ie* e da família linear. Esse tipo de casamento enfraqueceria o grupo japonês, causando misturas e a perda das práticas culturais (BUTSUGAN, 1980, p. 112). Dessa maneira, a contrariedade aos casamentos mistos é relacionada também à miscigenação, demonstrada na pesquisa de Vieira (1973a; 1973b). Nas entrevistas efetuadas com os imigrantes japoneses, há argumentos contrários aos casamentos interétnicos, devido à “raça”: “[...] ‘japonês é raça pura com qualidades superiores’; ‘misturar sangue estraga a raça’; ‘melhor mesmo é casar com a mesma raça’” (VIEIRA, 1973a, p. 155). Alguns *isei* repudiavam a miscigenação, por isso, muitas vezes, os filhos das relações com os considerados *gaijin* são enxergados preconceituosamente e denominados de mestiços, enfatizando sua condição bipartida (HATUGAI, 2015, p. 3).

O casamento interétnico é o conflito mais presente nas obras, colocado como desobediência e ingratidão dos descendentes, uma vez que causaria a desestruturação familiar. Analisamos esse conflito no romance “E já que assim deve ser – *Sayonará*”, em relação ao personagem Yúri, visto que em toda história só se envolveu com brasileiras, porém escondido dos pais, que não aceitavam esse tipo de relação. O capítulo 44 concentra-se nessa narrativa conflituosa, quando ele decide levar a namorada Maria Teresa para conhecer sua família no sítio e visitar sua mãe, Mitsuko, que estava doente. O contato entre Maria Teresa e a família japonesa foi desastrosa, e essa visita foi colocada como culpada pelo agravamento da doença de Mitsuko (MURAYAMA, 1988, p. 174).

O namoro foi desprezado pela família de Yúri, expresso, por exemplo, pela ausência do pai e dos irmãos para receber Maria Teresa, que preferiram trabalhar na roça a encontrá-la. Igualmente, Yoshiê, irmã mais nova de Yúri, ressaltou a questão da “raça” e a mistura: “Você não deve mais pensar no Yúri, moça. Você precisa se lembrar de que é de uma outra raça e que água e azeite não se misturam. Eu estranho que meu irmão nunca lhe tenha falado a respeito da opinião da nossa família, mas vejo que ele não criou juízo... [...]” (MURAYAMA, 1988, p. 175). Assim, constatamos que a não aceitação dos casamentos mistos, pela primeira geração,

não é só devido à desestruturação do *ie*, mas também pelas diferenças culturais e a questão étnica, posto que isso atrapalharia a continuidade de uma “raça com qualidade superior”.

O problema do casamento misto é expresso também no romance “O Jardim Japonês” (1988, p. 51), em que primeiro é caracterizado como uma tragédia para a família nikkei, exemplificado no casamento da filha de um amigo de Yoneda, que se uniu a um italiano. Yoneda considerava esse casamento uma “grande desgraça” para os pais. Do mesmo modo, encontramos outra passagem sobre esse conflito, retratando uma jovem *nisei* da colônia que namorava um brasileiro e engravidou dele. Isso foi considerado uma desonra pela família, então o chefe da família, Yamashita, expulsou-a de casa, deserdando a filha e a excluindo do grupo familiar. Vieira (1973a, p. 160/161) argumenta que era comum a expulsão dos nikkeis que se casavam com brasileiros(as), contudo, com o passar do tempo, era possível que fossem aceitos de volta. Tal realidade foi enfrentada principalmente pelas descendentes, pois o casamento interétnico era julgado como uma desonra à família.

No decorrer da história, Yoneda muda seus pensamentos sobre o casamento misto, tornou-se mais aceitável, justamente pelo temor em perder o contato com a filha Namie. Entretanto, havia resquícios do preconceito em relação a esse tipo de casamento, elucidado no trecho em que Namie decide namorar um mestiço, caracterizado como pior porque não era nem japonês nem brasileiro, isto é, um *ainoko*<sup>63</sup>. É evidente o preconceito por parte de alguns imigrantes japoneses aos mestiços, que os enxergavam de forma pejorativa por não serem descendentes legítimos. Desse modo, eles não dariam continuidade à linearidade familiar e étnica.

Ainda nessa obra é retratado o conflito entre gerações relacionado ao casamento arranjado, o *miai*, uma vez que era assunto tratado pelo chefe de família, sendo sua responsabilidade permitir tanto a realização do *miai* como também sua anulação (VIEIRA, 1973, p. 145). Portanto, restava aos descendentes apenas a aceitação. Contudo, como trabalhado na história de Yoshio, um dos filhos de Yoneda, alguns nikkeis recusavam-se casar por *miai*:

Ele, sendo mais velho que Hiroshi, já devia ter arranjado uma noiva! Por que não colocava anúncio num jornal da colônia, ou não procurava uma agência matrimonial em São Paulo?

Melhor ainda, porque não conquistava Mayumi, a irmã de Taeko?

Yoshio viajava muito para São Paulo. Isto talvez significasse que era moço de farra, não de casamento.

– Filho, eu não quer [sic] você solteirão!

– E eu não quero casamento arranjado (SUZUKI, 1988, p. 30).

<sup>63</sup> *Ainoko* (愛の子) significa “filho do amor”, e é usado para designar os mestiços (ANDRÉ, 2011, p. 200).

Vemos assim que é perceptível a manutenção das práticas culturais japonesas no Brasil, e o casamento por *miai* é uma dessas manutenções, buscando dar continuidade à estrutura familiar, isso porque, na concepção dos imigrantes, a organização familiar era crucial para manter o grupo étnico unido. Diferentemente das descendentes, os homens tinham mais liberdade para escolher suas noivas, evidenciado por Sumi Butsugan (1980, p. 110) em sua pesquisa, revelando que o controle dos pais sobre o tipo de casamento era muito mais rigoroso com as filhas do que com os filhos. De acordo com os dados levantados por Seiichi Izumi (1952), 31,8% dos homens entrevistados puderam escolher livremente as noivas; em contrapartida, em relação às mulheres, essa porcentagem decresceu para 18%.

Ambos os romances são de autoras brasileiras casadas com descendentes, portanto sugerimos que o casamento interétnico é um dos elementos centrais nas histórias pela possível vivência das escritoras com esse tipo de conflito. Inferimos também que isso é uma característica comum entre os romances: embora sejam ficcionais, há elementos memorialísticos, ou seja, estão presentes nas obras resquícios da vida das autoras, de familiares, amigos e/ou conhecidos. Sem contar que as histórias terminam com um final feliz, demonstrando o aceite do casamento pela família nikkei. Contudo, as aceitações ocorriam somente nos anos posteriores e, muitas vezes, em decorrência do nascimento do primeiro neto (VIEIRA, 1973a, p. 161).

Na obra “Ipê e Sakura (Em busca da identidade)”, há passagens que abordam o casamento misto, todavia não é o eixo central para o desenvolvimento da história, como nos romances anteriores. O casamento interétnico é definido de forma depreciativa, colocando-se o *miai* como a melhor alternativa para os nikkeis. No entanto, a imagem negativa se desfaz quando o brasileiro é formado em uma faculdade e ocupa lugares de relevância na sociedade, exemplificado na fala de uma personagem: “meu filho causou-se com uma moça gaijin, mas ela é medica [...]. Ela é muito otonashi (quietinha), parece filha de japoneses. Mas como não entendo nada do que ela diz, é sabishi (triste e inerte)” (NAKAMURA, 1988, p. 163). Dessa forma, o casamento misto só é aceitável quando o brasileiro ocupa uma posição importante ou exerce uma profissão renomada. Com o trecho, verificamos o esforço para aproximar as características da nora brasileira com atitudes ligadas às nikkeis, procurando transformá-la em uma possível japonesa e assim pertencer ao grupo étnico.

Todavia, o que nos chamou a atenção nesse romance foi o conflito gerado pela escolha de somente um filho para estudar, enquanto os outros deveriam trabalhar e ajudar no desenvolvimento econômico da família. Como exposto, comumente optava-se pelo filho que se mostrasse mais propenso aos estudos, entretanto alguns imigrantes japoneses preferiam

enviar *chōnan*<sup>64</sup> para estudar e alcançar certa ascensão social, pensando no conforto que possuíram quando o filho mais velho obtivesse melhores condições, justamente por ser obrigação dele de cuidar dos pais na velhice. No entanto, essa seleção entre os filhos causava intrigas e diferenciações, em que de um lado havia os filhos privilegiados, que poderiam ir atrás dos sonhos, e do outro ficava aqueles obrigados a trabalhar na lavoura – como podemos notar no capítulo que aborda a vida da família Nomura. Por falta de condições, os pais decidem enviar João, o filho mais velho, para estudar na capital, e um dos motivos para isso era devido à boa condição que eles poderiam ter quando o filho retornasse e assumisse seu papel de cuidá-los na velhice. A escolha entre os filhos casou uma separação social entre os irmãos e um conflito dentro da família, pois nem todos desejavam continuar na agricultura, muitos almejavam outro futuro. Caso de Alberto Nomura, um dos filhos obrigados a ajudar na lavoura, contudo sonhava em ir para São Paulo, igual ao irmão mais velho, e estudar. Em uma das passagens, Alberto muda-se para São Paulo e decide continuar os estudos, mas ao tomar essa atitude a família rompe as relações com ele, que é taxado, sobretudo pelo pai, de egoísta e que estaria se tornando *gaijin*, pensando só em si mesmo e no individualismo (NAKAMURA, 1988, p. 147/148). Para os *isei*, as mudanças dos descendentes foram associadas com a perda das práticas culturais japonesas e acentuavam a distância entre as duas gerações.

Então, em vez de os *nisei* seguirem os ensinamentos de seus pais – baseados no ideário do interesse coletivo ser mais importante do que o desejo pessoal, e quando há conflitos entre os dois é preciso sacrificar os sentimentos e as vontades individuais em prol da família/do grupo – eles preferem um sistema de valores aliado a um individualismo. Essa diferenciação se dá em virtude de sua condição de estar entre duas realidades distintas, que provocam divergências, porém origina-se a identidade nipo-brasileira. Essa identidade é fundamentada em choques, influenciados pelas práticas culturais ensinadas em casa e pelos hábitos brasileiros, bambeando entre a identificação de ser japonês e ser brasileiro.

A disparidade entre as duas gerações é evidenciada na obra “Jônetsu, a terceira cor da paixão” por meio de dois personagens: Shinji e Caio. Enquanto o primeiro é um imigrante japonês, budista e pintor, Caio é descendente, mais precisamente um *sansei*, católico e médico. Na história é demonstrado que Caio estava integrado à sociedade brasileira, no entanto Shinji mantinha as práticas culturais do seu país de origem. Reparamos até os próprios nomes dos personagens, em que um é ocidental e o outro japonês. A adoção de “nomes brasileiros” e a conversão para o cristianismo eram atitudes comuns entre os *isei* e isso, como apresentado por

---

<sup>64</sup> *Chōnan* (長男): filho mais velho.

André (2011, p. 177/178), sugeria assimilação e integração à sociedade brasileira. Todavia, a busca por uma ascensão social e o desejo de mostrar os descendentes como assimiláveis viabilizaram um afastamento entre as gerações, no qual os *nisei*, frequentemente, adaptaram-se aos hábitos brasileiros.

O único romance que não retratou nenhuma espécie de conflito entre as gerações foi “Canção da Amazônia”. Sugerimos que isso se deu por conta da forma como se produziu o livro: por meio de testemunhos e relatos dos próprios imigrantes japoneses da colônia de Tomé-Açu e pesquisas da autora. Portanto, a primeira geração optou por não contar os conflitos entre as gerações, uma vez que isso desestruturaria a ideia de um grupo japonês homogêneo e unificado. Similarmente, sugerimos que a própria autora selecionou os eventos e decidiu não retratar os conflitos, pois, de certo modo, desprestigiaria a história da colônia e das famílias de Tomé-Açu, muito diferenciadas das de outras colônias do Sul. Interpretamos assim, especificamente, porque, apesar de apresentarem o conflito da Shindō Renmei, ligaram-se apenas às colônias do Sul, argumentando que esse tipo de conflito não ocorreu em Tomé-Açu, optando por narrar uma história muito parecida com as das autobiografias.

Interpelamos que o casamento interétnico era o conflito mais constante nas famílias japonesas, visto que causaria uma desestruturação do *ie*, rompendo com a linearidade e até mesmo com uma continuidade étnica. Tudo isso refletia em um campo mais amplo, como a descontinuidade de um grupo étnico supostamente coeso. Esse conflito é abordado nos romances, especialmente quando escritos por descendentes e não nikkeis. Enquanto no primeiro o conflito não é o ponto central da história, no segundo o enredo se desenvolve a partir dos relacionamentos interétnicos e terminam com um final feliz, ou melhor, a aceitação desse tipo de casamento pela família japonesa. Defendemos que esse tema é central nos romances de não nikkeis em razão da possível vivência ou do conhecimento das autoras a respeito desse conflito.

Além de encontrarmos outras espécies de conflitos, como a separação social e cultural entre os irmãos, há a separação entre aqueles que trabalhavam com os pais e os que estudavam. Os primeiros mostravam-se mais inclinados a uma “niponicidade”, por manterem-se próximos do *ie*, ao passo que os segundos se identificavam mais com a “brasilidade” e tinham o peso de trazer para a colônia o prestígio brasileiro. Essa divisão era causada pela escolha dos chefes de família, já que os imigrantes precisavam escolher o filho que se mostrasse mais propenso aos estudos. Isso causou desentendimentos e ressentimentos entre pais e filhos, gerando um rompimento das relações quando os descendentes decidiam ir atrás dos sonhos e saíam de casa, como analisado nos romances. Compreendemos que os conflitos geracionais refletem as diferenças entre as gerações, as mudanças dos desejos, dos sonhos, dos hábitos e práticas

culturais. Essa disparidade é causada, sobretudo, pela condição dos descendentes em se encontrarem entre duas culturas distintas, construindo sua identidade nipo-brasileira fundamentada nos hábitos brasileiros e nas práticas culturais japonesas. Ao expressarem os conflitos entre as gerações, desmistifica-se a ideia de uma colônia japonesa unida, corroborando em uma comunidade imaginada, como discutido.

Notamos que os romances foram escritos por descendentes, não nikkeis e por indivíduos que não vivenciaram a imigração direta ou indiretamente e, em sua maioria, por mulheres. Assim, são apresentadas outras visões sobre a imigração japonesa e o processo de inserção no Brasil, versando sobre os conflitos entre gerações, os embates culturais, ou seja, de forma menos romantizada do que as autobiografias. No entanto, ainda é presente a narrativa de dor e sofrimento dos imigrantes e com uma vitória no final, alcançada por meio do *ganbāre*. Por fim, analisamos que os romances se diferenciam e destacam-se pela escrita e/ou pelos personagens marcados pela transição, pelo habitar em dois lugares ao mesmo tempo, em duas culturas.

### 3.3. A LITERATURA DE AUTORIA FEMININA E NIKKEI

As narrativas sobre a imigração japonesa para o Brasil e o cotidiano tanto dos imigrantes quanto dos descendentes foram trabalhados a partir da perspectiva masculina, colocando as mulheres em um papel secundário, no qual, muitas vezes, eram estereotipadas e reduzidas ao lar. Essas questões começaram a mudar a partir da metade década de 1980, quando surgiram, entre as publicações autobiográficas e os romances, livros escritos pelas imigrantes japonesas ou por nipo-brasileiras que manifestam a narrativa feminina, versando sobre o cotidiano das mulheres nikkeis no país.

Esse período é considerado marcante, pois rompe com o silenciamento sobre o papel da mulher no processo de imigração e a vida delas no Brasil. Conforme Perrot (2007, p. 17), as mulheres foram por muito tempo destinadas ao silenciamento, tratadas como invisíveis, ficando de fora dos relatos e dos acontecimentos. Contudo, quando os homens as percebiam e as representavam, elas eram reduzidas ou estereotipadas. Sendo assim, a “[...] prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas”. Ainda, o surgimento das vozes submersas femininas permitiu a problematização do silêncio delas e, desse modo, possibilitou novos enredos para as mulheres. Outro ponto é que analisar os livros escritos por elas colocam-nas como objeto de estudo e sujeitos da história, proporcionando interpretações sobre as várias ações e experiências delas no passado (SCOTT, 2011, p. 79; STEVENS, 2014, p. 1/2).

Apesar de as autoras não se autodenominarem feministas, percebemos uma influência

indireta do feminismo, como a mudança sobre a condição social, por exemplo, permitindo que elas conquistassem seu espaço na literatura, até então efetivamente masculino. Dessa maneira, emergem narrativas povoadas de personagens femininas que são conscientes do estado de dependência e submissão (SCOTT, 2011, p. 66/67). Segundo Carolina Montagnini Nascimento (2015, p. 60), outro passo importante foi a aceitação, por parte das editoras, de publicações de escritoras femininas, oportunidade que, a partir das décadas de 1970 e 1980, levou a um aumento considerável das mulheres na produção literária.

Compreendemos também que é no final do século XX que se contemplou um reconhecimento institucional da existência de literatura escrita por mulheres. Além de que, nesse período, surgiu uma conscientização das escritoras quanto a sua liberdade, autonomia, a possibilidade de trabalhar e a conquista da independência financeira, por meio dos ofícios jornalístico, diplomático e do professorado (ZOLIN, 2009, p. 355; LOBO, 2006, p. 6). Antes de analisarmos essa literatura de autoria feminina e nikkei, é imprescindível compreender a escrita feminina que a compõe.

Definimos a escrita feminina como uma produção empreendida, exclusivamente, por mulheres, visto que as autoras partem de uma perspectiva de mundo que lhes é comum, expressando a sensibilidade e a representação de si. Assim, discordamos da teoria da autora Lúcia Castello Branco (1991, p. 20) de que a escrita feminina é associada à mulher, no entanto não é exclusivamente dela, na medida em que é possível um homem reproduzir a “mulheridade” dessa escrita. Defendemos que a escrita feminina nikkei é pertencente às mulheres<sup>65</sup>, pois trabalham com questões diferentes das obras escritas por homens, e isso é devido às singularidades e os lugares que os indivíduos ocupam. Observamos isso na escrita feminina nikkei, pois enquanto as mulheres preocuparam-se em versar sobre os papéis femininos, que são socialmente construídos, partindo de suas experiências pessoais ou de histórias e vivência de mulheres da família, os homens nikkeis atentaram mais para o mundo do trabalho e em enfatizar uma imagem positiva do grupo japonês, colocando-os como “essenciais para o desenvolvimento do país”.

Portanto, essa escrita é composta por traços memorialísticos, recalcado em um passado vivido direta ou indiretamente. Possui uma temática que pode ser afetiva, sutil, reservada ou doméstica e que retrata as vivências das mulheres, porém essa temática é alterada quando as

---

<sup>65</sup> Enfatizamos que essas diferenças não são associadas ao caráter biológico, mas em razão de um processo social e histórico: os indivíduos coletivos e individuais são marcados pelas relações “generificadas”, isto é, pela construção de gênero, pelos grupos sociais dos quais participam e pelo experimento de relações diferenciadas na sociedade.

escritoras param de representar as experiências de reclusão e/ou repressão e manifestam sua livre escolha, isto é, “[...] uma temática, por exemplo, que se afaste das atividades tradicionalmente consideradas ‘domésticas’ e ‘femininas’ e ainda de outros estereótipos do ‘feminino’ herdados pela história, voltando-se para outros assuntos habitualmente não associados à mulher até hoje” (LOBO, 2006, p. 2). Notamos, então, que as representações da escrita das mulheres estão associadas à convenção e à posição que elas ocupam.

A escrita feminina é o elemento primordial para o que qualificamos de literatura de autoria feminina, em razão de caracterizar certa especificidade ligada às mulheres. Luiza Lobo (2006, p. 4) define essa literatura como aquela carrega um discurso de alteridade política, visto que as autoras se assumem e se declaram mulheres. Assim sendo, só são consideradas literatura de autoria feminina aquelas obras em que a literatura se torna uma tomada de consciência sobre o seu papel. Ademais, o delineamento de uma literatura associada somente às mulheres indica que existe uma sexualidade do discurso, ou seja, a literatura em si é sexuada. Outro fator preponderante é o reconhecimento de uma literatura de autoria feminina que proporciona tanto a manifestação de outras visões sobre a sociedade como o surgimento de um novo público produtor e leitor feminino. Essa literatura não deve ser percebida como uma dialética dupla entre masculino e feminino, mas uma dialética tríplice: “[...] a do sujeito masculino, a do sujeito feminino, e a de suas relações em pares ou em comunidade” (IRIGARAY, 1989 apud LOBO, 2006, p. 6). Por fim, observa-se que existem temas mais trabalhados pelas mulheres: 1- subjetivismo (autobiografia, memórias, confissões, sentimentalismo místico, erotismo); 2- política (indianismo, abolicionismo, regionalismo e engajamento político); 3- a revolução da linguagem poética (LOBO, 2006, p. 10/20).

Nos livros de autoria feminina nikkei, notamos que se trabalha com mais frequência a temática do subjetivismo, principalmente por meio das memórias e das confissões. Aborda-se a visão da mulher sobre sua vida e a da família, partindo do universo doméstico, e são retratadas “as dificuldades no trabalho, os sucessos e os fracassos nas tentativas para ‘vencer na vida’ [...]” (SAKURAI, 1993, p. 27). Mesmo que a narrativa esteja ligada ao âmbito familiar e doméstico, ocorre certa (des)identificação com o conjunto redutível e normatizador que define as mulheres como “silenciosas e obedientes”. As nikkeis, de certa forma, aproximaram-se de uma individualidade e das formas singulares que as tornam únicas. Essas obras são ricas em descrições sobre as atitudes das mulheres, colocando-as em posição de destaque nos enredos (SAKURAI, 1993, p. 26/27).

Entre as obras, encontramos mais romances do que autobiografias. Supomos que, conforme Perrot (2007, p. 28), as mulheres não veem sua história de vida como “grande coisa”,

por conta disso a ação de voltar o olhar para si era considerada uma atitude pouco feminina e acontecia, normalmente, devido a uma mudança significativa ou no fim da vida. Contudo, quando o faz, a narrativa é composta de confissões, reflexões e “[...] assim como da narração de eventos que parecem ser ou são ficcionais, essas mulheres ensaiam uma mudança, rediscutem e negociam suas identidades” (NASCIMENTO, 2015, p. 67).

Observa-se que, apesar do estereótipo em torno das nikkeis (submissas e silenciosas), é por intermédio da literatura memorialística que as imigrantes japonesas e as descendentes se expressam, apresentando o ponto de vista feminino sobre a própria vida, o processo de imigração ou até mesmo a busca pela reconstrução de uma narrativa sobre a imigração japonesa no Brasil. No entanto, as obras ficam a margem em relação as produções masculinas nikkeis e ainda mais a margem em relação a literatura brasileira. Para analisar a narrativa de autoria feminina nikkei, selecionamos três livros escritos por imigrantes japonesas, descendentes ou que tenham como personagem principal a mulher nikkei, sendo: “Sob dois horizontes” (1988), de Kawai; “Ipê e Sakura (Em busca da identidade)”, (1988) de Nakamura; e “Canção da Amazônia” (1988), de Tsunoda. Optamos também por centrar a análise, sobretudo, em duas personagens de cada livro: 1- Mitsuko Kawai, a própria autora; 2- Mizue e Hanako Honda; 3- Sueno Yamada.

### 3.3.1. Mitsuko Kawai

Como exposto, Kawai era imigrante japonesa e jornalista, e decidiu publicar sua obra em 1988, principalmente, por influência dos 80 anos da imigração japonesa. A autora almejava deixar seu livro como uma contribuição à colônia japonesa, para que as gerações futuras conhecessem as histórias dos imigrantes. Apesar de denominarmos de autobiografia, os editores argumentam que é “um livro de memória”, ressaltando que autora engrandece o imigrante japonês e a sua vitória na sociedade brasileira. Dessa forma, interpretamos que há um certo apagamento por parte dos editores do papel de Kawai em sua própria produção, visto que embora o livro trabalhe a vida dos imigrantes japoneses, é em primeiro lugar o relato de uma mulher sobre a sua vida e os seus pensamentos. Além de renegarem, de certa forma, a titulação de autobiografia para a obra, por muito tempo as produções femininas foram ligadas apenas ao espaço privado e, dessa maneira, consideradas inferiores as produções dos homens (ANDERSON, 2001, p. 7).

A autora nasceu em 1921, na cidade de Kiryu, na província de Gunma, e por decisão de seu pai emigrou ao Brasil com 13 anos, chegando ao porto de Santos em 26 de agosto de 1934. Na autobiografia, ela conta sobre a sua infância no Japão e o sofrimento ao ter que deixá-lo;

posteriormente, relata a chegada ao Brasil, as dificuldades vivenciadas por sua família, o casamento, as obrigações da mulher em casa e com a família e a trajetória para se tornar jornalista aos 54 anos.

A obra é formulada a partir de sua vida de mulher imigrante, do seu dia a dia, dos pensamentos e das decisões. Apesar de a narrativa partir da esfera familiar, são expostos os problemas econômicos e os trabalhos na fazenda de café e no sítio. Da mesma forma, na obra percebemos manutenções e rupturas das práticas culturais japonesas. Identificamos isso nas atitudes da autora: ao mesmo tempo que segue os papéis sociais e de gênero, enfatizando a hierarquia familiar e a submissão da mulher, ocorreram algumas rupturas, por mínimas que fossem. De acordo com Stevens (2004, p. 1/2), as narrativas escritas pelas mulheres são compostas pela dimensão do gênero, dialogando com a experiência da imigração, além de existir uma contradição na imagem das nikkeis, em que é reforçado o estereótipo relacionado às mulheres (submissa e invisível) e conjuntamente são descritas como possuidoras de uma força e individualidade (coragem, força, inteligência, sensibilidade e capacidade de trabalho).

Em sua narrativa, Kawai (1988) destacou o esforço das mulheres, como a jornada dupla, pois ajudavam na plantação e ainda cuidavam da casa, da comida e dos filhos. Portanto, as mulheres eram vistas como um braço a mais, e, segundo a autora, o casamento tinha outro significado:

[...] naquela época o casamento significava um braço a mais na família, por isso não era só o moço que procurava a moça mais robusta para esposa, a família dele também dava preferência a moça com saúde de ferro e que tivesse muita força. Se a moça era bonita ou inteligente, isso não tinha a mínima importância. O valor da moça era medido pelo peso que ela carregava e a extensão de terreno que capinava num dia. Saber costurar, fazer tricô ou bordado, isso estava em segundo plano (KAWAI, 1988, p. 80).

Podemos compreender que na migração, apesar da busca pela preservação do lugar submisso da mulher na família, elas não eram poupadas de qualquer esforço físico, demonstrando que o papel não se resumia apenas aos afazeres domésticos, como observado no trecho acima, pois elas ajudavam na agricultura. De acordo com Otenio (2015, p. 120), diferentemente dos homens, que ao acabarem os trabalhos na lavoura podiam descansar, as mulheres cozinhavam e cuidavam das crianças, auxiliando-as nas atividades escolares e até mesmo ensinando a língua japonesa. Portanto, as imigrantes “[...] faziam o mesmo trabalho de roça dos homens, tendo ainda que cuidar das crianças, lavar, cozinhar e zelar pelo conforto de toda a família”. Do mesmo modo, notamos as responsabilidades atribuídas às mulheres quando a autora relata que ficou apenas um dia descansando após o parto, retornando às atividades domésticas e ao trabalho na lavoura (KAWAI, 1988, p. 86). Em vista disso, é perceptível que a

narrativa versa sobre as nikkeis ocupando uma posição central para a adaptação e a preservação da família, além de reproduzir uma imagem das mulheres como fortes e batalhadoras (CRAVO; SOARES, 2009, p. 9).

Em outra passagem, são narradas as obrigações da mulher com a sogra. Quando o marido de Kawai mudou-se para São Paulo em busca de uma vida melhor, inicialmente deixou-a aos cuidados de sua mãe. No relato, a autora mostra as atividades obrigatórias destinadas a ela:

Às vezes, vem à tona a lembrança daquele tempo com certa melancolia. Eu não me importava de trabalhar, desde que me lembro como gente sempre trabalhei, e sinto prazer nisso. No entanto, os seis meses que passei sozinha foram muito duros para mim, e trabalhei como nunca. De manhã levantava quando o dia clareava, e não parava até a noite, caindo na cama de cansaço. Fazia comida para doze a quinze pessoas, lavava e passava as roupas, levava as marmitas para a roça, carregando minha filha nas costas, ajudava apanhar algodão, e à tarde puxava 16 latas de 20 litros de água para encher a banheira para o banho de toda a família. À noite fazia massagem para minha sogra dormir (KAWAI, 1988, p. 89).

Percebemos, com esse excerto, a manutenção de algumas práticas culturais e os papéis sociais generificados ligados à família, como o respeito e a obediência da nora em relação à sogra. No Japão, a mulher que entrasse para determinada família deveria aprender os costumes e hábitos da casa e da sogra, esforçando-se para agradá-la (BENEDICT, 2014, p. 107). Entretanto, compreendemos que essa prática cultural de obediência não era exatamente igual à relação japonesa, visto que ocorreu uma ressignificação causada pelo contato com a cultura brasileira, exemplificado por Mitsuko: cuidava de todas as atividades e dos cuidados da família, enquanto a sogra estaria ocupando outras atividades, como o trabalho na lavoura. Dessa maneira, no Brasil não existiu uma completa hierarquia, com a sogra comandando a nora nos afazeres de casa, mas uma divisão de trabalho.

Embora a narrativa seja ligada predominantemente a trajetória familiar – nos empenhos em manter a unidade familiar, a dupla jornada na lavoura e em casa, a obediência ao pai, ao marido e à sogra, além do papel de educar os filhos e investir no ensinamento das práticas culturais –, há passagens que demonstram que as nikkeis conduziam o próprio destino ou o destino familiar, elucidado pela atitude de Kawai ao aprender português sozinha, inicialmente com o objetivo de ajudar sua filha Ruty nos deveres de casa, o que acabou resultando em um emprego de jornalista, após o envio, pela própria autora, de artigos traduzidos para o japonês ao jornal “Diário Nippak” (KAWAI, 1988, p. 120/121). Em razão disso, compreendemos que, mesmo sem intenções, Mitsuko tomou “as rédeas de seu destino”: estudou português e traduziu obras/artigos voluntariamente, o que resultou em um emprego, saindo da posição de mãe e dona de casa e tornando-se a escritora que sonhava desde criança. É perceptível o discurso de que ser escritora estava predestinado, como uma razão de ser e um “postulado do sentido da existência

narrada”, debatido por Bourdieu (2002, p. 184/185), em que todas as escolhas e todos os obstáculos e lutas a levariam a isso, como se estivesse sempre destinada a tal. Na obra, constatamos que o papel de Mitsuko, isto é, das imigrantes japonesas, foi central para a adaptação dos membros da família ao chegarem ao Brasil: na manutenção das práticas, no ensinamento dos costumes, na educação para as gerações mais novas e no progresso socioeconômico da família.

### 3.3.2. Mizue e Hanako Honda

Mizue e Hanako, de “Ipê e Sakura (Em busca da identidade)”, destacam-se no enredo por serem personagens femininas e antagônicas: enquanto Mizue consegue se adaptar à sociedade brasileira, Hanako, tem seus sonhos desfeitos. As duas irmãs formaram-se em teologia budista no Japão e imigraram para o Brasil com a família. Embora não quisessem isso, vieram por acreditar que retornariam ao país de origem em até seis meses, no entanto foram impedidas pela decisão de seu pai, por falta de condições e em razão dos problemas pelos quais o Japão estava passando.

Inicialmente, as duas tinham certa independência dos pais, visto que trabalhavam como professoras de língua japonesa e de budismo no Brasil. É notável a construção das personagens femininas para além do papel de dona de casa e da submissão aos pais, irmãos ou maridos, e são imigrantes já com certo grau de intelectualidade. Portanto, há uma construção da mulher individual e afastada do enredo familiar; entretanto, como em boa parte dos livros escritos pelas nikkeis, são presentes as continuidades e rupturas das práticas culturais japonesas e dos papéis sociais generificados. Mizue e Hanako se mudaram para o Núcleo Cinquenta, na Aliança, a fim de cuidar do pai doente e ajudar na lavoura, sendo obrigadas a permanecer no Brasil. Nesse momento, a história das duas irmãs se separa, ao passo que Mizue é pressionada a aceitar o casamento por *miai*:

- Mizue, você já está com quase vinte e dois anos, portanto, no tempo de se casar. Todos sabem que quando as mulheres passam muito dos vinte anos se torna difícil de arranjar casamento. Sua irmã mais velha casou-se com dezenove anos e Yukiko aos vinte. Matsumoto-san, conversando comigo, disse que conhece um bom rapaz para casar com você. Matsumoto-san é o casamenteiro dessa região e tem se desincumbido muito bem da missão. O rapaz de quem me falou é instruído, tem nível médio, é sério. Quero que você o conheça.
- Papai, pretendo voltar, imediatamente, para o Japão e continuar as atividades que comecei e que gosto de desempenhar, além do que, aquilo que faço ajuda na minha realização pessoal. Foi para isso que me formei na escola de Teologia. Não tem sentido permanecermos no Brasil. Por favor, mamãe, ajude-nos a convencer o papai (NAKAMURA, 1988, p. 54).

Hanako é proibida de realizar seu sonho de ser jornalista no Japão, pois para o pai delas

não era profissão de mulher e custaria muito, o que seria um problema, já que imigraram com o almejo de juntar algum dinheiro (NAKAMURA, 1988, p. 54/55). A ficção se concentra principalmente nos eventos ocorridos com Mizue, por ser a personagem principal, contudo conta a vida de Hanako. Assim, para a análise, concentraremos primeiro na narração de Mizue e posteriormente em Hanako.

Mizue assume o papel que lhe é imposto, casando-se com Itiro Miyazaki e mudando-se para a casa do sogro. Como é uma família formada só por homens, torna-se responsável por todas as tarefas domésticas e ainda ajudava o marido na lavoura. Entendemos que os aspectos ligados às mulheres, como o casamento por *miai*, submissão ao marido, os esforços em cuidar da família e o dever de aguentar tudo sem reclamar são características dos livros memorialísticos sobre a imigração japonesa, aspectos estes presentes em Mizue:

Nos primeiros dias, quase não aguentava tanto cansaço, mas não reclamava: para os japoneses, a mulher louvável era a que esquecia de si para cumprir suas obrigações domésticas. Mais louvável era aquela que, durante o dia trabalhava na lavoura e a noite fazia os trabalhos domésticos (NAKAMURA, 1988, p. 65).

No entanto, encontramos certas rupturas dessa obediência e do silenciamento das mulheres na passagem em que Mizue enfrenta seu sogro, o chefe da família, para que comprasse uma cabra, a fim de auxiliar na alimentação da filha Naoko. Seria a primeira vez que enfrentava o sogro e, segundo ela, “[...] as mulheres japonesas estão obrigadas ao *gaman* (paciência) e ao respeito para com o sogro e a sogra. Desde menina ouvira de sua mãe conselhos de como se relacionar com eles. ‘Aprenda a conhecer o sogro; o que ele gosta ou não’” (NAKAMURA, 1988, p. 84). Cardoso (1995, p. 106/107) expõe que o *giri*, espécie de uma compulsão moral, obriga os indivíduos a assumirem e ajustarem-se aos seus papéis sociais; sendo assim, Mizue foi compelida a ajustar-se ao seu papel social e de gênero dentro da família, subordinando-se às regras familiares. Observa-se que no grupo doméstico se manteve mais fortemente a organização familiar provinda do Japão: a família é percebida como uma unidade, é representada pelo chefe e organizada sob a sua liderança.

Todavia, ocorrem quebras dessa unidade familiar e até questionamentos, como representado pelo enfrentamento de Mizue e sua indagação do motivo de as mulheres terem de obedecer ao sogro, isto é, submeter-se às ordens dos homens da família (NAKAMURA, 1988, p. 84). Posto isto, inferimos que o questionamento sobre a posição das mulheres simboliza a visão da autora, explorando os conflitos entre uma primeira geração mais conservadora, que procurava perpetuar elementos ditos patriarcais e patrilineares, e uma geração mais nova, no caso as descendentes, que demonstram uma quebra com os papéis sociais e o afastamento desse

conservadorismo familiar, flertando com uma maior independência feminina.

É manifestado, no livro, o amparo das nikkeis no sustento da casa, corroborando a ideia de que muitas delas contribuía de alguma forma para a renda financeira, aproveitando de habilidades provindas do país de origem ou aprendidas no Brasil, então era comum que muitas se tornassem costureiras, bordadeiras, cozinheiras etc. (BASSANEZI, 2013, s/p). Caso de Mizue com o tricô, em que vendia seus produtos artesanais para as vizinhas, buscando auxiliar na renda familiar (NAKAMURA, 1988, p. 110). As contribuições das mulheres não eram reconhecidas, frequentemente, com a mesma igualdade que os ganhos financeiros do marido, isso porque, de acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2013, s/p), o trabalho feminino só passa a ser nítido quando a mulher se separa do pai ou marido e no momento em que deixa o espaço doméstico para ir trabalhar, fenômeno que não ocorre nas famílias em que todos estão envolvidos na atividade da lavoura, no ofício artesanal ou no pequeno comércio familiar.

Em contrapartida, Hanako, ao ser impelida em permanecer no Brasil esforçou-se para poder estudar, pois não queria trabalhar na lavoura. Embora os pais se mostrassem contrários, ela conseguiu convencê-los: “Depois de muita conversa, algumas discussões e até troca de palavras mais rípidas, os pais de Hanako concordaram em mandá-la para São Paulo, para a Escola da Professora Mitie Akama [...]” (NAKAMURA, 1988, p. 69). Inicialmente, essa instituição era conhecida como escola de formação para noivas, considerado um internato, que buscava o ensinamento das nikkeis conforme a ética japonesa, ou seja, ensinavam o que entendiam ser deveres das mulheres, como ser uma boa mãe e esposa japonesa. As alunas aprendiam português e japonês, matemática, história, geografia, corte e costura e prometia-se que quando se formassem no curso seriam “bons partidos”, por terem sido educadas na “idoneidade ética e moral” (NOMURA, 1990, p. 29). Esse tipo de ensinamento é uma continuidade das políticas educacionais japonesas propagadas pelo Ministério da Educação do período Meiji (BARY, 2005, p. 1959).

Mesmo que Hanako estivesse animada com as matérias da escola, acabou não se adaptando às regras rígidas:

[...] Ela saía a hora que bem entendesse e só voltava tarde, depois do horário permitido. A professora chamava-lhe atenção sobre a importância da observância às regras e ressaltava o fato da grande responsabilidade que ela tinha com relação à segurança das moças [...]. As advertências surtiam efeito por pouco tempo, logo depois Hanako voltava a desprezar todas as regras da escola, principalmente as que se referiam aos horários (NAKAMURA, 1988, p. 70).

Dessa maneira, Hanako é a representação dos nikkeis que não se sujeitaram aos papéis sociais e de gênero, desvincilhando-se de uma identidade normatizadora, ou seja, são mulheres que

buscam distanciar-se das características de submissão, optando por seus desejos, suas vontades e sua individualidade, uma espécie de (des)identidade.

Contudo, Hanako é destinada ao casamento por *miai*, decisão tomada pelos seus pais para transformá-la em “obediente e disciplinada”. Notamos que o casamento é caracterizado como uma passagem para uma nova vida, uma mudança até mesmo da própria figura feminina: uma transição de mulher para o papel de mãe e esposa. Embora existam nas obras traços de independência das nikkeis e, constantemente, evidenciem-se as ânsias desenlaçadas das famílias, a narrativa retorna para o universo doméstico, ou seja, para o cuidado com a casa, com os filhos e o marido. Como se essas atividades fossem fundamentais para a vida da mulher, sendo destinadas “[...] a socialização e o cuidado dos filhos, a preservação da língua e dos valores do grupo, a responsabilidade e as adaptações da alimentação e do vestuário bem como a comunicação, por meio das cartas, com a comunidade e a sociedade de origem” (STADNIKY, 2013, p. 9).

No romance são expressos os sonhos desfeitos, como o de Hanako em ser jornalista, no qual é aconselhada a desistir de suas ilusões: “[...] ‘É preciso parar de sonhar, Hanako. Você não vive sua vida, procura viver sonhos. As ilusões não levam a nada. Ponha os pés no chão. Cuide de seu filho e seja feliz com o seu marido’” (NAKAMURA, 1988, p. 107). As obras escritas por nikkeis abordam exclusão, dramas pessoais, sonhos bloqueados, dificuldades, sacrifícios e vitória em prol da necessidade de sobrevivência e adaptação, e ao mesmo tempo que reforçam o imaginário sobre as imigrantes japonesas (silenciosas, submissas e trabalhadora), as apresentam como individuais, em alguns momentos, fortes e de importância para o desenvolvimento socioeconômico da família (MIZUMURA, 2011, p. 83).

Ambas as personagens (Mizue e Hanako) representam as imigrantes japonesas que vieram para um país desconhecido e lidaram com as diferenças culturais, auxiliando os membros do grupo na adaptação. Apesar de serem retratadas às vezes como independentes, a narrativa volta-se para o âmbito familiar e da casa, considerado um papel fundamental atribuído às mulheres. Nos romances observamos a publicização do privado, no qual alarga-se a escrita do eu, expondo os sentimentos, os devaneios, as vontades e as imaginações das mulheres, possibilitando o conhecimento do universo feminino. As obras são marcadas pela experiência de ser mulher em uma sociedade marginalizadora do feminino e da emoção (STADNIKY, 2013, p. 3/4).

É importante considerar a posição da autora, no caso de Nakamura, pois suas personagens contêm traços de contestação de sua posição na sociedade, questionando a submissão da mulher em relação ao homem. Nakamura formou-se em História e é pós-graduada (FESPSP); supomos,

então, que teve contato direta ou indiretamente com as teorias feministas e as indagações sobre a posição da mulher na sociedade, influenciando na produção de sua obra e na construção das personagens femininas, visto que as protagonistas nikkeis vivenciam nas histórias um conflito entre sujeitar-se aos aprendizados do pensamento *ryōsai-kenbo* e seguir as regras familiares, em contraposição à individualidade e aos questionamentos de seu papel social. De acordo com Stadniky (2013, p. 4), as obras carregam o olhar dos autores que se inserem em determinado contexto, isto é, a escrita feminina é determinada pelas vivências das mulheres na sociedade.

### 3.3.3. Sueno Yamada

Sueno Yamada é uma personagem baseada na história de vida de uma imigrante japonesa da colônia de Tomé-Açu, e foi romanceada e escrita por Tsunoda em seu livro “Canção da Amazônia”. A personagem imigrou para o Brasil acompanhando o marido Yamada, e ambos foram enviados para a colônia Acará, que mais tarde se tornaria Tomé-Açu, famosa pela plantação de pimentas. No romance, Sueno é descrita como obediente e educada por meio de um sistema de cunho confucionista e patrilinear, no qual as mulheres deveriam suportar todo tipo de sofrimento e sacrificar sua felicidade pelo bem do marido e da família. Entretanto, ainda que a narrativa parta do olhar de Yamada, há rastros dos pensamentos, dos almejos e das falas de Sueno.

A decisão de imigrar foi tomada apenas por Yamada, restando para Sueno a aceitação, portanto ambos vieram para um país desconhecido atrás das riquezas prometidas. Apesar de Sueno não se expressar contrária ou contestar a escolha, são expressos no romance suas vontades e seus pensamentos:

[...] Yamada não tinha a menor necessidade de emigrar. Mas Sueno não fizera nenhum comentário desaprovador. A educação que recebera lhe ensinara que mulher tem de acompanhar o marido em tudo, e até hoje ela vivera conforme esse princípio. Isso, porém não significava que não tivesse vontade própria: Yamada sentira em várias ocasiões o pulso forte da esposa. Ela tinha seus pontos de vistas, e dois sabiam disso [...] (TSUNODA, 1988, p. 15).

O silenciamento dela diante da decisão do marido não simbolizava uma completa submissão. Para Inumaru (2019, p. 58), no sentido psicológico, calar-se e silenciar-se podem significar diversas coisas, entre elas a concordância com a situação ou mesmo que não há argumentos concretos para contrariar. Isto posto, concordamos com a perspectiva de que, muitas vezes, os sujeitos não são passivos, mas incapazes de medir forças com aquele que exerce a dominação (OCADA, 2002, p. 11/12). Sem contar que a personagem foi educada em um sistema em que as mulheres deveriam “ser boas esposas e sábias mães” e onde o núcleo

doméstico era comandado pelo chefe de família, ou seja, cabia ao homem as decisões sobre os negócios e o controle das propriedades. Sueno, assim, aceita sua condição e seu papel social e acompanha o marido em suas decisões.

A narrativa manifesta os sentimentos e os seus pensamentos das nikkeis, inclusive sobre a Guerra do Pacífico na Ásia, desvanecendo a ideia de que a escrita feminina se concentra somente no universo doméstico. Todavia, o ponto de vista das mulheres sobre os eventos e a guerra era diferente do olhar dos homens, pois se preocupavam mais com a sobrevivência dos parentes e “[...] encaravam a guerra como um flagelo da natureza, sem se preocupar com suas causas. Pensavam apenas na sorte dos parentes” (TSUNODA, 1988, p. 78). Em contrapartida, os imigrantes enxergavam a guerra com orgulho e alegria, por seu país se mostrar superior diante das outras nações. Segundo Luiza Lobo (2006, p. 2), a escrita de autoria feminina exprime a sensibilidade das autoras e possibilita a inserção delas enquanto mulheres e testemunhas nesse espaço. Dessa maneira, inferimos que partindo da percepção das nikkeis sobre os acontecimentos, como a guerra, viabiliza-se o conhecimento através do olhar do outro – em outras palavras, evidencia-se a experiência sob diferentes perspectivas.

No romance são exteriorizadas as atitudes das imigrantes japonesas diante da autoridade masculina, exemplificado pela resistência e o esforço de Sueno em enviar cartas aos familiares no Japão, mesmo com a contrariedade de Yamada (TSUNODA, 1988, p. 78). Demonstra-se que as mulheres não eram simplesmente sujeitas às ordens e aos conselhos dos maridos, pois apresentam-se como indivíduos pensantes, autônomas e capazes de tomar decisões por si mesmas.

No entanto, como nos romances anteriores, a narrativa se contrapõe porque, simultaneamente, buscou-se desmitificar a imagem cristalizada da nikkei e enfatizou-se a ideia das mulheres como centrais para a prosperidade do núcleo familiar e do pensamento do *ryōsai-kenbo*. Isso é denotado em um diálogo entre Sueno e Yamada:

No trabalho, Sueno não se poupava por ser mulher: acompanhava o ritmo do marido.  
 – A mulher só consegue limpar capoeira, mas não a mata virgem, e por isso não pode ser considerada igual – disse Sueno, entregando-lhe a marmitta.  
 – Mas você podia até chefiar os nativos do Pacífico Sul.  
 Sueno também já tinha ouvido a história de orientadores técnicos nas colônias ocupadas, e não pôde deixar de sorrir da brincadeira, tão rara no marido  
 – Isso de trabalhar para nação é coisa de homens. Eu, como mulher, só trabalho para o paizinho e as crianças.  
 As palavras impensadas de Sueno fizeram Yamada reformular a imagem que tinha da esposa. Os homens vivem atrás de ideias, perseguindo fama e riqueza, sofrendo as frustrações consequentes, enquanto a mulher concentra todas as suas forças na família e não tem vacilações (TSUNODA, 1988, p. 82).

Interpretamos que essa contraposição na figura de Sueno é devido à construção da

própria personagem, visto que foi baseada na história de vida de uma imigrante japonesa. Contudo, não foram relatos contados por ela, pois quando a autora deu início às suas pesquisas Sueno já havia falecido. Assim, foram eventos narrados do ponto de vista do marido e dos filhos. Por isso, é ressaltada a representação de mulher que se sacrifica pela família e que aguenta todos os sofrimentos em silêncio, como uma espécie de virtude. Outro ponto é que Tsunoda era uma escritora japonesa que não vivenciou o processo da imigração, de modo direto ou indireto, e ambicionava contar as histórias das mulheres imigrantes. Segundo a autora:

Há tempos que eu nutria interesse especial pelas mulheres dos imigrantes. Já nas minhas pesquisas anteriores, centralizadas em São Paulo, vinha notando que ao lado de cada homem que viveu realmente a vida de um pioneiro havia sempre uma figura de mulher que lhe emprestara apoio integral. Eram personagens que não apareciam em evidências, mas ousou afirmar que sem a sua silenciosa presença, muitos dos grandes sucessos da colônia teriam sido absolutamente impossíveis (TSUNODA, 1988, p. 164).

Em vista disso, compreendemos que as imigrantes japonesas são retratadas como essenciais para o desenvolvimento tanto da família como da colônia, por serem responsáveis por facilitar a adaptação dos membros e por seus esforços na lavoura. Sakurai (1993, p. 29) analisa que nas obras a mulher tem um papel considerável na vida das famílias: é a figura da mãe que sustenta a casa nas horas de dificuldade, é ela que ajuda na lavoura, realiza os trabalhos extras para contribuir na poupança familiar, nas atividades domésticas, na criação dos filhos, participam dos sucessos e fracasso, é quem apoia o marido e os filhos para alcançarem os objetivos de uma ascensão social e econômica, seja por meio do trabalho, seja pelos estudos.

A narrativa de autoria feminina nikkei manifesta a visão das mulheres sobre a imigração, o processo de inserção, os conflitos e embates de culturas diferentes e o cotidiano no Brasil, além de colocar as imigrantes japonesas como personagens principais na história, possibilitando que os relatos sejam contados em outras perspectivas, saindo apenas do ponto de vista masculino, que frequentemente se concentra no trabalho. Notamos que a narrativa das obras parte do universo doméstico, porém não se centraliza exclusivamente nisso. Nas obras encontramos os acontecimentos externos à casa, como a perseguição aos nikkeis durante o governo Vargas e os conflitos gerados pela Segunda Guerra Mundial.

É perceptível nos livros a dubiedade na imagem das mulheres, pois são retratadas como silenciosas, esposas fiéis e boas mães, e simultaneamente observamos elementos de independência e até mesmo de desvencilhamento do núcleo familiar. Isso corrobora com a complexa construção do eu, marcado pelos papéis sociais genericados impostos às mulheres, portanto entendemos que as nikkeis tentam se afastar desses papéis, aproximando-se de uma (des)identidade e da quebra da normatização. Contudo, ao mesmo tempo, deparam-se com uma

estrutura familiar que as cobram e as colocam como centrais para seu desenvolvimento.

A escrita das nikkeis manifesta a presença do eu, das sensibilidades, de concepções, questionamentos e preocupações das mulheres imigrantes, que anteriormente estavam à margem ou representadas pelos homens de forma estereotipada. Outro ponto é que possibilitou uma construção de memória das nikkeis, em que agora elas aparecem como fundamentais para a prosperidade do grupo japonês e foram colocadas como essenciais na narrativa sobre a imigração japonesa. As mulheres tornaram-se personagens importantes e foram utilizadas como um dos elementos que possibilitasse a criação de um sentimento de coesão, a ideia de uma comunidade imaginada.

Com as análises, concluímos que a literatura nikkei tornou-se mais “publicizada” a partir da década de 1980, visto que não se restringiu mais às publicações somente em japonês e direcionadas à colônia. São livros escritos em português e destinados a um público maior, incluindo os brasileiros e descendentes que não dominavam a língua japonesa. Sugerimos que esse movimento é causado por uma maior participação de escritores descendentes e também pela preocupação por parte da colônia sobre um possível esvaziamento, e assim buscaram ampliar as redes e seus membros participantes. Nas obras houve a romantização do processo da imigração, criando uma espécie de narrativa fabulada, cronológica e com um final feliz ou, pelo menos, com os imigrantes conquistando seu espaço na sociedade brasileira e esforçando-se para alcançar seus sonhos.

Nessa literatura, analisamos em específico as autobiografias e os romances, que são obras que convergem e, ao mesmo tempo, divergem. Primeiro porque todos os autores buscaram uma construção de memória da imigração japonesa e dos nikkeis no Brasil, procurando homenagear esse processo e relembra-lo. Entretanto, há diferenças entre as publicações dos próprios imigrantes e dos descendentes: os primeiros almejavam registrar suas histórias para as novas gerações, como uma lição de moral e para que não entrassem em um esquecimento, já que os segundos estavam deixando a colônia – seja pela troca da zona rural pela urbana, seja pelo movimento *dekasegi*. Os descendentes, em contrapartida, versaram sobre novos temas e perspectivas na história da imigração, abordando os conflitos de geração, de identidade e de ascensão social por meio dos estudos ou do trabalho. Assim, contribuíram e enfatizaram a imagem positiva de uma “minorias modelo”. Por fim, essas obras pertencem ao discurso memorialístico do Imin 80, uma vez que foram influenciadas por esse período. Do mesmo modo, foi considerado, pelos autores, um momento propício para homenagens e uma oportunidade de mais visibilidade para suas produções.

#### 4. DO LAR À LIBERDADE: ANÁLISE DO LIVRO “SONHOS BLOQUEADOS”

O objetivo deste capítulo é analisar o livro “Sonhos Bloqueados”, de Laura Honda-Hasegawa, publicado em 1991, pela editora Estação Liberdade, de São Paulo. Portanto, analisaremos quatro temas centrais da obra: a (des)identidade das nikkeis, entendida como resistência e insurgência contra as imagens cristalizadoras de “silenciosas e submissas”; a visão do grupo japonês sobre os mestiços, caracterizados como um subgrupo dentro da colônia japonesa, e a identidade entrelugar; a cidade como um espaço de importância para a elaboração do romance, em especial o bairro da Liberdade, compreendido como um lugar de ascensão social e um reduto dos nikkeis; e o movimento *dekasegi*, um dos diferenciais de Honda-Hasegawa em relação às outras produções.

Contudo, antes de abordarmos o romance é necessário pensar e entender a vida de Honda-Hasegawa; portanto, neste capítulo focalizaremos as três entrevistas realizadas com a autora: 1- por e-mail; 2- pessoalmente; 3- entrevista dada ao LAPECO. Para a produção das entrevistas e nas análises, consideramos os apontamentos de Alberti (2013) sobre a História Oral. Além disso, é preciso compreender a vida da autora, visto que as condições sociais influenciam na produção da obra, ou seja, o autor é um indivíduo social e isso implica em diversos aspectos, como sua condição econômica, a origem social, a posição e suas trajetórias, seja socialmente, seja no campo literário, além dos valores sociais e os sistemas de comunicação que influem diretamente em suas produções (SOUZA, 2006, p. 31).

##### 4.1. LAURA HONDA-HASEGAWA

**LH:** [...] às pessoas que me perguntam respondo que sou nisei, mas eu prefiro ser uma “japonesa brasileira” (UENO, 2019, p.1).

Honda-Hasegawa nasceu em 2 de julho de 1947 e na cidade de São Paulo. Seu pai era japonês; já a mãe, nipo-brasileira. Seus avós paternos eram da província de Niigata e emigraram em 1918. Por outro lado, os avós maternos vieram da província de Fukushima e chegaram em 1913 ao Brasil. Assim como a história da maioria dos imigrantes japoneses, eles migraram em busca das riquezas prometidas tanto pelo governo japonês quanto pelas empresas de colonização (OTENIO, 2015, p. 34; UENO, 2019, p. 1). O fato de Honda-Hasegawa ser descendente de japoneses influenciou na produção do livro “Sonhos Bloqueados”, uma vez que sentiu a necessidade de homenagear seus antepassados e (re)construir a memória sobre esses eventos (UENO, 2019, p. 1). Isso é uma característica comum das autoras pertencentes à literatura nikkei, na medida em que almejavam lembrar o passado e buscaram a construção da

memória dos imigrantes e seus descendentes.

Nas entrevistas, descobrimos que o nome da autora é somente Laura Hasegawa. No entanto, ela decidiu adotar um nome artístico e acrescentou “Honda”, que é o sobrenome materno. Outrossim, argumenta que boa parte dos acontecimentos presentes no romance foram baseados ou contados por sua mãe:

**LHH:** Aí na época a minha mãe era viva e ela era uma contadora de história nata. O que eu sei da vida dela, da infância dela e que por acaso estão no livro “Sonhos Bloqueados” é porque ela que era uma boa contadora de história e transmitiu para mim, e aquilo ficou gravado na minha memória né. Então, eu fui desenvolvendo e aí chegava na minha mãe e falava: “oh mãe, por exemplo, alguém faz assim e assim. O que a senhora acha? Qual seria a opção dela?” e ela dava a opinião, “ah tá bom!” e eu colocava no livro (UENO, 2020, p. 3).

Inferimos, então, que as mulheres, em especial a mãe, ocuparam uma posição de relevância na vida de Honda-Hasegawa, assim como a autora empenhou-se em colocá-las em evidência. Dessa forma, verificamos que há uma espécie de memória herdada, conceito elaborado por Pollak (1992, p. 201), que são os acontecimentos vividos por tabela, isto é, acontecimentos dos quais, muitas vezes, o sujeito nem participou, entretanto tomaram tanta importância que é quase impossível, para ele, distinguir se participou ou não. Sendo possível falar de uma memória quase que herdada: “[...] por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada [...]”.

Honda-Hasegawa, ao ser questionada nas entrevistas sobre a sua geração, responde que é *nisei* e meio, como exposto no trecho do início deste subtópico, e sente-se uma japonesa-brasileira. Para ela, essa definição significa “ter bem delineado o lado brasileiro e o lado japonês”, em razão de não conseguir identificar-se completamente como brasileira porque “há características que só os descendentes possuem”, como, por exemplo, os traços físicos, e não poderia se dizer japonesa, já que no Japão é vista como estrangeira. Diante disso, a autora explica que é “uma identidade nem 100% brasileira e nem 100% japonesa” (UENO, 2019). Compreendemos que é uma identidade hifenizada e situacional, isto é, em determinados momentos Honda-Hasegawa assume sua “niponicidade” e em outros a sua “brasilidade” (LESSER, 2001, p. 27). Dessa maneira, entendemos que os indivíduos podem mudar a identidade de acordo com as situações ou até assumir uma permanentemente, conforme os interesses (JONES, 2005 p. 33/34).

Honda-Hasegawa formou-se em Letras japonês/português e em Pedagogia na Universidade de São Paulo (USP), trabalhou durante quase trinta anos como professora de Português e Literatura Brasileira na rede pública, aposentando-se em 2001. Logo após se

formar, em 1972, foi bolsista do governo de Niigata, no Japão, e estudou a literatura feminina, principalmente a escritora Fumiko Hayashi<sup>66</sup>, considerada parte da chamada literatura feminista japonesa (OTENIO, 2015, p. 34; INUMARU, 2019, p. 33; UENO, 2019, p. 2/3). Apesar de a autora confirmar que esse estudo instigou a produção de seu livro, de alguma forma a obra de Hayashi é diferente de sua proposta em “Sonhos Bloqueados”:

**LHH:** Pode ser, tudo que acontece em nossa volta influência de um certo modo. Pelo menos o modo de pensar, o modo de agir e aí então o modo de escrever. Pode ser sim. Se bem que aquela história de Hayashi Fumiko é uma história bem diferente, é uma mulher que vive a margem da sociedade, que não seguia o padrão da mulher japonesa do século XIX, mas pode ter tido sim influência. Aliás, tudo que eu li desde a infância deve ter me influenciado e eu fico até feliz nisso (risos) (UENO, 2020, p. 5).

É perceptível que Honda-Hasegawa entrou contato, seja direta ou indiretamente, com a literatura feminista e, conseqüentemente, com o feminismo. Isso é comum entre as autoras da literatura nikkei. Sugerimos que elas entraram, de alguma forma, em contato com o feminismo ou pelo menos com as discussões que pensavam e questionavam o papel da mulher na sociedade primeiro porque as autoras, sobretudo as descendentes, ou seja, as *nisei*, eram ligadas à academia ou trabalhavam em áreas ligadas ao intelecto e à escrita.

“Sonhos Bloqueados” foi a estreia de Honda-Hasegawa na literatura. Anteriormente, ela escrevia apenas contos e crônicas para os jornais nipo-brasileiros de São Paulo<sup>67</sup>, com temas relacionados ao cotidiano e sob a ótica dos nikkeis, já que queria colocá-los como protagonistas nas histórias:

**LHH:** [...] Sempre gostei de literatura, sempre li a literatura brasileira e a internacional também, e fiquei pensando: mas porque não têm personagens, personagem não secundário, protagonista, personagem principal em romances, em romances, não é? Tanto da literatura brasileira como de outras literaturas, se bem naquela época, eu não tinha muito acesso à literatura norte-americana, norte-americana de origem oriental, que eles falam *asian american literature*, então, eu não tinha muito conhecimento. Então, fiquei pensando mais em termos de Brasil, que tal escrever um livro com personagem principal de origem japonesa, quer dizer, o nikkei (UENO, 2020, p. 2).

Com a fala da autora, percebemos a falta, na literatura brasileira, de personagens nikkeis com os quais os imigrantes e descendentes se identificassem. Em uma entrevista ao jornal “Diário Nippak”, em 1991, a autora expõe que sua obra representava “assumir o lado nipo-brasileiro”, ainda mais porque verificou que na comunicação o imigrante era simbolizado de forma caricatural. Muitas vezes, as representações que existiam sobre os nikkeis eram

<sup>66</sup> Fumiko Hayashi (1903-1957) foi romancista e poeta japonesa. Suas obras são marcadas pelas experiências pessoais (LEONEL, 2020, p. 149).

<sup>67</sup> Segundo a autora, ela publicava nos jornais “Diário Nippak”, “São Paulo Shimbun”, “Jornal Paulista” e “Nippo Brasil” (UENO, 2020, p. 1).

estereotipadas. Como salientado por Nakasato (2002, p. 33/34), em sua análise a imagem dos nipo-brasileiros, na literatura, era demarcada, em geral, pelo olhar de desconfiança, sendo caracterizados como inimigos, espiões, dissimulados e, sobretudo às mulheres, vistos como dóceis e, similarmente, de perigosos, aparecendo de quimono e falando errado. Sendo assim, Honda-Hasegawa percebeu a importância de colocá-los como protagonistas, marcando todas as suas produções, bem como sua condição de mulher e nikkei foi primordial para escrever a história de uma nikkei, nascendo, então, a personagem Kimiko (OTENIO, 2015, p. 16; UENO, 2019, p. 4/5).

“Sonhos Bloqueados” foi escrito em 1990, inspirado em uma matéria do jornal “O Estado de São Paulo” de 1989, sobre a primeira leva só de mulheres *dekasegi*. No entanto, inicialmente, a ideia não era publicar um romance, e sim um conjunto de contos (UENO, 2019, p. 13). Honda-Hasegawa conta que:

**LHH:** Aí em 1990 eu apresentei para um editor os meus contos, sempre com temática nikkei, com personagens nikkeis e aí ele falou: “não, tente escrever um romance”; porque contos são coisas narrativas curtas não tem aquilo de ir e vir, aqueles pensamentos, não tem aqueles *flashbacks*, ele falou “escreve um romance”. Aí sai da editora assim pensando: imagina, não vou escrever coisa nenhuma nunca, que romance você faz uma ideia “nossa um livro grosso”, com muita coisa, com um enredo complicado e tal. Então foi isso, mas a ideia de escrever sobre alguém que foi para o Japão trabalhar foi a notícia do jornal do Estado de São Paulo (UENO, 2019, p. 13).

Compreendemos que, diferentemente dos outros autores da literatura nikkei, Honda-Hasegawa não aproveitou intencionalmente de datas comemorativas para escrever e publicar seu livro. Apesar de abordar a imigração japonesa e os nikkeis em suas histórias, não objetivava publicar um romance, e isso só ocorreu por inferências do editor. Chartier (2014, p. 38/39) disserta que as obras passam por um complexo processo de publicação, no qual envolvem diversas “intromissões”, como as escolhas feitas pelo editor, os trabalhos e impressões realizadas pela gráfica, não sendo, então, o autor o único responsável pela criação de um livro. Outro ponto que demonstra a “intromissão” do editor é em relação à própria estreia do livro, conforme Honda-Hasegawa, que ocorreu em 18 de junho de 1991, justamente na comemoração dos 83 anos da imigração japonesa, e ela acredita que o editor se esforçou para que a estreia coincidissem com a festividade (UENO, 2019, p. 4).

Além de “Sonhos Bloqueados”, Honda-Hasegawa publicou “Antologia de Poesia Nikkey” (1993), “Kiken”<sup>68</sup> (2000) e “Pátria Estranha” (2002). Entre suas obras, destacaremos

---

<sup>68</sup> Conforme Honda-Hasegawa, o título do livro significa “perigo”, que era uma placa colocada em algumas lojas japonesas que advertiam sobre o perigo dos brasileiros. Isso devido ao preconceito de muitos japoneses, que acreditavam que os brasileiros seriam perigosos e marginais (OTENIO, 2015, p. 36; UENO, 2019, p. 2).

“Kiken”, por ser uma continuidade de “Sonhos Bloqueados”. O romance conta a vida de Kimiko no Japão, contudo não é mais a protagonista-narradora, e há a participação de diversos personagens *dekasegi* na narração. O livro versa sobre a questão de identidade dos nikkeis – entre ser caracterizado como japonês no Brasil e estrangeiro no Japão; a vida dos *dekasegi*, ocupando cargos recusados pelos japoneses, caracterizados como sujeitos e perigosos, e a constante troca de empregos em busca de melhores condições, maiores salários e com mais horas extras; a indecisão de voltar para o Brasil ou continuar no Japão, marcado pelo ir e vir; os golpes dos brasileiros no país; e o abandono dos idosos pelos japoneses. Segundo a autora, o livro é o resultado de um material coletado durante os anos de 1991 a 2000, tendo entrevistado vários *dekasegi* e pesquisado jornais, revistas e reportagens de TV que tratavam desse fenômeno. Contudo, a obra não é considerada por Honda-Hasegawa um livro publicado, devido a alguns problemas em relação à edição. Notamos que a autora receia em falar desse livro, a ponto de nem o citar em sua biografia. Sugerimos que é pela pouca repercussão e por não conseguir ultrapassar mais de 300 exemplares (OTENIO, 2015, p. 36; UENO, 2019, p. 4).

Desde 2011, Honda-Hasegawa publica contos em um *site* denominado “Discover Nikkei”, sobre assuntos relacionados aos nikkeis. Entre esses, há crônicas sobre os *dekasegi* e a questão de identidade. Segundo a autora, o que começou com “Sonhos Bloqueados” não continuou em livros, mas prosseguiu em suas crônicas no *site*. Outra característica é que Honda-Hasegawa escreve tanto em japonês como em português em sua coluna, preferindo primeiro escrever em japonês e depois traduzir, o que diferencia de suas produções anteriores, uma vez que optou por escrever apenas em português. Inclusive, ela relata que surgiu uma oportunidade de publicar sua obra no Japão:

**LHH:** Tanto que houve uma oportunidade de publicar o “Sonhos Bloqueados” no Japão, houve essa oportunidade, e aí a editora do Japão impôs uma condição: tem que ser um tradutor do Japão; porque teria tradutores, lógico, aqui no Brasil. Aí eu fiquei pensando por que será, não é? Porque seria um livro a ser publicado no Japão e, ao mesmo tempo, na época, pensei: “pena que eu não estudei o suficiente para poder traduzir os meus livros para o japonês”. Mas isso aí é mesmo muito difícil (UENO, 2020, p. 10).

Interpretamos que a preferência da escrita em português nos romances é usual na literatura nikkei da década de 1980, principalmente por ser uma escolha dos próprios autores, permitindo que outras pessoas além da colônia obtivessem acesso ao material. Com exceção de Honda-Hasegawa, sugerimos que pelo menos por parte dos descendentes há uma falta de domínio do japonês, sobretudo os *kanji*, dificultando a escrita. Na pesquisa de Roberto Yuraka Sagawa e Lilian Cerqueira Souza (2009, p. 41) com *nisei* da cidade de Presidente Prudente (SP), é constatado que boa parte dos entrevistados sabem falar japonês, cerca de 50%, contudo apenas

metade tinha domínio da língua escrita. Isso é resultado das desistências da *nihongo-gakkō*; por não escreverem frequentemente, causando um esquecimento, pela acomodação dos descendentes à sociedade brasileira, em consequência da desestruturação *ie*, como apontado no capítulo anterior, e da perda das práticas culturais, em casos mais extremos houve uma recusa por parte dos nikkeis em aprender o japonês por não quererem ser caracterizados por sua etnicidade. Da mesma forma, sugerimos que as próprias políticas públicas do governo de Getúlio Vargas, como a proibição de falar línguas estrangeiras em público e o fechamento das *nihongo-gakkō*, afetaram a continuidade da língua japonesa no Brasil.

Dessa forma, notamos que a vida de Honda-Hasegawa e sua condição de ser mulher e nikkei influíram na produção de “Sonhos Bloqueados”, visto que é uma narrativa feminina e por ter como personagem principal Kimiko, uma *nisei*. Apesar de não ter sido proposital, ou melhor, de sua própria escolha que o livro estreasse no Imin 83, o objetivo da autora era homenagear os imigrantes e os descendentes e, para além disso, é inspirado no movimento *dekasegi*, em especial na emigração de mulheres sozinhas, evento que continuou presente em suas histórias escritas, através de crônicas ou contos. Portanto, percebemos a marca de Honda-Hasegawa em abordar o fenômeno *dekasegi*. Por fim, embora a autora argumente que o livro não é baseado em ninguém, que não é uma (auto)biografia, é evidente as influências de histórias ouvidas, memórias herdadas e até mesmo experiências próprias.

#### 4.2. O LIVRO “SONHOS BLOQUEADOS”

Como apresentado, “Sonhos Bloqueados” foi publicado em 1991, pela editora Estação Liberdade, e contou com o apoio da Aliança Cultural Brasil-Japão de São Paulo. O lançamento foi organizado pela Comissão Cultural da Câmara Junior Brasil-Japão, como um dos eventos da comemoração dos 83 anos da imigração japonesa, em 18 de junho de 1991. Ocorreu no Nikkei Palace Hotel e contou com a participação e a palestra “As correntes imigratórias japonesas” do professor da Universidade de São Paulo e diretor do Centro de Estudo Nipo-Brasileiro, Katsunori Wakisaka (DIÁRIO NIPPAK, 1991, s/p). Ainda que não fosse escolha da autora estrear o livro no Imin 83, Honda-Hasegawa relata que foi de extrema importância, à medida que isso possibilitou a rememoração de sua obra em anos posteriores e em outras comemorações (UENO, 2019, p. 4).

Embora não seja uma obra publicada nos 80 anos da imigração japonesa, em 1988, esse romance pertence à literatura nikkei, em especial porque os eventos do Imin 80 marcaram Honda-Hasegawa. Conforme seu depoimento ao jornal “Diário Nippak” (1991, s/p): “[...] ‘senti que, muito mais do que festa, era um momento para reflexões. Era um momento de revolucionar

as ideias do que preocupar-se com coisas passageiras' [...]”. Isso serve para corroborar que o Imin 80 foi significativo por sua construção de memória e pelo surgimento de uma literatura nikkei, além de emergirem questões como o esvaziamento da colônia japonesa e a enfatização da imagem positiva dos nikkeis.

A obra chegou em duas edições, manifestando a sua expressiva propagação. A estreia da segunda edição aconteceu em uma noite de autógrafos em Ibiúna, em dezembro de 1991, no Centro Comunitário da cidade, e foi promovido pela prefeitura da cidade, conjuntamente com a Biblioteca Monteiro Lobato e a Associação das Senhoras do Centro Cultural de Ibiúna (SÃO PAULO SHIMBUN, 1991, s/p). Do mesmo modo, ocorreram consideráveis noites de autógrafo nos estados de São Paulo e Paraná. De acordo com o “Jornal Paulista” (1991, s/p), “Laura Honda Hasegawa viu-se obrigada a requisitar livros em livrarias paulistas. Os volumes trazidos à véspera para Apucarana haviam sido todos vendidos”, indicando a significativa recepção da obra tanto por brasileiros como por descendentes. Entretanto, o romance não ocupou um lugar de destaque no campo da literatura brasileira nacional<sup>69</sup>, assunto discutido no terceiro capítulo.

A recepção pelos brasileiros e pelos descendentes ocorreu de formas diferentes. Honda-Hasegawa relata as nuances entre as duas receptividades: os brasileiros receberam positivamente, dizendo que aprenderam algumas palavras e entenderam um pouco mais os hábitos dos nikkeis; a autora, inclusive, contou o depoimento de uma tia que só entendia mais o marido por causa do livro:

**LHH:** Mas essa tia, essa filha de espanhóis, leu “Sonhos Bloqueados” e lá, lá não, aqui (risos), daqui do Paraná ligou para São Paulo e falou assim: “Olha, só agora que eu entendo como é o meu marido porque eu li o seu livro”, isso foi assim, eu falei assim... eu nunca imaginei um comentário desse, mas ela falou: “graças ao seu livro eu entendo mais o meu marido”, apesar de estar casada há 40/50 anos, porque aquele lado calado, sisudo, que não dá... não expressa opiniões, então, ela falou: “só lendo o seu livro que entendi porque é que meu marido é assim” (UENO, 2019, p. 6).

Notamos uma estranheza dos não descendentes em relação aos nikkeis, percebendo-os como o “outro” e o “desconhecido”, demonstrando indícios de incompreensão em relação a esse “outro” e, até mesmo, com um olhar uniformizador, colocando os imigrantes e descendentes como uma unidade, como se um sujeito representasse todo o grupo japonês, ignorando as especificidades de cada indivíduo e as subjetividades. É importante ressaltar a

<sup>69</sup> Apesar de a obra não ter ocupado uma “grande posição” na literatura brasileira, deve-se destacar a competência literária apresentada ao longo do romance, lembrando que “Sonhos Bloqueados” se destacou entre as obras da literatura nikkei. Trata-se de um dos mais reconhecidos romances nikkeis das décadas de 1980 e 1990 e um dos mais pesquisados e analisados na academia. Todavia, sugerimos que essa falta de reconhecimento é relacionada ao fato de a literatura nikkei permanecer à margem no campo da literatura nacional brasileira e por representar apenas um grupo da sociedade brasileira; outra hipótese é devido à Honda-Hasegawa trabalhar com assuntos que refletem os preconceitos do grupo japonês, assim a obra pode não ter sido bem recebida pela colônia japonesa.

atitude de Honda-Hasegawa diante do depoimento de sua tia, em tomar para si o elogio como uma verdade, entendendo que por meio de sua escrita expressou a identidade dos nipo-brasileiros. Constatamos isso nas entrevistas, em que diversas vezes afirmou que só os descendentes conseguiriam expressar a identidade nikkei (UENO, 2019, p. 4).

Em contrapartida, os descendentes receberam a obra mais criticamente, sugerindo alterações:

**LHH:** mas eu notei também que era justamente os descendentes de japoneses que vinham com alguma assim... sugestão, com alguma crítica: “olha, eu acho que aquelas palavras japonesas deveriam ter uma explicação no rodapé”, sendo que se você entende o contexto naturalmente vai saber que é essa palavra, essa palavra significa isso em português. Então, é esse lado crítico. Agora, se eu não fosse descendente de japoneses escrevendo “Sonhos Bloqueados” acho que os descendentes não fariam, não fariam esses comentários, eu acho (UENO, 2019, p. 6).

As críticas provenientes dos nikkeis em relação aos elementos da obra, mesmo que mínimas, indicam que o romance pode não ter sido bem aceito pelo grupo japonês, uma vez que a autora abordou assuntos que refletiam os preconceitos do grupo, a (des)identidade das personagens femininas e desmistificou um imaginário social sobre o sucesso econômico dos nikkeis. Outro ponto é que as críticas provindas da comunidade nikkei causaram um incômodo na autora. Compreendemos que, conforme apontado por bell hooks (2019, p. 36), quando um sujeito de um grupo oprimido decide falar e denunciar as formas de dominação, mesmo que por meio da literatura, é considerado por eles um ato de coragem, mas, ao mesmo tempo, representa uma espécie de ameaça e causa certo desconforto, na medida em que são acostumados a permanecerem anônimos e no silêncio.

Os jornais<sup>70</sup> que divulgaram a estreia e as noites de autógrafo de Honda-Hasegawa, informaram que era a primeira publicação de uma *nisei* no Brasil. Esse argumento foi formulado pelo editor do livro, Jiro Takahashi, mostrando novamente a “intromissão” editorial, não somente na produção da obra, mas também na divulgação e por objetivar a transformação de Honda-Hasegawa em uma autoridade na literatura por meio de sua ascendência. Interpretamos essa atitude como uma estratégia, para que o romance fosse reconhecido e entrasse no quadro literário brasileiro entre as grandes obras da tradição literária. Como analisado no terceiro capítulo, houve publicações escritas por mulheres *nisei* anteriores à de Honda-Hasegawa, como a de Nakamura em 1988. Assim, percebemos a jogada do editor para promover o romance de Honda-Hasegawa e colocá-la em destaque entre as autoras.

São presentes no romance elementos da vida da mãe da autora, como também da própria

<sup>70</sup> Para saber mais, consultar os jornais “São Paulo Shimbun” (1991), “Jornal Paulista” (1991) e “Voz de Ibiúna” (1991).

Honda-Hasegawa. Como exposto, ele foi baseado nas histórias de sua mãe, ou se não, de sua avó, porém a autora argumenta que não é uma biografia. Todavia, percebemos as influências de memórias e histórias das mulheres que, de alguma forma, a marcaram e foram expressas, em partes, nas personagens femininas nikkeis. Defendemos que os romances, principalmente “Sonhos Bloqueados”, foram baseados em histórias de vidas, em relatos e em memórias herdadas de determinado sujeito ou de um grupo. No caso da literatura nikkei, no grupo japonês e mais específico na literatura de autoria feminina nikkei, nas histórias de mães, avós, tias, ou seja, na vida de mulheres nikkeis. De acordo com Paulo César Venturelli (2006 apud PIRES; ADAMES, 2010, p. 68), o autor em sua produção não está sozinho, “[...] mas inserido numa série, criando uma teia entre seu trabalho e os que o precederam e os que o sucederam, sintetizando muitas vozes com a sua”. Desse modo, encontra-se na relação dialógica com os outros, isto é, em interação com outros pensadores e vozes da sociedade à qual pertence. O ponto de vista do autor emerge a partir do contato de sua voz com as de outros indivíduos, resultando em uma “interação dialógica e inacabada”.

Da mesma forma, compreendemos que o romance é um lugar de memória, visto que cumpre os três aspectos principais, definidos por Nora (1993, p. 21/22): material, funcional e simbólico, mantendo sua função de romance, objetivando o conhecimento de uma memória sobre a imigração japonesa e, simultaneamente, garantindo a cristalização dessa lembrança e a sua comunicação, assim como é considerado simbólico por caracterizar o acontecimento vivido por determinado grupo e que, muitas vezes, a maioria não participou. Podemos observar isso em Honda-Hasegawa, na medida em que escreve sobre eventos de que, muitas vezes, não participou. Contudo, são contextos que ela angariou por meio de histórias contadas por sua mãe ou por sua avó. Outrossim, consideramos “Sonhos Bloqueados” um lugar de memória porque é onde a autora se permite e expressa as memórias familiares devido ao medo do esfacelamento e da perda dessas memórias, objetivando “parar o tempo” e bloquear o trabalho do esquecimento, imortalizando os eventos e fixando “o máximo de sentido num mínimo de sinais” (NORA, 1993, p. 22).

Além disso, “Sonhos Bloqueados” pode ser considerado uma espécie de um “romance polifônico”, pois o discurso romanesco de Honda-Hasegawa não é somente plurivocal, como a maioria dos romances, mas é marcado por certa independência das vozes dos personagens na estrutura da obra, conceito elaborado por Mikhail Bakhtin (2013, p. 39), que define a polifonia como a multiplicidade de vozes diferentes sem que uma sobressaia-se sobre a outra, ou seja, elas mantêm-se em “pé de absoluta igualdade”. Nos romances, a polifonia é em relação às diversas vozes e pensamentos dos personagens que coexistem equipolentes ao do autor.

Portanto, os personagens funcionam como seres autônomos, com visão de mundo própria e capazes de colocarem-se “lado-a-lado de seu criador” (ROMAN, 1993, p. 210; PIRES; ADAMES, 2010, p. 67). Associamos esse discurso polifônico na resposta de Honda-Hasegawa sobre as escolhas de seus personagens e a trama:

**LHH:** Olha, aí você me perguntou do optou, eu nem posso dizer porquê... (risos), é assim, parece exagero, mas as minhas personagens é que mandam na história e eu só vou apenas escrevendo. Então, eu posso até no começo fazer aquele esboço todo não porquê... a árvore genealógica, então esse e esse vai casar com esse e não sei o que, às vezes, a história tá montada, mas com o decorrer eu vou só escrevendo e quem vai mandando aí, quem vai comandando o enredo aí são as personagens [...] (UENO, 2019, p. 10).

O autor do “romance polifônico” não determina a consciência das personagens, mas permite que elas se definam por meio do diálogo com outros “sujeitos-consciências”, uma vez que as entendem como consciências equipolentes, infinitas e inconclusivas. Entretanto, é necessário observar que essa independência das personagens é relativa e não se situa “fora do plano do autor”, na medida em que o autor é o organizador e “regente de um grande coro de vozes, que participam do grande diálogo do romance”. Desse modo, ele é a “consciência das consciências” e promove as personagens como estratégia na construção de suas obras (PIRES; ADAMES, 2010, p. 70/71; BEZERRA, 2013, p. X)

O romance é uma escrita de autoria feminina e expressa a visão das mulheres sobre o cotidiano, colocando-as como sujeitos da história e rompendo com os silenciamentos ou com a representação estereotipada globalizante do imaginário social. Por isso, é significativo analisar as produções feitas por mulheres, uma vez que viabiliza a construção de uma história delas, possibilitando que as compreendamos em suas particularidades, entendendo como elas se enxergavam e entendiam o mundo, assunto que discutimos mais profundamente no terceiro capítulo (PRIORE; PINSKY, 2018, p. 9). Portanto, Honda-Hasegawa é uma das autoras que produzem essa literatura de autoria feminina e coloca como protagonista uma nikkei, exprimindo os sentimentos, os pensamentos e os conhecimentos dessas mulheres. É até mesmo a proposta da autora retratar as nikkeis, porque entende melhor o lado feminino (UENO, 2019, p. 5).

Ademais, percebemos que na escrita feminina é habitual que as autoras enfrentem o fantasma denominado “Anjo da Casa”, definido por Virginia Woolf (2019, p. 31) como uma mulher compreensiva, encantadora, altruísta e que “se sacrificava diariamente. Se havia uma galinha, ela ficava com o pé; se havia uma corrente de ar, sentava-se no local por onde ela passava – em suma, ela era constituída de tal forma que nunca tinha uma opinião ou vontade própria, sempre preferindo não preciso dizê-lo”. Portanto, conforme apontado pela autora,

torna-se necessário que as escritoras assassinem o “Anjo da Casa”, pois é ela que impede a desenvoltura da escrita feminina ou de as mulheres se dedicarem em outras profissões. Notamos isso na escrita de Honda-Hasegawa, visto que apesar de a autora romper com os papéis sociais e de gênero e abordar uma maior libertação das mulheres nikkeis, ainda é perceptível o “Anjo da Casa” rondando as personagens, buscando estabelecer as formas de opressão.

O romance “Sonhos Bloqueados” contém 198 páginas e quatro capítulos. Conta a história e os pensamentos de Kimiko Fujii, uma *nisei* que após a morte de sua mãe assumiu as responsabilidades de casa e da família, portanto responsabilizou-se pelo papel das mulheres nikkeis. A narrativa é em primeira pessoa, ou seja, Kimiko é protagonista-narradora, e, diferentemente dos outros romances, não segue uma estrutura linear e cronológica: o passado e o presente se entrelaçam, em constantes *flashbacks* da personagem, vivendo as nostalgias do passado, ou melhor, a história é contada em *in media res*<sup>71</sup>. A história passa-se entre as décadas de 1960 e 1990, retratando as conjunturas analisadas no primeiro capítulo, assim sendo é perceptível como os eventos influenciaram na vida dos nikkeis, pois há representações desse contexto nos personagens, como a ascensão social, o medo da perda das práticas e o movimento *dekasegi*. A obra aborda diversos elementos, desde as obrigações da mulher nikkei em casa e com a família, os conflitos de gerações, até a busca pela liberdade e a emigração para o Japão (SAKURAI, 1993, p. 21; OTENIO, 2015, p. 50/51; INUMARU, 2019, p. 34).

Os títulos dos capítulos fornecem pistas de como será encaminhada a narrativa, ou seja, contêm alguns fragmentos dos códigos de como o texto foi pensado e construído (SCHOLES, 1991, p. 75). Dessa forma, a denominação do primeiro capítulo, “Do lar”, é para representar a vida da personagem relacionada às convenções sociais japonesas: realizando o papel social de cuidar da casa, da família e sujeitar-se as práticas culturais; o segundo, “Da liberdade”, pode simbolizar tanto o bairro da Liberdade, onde se passará a história, como também a maior liberdade e certa individualidade de Kimiko, sobrepondo os desejos pessoais aos interesses coletivos; o título do terceiro capítulo, “Das pequenas alegrias e lembranças do passado”, representa a protagonista envolvida em suas lembranças e nas alegrias do passado, contrastando com o presente dificultoso e marcado pela saudade; já o quarto capítulo, “Da ausência de cada um”, simboliza as saudades que cada indivíduo deixou na vida de Kimiko e significa, essencialmente, a ausência dos nikkeis que decidiram emigrar para o Japão. Isso veremos

---

<sup>71</sup> Segundo o e-dicionário de termos literários, o termo *in medias res* significa “no meio dos acontecimentos”, isto é, a narração não é contada no início temporal da ação, mas a partir de um ponto médio do seu desenvolvimento: “todos os acontecimentos que são omitidos no início da ação (*ab ovo*) são retomados mais tarde através de analepses” (CEIA, 2009, s/p).

especificamente nas análises de cada capítulo, a seguir.

No primeiro capítulo, a narrativa inicia-se com Kimiko casada e à espera de seu primeiro filho, perpassando pela década de 1960. Como analisado, não segue uma linha cronológica, portanto o enredo desenvolve-se a partir do núcleo familiar já formado. Concentra-se na luta diária das mulheres em manter a casa e a família, expõe a rotina das tarefas domésticas, em cuidar dos filhos e ajudar na educação, auxiliar o marido tanto no lar como na mercearia e expressa até a obrigação das nikkeis com a sogra. A narrativa nesse capítulo é fundamentada no papel de ser “boa mãe e sábia esposa”, no entanto Kimiko é colocada como central para o desenvolvimento e a manutenção familiar. São constantes em toda a história os *flashbacks* da personagem e o sentimento de nostalgia, pois ela relembra a época de solteira, mudando-se para São Paulo, o primeiro emprego como cabelereira e, por último, a quebra dessa independência quando se casa por *miai*.

Já o segundo capítulo tratou sobre o sentimento de saudosismo em torno do bairro da Liberdade, uma vez que Kimiko, após anos, retorna para lá na esperança de reencontrar tudo igual ao passado. A narrativa começa, então, com a decepção da personagem ao se deparar com outra Liberdade, não encontrando nada semelhante ao que era em suas lembranças. Um lugar que passou por constantes mudanças, restando apenas a Kimiko um passado guardado na memória. Posteriormente, a história retorna para a vida de solteira da personagem e a mudança para São Paulo acompanhando sua irmã Teresa, que estava indo para capital estudar. Ambas se mudaram para a pensão feminina de Miyuki Nakamura, na Liberdade. Conta-se o cotidiano em São Paulo, a labuta no trabalho de cabelereira e o dia a dia com as meninas da pensão, vivendo entre trabalho, estudo, passeios em bailes, carnaval e cinema. Kimiko chega até a ter um breve relacionamento com um nikkei dois anos mais novo. É notável, nesse capítulo, uma maior independência das personagens femininas e a luta dos nikkeis por uma vida melhor, perpassando pelas universidades e o trabalho. Todavia, a narrativa volta-se para o arranjo do casamento por *miai* e para o papel das nikkeis: casar e cuidar da casa. Sendo assim, em 1965 ela casa-se com Yukio. O casamento é colocado como uma passagem para uma nova vida, característica comum entre os romances de autoria feminina nikkei.

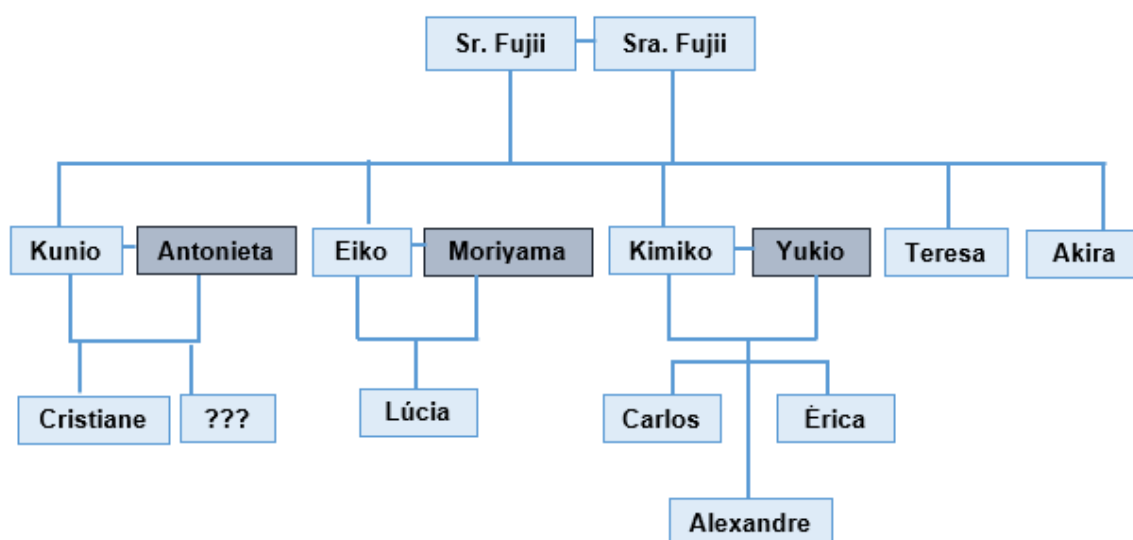
Já no terceiro capítulo, os elementos de destaque são a quebra da unidade familiar e a transformação da vida de “simples dona de casa” de Kimiko. Após a morte de Carlos, um dos seus filhos, e do marido – fato revelado somente no último capítulo –, a personagem muda-se para São Paulo e retorna ao trabalho de cabeleireira, deixado para trás quando se casou. Na narrativa a personagem é independente, uma vez que o sustento da família e a educação dos filhos ficam sob sua responsabilidade, assumindo o papel de mãe, viúva e provedora do lar.

Assim, a história centra-se no cotidiano e no empenho em ganhar a vida na cidade, e Kimiko emprega-se em dois trabalhos, cabeleireira e faxineira, almejando uma ascensão social e a reconstrução do núcleo familiar. Contudo, a narrativa passa durante o ano de 1987, período marcado pela recessão econômica brasileira, explicado no primeiro capítulo. Portanto, é narrada a dificuldade dos brasileiros em melhorar de vida e se desenvolverem economicamente, sendo um dos motivos para o movimento *dekasegi*. Nesse capítulo é frisado os conflitos entre gerações, mais especificamente a distância e o estranhamento entre Kimiko e Érica, filha da protagonista.

Por fim, o quarto capítulo é o menor entre todos e versa sobre o movimento *dekasegi*, ocasionado, em parte, pela recessão e pela crise econômica narradas no terceiro capítulo do romance. Então, Kimiko e mais um grupo de vinte e sete mulheres deixam seus filhos e maridos e emigram para trabalhar em um período de dois anos no Japão, simbolizando o esforço dos descendentes em melhorar de vida, constatando que a única chance enxergada seria o movimento *dekasegi*. Esse capítulo simbolizou, essencialmente, um dos motivos pelo qual a autora decidiu escrever o livro: a luta de mulheres nikkeis por uma vida melhor.

Para facilitar o entendimento sobre os personagens principais e suas relações, criamos uma árvore genealógica.

**Imagem 1:** Árvore genealógica



Ao analisarmos a obra, salientamos quatro tipologias de análise principais: 1- (des)identidade; 2- os mestiços; 3- a cidade como centro de realizações e o Bairro da Liberdade como um reduto dos nikkeis; 4- o movimento *dekasegi*. Para a seleção das tipologias, levamos em consideração os temas que ocuparam um espaço de importância na obra e aqueles que

diferenciam Honda-Hasegawa dos outros autores da literatura nikkei. Primeiro, analisaremos a (des)identidade das personagens nikkeis, percebendo como as mulheres não permaneceram no *status* de submissão, mas resistiram e subverteram as características normatizadoras e os papéis sociais generificados, fundamentados no *ie* e no *ryōsai-kenbo*. Por outro, na segunda tipologia de análise, destacaremos os personagens mestiços, interpretando o olhar do grupo japonês sobre esses indivíduos e como eram colocados à margem do grupo. Na terceira tipologia de análise, voltaremos a atenção para os espaços onde se passaram a história, destacando a cidade como um lugar de oportunidades e ascensão social, em específico, o bairro da Liberdade. Por fim, a quarta tipologia é sobre o fenômeno *dekasegi*, particularmente a emigração feminina e os motivos que levaram as nikkeis a partirem para o Japão.

#### 4.2.1. As (Des)Identidades Das Personagens Nikkeis

No livro “Sonhos Bloqueados”, percebemos as (des)identidades por meio das protagonistas, evidenciando como as nikkeis não se submeteram a uma condição de sujeição aos papéis sociais generificados e às formas petrificadas e normatizadoras do identitário, flertando com a (des)identificação de imagens cristalizadas das mulheres japonesas, assumindo, assim, figuras provisórias e plurais (GROSSMAN, 2010, p. 24). Dessa forma, entendemos que as nikkeis não aceitaram o seu “devido lugar” nem se encaixarem em “caixinhas” que normatizam as subjetividades, mas se insurgiram contra essa homogeneização e optaram por permanecer à margem do comum.

As nikkeis, principalmente a segunda geração, foram educadas em um sistema baseado no código moral chinês, que ensinava e colocava como essencial o *ryōsai-kenbo*, como também foi estabelecido o modelo familiar *ie*. Em razão de seus pais, os imigrantes japoneses buscaram a manutenção das práticas culturais japonesas, com o intuito de preservar a cultura, pois acreditavam em um possível retorno ao Japão. No entanto, com a desilusão de volta para o país de origem e o constante contato com a cultura brasileira, por intermédio dos descendentes, as práticas culturais alteraram-se e modificaram-se. Nas análises de “Sonhos Bloqueados”, notamos que a (des)identidade é um dos pontos centrais nas personagens femininas, entretanto é perceptível um conflito entre romper com os papéis sociais, aproximando-se dessa (des)identidade, e a continuidade dos sistemas de dominação. Verificamos que há nikkeis mais ligadas às práticas culturais japonesas, continuando os hábitos aprendidos com os pais, ou seja, aceitando os papéis sociais e de gênero fundamentados no *ryōsai-kenbo* e na hierarquização do *ie*; há também outras descendentes educadas por e nesse sistema, porém, ao ocuparem outros espaços na sociedade, como as universidades e empregos, não seguem as regras estabelecidas

pelos papéis sociais; e por último, constatamos os casos mais extremos, que são aquelas que recusam veemente sua etnicidade e preferem não ser identificadas com o Japão, ou seja, são nikkeis que, além de recusar os papéis sociais generificados, estabelecem uma (des)identidade, até mesmo fisicamente.

A personagem principal, Kimiko, é pertencente às nikkeis ligadas mais às práticas culturais japonesas e ao país de origem de seus pais. Anteriormente explicitado, Kimiko é *nisei* e foi educada via sistema educacional nacionalista japonês, embasado no pensamento de “boas esposas e sábias mães”, assim como em sua família seguia-se a estrutura do *ie*. Dessa maneira, na sua formação como mulher nikkei, é enfatizada a aceitação dos papéis sociais e do seu lugar na sociedade. Essa aceitação, pela personagem, das práticas culturais japonesas e dos papéis sociais generificados são causados por alguns fatores: aos 12 anos, Kimiko assumiu o papel destinado às mulheres nikkeis, a partir do falecimento de sua mãe; sendo assim, foi obrigada abandonar os estudos e passou cuidar da casa e dos irmãos mais novos, ficando mais próxima do pai e da família. Conforme apontado por Maeyama (1973, p. 264), os filhos que se mantiveram nos empreendimentos da família e próximos dos pais tendem a se identificarem mais com a “niponicidade”, ou seja, dão continuidade aos ensinamentos, no caso de Kimiko, dos papéis sociais e de gênero.

Kimiko também estudou na *nihongo-gakkō*, como explicado, escola onde se aprendia a língua e a cultura japonesa, mas não somente isso, era um lugar onde conservavam-se os valores e a fidelidade religiosa ao imperador, almejando que as crianças adquirissem o espírito japonês, pois os *isei* acreditavam que “[...] o japonês traz em si o espírito japonês, que somente pode ser adquirido através da educação moral e cívica ministrada por livros didáticos de língua e origem japonesa [...]” (TSUKAMOTO, 1973, p. 28). Conjuntamente a isso, Kimiko foi criada para respeitar a hierarquia familiar, norma pertencente ao sistema *ie*. Por isso, a personagem temia e obedecia ao pai e ao irmão mais velho:

O bilhete de meu irmão mais velho era breve e impessoal, mas não precisava pensar duas vezes, porque se havia duas pessoas no mundo a quem eu devia obediência e de que tinha até um certo medo, essas pessoas eram papai e Kunio (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 23).

Segundo Benedict (2014, p. 48), era na família japonesa que se aprendia meticulosamente as regras de respeito e uma hierarquia baseada no sexo, na geração e progeneritura. Não consistia em ser apenas formalidade, mas era considerada uma autorização para os pais interferirem em diversos assuntos da vida dos filhos. Desse modo, as mulheres ocupavam um lugar inferior aos homens: “[...] A esposa inclina-se diante do marido; a criança, diante do pai; os irmãos mais jovens,

diante dos mais velhos e a irmã, diante de todos os irmãos, qualquer que seja sua idade”.

Percebemos que a personagem também respeitava o *on* e costumava submeter o seu desejo pessoal em detrimento aos interesses coletivos, isto é, optava pelo sistema cooperativo, apreendido pelas normas de *ninjo* e *giri*. Diante disso, Kimiko, na maioria das vezes, subordinava as vontades individuais em prol da família e por sentir o *on* em relação a sua mãe. Isso é corroborado quando ela abandona os estudos, apesar de querer continuar, para ajudar o pai em casa, cuidar dos irmãos e porque sentia que sua mãe deixou um dever: “[...] Mamãe tinha partido, deixado para mim a difícil tarefa de cuidar da casa, de olhar pelos meus irmãos menores... Como pude pensar apenas em mim? [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1988, p. 73).

Outra perpetuação dessas práticas japonesas e que demonstra a sujeição de Kimiko aos papéis sociais das mulheres nikkeis é o casamento por *miai*, embora ela não quisesse esse tipo de casamento e nem morar com a sogra, acabou aceitando quando isso foi proposto pela família:

Papai foi quem pareceu ficar mais feliz, quando respondi afirmativamente à proposta de casamento trazida pelo casal Matsumoto. Talvez o termo exato fosse ‘aliviado’ em vez de ‘feliz’... Pois eu já estava me tornando um fardo, permanecendo solteira até aquela idade. Logo os japoneses da cidade estariam dizendo à boca pequena – e longe da presença de papai, é claro – que eu seria uma *Old miss!* [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 111).

Existia certa preocupação por parte do pai sobre a aceitação do casamento, isso porque a personagem estava passando da idade estabelecida para se casar, entre os 20 a 25 anos, e a irmã mais velha, Eiko, já havia recusado um casamento por *miai*. Esse casamento no Brasil é uma perpetuação das práticas culturais, entretanto com outras características. Como narrado no livro, foi tudo arranjado por uma família conhecida como casamenteira e não havia um oficial responsável para isso. Diferentemente do *miai* no Japão, que era organizado por um intermediário oficial, intitulado *nakodo*, que era o responsável por procurar uma noiva para a família interessada e intervinha em todas as negociações. O casamento era igualmente considerado assunto tratado pelos chefes de família e visto como uma aliança, gerando outras famílias patrilineares (VIEIRA, 1973a, p. 145).

Mesmo após o casamento é mantido o respeito a hierarquia familiar, sustentado pela obediência de Kimiko ao marido, mantendo-se sob a autoridade masculina, expresso quando desejava buscar emprego para auxiliar nas despesas em casa, porém é censurada por Yukio: “[...] Bem que eu havia insistido para me deixar trabalhar fora, mas, teimoso como ele só, Yukio não me deu ouvidos. ‘Você tem trabalhado suficiente dentro de casa’, sentenciará” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 29). Em razão disso, a personagem aceita o seu “lugar” e a estrutura familiar, não por ser apenas uma imposição, mas por respeito às normas e práticas aprendidas

desde criança. A aceitação da posição na estrutura familiar é elencada diretamente com o “devotamento filial”, uma vez que expressa o respeito com os “mais velhos” e por ser uma “questão circunscrita a uma limitada família convivente” (BENEDICT, 2014, p. 50). Ademais, dificilmente os *nisei* conseguiam se desvencilhar por completo das práticas culturais, devido à educação ser baseada em um sistema nacionalista japonês e por serem ensinados a obedecer ao conceito de família fechada etnicamente e que valorizava as atitudes em prol dos interesses coletivos (NAKASATO, 2008, p. 3).

Outra passagem que retrata a aceitação da estrutura familiar e a hierarquia é a obrigação de Kimiko com a sogra. Mesmo não morando com ela, por Yukio não ser o filho mais velho, a personagem assume o dever de auxiliá-la em casa, lidando com as pressões e cobranças impostas às noras, expressado em sua preocupação de não parecer relaxada com o marido:

- *Oka-san*, já vou indo. E desculpe por ter cochilado... Da outra vez, venho mais cedo.
- Tem um prato de *inari-zushi* para levar.
- Não precisa se incomodar. Já deixei tudo pronto, é só esquentar. Fiquei constrangida, eu não queria parecer uma dona de casa relaxada que nem se preocupa com o jantar para o marido... (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 16).

É abordado o papel das noras em obedecer à sogra e seguir suas ordens, ao mesmo tempo que interpretamos que essa relação não é a mesma do Japão, em que a sogra dirige o “reino doméstico com a mão tão firme”, descrito por Benedict (2014, p. 107). No Brasil ocorreram adaptações dessa relação, ainda existia o respeito a hierarquia familiar, contudo a sogra não era tão severa e mandante da casa, visto que as imigrantes japonesas trabalhavam na lavoura e a nora responsabilizava-se pelo cuidado da casa e das atividades domésticas. Porém, havia certa cobrança e o dever das descendentes com a família, como expresso pela apreensão de Kimiko.

Apesar disso, é perceptível uma contradição na formação da protagonista, pois observamos uma submissão de Kimiko aos papéis sociais e de gênero e, simultaneamente, há certas independências e a expressão de desejos pessoais. Contudo, defendemos que embora a personagem manifeste mais autonomia, ela não quebra e se insurge contra as formas de dominação. Isso pode ser analisado no segundo capítulo do livro, em que Kimiko muda-se para São Paulo e começa a trabalhar em um salão de cabeleireiro, adquire certa emancipação da família, inclusive indo a passeios com as colegas da pensão, a piqueniques da turma da Associação Harmonia e até participando do carnaval. Ocorre até um namoro com um *nikkei* denominado Koji, que era mais novo do que Kimiko. Entretanto, como apontado, a narrativa volta-se para a casa e a família quando a personagem decide casar por *miai*, mesmo que a contragosto: “Eu sentei na minha cama e comecei a folhear uma revista de fotonovela,

seriamente preocupada com o meu futuro: e se tiver que morar com a sogra? Também não queria um casamento arranjado... [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 69). Dessa forma, ainda que ocorra uma libertação da personagem, é notável que Kimiko não consegue romper com as amarras da opressão.

Para finalizar, a personagem é marcada pelas práticas culturais japonesas, pelos papéis sociais generificados e que foram aprendidos tanto em casa quanto na *nihongo-gakkō*, permeando a sua formação como sujeito pensante. Embora Kimiko se sujeite a esses papéis, ou seja, aceite seu “devido lugar” tanto na sociedade quanto na família e se subjugue às ordens do pai, do irmão mais velho e do marido, notamos uma aproximação com a (des)identidade, que é expressa por sua maior emancipação quando se mudou para São Paulo e, posteriormente, ao decidir emigrar para o Japão, mesmo com as críticas severas. Todavia, suas atitudes não foram suficientes para se desvencilhar das formas de opressão, visto que a protagonista, muitas vezes, se submete à dominação e sujeita-se ao papel de mulher “submissa, obediente e que se sacrifica”. Isso demonstra a dificuldade dos indivíduos em transgredir as formas de dominação enraizadas há muito tempo na sociedade – no caso da personagem, os papéis sociais arraigados desde a Era Meiji e ensinados pelos imigrantes japoneses no Brasil.

Em contrapartida, notamos certa (des)identidade das nikkeis que foram educadas por esse sistema nacionalista japonês, porém não seguiram fielmente as normas, influenciadas, em parte, por ocuparem outros lugares na sociedade brasileira, como as universidades e profissões de maior prestígio, o que é causado pela movimentação que iniciou na década de 1960, em que os nikkeis começaram a trocar as zonas rurais pelas urbanas, objetivando melhores condições de vida e mais oportunidades para os filhos. As duas personagens que passaram por esse processo são Eiko e Teresa: Eiko é a segunda filha e obteve a oportunidade de ir para São Paulo sozinha e estudar, todavia, permaneceu na Liberdade e em forte contato com o grupo japonês. Por outro lado, Teresa é a caçula da família e foi a que mais recebeu incentivo para estudar. Mesmo que Eiko e Akira tivessem a mesma oportunidade, Teresa era considerada a “doutora da família”, dessa maneira é a filha mais afastada do grupo familiar e, conseqüentemente, das práticas culturais japonesas.

Eiko foi criada por meio das práticas culturais japonesas e na *nihongo-gakkō*, ou seja, foi ensinado o seu “lugar” na família e os papéis sociais generificados, contudo ela não seguiu as práticas e as normas, como a hierarquia familiar. A personagem, entre as irmãs, é a mais velha, mas não assumiu sua posição e o “devido lugar” na estrutura familiar, ficando sob responsabilidade de Kimiko as obrigações da casa e com a família. Diferentemente dos outros irmãos mais velhos, Eiko estudou e tinha o privilégio de continuar sua profissionalização em

São Paulo, realizando o curso de corte e costura. Essa oportunidade era uma tática de seu pai para que conseguissem ascender economicamente, pois objetivava abrir uma escola de corte e costura, com Eiko ocupando o cargo de diretora e professora, enquanto Kimiko a auxiliaria. Entretanto, a personagem desiste do curso e retorna para o interior. Como analisado no terceiro capítulo, o currículo da escola de corte e costura fundamentava-se no pensamento *ryōsai-kenbo*. Tânia Nomura (1990, p. 29) disserta que, com o desenvolvimento da colônia japonesa, os imigrantes japoneses preferiam delegar “[...] a educação de suas filhas em idade casadoira às escolas de corte e costura, comumente chamadas de ‘escolas de formação de noivas’”.

Apesar de ser educada pelas práticas culturais, na *nihongo-gakkō* e posteriormente na escola de “formação de noivas”, Eiko não se casou por *miai*, recusando uma proposta da família Matsumoto, a “família casamenteira”: “[...] A Eiko é que tinha sido esperta, armando um escândalo quando Matsumoto-san quis lhe apresentar como pretendente um viúvo quase vinte anos mais velho e com uma penca de filhos! [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 24). Compreendemos que a personagem, além de recusar uma das práticas culturais, não obedeceu à autoridade de seu pai, desafiando-o. Tal ato demonstra que nem todas nikkeis se sujeitavam à autoridade masculina, assim é perceptível que houve resistência e subversão das nipo-brasileiras em relação à estrutura familiar e à hierarquia. Ainda, a personagem pode escolher o seu parceiro, diferentemente das imposições comuns às nipo-brasileiras, em que raramente tinham a liberdade de decidir sobre o casamento. Dessa forma, Eiko se casou com Moriyama, um pintor e imigrado para Brasil no pós-guerra, ou seja, era um “japão-novo”.

O casamento foi aceito pela família, principalmente pelo chefe de família (o pai de Eiko), isso porque Moriyama havia “[...] cursado a Escola de Belas-Artes em Tóquio e fala um pouco de francês, o que tornava bem diferente dos filhos das famílias japonesas da região – agricultores ou comerciantes –, que seriam os prováveis pretendentes” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 40). Supomos que parte dessa aceitação é ocasionado pelo pretendente ser de origem japonesa, dando continuidade à família “patrilinear japonesa”. Entretanto, essa harmonia entre os primeiros imigrantes e os “japão-novos” não era habitual; conforme a pesquisa realizada por Sakurai (2004, p. 20 e 21), ocorreram tensões e acusações entre os dois grupos: os antigos imigrantes acusavam os novos de “folgados” e “interesseiros”, por não passarem pelo sofrimento dos primeiros tempos e por se aproveitarem das conquistas desses imigrantes; por outro lado, os novos imigrantes tachavam os antigos de “atrasados” e “anacrônicos” e os enxergavam como ignorantes, já que se consideravam em um nível educacional mais alto do que os antigos, inclusive os acusavam de “[...] não serem mais japoneses sobretudo porque não tinham vivido as dificuldades da guerra, da ocupação norte-

americana e todas as consequências desse período: os racionamentos de alimento, combustíveis, o desemprego [...].”

Essa tensão entre os dois grupos influenciou até nos matrimônios, na medida em que boa parte dos imigrantes novos eram homens, jovens e solteiros, e dificilmente os pais das nikkeis aceitavam o casamento com esses imigrantes. Considerava-se uma vergonha para a família ter como membro um “japão-novo” (SAKURAI, 2004, p. 21/22). Embora o pai da personagem tenha aceitado o casamento com Moriyama e até se orgulhava disso, notamos certa desconfiança em relação ao pretendente e ao casamento, expresso quando os presenteou com uma casa, entretanto não a colocou no nome do genro, e sim no da filha, garantindo que caso ocorresse uma separação os bens continuariam pertencentes a Eiko.

O enredo da personagem resulta em uma separação, como uma espécie de previsão de seu pai, e Eiko então muda-se para São Paulo. Nesse momento da história é expressa uma maior independência da personagem, como exemplificado pela atitude de mudar de cidade e sustentar a casa sozinha por meio do seu trabalho: “[...] Eiko deve estar costurando desde cedo. Tem freguesia certa e fiel de muitos anos. Minha sobrinha estuda em Bragança, só vem duas vezes por mês [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 129). Interpretamos que Eiko possui uma (des)identidade, visto que ela se desprende e recusa as estruturas morais pré-moldadas e normatizadoras da construção do eu e da subjetividade, assumindo uma independência e distanciando-se do papel social posto às nikkeis. De acordo com Maria Silvia Bassanezi (2013, s/p), é comum, quando os imigrantes trocam a zona rural pelas cidades, que as nikkeis iniciem trabalhos sem sair de sua casa, buscando contribuir na renda familiar – no caso de Eiko, o sustento da casa.

Em compensação, a personagem Teresa é marcada pelo rompimento com as práticas culturais japonesas e com os papéis sociais generificados, causado, em parte, pelo acesso à universidade e por ocupar cargos importantes na sociedade brasileira. A elaboração da personagem é baseada nos nipo-brasileiros que ascenderam economicamente por meio dos estudos. Portanto, Teresa foi educada via práticas culturais japonesas, todavia não as seguiu fielmente e ainda rompe com a prática de colocar os interesses do grupo acima dos individuais, porque muda-se para São Paulo, aproxima-se mais dos não nikkeis e afasta-se do núcleo familiar. Notamos isso quando é expressa no livro a problemática de quem cuidaria do pai na velhice, e tanto Teresa quanto Akira, ambos filhos mais novos e que tiveram a oportunidade de investir nos estudos, não participam da questão, visto que estavam envolvidos nos próprios problemas – em específico, Teresa viajaria para os Estados Unidos.

A personagem é considerada desde criança a mais empenhada nos estudos, segundo a

narrativa: “[...] A caçula contava com onze anos na ocasião, uma criança quieta e muito estudiosa que preferia ficar no quarto lendo ou cuidando de suas experiências de ciências” (HONDA-HASEGAWA, 1988, p. 25). Assim, os nikkeis que se mostrassem mais propensos a estudar recebiam mais investimentos por parte de seus pais e, muitas vezes, era o único filho em que os imigrantes conseguiam investir para seguir outros caminhos. É notável que a segunda geração, os *nisei*, receberam mais escolarização, realizando o projeto dos imigrantes japoneses em ver seus filhos alcançarem profissões de maior prestígio. No entanto, como explicado, o investimento sobre os *nisei* resultou na desestruturação do *ie* e no afastamento em relação à família e às práticas culturais (CARDOSO, 1995, p. 70/71; ANDRÉ, 2011, p. 199/200).

A vida de Teresa é marcada pelos estudos e pelo ganho financeiro. Ela muda-se para São Paulo com 17 anos para investir na formação educacional, gradua-se em Farmácia e passou a ser considerada a “doutora da família”. A personagem não casou nem teve filhos: “[...] No fundo, eu a entendo: mais de quarenta anos, solteira, sem filhos, situação econômica estável, é normal que sinta vontade de ‘adotar’ um filho para ter uma companhia, alguém com quem se preocupar [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 126). Stuart Hall (2003) expõe que muitos indivíduos, principalmente das gerações mais jovens, estabelecem seus próprios acordos dentro e fora das comunidades, além de ser comum, entre as gerações mais novas, expressarem certa “fidelidade” às práticas de origem e, de modo simultâneo, demonstrarem um declínio visível e concreto dessas práticas. Compreendemos que Teresa distancia-se dos papéis sociais estabelecido às mulheres e assume uma (des)identidade: opta por sua independência e pelo sucesso econômico, marcando, dessa maneira, a resistência das nikkeis em relação às formas de submissão.

Diferentemente das personagens anteriores, Érica é o caso mais emblemático, pois além da (des)identidade há uma recusa da etnicidade e a reivindicação para ser identificada como brasileira. Isso é motivado pelos descendentes viverem com a pressão de serem educados como japoneses e, ao mesmo tempo, sentirem-se brasileiros. Como apontado por Lesser (2008), alguns nikkeis buscavam salientar a sua “brasilidade”, uma vez que não agiam como japoneses, e verifica-se isso quando a personagem rejeita sua etnicidade tanto cultural como fisicamente. Érica não era ligada às práticas culturais japonesas e não se sentia pertencente ao grupo étnico: não falava japonês, embora tenha estudado por um tempo na *nihongo-gakkō*; não seguia os papéis sociais e de gênero estabelecidos às mulheres com a casa e a família; não se identificava com os artistas japoneses, mas sim com bandas brasileiras. Dessa maneira, Érica afastava-se das práticas culturais, definindo a sua (des)identidade, tanto cultural quanto fisicamente, assim como empenhava-se em reforçar a sua “brasilidade”.

Da mesma maneira, percebemos que a personagem se aproxima dos nikkeis que são denominados por Lesser (2008) como “militantes étnicos”<sup>72</sup>, visto que Érica utilizou-se da tática comum entre esses indivíduos de se relacionar com brasileiros. Ela, inclusive, namorou com o personagem Mark, e o motivo maior para a relação era a possibilidade de exibir-se para as brasileiras:

Acho que a senhora vai ficar chocada, mas tenho de lhe contar, mas tenho de lhe confessar que não gostava tanto dele não – muito machão! Foi bom enquanto durou. O que queria mesmo era desfilar com ele, agarradinhos, bem na frente das meninas da escola – umas frescas que me esnobaram o tempo todo! Como foi bom circular pelos barzinhos e danceterias junto com um gatão como aquele. Tinha de ver as brasileiras se mordendo de inveja e despeito! E falavam cada coisa como: é lisa como tábua, cara achatada que o trator passou em cima, etc... Eu nem ligava, pois quem estava com ele era eu e não elas. Ele foi uma espécie de troféu que andei exibindo por aí, como um prêmio pela minha habilidade e esperteza [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 190).

Embora não seja um casamento interétnico, o relacionamento de Érica segue a mesma linha de pensamento das análises de Lesser (2008, p. 121), em que os casamentos mistos, a partir da década de 1960, aumentaram significativamente, e entre os nikkeis que se autodenominavam de “militantes étnicos” chegava-a quase 100%. Alguns apontaram esse tipo de casamento como uma prova de sua “brasilidade”. Apesar dos “militantes étnicos” adotarem táticas para reafirmar sua “brasilidade”, isso só destacou a sua “niponicidade”, o que ocorre com Érica, uma vez que representar a si mesma como brasileira através do namoro só resultou na diferenciação e na ênfase das características “nipônicas” por parte das brasileiras.

Compreendemos que os descendentes eram identificados pelos não nikkeis como japoneses, o que era motivado, principalmente, pela fisionomia oriental, causando certos incômodos, pois mesmo que os nipo-brasileiros não se identificassem com as práticas culturais japonesas, seriam definidos por sua etnicidade, ou sejam delineados de forma normatizada e uniformizadora como “japoneses”, colocando-os como um grupo idêntico e homogêneo, ignorando suas particularidades. Posto isso, é perceptível que alguns nikkeis começaram sentir que só se tornariam brasileiros se mudassem a aparência, então uma das saídas encontradas foi a cirurgia plástica nos olhos (LESSER, 2001, p. 297). Essa é uma tática adotada por Érica, e o estopim para a decisão de operar foi causada por um concurso chamado “A mais bela gata oriental”, o qual perdeu para mestiças, deixando-a furiosa: “[...] A Érica ficou furiosa porque das cinco finalistas do tal concurso, quatro eram mestiças, quer dizer, mais vistosas, olhos grandes e expressivos, você sabe... Então ela jurou que um dia operaria as pálpebras [...]”

---

<sup>72</sup> Conforme Lesser (2008, p. 24): “[...] Para os nipo-brasileiros, militância étnica significava escapar, de forma enfática, das classificações étnicas, tanto da sociedade majoritária quanto da geração de seus pais imigrantes [...]”.

(HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 148). Sugerimos que a personagem pertence a um grupo em que a (des)identidade não se estabeleceu apenas cultural, mas também fisicamente, na medida em que se buscou uma (des)identificação com as características normatizadoras propagadas pela fisionomia.

A (des)identidade e a negação da etnicidade pela personagem Érica são baseadas nas vivências de colegas da autora:

**LHH:** [...] Então eu lembro que um colega meu de faculdade, falou assim: “aí eu conheço muita gente que fez cirurgia da pálpebra, por que você não faz?” (risos). Eu acho que devo ter respondido: “não é da sua conta” (risos). Mas era uma época que tinha isso sabe? Operar ou não operar? É melhor operar, ficar mais bonito. Então, foi isso, por isso que... porque ela já era revoltada com a situação de ser filha de japoneses e por causa... acho que do namorado que era brasileiro, alguma coisa assim, então o esforço era maior sabe? Para atingir aquele ideal de beleza, porque ela... agora que estou lembrando, ela queria ostentar o namorado como se fosse um troféu: “oh olha o que eu consegui”. E eu conheci muita gente assim, muitas amigas, muitas pessoas da minha geração assim e que fazia questão, não era porque gostava ou simpatizava, sei lá, não, porque ele é bonito então vou arrasar aí. Então, tinha isso, agora acho que não tem isso evidente assim, mas naquela época era. Então eu falei: “bom, então, a Érica vai ocidentalizar os olhos”. E naquela época era assim sabe: “é faz ou não faz a cirurgia, eu quero parecer mais bonita, mais bonita quer dizer, mais brasileira, mais ocidental”. Acho que agora mudou, mas naquela época era muito evidente isso e como eu sou observadora, eu fui vendo essas histórias e aí a Érica quis, então, eu vou operar ela (risos) (UENO, 2019, p.10/11).

Portanto, essa recusa e a ansia por parecer brasileira eram habituais entre os nikkeis que não queriam ser reconhecidos por sua descendência, contudo eram facilmente classificados por sua aparência, pelos “olhos puxados”. De acordo com Suda (2005, p. 86), a cirurgia plástica realizada nos olhos é conhecida como bioplastia, algo muito desejado entre os nikkeis. Essa recusa pode ser considerada uma tática da (des)identidade. Por fim, é notável que autora escreveu o romance partindo de memórias herdadas, como analisado, expressando a literatura, mesmo a ficcional, se constrói a partir da realidade, ou seja, da visão de mundo do autor (CHALHOUB, 2019, p. 136/137).

A personagem Érica rompe com os papéis sociais generificados e assume, então, uma (des)identidade, entendida como uma insurgência às normatizações, às identidades que unificam e homogeneizam os indivíduos, isso ao rejeitar as práticas culturais japonesas e sua etnicidade, desfazendo a identificação com as imagens cristalizadas sobre as mulheres japonesas e criando figuras subjetivas. Ademais, a (des)identidade de Érica se determina também por meio do corpo, ao recusar seu fenótipo e realizar uma operação nos olhos para se diferenciar do grupo nipônico. Sugerimos que é um desvencilho de sua definição apenas pela etnicidade e uma busca pela construção da subjetividade individual.

#### 4.2.2. Os “Mestiços”: Filhos Do Amor

Os filhos de casamento interétnico eram denominados de *ainoko*, os filhos do amor, ou de mestiços<sup>73</sup>, salientando a situação bipartida: japonês e brasileiro. Muitas vezes, esses indivíduos eram vistos de modo diferente pela colônia japonesa, às vezes até de forma preconceituosa, por não serem considerados “japoneses puros”. Da mesma maneira, frequentemente, negavam-lhes a pertença ao grupo japonês e os colocavam em uma espécie de subgrupo. Os mestiços constantemente negociaram para provar sua “niponicidade”, o seu direito de descendência e a reivindicação de sua identificação como nikkeis. Érica Rosa Hatugai (2011, p. 89/90; 2015, p. 2) argumenta que os mestiços eram lembrados por sua bipartição e, para além disso, foram classificados em níveis e que determinavam o quão japonês ou brasileiros poderiam ser. Os níveis classificadores seguiram os critérios de sangue (descendência), fenótipo (características físicas), a manutenção das práticas culturais (entre elas, a língua e a comida japonesa) e, em alguns casos, as posições que ocupavam na sociedade.

Os mestiços são personagens presentes no livro, e as visões sobre eles mudam conforme a posição e de acordo com os níveis classificadores. Alguns são vistos de forma preconceituosa e desconsideram sua etnicidade japonesa, já outros são até aceitos pelo grupo japonês, no entanto permanecem em uma fronteira que os definem como mestiços, além de sua condição bipartida. A primeira personagem mestiça versada no livro é Cema, filha não assumida de Yukio com uma personagem “morena” e desconhecida. Cema é apresentada como uma ameaça à felicidade do lar de Kimiko e retratada como um “animalzinho acuado, desconfiado e selvagem”. A visão sobre a personagem é preconceituosa, representada como ameaça e etnicamente inferior.

A personagem é rejeitada pelo pai e acolhida pela avó, entretanto Cema é tratada como empregada da casa, demonstrando o não pertencimento à família e, conseqüentemente, ao grupo japonês. É caracterizada por Kimiko como traiçoeira e animalesca: “A menina que eu tinha conhecido na casa de minha sogra começou a me aparecer em sonhos... Ora como uma simples menina tímida e boba, ora como um animalzinho selvagem e traiçoeira [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 17). Também é negada à Cema sua descendência, visto que fisicamente não parecia com os nikkeis, pois era negra e com os cabelos crespos. Então, não é considerada mestiça e muito menos descendente, por não carregar consigo um dos critérios mais

---

<sup>73</sup> Nesta pesquisa utilizaremos o termo “mestiço”, mas conscientes de que é um termo empregado pejorativamente. Apesar disso, entendemos que também é uma forma de esses indivíduos se identificarem. Outro ponto, é que não estamos analisando pelo viés das discussões sobre a mestiçagem, formuladas no Brasil e no século XIX.

importantes, as características físicas. Os mestiços raramente eram considerados descendentes, como os nipo-brasileiros, e na maioria só eram denominados mestiços se tivessem traços asiáticos bem acentuados. Cema não é aceita como descendente e é definida como brasileira, demonstrando que se os mestiços não dispusessem expressivamente os critérios que definem a classificação nos níveis de descendência, negava-lhes a sua “etnicidade japonesa” (HATUGAI, 2011, p. 11).

Outras personagens mestiças são as duas filhas de Kunio, que se casou com uma não descendente e contra a vontade de seu pai, porém não ocorreu o rompimento das relações. Apesar de serem aceitas pela família de Kunio, ainda são estabelecidas fronteiras de diferenças entre os filhos de casamentos intraétnicos e dos interétnicos. Primeiro percebemos certo distanciamento das personagens com o restante da família nikkei – enquanto as outras crianças têm mais contato, as duas meninas não têm qualquer relação direta com a família, e quando houve foi com o avô morando na mesma casa, por Kunio ser o filho mais velho, o que resultou em uma crise, pois o sogro não se entendia com a nora e decidiu mudar-se para a casa de outros filhos. Destacamos que as personagens são descritas como loiras e de olhos azuis, inferindo o não pertencimento ao grupo japonês e à “identidade japonesa” por não apresentarem o fenótipo que pelo menos as identificariam como mestiças. Igualmente, por a mãe não ser descendente e as meninas serem educadas ao modo mais brasileiro, acabariam se abasileirando, e assim penderiam para a “identidade brasileira”. No imaginário da colônia japonesa, considerava-se que as mulheres eram as responsáveis pelo ensinamento das práticas culturais, portanto, se a mãe era brasileira, os filhos não aprenderiam as práticas, distanciando-se e perdendo a cultura (HATUGAI, 2011, p. 136). Interpretamos que esse imaginário é desenvolvido na obra também, em razão de as duas personagens – raramente nomeadas – serem afastadas das práticas culturais japonesas e provavelmente mais ligadas aos aprendizados da mãe. Sugerimos que as personagens foram consideradas descendentes de Kunio, pela aceitação da família, mas não no mesmo nível dos descendentes dos casamentos intraétnicos, pois a classificação de descendência delas diminuía conforme os critérios, consideradas muito mais brasileiras do que mestiças.

Por outro lado, um dos únicos mestiços bem aceito pela colônia japonesa é o personagem Johnny, entretanto ainda é caracterizado como mestiço. O personagem era amigo próximo de Kunio na infância, filho de uma japonesa e de um estadunidense, e foi educado segundo as práticas culturais japonesas, pois conviveu com os avós, e gostava muito de música e do cinema do Japão. Percebemos que por Johnny ser mais ligado às práticas culturais e dispor dos critérios mais importantes para definir a sua classificação de descendência, é caracterizado mais próximo

dos nikkeis e ligado a uma “niponicidade”, uma “identidade japonesa”, assim como, devido à cultura familista e patriarcal presente na colônia japonesa, os homens desempenhavam um papel de figura pública, ou seja, eram os responsáveis por manter a casa e sustentar a família, portanto não cabia a eles o peso de transmitir as práticas culturais. Diferente das mulheres, pois, como analisado, as nikkeis eram consideradas as mantenedoras das práticas no seio do lar e nos ensinamentos aos filhos. Dessa forma, distintamente das outras personagens, Johnny é considerado parte do grupo japonês. Todavia, como expresso, é definido por sua bipartição, visto como mestiço, o “outro” e “meio” descendente de japonês. Portanto, embora fosse aceito pelo grupo japonês, este não o considerava da mesma forma que o filho de casamento intraétnico.

Já os personagens filhos de casamentos interétnicos são caracterizados como mestiços, essencialmente os que são bem-vistos pelo grupo japonês, como na curta passagem sobre o personagem Marcelo: “Outro dia encontrei o Marcelo no ônibus, lembra-se dele? Aquele mestiço lindão da minha classe estadual, que escrevia poemas para mim, tão apaixonado que estava... Pois é, ele entrou na Poli, gênio né? [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 190). Defendemos que além dos critérios classificadores dos níveis de descendência, os lugares que esses sujeitos ocupavam também influíam na aceitação e na pertença ao grupo japonês. Como mostrado pela pesquisadora Hatugai (2011, p. 83) em sua experiência antropológica na Associação Cultural Nipo-Brasileira (A.C.N.B-Nipo). Ela, que é mestiça, observou que seu *status* melhorou no grupo, principalmente, por construir uma amizade com uma pessoa importante para a associação e quando souberam que Hatugai cursava uma pós-graduação; em vista disso, o pertencimento no grupo é definido, da mesma forma, por sua posição e pela aquisição na sociedade.

As mestiças só são vistas como pertencentes ao grupo japonês em uma única passagem do livro: quando são retratados os concursos de beleza, como o intitulado de “A mais Bela Gata Oriental”, em que as quatro finalistas eram mestiças e caracterizadas pelos seus “olhos grandes e expressivos”, ganhando de Érica, considerada “descendente pura”. Apesar de serem aceitas e até terem vencido o concurso, suas diferenças são destacadas em comparação às características físicas das descendentes de casamentos intraétnicos, enfatizando sua miscigenação. Koichi Mori e Barbara Inagaki (2008, p. 149) dissertam que a partir da década de 1970 ocorreu uma maior participação das mestiças nos concursos de beleza, mais especificamente no “Miss Colônia”<sup>74</sup>. Na primeira edição, a vencedora foi Celina Arima, uma mestiça, causando intrigas

---

<sup>74</sup> O “Miss Colônia” era organizado pelo “Jornal Paulista” desde a década de 1950, porém foi interrompido em 1958 e retornou apenas nos anos 1970 (MORI; INAGAKI, 2008, p. 143).

dentro do próprio grupo japonês, uma vez que alguns não enxergavam positivamente sua vitória, argumentando que os concursos perderiam “sua autenticidade japonesa” e que os organizadores deveriam escolher uma “representante mais ‘fiel’ da beleza da mulher japonesa”. Desse modo, ficam marcados os preconceitos de alguns nikkeis em relação às mestiças, não as qualificando como representantes da “beleza japonesa”. Entretanto, é significativa a vitória de uma mestiça nesse concurso de beleza, em razão de demonstrar a conquista de certos espaços e reconhecimentos dentro do grupo japonês. Sugerimos que isso é resultado de uma mudança do pensamento da elite nipo-brasileira, ambicionando representar a integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes na sociedade brasileira, já que as mestiças são a representação de um “casamento entre o Brasil e o Japão”.

É característico, no romance de Honda-Hasegawa, os personagens filhos de casamentos interétnicos serem tachados de mestiços, realçando sua bipartição. Defendemos que os mestiços não eram considerados descendentes completos, mesmo os que foram aceitos pelo grupo japonês, uma vez que eram colocados como o “outro” e realçava-se a sua “hibridização” por intermédio da designação de “mestiço”. Desse modo, não eram aceitos da mesma forma que os descendentes dos filhos do casamento intraétnico, e supomos que a razão maior para isso é que os mestiços simbolizavam o “abrasileiramento” e a perda das práticas culturais japonesas.

Compreendemos que, diferentemente dos nikkeis, que assumiam uma (des)identidade para se diferenciarem e se desvincilharem das características normatizadoras, os mestiços reivindicavam uma “identidade japonesa”, buscando o seu lugar e a pertença no grupo nipônico. Assim, eles construíram outra espécie de identidade, que denominaremos de identidade entrelugar e que foi marcada por táticas, pois apropriam-se dessa identidade taticamente e, conforme o contexto, assumindo, às vezes, a imagem positiva, mesmo que normatizadora e unificadora, dos nikkeis: estudiosos, esforçados e que ocupam melhores posições na sociedade. Essa identidade entrelugar é formada pelo não pertencimento às duas sociedades (japonesa e brasileira), por eles serem vistos como japoneses entre os brasileiros e no grupo japonês serem qualificados como brasileiros, demonstrando como os mestiços encontram-se em um lugar que está em constante fluidez.

Entendemos que a discriminação em relação aos mestiços se deu também pela rejeição dos casamentos interétnicos, já que eram resultados dessas relações e simbolizavam a perda das práticas culturais, como expresso, e a mistura das etnias. Como narrado por Honda-Hasegawa:

**LHH:** É uma coisa assim, naquela época era... agora não, agora não, é uma coisa natural, naquela época havia sim, não vou dizer discriminação, mas uma diferenciação, vamos dizer. Por exemplo, vai citar, isso na vida real, amigas da minha mãe. Eu lembro que... ah, era uma senhora que estava conversando com a minha mãe

e eu ainda era criança e peguei a conversa, pensei: “nossa, então pensam assim”. Essa senhora estava falando que a filha tinha se casado e, então, certamente minha mãe falou: “parabéns né”, mas aí essa senhora acrescentou um detalhe: “só que é brasileiro”. Isso desde criança eu sempre notei essas nuances nas falas das pessoas, isso sempre me fascinou, então, eu ficava pensando “só que”, então, quer dizer que tem alguma coisa atrapalhando, um empecilho; “não, ela casou sim, só que foi com brasileiro”. Então, havia sim, havia, não sei se ainda há e está velado, porque muitas coisas estão veladas entre as pessoas, mas é que é uma coisa diferente, então as pessoas demoram para se acostumar, talvez (UENO, 2019, p. 9).

Dessa forma, notamos o preconceito em relação aos mestiços, sobretudo por parte da primeira geração, isso porque não aceitavam o casamento interétnico e a mistura étnica. Desejavam manter a família linear, permeando a continuação das práticas culturais e da etnicidade, gerando “descendentes puros”. Como apresentado, alguns *isei* percebiam o casamento misto negativamente e, principalmente, pela questão “racial”<sup>75</sup>, em que defendiam que “as raças não deveriam se misturar”, qualificando a “raça japonesa” como superior à brasileira (VIEIRA, 1973a, p. 155). Nesse pensamento, o casamento misto resultaria em crianças “incompletas” e “degradadas racialmente”, por isso sugerimos que a questão étnica foi de grande peso na discriminação dos mestiços e, para além disso, vista como ameaça por representar a perda tanto cultural quanto étnica. Embora a autora argumente que não era discriminação e sim uma diferenciação, compreendemos que os mestiços eram colocados à margem, como um subgrupo, por não serem classificados como descendentes completos. Ao analisar o preconceito e a exclusão em relação aos mestiços, desconstrói-se a ideia de comunidade japonesa, pensada como uma união e homogênea. É possível perceber que o grupo japonês não é uma comunidade unida etnicamente, em razão das discriminações dentro do próprio grupo com os okinawano, os mestiços e devido aos conflitos entre gerações.

Honda-Hasegawa expõe as possibilidades de ainda existir certa rejeição ao casamento interétnico, porém de maneira velada. Isso é analisado por Hatugai (2015, p. 12), quando afirma que não existe mais a obrigação do casamento entre os nikkeis e a escolha afetiva é individual, todavia persiste o desejo íntimo do casamento entre os descendentes, perpetuando a continuação das práticas culturais japonesas e, de certo modo, a etnicidade. Diante disso, almejam-se os

---

<sup>75</sup> A questão racial, colocada por esses imigrantes japoneses, é baseada, em parte, nas teorias raciais da Europa do século XIX. Como as teorias do jurista e diplomata francês Arthur Gobineau, que se baseavam em concepções deterministas e materialistas. Uma delas defendia que os seres humanos poderiam ser divididos em três tipos hierárquicos: os brancos, considerados superiores e “modelo de perfeição”; os amarelos – inclusos os japoneses e os chineses; e os negros, que estariam logo abaixo, considerados inferiores e “modelos de feiura”. Essas teorias raciais condenavam a miscigenação, uma vez que representaria a degeneração, ou degradação, da raça por modificar “a composição do sangue” (DEZEM, 2005, p. 207/209). Portanto, supomos que na perspectiva dos imigrantes o amarelo era superior ao brasileiro por ser considerado “raça pura”, enquanto os brasileiros eram provenientes de muitas “misturas”, assim eram descritos como “degradados racialmente”. É curioso como os imigrantes japoneses apropriaram-se e ressignificaram os discursos raciais utilizados contra eles no processo imigratório.

casamentos entre os nikkeis pela esperança de um retorno cultural e étnico, ou seja, filhos “mais japoneses”.

Para finalizar, os mestiços foram colocados à margem e caracterizados como um subgrupo dentro do grupo japonês, essencialmente por sua condição étnica e por serem considerados a “miscigenação”. Definidos e identificados como mestiços, fica demarcada sua bipartição e, em alguns momentos, a mestiçagem era utilizada como uma recusa do pertencimento ao grupo japonês, como também a renegação, de certa forma, de sua descendência. Por não serem considerados descendentes completos pela colônia japonesa, não possuiriam o *Yamato Damashii*, e, então, não perpetuariam a continuação desse espírito, como também da família patrilinear e da cultura.

Com essas análises, entendemos que os mestiços eram definidos de acordo com os critérios classificatórios – práticas culturais, fenótipo, “sangue” – e a posição que ocupavam na sociedade, definindo o quão japoneses ou brasileiros seriam. Entre os critérios, os mais decisivos são o “sangue”, que é a descendência direta, e o fenótipo, as características físicas. Se um mestiço não parecesse fisicamente com os japoneses e/ou não era reconhecido por seus pais como filho, dificilmente era considerado descendente ou caracterizado, pelo menos, como mestiço. Analisamos isso no caso da personagem Cema, que não era considerada mestiça nem descendente por não carregar fisicamente as “características japonesas” nem ser reconhecida por Yukio como filha legítima. Portanto, entendemos que o mestiço constantemente busca provar sua etnicidade, sua descendência e seu lugar dentro do grupo japonês.

#### 4.2.3. O bairro da Liberdade: centro de realizações e reduto dos nikkeis

A história do romance é passada, em boa parte, no ambiente urbano, em especial no bairro da Liberdade, em São Paulo. Se diferencia dos outros romances da literatura nikkei da década de 1980, que ressaltavam o campo como uma espécie de *furusato* (a terra natal), por evidenciar a cidade e a mobilidade espacial e social dos nikkeis. A espacialidade urbana é vista como um centro de oportunidade e realizações, o lugar onde os nikkeis conquistariam o prestígio e a ascensão social. Raymond Williams (2011, p. 11) argumenta que a cidade é associada à ideia de centro de realizações, saber, comunicações e luz. Do mesmo modo, “[...] constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição [...]”.

Em “Sonhos Bloqueados”, os descendentes são enviados para São Paulo ou para cidades de médio porte, visando aos estudos e/ou ao trabalho. Tal situação é exemplificada por Teresa e Kimiko: ambas foram para São Paulo e viveram no bairro da Liberdade em uma pensão

feminina nikkei, objetivando melhores possibilidades de estudos, assim como nessa pensão as nikkeis estudavam e trabalhavam, buscando a ascensão e o prestígio social. Isso pode ser constatado com a personagem Clara, uma *nisei* que trabalhava em um escritório de contabilidade e estudava em um curso de cerâmica. Sendo assim, Honda-Hasegawa versa sobre a mobilidade geográfica dos nikkeis associada à ascensão social, pois, conforme Adriano Amaro Sousa (2019, p. 21/23), o processo de ascensão dos imigrantes japoneses e seus descendentes se deu por meio da mobilidade geográfica, isto é, da transição do espaço rural para o urbano. Do mesmo modo, o prestígio e a ascensão eram um projeto familiar, pois os membros investiam para que pelo menos um indivíduo estudasse e angariasse uma profissão de prestígio, ambicionando um destaque para o sobrenome da família e o *status* na sociedade urbana-industrial.

É perceptível o empenho para conquistar a ascensão social pelos nikkeis e a cidade como o centro de realizações no trecho em que Kimiko elogia uma colega de trabalho:

Se existem pessoas com as quais se simpatiza à primeira vista, Satoko era uma delas. Estava trabalhando no salão há alguns meses, vinda de Presidente Prudente, onde deixara a mãe, o avô e cinco irmãos. ‘Sabe Kimiko-*san*, meu sonho é chamar todo mundo para cá!’ [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 107).

Portanto, compreendemos que no romance a cidade era caracterizada como o lugar de oportunidades, de ascensão, de mobilidade e contrária ao campo, ambiente este de atraso e limitação (WILLIAMS, 2011, p. 11). Ademais, nesse trecho destaca-se que não eram apenas os homens que saíam de casa à procura de uma vida melhor para a família, mas também as mulheres lutavam e empenhavam-se por melhores condições.

Como apontado, o pano de fundo principal da obra é o bairro da Liberdade, visto como um espaço coberto por sentimentos saudosistas e julgado como um reduto dos nikkeis, por possibilitar uma identificação, e por eles não se sentirem o “outro”, o “desconhecido e estranho”, mas pertencentes a esse espaço. Esse bairro é composto por uma identidade oriental, construída devido ao saudosismo do país de origem e pelo desejo dos imigrantes japoneses e seus descendentes formularem lugares mais familiares. A concentração do bairro pelos orientais ocorreu progressivamente a partir das décadas de 1930 e 1940, ocasionado pelo crescimento e desenvolvimento do bairro e pela mudança de muitos imigrantes japoneses para a cidade, provocado pela crise do café em 1929. Essa primeira fase da Liberdade é marcada pela emergência inicial de um comércio local voltado para a alimentação dos imigrantes (NAKAGAWA; OKANO; NAKAGAWA, 2011, p. 46; FATIN, 2015, p. 84).

Kimiko morou no bairro da Liberdade durante os anos de 1959 a 1965, saindo somente

quando se casou e mudou para o interior. Ao retornar na década de 1980, em busca de reencontrar a Liberdade, a pensão em que morou e os comércios como antigamente, se depara com uma realidade muito diferente da imaginada:

Nenhum vestígio da casa cor-de-rosa. O que vi foi um imponente e majestoso edifício de apartamentos, mais de dez andares, com uma enorme faixa – *Vende-se* – pintada de vermelho. Examinando bem, não era só a casa cor-de-rosa que fora engolida pelo monstro de concreto – também haviam desaparecido a mercearia, a peixaria e a oficina de conserto de rádio do sr. Seikai (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 57).

Segundo Kimiko, a Liberdade perdeu “o quê de mistério” e poderia ser confundida com qualquer outro lugar, modificando-se em um espaço estranho e desconhecido. As transformações no bairro da Liberdade aconteceram, a partir da década de 1960, motivadas pela “moda mercadológica” e que visava transformar o bairro em uma Tóquio ou uma ChinaTown brasileira, simulando um Oriente muito diferente daquele construído pelos imigrantes japoneses, ou seja, começaram um processo de orientalização<sup>76</sup> da Liberdade. Isso transcorreu, principalmente, por intermédio do “Plano de Orientalização da Liberdade”, em 1974, elaborado pelo jornalista Randolph Marques Lobato e implementado pela prefeitura de São Paulo, juntamente com a Associação dos Lojistas da Liberdade. Assim, foram introduzidos três equipamentos objetivando a imitação do Oriente: os portais *torii*, as lanternas *chōchin* e o “pavimento formado pela heráldica japonesa *mitsudomoe*”. Além de que é no contexto de orientalização do bairro da Liberdade que os comércios mais familiares, ou denominado de “orientalidade”, foram substituídos por outros tipos de comércio, como os “comércios da orientalização” (NAKAGAWA; OKANO; NAKAGAWA, 2011, p. 48). Percebemos esse movimento no romance quando Kimiko nota o fechamento das lojinhas de donos japoneses, como a mercearia, a peixaria e a lojinha rádio.

O bairro da Liberdade deixou de ser o lugar produzido pelos imigrantes, marcado pelo comércio relacionado à comida e ao lazer, e transformou-se em um reduto orientalizado, salientando elementos que não tinham o mesmo sentido do que no Japão, como expresso no romance ao abordar o *torii*: “Bem embaixo do gigantesco pórtico vermelho, que dá as boas-vindas aos visitantes, parei, olhei para trás e duvidei que tudo aquilo estivesse me recebendo de braços abertos [...]” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 56). O *torii* normalmente é colocado nas entradas de santuários xintoístas no Japão, e cumpre a função de separar o mundo sagrado do

---

<sup>76</sup> Entendemos o processo de orientalização do bairro da Liberdade como uma espécie de orientalismo, conceito formulado por Edward Said (2007, p. 31-33). Segundo esse autor, o orientalismo é a maneira como o Ocidente inventa e imagina o Oriente, gerando representações que não condizem com o real, assim o Oriente é criado a partir da perspectiva do “outro”, uma elaboração no e para o Ocidente. Muito mais do que isso, esse imaginário estabelece as relações de poder, ou seja, a dominação do Ocidente sobre o Oriente.

profano. No entanto, na Liberdade perdeu-se seu significado e simbolizava uma fronteira que separava o conhecido do desconhecido. Apesar disso, permanece a ideia de passagem de um lugar para o outro. Notamos isso no trecho em que Kimiko passa pelo *torii* e o define como um objeto que dá boas-vindas, ou seja, a chegada em um lugar diferente.

A Liberdade é um espaço marcado por ser o reduto dos nikkeis e pelo sentimento de identificação, onde se sentem pertencentes e não são vistos como o “outro”, tratado de forma diferente e definidos por sua “etnicidade japonesa”, já que lá encontram-se outros nikkeis, lojas de produtos orientais e o espaço orientalizado. Dessa forma, eles se sentem como qualquer outro sujeito, não se destacando por seus “olhos puxados”. Percebemos isso em uma das passagens do romance, em que Kimiko expõe que no bairro não se sentia “julgada” por suas práticas culturais:

- Por que será que *gaijin* acha nossos hábitos e costumes tão estranhos, não?
- Sei lá, deve ser porque não nos conhecem direito... Mas quando eu morava em São Paulo, ninguém implicava com isso.
- Claro, sua boba! Na Liberdade só tem japonês! [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 50).

Igualmente, um dos personagens preferia frequentar o bairro por causa “das caras mais familiares”. Notamos a importância que a Liberdade tomou na vida dessa personagem, como também de indivíduos frequentadores desse espaço. O bairro transformou-se em uma espécie de refúgio, onde os nikkeis não se sentiam “julgados” nem definidos como não brasileiros. Rosa Ester Rossini (2005, p. 36) assevera que o “[...] lugar é onde o indivíduo estabelece suas relações sociais, onde tem sua identidade e o sentimento de pertencer”.

O bairro da Liberdade é importante no desenvolvimento da história, uma vez que o enredo se desenrola partir desse espaço e, em especial, porque Honda-Hasegawa vivenciou esse lugar. A autora estudava na Escola Estadual Presidente Roosevelt, localizado na Liberdade, e no retorno das aulas, ao anoitecer, se encantava com a mudança daquele lugar:

**LHH:** Então, à noite, naquela época, década de 70... é década de 60 e 70 era uma coisa assim... (risos) vamos dizer assim: mudava! Mudava à noite, do dia para a noite mudava, que havia aquelas casas noturnas onde havia umas aprendizes de gueixas, mas não eram gueixas verdadeiras porque elas não vêm aqui para o Brasil, mas uma imitação de gueixa, elas andavam naquelas ruelas da Liberdade de quimono e aquela maquiagem de gueixas e isso para mim era fascinante, nossa isso no Brasil. Então, eu quis retratar uma parte numa certa fase da vida da Kimiko, no começo, antes dela se casar, que ela estava no pensionato (UENO, 2019, p. 8).

Compreendemos como o bairro da Liberdade ocupa um espaço de fascínio pela autora, a ponto de colocá-lo como pano de fundo na história. Ainda, esse espaço é escolhido por Honda-Hasegawa por ser representante de um Oriente, mesmo que seja uma representação distorcida, e dessa maneira é considerado um Japão para os nikkeis, ou seja, o cenário propício para a

história dos descendentes que são ligados a esse país, mas que nunca o visitaram. De acordo com Nakagawa et al. (2011, p. 46), a Liberdade é a produção do espaço que contém formas e usos muito particulares, gerados por soluções adotadas, pelos imigrantes japoneses e os descendentes, para enfrentarem o sentimento saudosista e as ausências dos hábitos alimentares parecidos com o país de origem, por exemplo, “[...] São resoluções que partiram dos hábitos culturais aprendidos na terra natal, que foram adaptados e, portanto, modificados no diálogo com as circunstâncias impostas pela nova pátria, em uma espécie de contínuo processo de tradução das tradições”.

O encanto pelas “gueixas brasileiras”, exposto pela autora, é presente no romance, em que as funcionárias do salão de beleza ficaram responsáveis pela produção dessas personagens:

À medida que escurecia, aumentava o número de mulheres de rosto de porcelana, caminhando com passinhos de bailarinas e sumindo nas vielas, atrás de algum anúncio luminoso. Dizia-se que eram ‘importadas diretamente do Japão’. Quem as conheceu melhor foi a Midori que, todas as terças, quinta e sábados, depois do expediente, tinha de se deslocar até um casarão branco e marrom a algumas quadras do salão, especialmente para atendê-las [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 96).

Notamos uma orientalização da personagem gueixa, que no Brasil tomou outros significados desde os primeiros contatos entre os países, e tal figura é presente no imaginário social. Takeuchi (2009) analisa que a imagem da gueixa passou por algumas transformações, em que transmitia a imagem do exotismo e depois passou a ser, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, vista como “prostituta de sexualidade perniciososa”. Em vista disso, ocorreu a orientalização não só no espaço físico, mas também dos objetos e indivíduos, como o caso da gueixa, transformando o imaginário social sobre essa personagem, colocada como exótica e sexualizada, perdendo assim o sentido inicial aprendido no Japão.

O bairro da Liberdade é um lugar onde construíram-se as representações sobre um Oriente, mesmo que esses elementos orientalizados não tenham os mesmos significados que no Japão e simbolizem as práticas culturais não existentes mais. Contudo, ele é de importância para os nikkeis, pois relembram o país de origem, mesmo que distorcido, e viabilizam para os descendentes sentirem-se pertencentes e próximos de um país que, muitas vezes, nunca conheceram. Igualmente, o bairro auxiliou no sentimento de pertença dos nikkeis, pois possibilitou a sensação de estarem entre os seus e transformou-se em uma espécie de refúgio. Outrossim, a Liberdade congelou uma memória ligada ao Japão, seja aquele contado por seus pais, seja o imaginado, como podemos observar no congelamento do espaço tanto pela personagem Kimiko quanto pela autora. Por fim, o espaço urbano tem relevância na obra, uma vez que é caracterizado pela a mobilidade espacial atrelada à ascensão social e econômica dos

nikkeis. A cidade é qualificada como o espaço de oportunidades e o centro de realizações. “Sonhos Bloqueados” diferencia-se das outras obras da literatura nikkei, que colocam o campo como espaço de importância. Desse modo, Honda-Hasegawa se sobressai justamente por abordar outra perspectiva de vida dos nikkeis, colocando-os como protagonistas em uma sociedade urbana-industrial.

#### 4.2.4. A Experiência Feminina *Dekasegi*

O diferencial da obra de Honda-Hasegawa é o enredo desenrolar-se na imigração inversa, ou seja, no fenômeno *dekasegi*, versando sobre a emigração das mulheres nikkeis em direção ao Japão. A autora aborda as crises econômicas presentes no Brasil e que resultaram na emigração para outros países. Como exposto no primeiro capítulo, a década de 1980, conhecida como a “década economicamente perdida”, é marcada por dificuldades geradas pela crise econômica iniciada na década de 1970. Nesse decênio ocorreram o baixo dinamismo na economia e o aumento do desemprego, este aproximando-se de 15%. Assim, para alguns sujeitos a única saída de ascender socialmente e/ou manter-se economicamente era emigrar para países como Estados Unidos, Canadá e Japão. Essa emigração procurando por melhores condições, contraditoriamente, inseria o Brasil no mercado mundial como exportador de mão de obra (TOMA, 2000, p. 37; VARGAS; FELIPE, 2015, p. 131; CAVALCANTE, 2016, p. 40).

Por outro lado, o Japão era marcado por um “boom econômico”<sup>77</sup>, alcançando seu pico de crescimento em 1980. Nesse período, a moeda iene entrou em valorização e ocorreu o desenvolvimento das redes transnacionais, resultando em uma maior demanda por mão de obra, e o país enfrentava dificuldades em encontrá-la, devido ao aumento do envelhecimento populacional. No entanto, tanto as corporações quanto o governo japonês optaram por não dependerem de mão de obra estrangeira, preferindo até mesmo o trabalho das mulheres japonesas, porém elas eram pagas com “[...] baixo salário, de meio período e temporário em setores manufatureiros [...]” (SASAKI PINHEIRO, 2009, p. 251). Mesmo assim, não era suficiente para atender as demandas, sendo necessária a contratação de imigrantes (SASAKI PINHEIRO, 2009, p. 251).

Além do mais, em 1990 reformulou-se a Lei de Controle de Imigração do Japão, facilitando a entrada de descendentes de japoneses residentes no exterior: “[...] lhes garantia a permanência por três anos, o qual poderia ser prorrogado e era extensivo ao cônjuge (mesmo

---

<sup>77</sup> Denominado de *Heisei Boom*, durou de meados da década de 1980 até o início da ‘década perdida’ dos anos 1990 (SAKURAI, 2016, p. 230).

não descendente) e filhos. Isso explica a afluência de cerca de trezentos mil brasileiros trabalhando legalmente no Japão (dados até 2006)” (SAKURAI, 2016, p. 230). Desse modo, o Brasil tornou-se o terceiro maior contingente entre os estrangeiros, ultrapassando as Filipinas, que em sua maioria era composto de migração feminina. Isso é perceptível até mesmo no aumento das taxas de entrada de imigrantes, entre os anos de 1990 e 1991, aumentando para 9,2% e 13,4%, em sua maioria de brasileiros descendentes (SASAKI PINHEIRO, 2009, p. 267).

No romance, as instabilidades e a recessão econômicas são abordadas como motivações para os personagens tornarem-se *dekasegi*. Em outras palavras, as crises são colocadas como um degrau para a emigração e a superação das dificuldades. Em todo o enredo trabalha-se a falta de dinheiro e o declínio social dos nikkeis, como as problemáticas em manter a família e a mercearia pelo marido de Kimiko, na medida em que as grandes redes de supermercado estavam dominando a região, porém ainda conseguiam se manter e sustentar a unidade familiar. Contudo, a partir de uma reviravolta, Kimiko é obrigada a ocupar o cargo de chefe de família e sustentar a casa sozinha. A morte do filho mais velho, Carlos – ocasionada por um afogamento em uma praia de São Paulo –, resultou na fragmentação familiar, uma vez que Yukio se suicida por não suportar a perda. Diante disso, Kimiko assume a responsabilidade de cuidar dos outros filhos e reestruturar a família cindida. Muda-se para a capital São Paulo com a família em busca de melhores condições e começa a trabalhar em dois empregos para conseguir sustentar os filhos, retornando à função de cabelereira e, como explicado nos tópicos anteriores, tornando-se empregada em uma casa de empresários japoneses, ocasionando uma tripla jornada, pois a personagem ocupava dois empregos e ainda assumia as responsabilidades com a casa e a família. Cristiane Yuri Toma (2000, p. 57) expõe que era comum as nikkeis enfrentarem dupla jornada, dividindo-se entre a atividade profissional e as tarefas domésticas.

Apesar de trabalhar em dois empregos, ainda assim não era suficiente para manter a família. Por isso, Kimiko mudou-se para a casa de Eiko, objetivando a divisão das despesas, e enviou Érica para morar com Teresa, a irmã que tinha melhores condições, ocorrendo uma maior fragmentação familiar, bem como Kimiko adotou maneiras alternativas para complementar a renda familiar, como as atividades e os empregos não formais:

Com a aproximação do Natal, o movimento do salão aumentou, não temos descanso um minuto sequer, o que é muito bom em termos de faturamento – assim espero! Ao mesmo tempo, as colegas abriram um comércio paralelo dentro do próprio salão que agora parece um mercado persa! [...] cada qual ‘vendendo o seu peixe’ para conseguir um dinheirinho extra para as compras de fim de ano. São bijuterias de todos os tipos, bombons caseiros, sachês de sabonetes, toalhas de crochê, sandálias de plásticos, perfumes... [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 174).

O aumento do desemprego nos setores público e privado acarretou em um crescimento

de trabalhos informais (CAVALCANTE, 2016, p. 40). Também em decorrência das dificuldades financeiras, muitos nikkeis trabalhavam em mais de um emprego para complementar a renda familiar e manter-se em determinada classe social. O trecho acima simboliza as possíveis saídas, mesmo que temporárias, para auxiliar na economia familiar e demonstra a ampliação de trabalhos artesanais produzidos por mulheres e que, muitas vezes, não eram enxergados com a mesma igualdade em relação à contribuição dos maridos, como analisado no terceiro capítulo.

No romance, Kimiko almejava conseguir a própria casa, construir seu lar e reestruturar a unidade familiar, vislumbrando como a única saída o prêmio da loteria.

E eu, bem, passei um bom tempo mentalizando os números que poderiam sair no próximo jogo da Loto... 02, 19, 47... Afinal, preciso de muito, muito dinheiro mesmo, para comprar uma casa e possuir todas as coisas que Teresa têm e que atraíram Érica para lá. Eu preciso reconquistar minha filha, custe o que custar! Quero também que o Alex se saia bem nos estudos, para que um dia possa chegar à universidade. Se Deus quiser, terei um dia a minha casa e, quem sabe, até abrir o meu próprio salão, hein? Claro que ainda me dou o direito de sonhar! (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 139).

Em vista disso, compreendemos que o pensamento de Kimiko era muito parecido com o de outros *dekasegi*, ambicionando a ascensão econômica para conquistar bens móveis e imóveis, ou seja, o anseio por uma estabilidade econômica. Como apontado por Toma (2000, p. 64), a motivação econômica era a principal entre os nikkeis que optaram por emigrar, pois buscavam mais segurança material, aumentar o poderio de consumo e, até mesmo em alguns casos, libertar-se economicamente da família. Outrossim, as *dekasegi* eram provenientes das classes média e média baixa e que decidiram emigrar por não encontrar muitas oportunidades de ascender socialmente. Entre as justificativas para emigrar, a crise econômica é a mais citada, no entanto havia outros motivos, como a curiosidade em conhecer o Japão e acompanhar os familiares.

Em uma das passagens, são trabalhados o desemprego e a instabilidade econômica presentes na década de 1980:

[...] Eu, uma simples dona de casa chegando à casa dos cinquenta, dois filhos dependentes... Que condições tenho eu, para essa virada na minha vida? Até hoje, não ganhei nem o terno da Loto! O que me resta fazer se até gente com diploma universitário tem que sobreviver com subemprego? [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 183).

Desse modo, a solução encontrada para os problemas financeiros foi a emigração: em 11 de abril de 1988, Kimiko e um grupo formado por 27 mulheres emigram para o Japão, durante um período de 2 anos e para um hospital. Para algumas nikkeis, ser *dekasegi* apresentava-se como a única saída para a sobrevivência e o sustento da família. Compreendemos que, com o

surgimento da emigração de mulheres para o Japão, rompe-se com as características gerais dos *dekasegi*, em que, normalmente, eram homens pertencentes à primeira e à segunda geração, ou seja, *isei* ou *nisei*, pessoas na faixa etária entre 40 e 50 anos e que possuíam certo domínio da língua japonesa. Desse modo, é perceptível que as mulheres também saem de casa para prover o sustento da família, então não são mais somente aquelas que esperam ou seguem os pais e maridos, são as que partem sozinhas ou em companhia de outras mulheres, “*feminizando*” a migração (BASSANEZI, 2013, s/p).

Todavia, ao emigrarem em busca de melhores condições, as mulheres acabaram entrando na lógica mercadológica que exige o máximo dos indivíduos para alcançarem o básico da sobrevivência. Como analisado por Byung-Chul Han (2019, s/p), em que a economia capitalista torna absoluta a sobrevivência, criando a ilusão de que “mais capital gera mais vida” e, ao mesmo tempo, uma histeria pela sobrevivência. Essa economia desumaniza os indivíduos e suas relações sociais, transformados em valores de mercado e em relações puramente comerciais. Além das nikkeis apropriarem e ressignificarem o *ganbāre*, uma vez que, para as mulheres, esse pensamento se resumia ao enfrentamento dos desafios diários: cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos e o trabalho na lavoura, sacrificando-se em prol da família; entretanto, ao encaixarem-se na lógica capitalista, o *ganbāre* transformou-se no ideal masculino de “aceitação do trabalho árduo até o limite de sua resistência” (PORTO, 2018, p. 87), ou seja, tomaram para si o modelo de esforço extremo para a superação de todas as dificuldades financeiras.

Os *dekasegi*, geralmente, emigravam com um contrato de no mínimo um ano e eram recrutados por agências de viagem ou pelo custeamento da passagem pela empresa interessada. Porém, esses contratos geravam diversos problemas, entre eles preços abusivos de passagens aéreas e as falsas promessas em relação ao trabalho (fácil e de alta remuneração), bem como esses emigrantes foram trabalhar temporariamente em empregos caracterizados pelos japoneses como “3K”: *kitanai* (sujo), *kiken* (perigoso) e *kitsue* (penoso). Portanto, os nikkeis foram trabalhar como mão de obra barata e não qualificada. Por isso, o movimento *dekasegi* era visto negativamente pela colônia japonesa no Brasil, considerado vergonhoso por aparentar que os nipo-brasileiros estavam passando por adversidades; logo, o termo *dekasegi* era empregado em tom pejorativo, ideia que só se inverteu na virada da década de 1980 para a de 1990: “[...] O que era vergonhoso passou a ser uma boa oportunidade de conhecer a terra dos antepassados e a cultura, [...] além de ganhar um salário melhor do que se estivesse no Brasil, mesmo se submetendo a trabalhos subalternos [...]” (SASAKI PINHEIRO, 2000, p. 7).

Destacamos também o papel ocupado por Kimiko na emigração, destinada a trabalhos relativos aos cuidados. As *dekasegi*, comumente, trabalhavam tanto nas fábricas japonesas, em

cargos que se restringiam às atividades voltadas às linhas de produção, as quais exigiam atenção, rapidez e ações repetitivas, quanto no setor de serviços, em atividades associadas pelo imaginário popular às responsabilidades das mulheres, como cozinheiras, camareiras e cuidadoras de idosos. Outro ponto é que as *dekasegi* recebiam salários menores do que os homens realizando a mesma carga horária, portanto, além das exaustivas horas de trabalho enfrentadas por elas, havia a desproporção salarial (TOMA, 2000, p. 70; SOUZA, 2014, p. 59/60; SAYURI, s/p).

A decisão de emigrar para o Japão foi tomada e incentivada por meio das informações de outros *dekasegi*, conhecendo histórias de outros nikkeis que ascenderam economicamente, chegando a mudar-se com toda família para esse país:

[...] Se tantos estão conseguindo, por que não eu? Sei de um casal de feirantes que foi para lá pela segunda vez – isso, logo depois de retornar com dinheiro suficiente para acabar de pagar a casa e as prestações do carro. Soube também de uma família inteira que largou a lavoura no interior de São Paulo e foi para Tóquio, onde, juntos, estão conseguindo economizar na base de dez mil dólares por mês! [...] (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 193).

As redes de informação e o sucesso dos primeiros *dekasegi* encorajaram outros nikkeis a emigrarem. Essas redes se constituem de familiares, amigos, conhecidos, meios de comunicação e agências recrutadoras e, ocasionalmente, seriam as primeiras informações que os nikkeis recebiam. Do mesmo modo, a rede familiar é significativa nesse processo por estabelecer as redes sociais no Japão e por facilitar as constantes idas e vindas. De natureza igual, alguns familiares que haviam emigrado poderiam auxiliar na procura de emprego, evitando assim os recrutadores; além de que emigrar, às vezes, era financiado pela família, por exemplo, na ajuda com a passagem; muitas vezes, eram com os parentes que as mulheres deixavam a responsabilidade de cuidar dos filhos e dos bens (TOMA, 2000, p. 64; SASAKI PINHEIRO, 2009, p. 13).

A rede familiar foi de importância por estimular, de certa forma, um conforto e por facilitar a emigração, pois forneceu o amparo e o suporte emocional e auxiliou, muitas vezes, para que o projeto se tornasse real. Todavia, no romance, Kimiko recebe críticas por parte de sua família, essencialmente de seus irmãos, e foi apoiada apenas pela sogra, que lhe desejava sorte. Entre as críticas, destacamos a de Kunio: “[...] ‘O quê? Dois anos fora trabalhando no Japão? Pensa que é solteira? E os filhos, como ficam? [...]’” (HONDA-HASEGAWA, 1991, p. 192). As mulheres que emigraram sozinhas e deixaram as famílias no Brasil enfrentaram a culpa por se distanciarem e perderem os momentos de convivência, e muitas delas deixaram os seus filhos com os maridos ou com parentes. Souza (2014, p. 73) salienta que esse novo papel

desempenhado pelas mulheres na migração não desmistifica a responsabilidade em manter as tradições e por transmitir aos filhos as questões culturais, de modo que se confrontam “[...] com os sentimentos de culpa que culturalmente são atribuídos às mulheres migrantes que têm que deixar seus filhos sob os cuidados de parentes, como as avós [...]”. Por isso, Kimiko é duramente criticada por seu irmão, já que essa atitude é caracterizada como um abandono aos filhos, por ser colocado como obrigação e reponsabilidade em repassar para os filhos as práticas culturais japonesas – a língua e os hábitos.

Além disso, os nikkeis que tinham mais familiaridade com as práticas culturais japonesas presumiam uma maior facilidade na adaptação. Isso é percebido no pensamento de Érica, que acreditava que Kimiko não encontraria problemas por dominar a língua japonesa. No entanto, ao chegarem ao Japão, os nikkeis depararam-se com uma realidade distinta daquela contada por seus avós e perceberam o seu não pertencimento à sociedade japonesa, dado que não eram considerados japoneses, e sim *gaijin*. Dessa maneira, os *dekasegi* são tratados como estrangeiros no Japão, e sendo, muitas vezes, a primeira vez que se tornaram brasileiros perante o outro. Portanto, os nikkeis encontraram-se em um limbo identitário e foram marcados pelo sentimento de “pertencer e ao mesmo tempo de não pertencer”, visto que no Brasil dificilmente foram considerados brasileiros, mesmo que almejassem ser por completo, e no Japão foram identificados como estrangeiros (LESSER, 2001, p. 297; SUDA, 2005, p. 92; SASAKI PINHEIRO, 2009, p. 345).

Essas crises se deram, em parte, pela manutenção das práticas culturais pelos imigrantes japoneses, em que preservaram as práticas aprendidas, essencialmente durante a Era Meiji, e que no Japão sofreram transformações. O país no pós-guerra passou por diversas mudanças, como a desestruturação do Estado xintoísta e “patriarcal” e conquistas de mais direitos e liberdade para as mulheres. Diante disso, o imigrante japonês manteve-se mais ligado às raízes do período Meiji do que a sociedade japonesa. Um exemplo disso é a transformação da língua japonesa, que no Brasil era formada por diversos dialetos das províncias, mas que para facilitar a comunicação ocorreu uma fusão dos termos mais gerais entre esses dialetos. Entretanto, observou-se um encaminhamento para o dialeto do Oeste japonês. Da mesma forma, essa língua sofreu interferências da língua portuguesa, sendo que certas palavras em português passaram a substituir algumas em japonês, e essa introdução aconteceu em várias categorias gramaticais. Em contrapartida, a língua no Japão sofreu uma padronização causada, em parte, pela introdução da televisão em 1958, suscitando o processo de desaparecimento dos dialetos antigos. Outrossim, a ocupação estadunidense ocasionou a inserção de vocábulos de origem inglesa. Portanto, no Brasil surgiu uma língua própria da colônia japonesa, não sendo nem a

japonesa do início da imigração nem a língua falada no Japão (HANDA, 1973, p. 488/489; MASE, 1987, p. 137/146).

O romance finaliza com a viagem de Kimiko ao Japão com esse grupo de mulheres nikkeis, todas sozinhas e em busca de um sonho: seja juntar dinheiro para o sustento da família, seja para garantir a própria aposentadoria. A migração feminina se transformou em mais autônoma, em que as mulheres emigram sozinhas e com projetos pessoais (SOUZA, 2014, p. 31). Vemos esse apontamento em Bassanezi (2013, s/p), em que saem do Brasil:

[...] Fernandes, Clarices, Aparecidas de cabelos soltos ao vento, presos em “rabo de cavalo” ou curtos, com *jeans* e camisetas ou vestido curto, calçando tênis ou botas, de bolsas nos ombros, mochilas às costas e malas às mãos. São brasileiras loiras, morenas, negras, muitas delas descendentes daqueles imigrantes das primeiras levas. Algumas embarcam com família, outras vão encontro do companheiro e uma parcela bastante significativa viaja sozinha ou em companhia de outras mulheres.

Isso demonstra como se foi “*feminizando*” o fenômeno *dekasegi* e que as mulheres migravam procurando melhorias econômicas, não sendo mais as que esperavam os maridos e os pais. Ainda, ao decidir emigrar, a personagem Kimiko insurge-se contra o papel social generificado e a identidade unificada, tornando-se mais independente. O diferencial da Honda-Hasegawa em relação aos outros romances da década de 1980 é que ela trabalhou o movimento *dekasegi* e a migração feminina, tornando visível o papel feminino na imigração inversa, além de abordar os problemas financeiros dos nipo-brasileiros, desmitificando a representação, comum na literatura nikkei, dos imigrantes japoneses e seus descendentes como bem-sucedidos, marcados pela ascensão social e econômica.

Entendemos que o eixo central da história é o movimento *dekasegi*, em especial a emigração feminina, isso porque o enredo é todo construído propiciando a emigração de Kimiko, desde as pequenas crises econômicas até a morte do marido e do filho; desencadeando na instabilidade e na desestruturação da família. Igualmente, esse é o ponto central da obra, devido à inspiração da autora surgir a partir da matéria do jornal “O Estado de São Paulo”, como já apontado. Apesar de não ter sido intencional a criação de um romance porque não foi uma escolha individual de Honda-Hasegawa, os fatores sociais, como o fenômeno *dekasegi*, atuaram na organização da obra. Como argumentado pela autora:

**LHH:** Ah porque ela se via numa situação sem casa, sem casa, e a menina aí não querendo viver com a mãe, acho que foi com a tia e o menino mais quietinho trabalhando bonitinho, estudando e trabalhando. É ela pensou que a última alternativa, que foi o pensamento de quase todo mundo, a última e única alternativa é ir trabalhar no Japão, pelo menos você ganha e manda o dinheiro para cá e faz um pé de meia, como se falava antigamente (UENO, 2019, p. 13).

Com isso, compreendemos que a autora aborda as questões do seu tempo, expressando as

dimensões sociais das décadas de 1980 e 1990. Conforme apontado, em meados dos anos de 1980 a movimentação de brasileiros em direção a outros países começou a aumentar, sobretudo a de nikkeis. A partir de 1990, o Brasil virou o terceiro país com mais contingente de estrangeiros no Japão, motivado, em parte, pela reforma legislativa da política imigratória, que facilitou a entrada dos descendentes de japoneses. Souza (2006, p. 16) designa que as obras literárias contêm dimensões sociais, referenciando “[...] lugares, modas, usos; manifestações de atitudes de grupo ou de classe [...]”. Portanto, a obra de Honda-Hasegawa manifestou as práticas culturais japonesas, os papéis e o cotidiano das mulheres no Brasil e, com destaque, o movimento *dekasegi* e a migração feminina. É notável que o fenômeno *dekasegi* tornou-se o elemento constitutivo das obras de Honda-Hasegawa, salientando as mulheres nesse processo. A história de Kimiko continua em “Kiken”, contando o cotidiano dos nikkeis no Japão, então seus livros são criados a partir de eventos comuns no grupo japonês.

Concluimos que Honda-Hasegawa aborda em seu romance assuntos condizentes ao seu período: o lugar dos nikkeis na sociedade brasileira e o esvaziamento da colônia japonesa – ocasionado, em parte, pelo fenômeno *dekasegi*. Honda-Hasegawa, diferentemente dos outros autores, se destaca por escrever sobre a (des)identidade das mulheres nikkeis, demonstrando a insurgência contra os papéis sociais; por abordar os mestiços, demonstrando as divisões dentro do grupo japonês; e por trabalhar as crises financeiras vivenciadas pelos nikkeis, que resultaram na emigração para o Japão, desconstruindo o imaginário social, comum na literatura nikkei, dos imigrantes japoneses e seus descendentes como bem-sucedidos.

Embora a obra não seja uma (auto)biografia, é constituída por memórias herdadas e histórias contadas pela avó, pela mãe e por conhecidos de Honda-Hasegawa. Defendemos que, como existem as “(auto)biografias romanceadas”, os romances dos nikkeis formulados por memórias e experiências dos imigrantes japoneses, misturando a ficção com a realidade, são “romances biográficos”, isto é, conceituamos esses romances como ficção biográfica, que representam elementos da realidade, construídos a partir do mundo do autor, baseando-se em certos sujeitos e grupos com quem eles têm uma ligação pessoal e forte. No caso de Honda-Hasegawa, salienta-se a significativa participação de sua mãe na elaboração do romance, destacando a importância do papel feminino na vida da autora e no livro. Por isso, a personagem principal é uma mulher, nikkei e dona de casa, expressando a narrativa feminina, protagonizando-a e tornando-a sujeito histórico. Por fim, consideramos a obra um romance do cotidiano, pois trabalha o dia a dia de uma mulher comum e as questões presentes à maioria dos nikkeis no Brasil durante as décadas de 1980 e 1990.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As festividades em torno dos aniversários da imigração japonesa para o Brasil foram compostas por um discurso memorialista e que buscou criar uma narrativa romanceada sobre o processo migratório, protagonizando o imigrante e o colocando como pioneiro e de relevância no desenvolvimento do país. Do mesmo modo, imaginaram um Japão inexistente e que se manteve congelado na memória dos imigrantes japoneses e salientou-se a amizade entre o Brasil e o Japão, empenhando-se em construir um laço forte entre ambos, duradouro e cristalizado, demonstrando como os nikkeis eram pertencentes às duas pátrias. Esse discurso memorialístico esteve presente na maioria das comemorações, enfatizando quase os mesmos elementos, contudo alterou-se conforme os anos e o contexto, ou seja, foi perdendo seu objetivo inicial em cada festividade. O discurso memorialístico emergiu, primeiro, no Imin 50, pois nesse contexto almejava-se reunir a colônia japonesa que se encontrava cindida entre os *makegumi* e os *kachigumi* e pelas ações da Shindō Renmei. Assim, foi evocado um passado comum entre os nikkeis: a narrativa da imigração japonesa, para ser possível uma identificação entre os indivíduos e unir o grupo japonês em torno desse sentimentalismo. É considerado o primeiro grande evento realizado pela colônia japonesa no pós-guerra e que deu início a diversos outros.

Esse discurso memorialístico foi apropriado em outros Imin e transformou-se. Porém, ainda se acentuavam a narrativa da imigração, os sofrimentos dos primeiros imigrantes, a amizade entre ambos países e a cultura vista como milenar. Foi o caso do septuagésimo aniversário da imigração japonesa, em 1978, em que o discurso focalizou esses componentes; todavia, acrescentaram-se novos pontos: a mudança do Japão no cenário mundial, a ascensão social dos nikkeis e a construção de um lugar de memória. A transformação do Japão no cenário mundial foi exaltada nas festividades, reputado como o país da tecnologia e do modernismo, porém, contraditoriamente, conservou-se a ideia de um país milenar e “tradicional”. Outro elemento de destaque foi a mudança do imaginário sobre o nikkei, ganhando nova visibilidade de sucesso e conquista. Mas o Imin 70 se sobressaiu pela construção de lugares de memória, como os museus sobre a imigração japonesa, motivada pelo surgimento de um medo, por parte dos *isei*, da perda das práticas culturais japonesas e o esquecimento de suas histórias. Então notamos que nos 70 anos da imigração surgiu o sentimento de não existirem memórias espontâneas, sendo necessário sacralizar essas memórias em lugares e objetos.

Já no Imin 80, ainda foram ressaltados alguns elementos positivos sobre a imigração, a amizade entre os países e a imagem do Japão. Porém, agora foram inseridos novos elementos,

como a consolidação da nova visibilidade nikkei e o movimento *dekasegi* – este último posto mais como uma problemática, por contribuir no esvaziamento da colônia japonesa. É notável que o discurso começou a tornar-se dual e até mesmo contraditório, perdendo o objetivo inicial e que resultou na sua emergência. Isso é exemplificado pelo antagonismo de frisar o fenômeno *dekasegi*, motivado, em parte, pela ascensão do Japão no cenário mundial e o “milagre econômico”, e por destacar a ascensão econômica dos nikkeis no Brasil, visto que é devido às crises econômicas que eles decidem emigrar para outros países. Apesar disso, a festividade dos 80 anos da imigração distinguiu-se das comemorações anteriores por propagar o discurso memorialístico através de outros meios, como a literatura.

É a partir da década de 1980, mais especificamente em 1988 e no Imin 80, que a literatura nikkei manifestou-se mais significativamente. No entanto, as obras não foram consagradas na literatura brasileira, permanecendo à margem. A literatura nikkei dos anos de 1980 é formada, basicamente, por autobiografias e romances, escritas em português, ou foram traduzidas e publicadas, boa parte, em 1988. Uma das justificativas dos autores é que esse momento foi considerado favorável para a publicação das obras, e sugerimos também que é quando se concentram a crise de uma memória e o esvaziamento da colônia japonesa, gerando o medo da perda das práticas culturais japonesas. Portanto, houve uma busca pela construção da memória dos nipo-brasileiros e uma preocupação de que a história sobre a imigração japonesa não caísse no esquecimento. Embora os autores almejassem, igualmente, homenagear os imigrantes japoneses e buscassem a construção de memória, as autobiografias se diferenciavam dos romances.

Os autores das autobiografias eram imigrantes e desejavam deixar seus registros para as gerações futuras. Narraram suas histórias e o processo migratório cronologicamente, acentuando os sofrimentos e as dificuldades, porém são postos no enredo como apenas um degrau para alcançar a vitória, isto é, as problemáticas são apenas acontecimentos necessários para que fosse possível atingir os sonhos e a ascensão social. Portanto, compreendemos que as histórias de vida dos autores seguiram uma linha lógica, colocando os eventos em ordens sucessivas, mesmo que na realidade não tivessem ocorrido nessa ordem, e são contados como se estivessem predestinados. São assuntos comuns nas autobiografias: as crises no Japão, levando-os a imigrar para um país desconhecido; as dificuldades na viagem e a decepção ao chegar ao Brasil, deparando-se com uma realidade muito distinta daquela prometida pelo governo japonês ou pelas empresas de colonização; as repressões pelo governo brasileiro, mais especificamente pelo governo Vargas; a perseguição durante a Segunda Guerra Mundial e a ascensão social e econômica por intermédio do trabalho duro, evidenciando os cargos

importantes, ou mais significativos, que ocupavam. Dessa forma, as autobiografias são de pessoas de respeitáveis para o grupo japonês, além de serem uma escrita do eu reinventado, imaginado e ficcionalizado, ou seja, consideramos que são “biografias romanceadas”.

Já os romances foram escritos por descendentes, japoneses e não nikkeis, e abordaram mais os conflitos entre gerações e a ascensão social por meio dos estudos e do trabalho. Ao acentuarem o conflito geracional, os romances desconstróem a ideia de uma comunidade, manifestando as diferenças entre os *isei* e os *nisei* e as pressões aos descendentes em se identificarem como japoneses no Brasil. De natureza igual, ao expressarem os casamentos interétnicos, reafirmaram o discurso de que eram assimiláveis, simbolizando a necessidade de provar a sua “brasilidade”. Percebemos uma preocupação por parte dos autores em reforçar a nova visibilidade dos nikkeis, enfatizando a ascensão social a partir da entrada nas universidades e manifestando os que ocupavam espaços de relevância na sociedade. Entretanto, a nova visibilidade excluía e hierarquizava os sujeitos que não alçaram esse *status*. Mesmo que os autores argumentem que suas obras não são (auto)biografias, compreendemos que os enredos foram baseados em indivíduos conhecidos, sejam estes familiares e/ou amigos, como uma espécie de memória herdada. Os romances se destacam por protagonizar sujeitos desconhecidos na colônia japonesa, podendo ser a história de qualquer nipo-brasileiro.

Dentre a literatura nikkei, surge uma literatura escrita por imigrantes japonesas ou descendentes, manifestando a narrativa feminina. Esse período é significativo por tornar mais “publicizado” os trabalhos das mulheres, não sendo mais reservadas apenas aos diários, restrito ao individual, ou em colunas de jornais japoneses, escritos em japonês e restringido à colônia – agora o público não descendente e/ou os descendentes que não tivessem domínio da língua japonesa poderiam ter conhecimento sobre o papel da nikkei na imigração e o seu cotidiano. As obras partem do universo familiar e do lar, mas há passagens que retratam a independência das mulheres e, eventualmente, desvencilhadas da família e dos papéis sociais generificados. Percebemos uma dubiedade na imagem das nikkeis, entre seguir os ensinamentos baseados no pensamento do *ryōsai-kenbo* e a hierarquização da estrutura familiar *ie* e, similarmente, mostrarem-se mais individuais, com coragem, força e capacidade de trabalho. Ainda, é necessário entender que algumas dessas mulheres não enxergavam a submissão como uma opressão, mas que estavam apenas assumindo o seu “devido lugar”. Para finalizar, essa literatura de autoria feminina permitiu que conhecêssemos as histórias dessas mulheres que estavam à margem ou eram estereotipadas e reduzidas, protagonizando-as e tornando-as sujeitos da história, indivíduos pensantes e que falam por si.

Nessa literatura de autora feminina nikkei, salientamos o romance “Sonhos Bloqueados”,

fonte desta pesquisa, de Honda-Hasegawa e publicado em 1991. Apesar de tardio se comparado às outras obras da literatura de autoria feminina nikkei, aborda-se a imigração japonesa e as questões imbricadas nesse evento, como também os elementos comuns aos nikkeis nesse período, como a ascensão social e econômica mediante os estudos e o trabalho. Todavia, Honda-Hasegawa se distingue dos outros autores por trabalhar com o fenômeno *dekasegi*, contradizendo a nova visibilidade dos imigrantes japoneses e dos descendentes, retratados como bem-sucedidos. Dessa maneira, notamos um antagonismo no romance, uma vez que a autora manifesta a ascensão econômica dos nikkeis e, similarmente, expõe a crise vivenciada por eles: não conseguindo manter-se economicamente e a sua posição social, optam por emigrar para outros países.

A obra de Honda-Hasegawa nos chama a atenção por ser uma escrita feminina e que salienta as mulheres nikkeis, na medida em que a maioria das personagens são mulheres e aparecem com destaque. Ademais, os papéis da avó e, sobretudo, da mãe foram relevantes na criação do romance. Embora não seja uma (auto)biografia, contém em suas linhas memórias e histórias das mulheres da família da autora. Portanto, Honda-Hasegawa evidencia as nikkeis e possibilita o conhecimento sobre as ações delas no processo imigratório e o dia a dia no país. Ademais, um dos temas centrais na obra são as (des)identidades das nipo-brasileiras, colocadas como resistências aos papéis sociais generificados que normatizam as mulheres e subjugavam-nas aos homens e à sociedade patriarcal, dissipando suas singularidades e subjetividades. Ainda, é trabalhado que as (des)identidades também se desenvolvem no corpo, como o caso daquelas nikkeis que não aceitam serem normatizadas fisicamente.

A autora versa sobre como os mestiços eram enxergados pelo grupo japonês e, muitas vezes, colocados como um subgrupo e marginalizados. A definição de sua descendência foi elaborada por intermédio de critérios classificatórios: o “sangue”, as práticas culturais japonesas, conhecimento da língua e os hábitos, e o fenótipo, características físicas consideradas japonesas, determinando o quão japoneses ou brasileiros esses sujeitos eram, e, ocasionalmente, a classificação de descendência interferia na própria construção de identidade dos mestiços, uma vez que eles reivindicavam a sua identificação como nikkei, contraditoriamente às (des)identidades dos nipo-brasileiros, e utilizavam taticamente dessa identidade. A marginalização dos mestiços é em boa parte pelo medo da perda das práticas culturais japonesas e, em alguns casos, pela etnicidade, em que os *isei* consideravam negativamente a “mistura das raças” por considerar o “japonês uma raça pura”.

Compreendemos na obra de Honda-Hasegawa, e de certa forma em sua vida, a importância do bairro da Liberdade, como um reduto dos nikkeis e o lugar onde se sentiam

entre os seus pares, ou seja, um espaço em que não eram constantemente questionados sobre a sua “brasilidade”. Ainda, o bairro transformou-se em um espaço cristalizado, seja por ter se constituído mediante ao sentimento de saudosismo dos imigrantes japoneses de seu país de origem, seja para Kimiko como uma representação de seu passado e de sua independência, da mesma maneira para Honda-Hasegawa, lembrando de sua infância e da época do colégio, além do fascínio que tinha sobre esse espaço. Mesmo que tenha sido orientalizado, perdendo os significados iniciais, sugerimos que ainda permanece como um lugar de identificação dos nikkeis. Por fim, o bairro da liberdade é o pano de fundo da obra, sendo utilizado como um centro de realizações e mobilidade geográfica dos nikkeis, marcando a ascensão social por meio dos estudos e da ocupação em profissões consideradas de prestígio. Boa parte dessas conquistas aconteceram quando os imigrantes japoneses e seus descendentes começaram trocar a zona rural pela zona urbana na década de 1960.

O ponto de destaque de “Sonhos Bloqueados” é a imigração inversa, o movimento *dekasegi*, destacando o papel das mulheres nikkeis nesse processo. A autora salienta que a partir da metade da década de 1980 surgiu a emigração de brasileiros para o exterior, propiciada pela crise econômica que assolava o país, e entre os países escolhidos estava o Japão, que a partir da década de 1960 passava por um “boom econômico”, atraindo estrangeiros que estavam em busca de melhores condições. Desse modo, muitos nikkeis emigraram na tentativa de melhorar a vida ou se manterem economicamente, entre eles as mulheres, que migraram sozinhas ou com a família, ocupando cargos tanto nas indústrias japonesas quanto em profissões “ditas femininas”. Muitas delas deixavam os filhos aos cuidados da família e sentiam-se culpadas pela responsabilidade que a elas era atribuída: educar e ensinar as práticas culturais aos filhos. Portanto, as mulheres nikkeis são também as que saem de casa em busca do sustento da família, *feminizando* a migração, porém, ao entrar no mercado do trabalho, elas se apropriam do pensamento masculinizado sobre o esforço, baseado no *ganbāre*, e identificam-se com a lógica capitalista.

Honda-Hasegawa é uma mulher do seu tempo, trabalhando com as problemáticas presentes nas décadas de 1980 a 1990 e que eram preocupações constantes entre os autores da literatura nikkei. Todavia, destaca-se por trabalhar com assuntos que não eram muito abordados pelos imigrantes japoneses e os descendentes: a (des)identidade das mulheres, a posição dos mestiços e a decadência financeira, propiciando na emigração. Assim, “Sonhos Bloqueados” é uma obra que desconstrói a ideia de uma comunidade unida e homogênea, que trabalha com a subjetividade das mulheres, demonstrando que não são “silenciosas, obedientes e submissas”, mas seres pensantes, individuais, independentes e que constroem diversos “eu”, e que rompem

com o imaginário social que classificam os nikkeis como bem-sucedidos.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

#### Entrevistas

UENO, Luana Martina Magalhães. **Entrevista por e-mail com Laura Honda-Hasegawa**. 2019. Acervo pessoal.

UENO, Luana Martina Magalhães. **Transcrição da entrevista com Laura Honda-Hasegawa**. 2019. Acervo Pessoal.

UENO, Luana Martina Magalhães. **Entrevista com Laura Honda-Hasegawa ao Laboratório de Pesquisa sobre Culturas Orientais (LAPECO)**. 2020. Acervo pessoal.

#### Literatura nikkei

HONDA-HASEGAWA, Laura. **Sonhos Bloqueados**. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1991.

HONDA-HASEGAWA, Laura. **Kiken**. São Paulo: Neko Books, 2000.

IWAYA, Armando Soichi. **Samurai da paz**: Saga de um imigrante japonês. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, 1982.

KAWAI, Mitsuko. **Sob dois horizontes**. São Paulo: Editora do Escritor Ltda, 1988.

KIEFER, Charles et. al. **Pátria Estranha - Histórias de Peregrinação e Sonhos**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

MURAYAMA, Cecília. **E já que assim deve ser – Sayonará**. Campinas: Instituto campineiro de Ensino Agrícola, 1988.

NAKAMURA, Hiroko. **Ipê e Sakura (Em busca da identidade)**. São Paulo: João Scortecci Editora, 1988.

SUZUKI, Ana. **O jardim japonês**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

SUZUKI, Ana. **Jônetsu, a terceira cor da paixão**. São Paulo: Clube do livro, 1988.

TSUNODA, Fusako. **Canção da Amazônia**. Tradução de Jorge Kassuga. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

WAKI, Akemi et al. **Antologia de poesia nikkey**. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.

YAMAMOTO, Katsuzo. **Toda uma vida no Brasil**. Tradução de José Yamashiro. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1984.

#### Jornais

A história de Kimiko como centenas de outras. **Diário Nippak**, São Paulo, 20 de jun. de 1991. Acervo pessoal.

Em Registro, lançamento de “Sonhos Bloqueados”, **São Paulo Shimbun**, São Paulo, 18 de jul. de 1991. Acervo pessoal.

Estreia de Honda-Hasegawa. **Jornal Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 08 de ago. de 1991. Acervo pessoal.

Laura Honda-Hasegawa. **Voz de Ibiúna**, Ibiúna, dez. de 1991. Acervo pessoal.

“Sonhos Bloqueados”: lançamento em Ibiúna. **São Paulo Shimbun**, São Paulo, 04 de dez. de 1991. Acervo pessoal.

Sonhos Bloqueados no Paraná. **Jornal Paulista**, São Paulo, 22 de set. de 1991. Acervo pessoal.

### Sites

ITO, Nobuhiko. **Caminho dos imigrantes japoneses**. São Paulo: Nikkey Shimbun, 1986. Disponível em: <<http://www.imigrantesjaponeses.com.br/NIKKEY-SHIMBUM.pdf>>. Acessado: 26 de mar. de 2020.

### Vídeos

BRASIL HOJE. **Os festejos do 70º aniversário da imigração japonesa para o Brasil**. 1978. (1min26s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VIETycgKm2c>>. Acessado em 02 de ago. de 2020.

GLOBO REPÓRTER. **80 anos da imigração japonesa para o Brasil**. 1988. (52min51s). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=MWo7KvMHIBg>>. Acesso em 02 de ago. de 2020.

### Bibliografia

AFONSO, Joyce Nascimento; LEAL, Priscila Yamaguchi. A escrita feminina japonesa: Um breve panorama das produções clássicas às contemporâneas. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 40, p. 35-47, 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ej/article/view/159803>>. Acessado em: 16 de abr. de 2020.

ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANANI Dzidzienyo. **Brown University**. 2020. Disponível em: <[https://watson.brown.edu/brazil/people/anani\\_dzidzienyo](https://watson.brown.edu/brazil/people/anani_dzidzienyo)>. Acessado em 28 de set. de 2020.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do Nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDERSON, Linda. **Autobiography**. London: Taylor & Francis e-Library, 2001.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. A imigração japonesa no Brasil: história e memória, fronteiras e interpretações. **História e-história**, v. 1, p. 1-21, 2009. O periódico encontra-se fora do ar.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Religião e silêncio**: Representações e Práticas mortuárias entre nikkeis em Assaí por meio de túmulos. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. **História e Ensino**, Londrina, v. 1, p. 69-85, 1995.

ARRUDA, Gilmar; PROENÇA, Wander de Lara. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da universidade: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 18, 2013, p. 240-260.

BAKHTIN, Mikhail. EPOS E ROMANCE (Sobre a metodologia do estudo do romance). In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de estética**: A teoria do Romance. Tradução de Autora Fornoni Bernardi et al. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. p. 71-210.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no Romance. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de estética**: A teoria do Romance. Tradução de Autora Fornoni Bernardi et al. 5 ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. p. 71-210.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BAO, Carlos Eduardo. O discurso do "pioneiro colonizador" como elitismo cultural na cidade de Toledo/PR. **Em Tese**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 155-171, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2017v14n1p155>>. Acesso em: 25 set. 2020.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, v. 9, n. 1, 2005, p. 125-141.

BARY, Brett de. Gender Politics and Feminism. In: BARY, Theodore de *et al.* **Sources of Japanese Tradition**. 2 ed. 2 v. New York: Columbia University Press, 2005. p. 1946-2001.

BASSANEZI, Maria Silvia. Mulheres que vêm, mulheres que vão. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. s/p.

BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a espada**: padrões da cultura japonesa. Tradução de César Tozzi. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BEZERRA, Paulo. Prefácio: uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 183-191.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BURKE, Peter. História como memória social. In: BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 68-89.

BUTSUGAN, Sumi. Participação social e tendência de casamentos interétnicos. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 101-113.

CALDERÓN, Giselle Sofía Ruiz. **Cuerpo heterogéneo tropical, identidad y memoria en la obra de escritoras nipobrasileiras y venezolanas contemporâneas**. 2004. 319 p. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Montreal, Montreal, 2004.

CARDOSO, Ruth. O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 317-345.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar e mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Primus comunicação, 1995.

CARVALHO, Diego Avelino de Moraes. **O martírio no sol poente**: das agruras (e)(i)migratórias à formação de milícias ultranacionalistas no contexto do pós guerra no Brasil – O caso da *Shindo-Renmei* (1868-1956). 2017. 557 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2017.

CAVALCANTE, Jannaira Barros. Além da “década perdida”: avanços e conquistas nos anos 80. **Revista diálogos**, Garanhuns, s/v, n. 15, p. 39-48, 2016.

CEIA, Carlos. **In Media Res**. 2009. Disponível em: <<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/in-medias-res/>>. Acessado em 02 de ago. de 2020.

CÉLIA Reis Camargo. **Biblioteca Virtual da FAPESP**. Disponível em: <<https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/89912/celia-reis-camargo/>>. Acessado em 28 de setembro de 2020.

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS. A memória de Yukawa. **Revista Brasileira de Física**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 1982. p. 225-228.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22 ed. Petrópolis: Vozes. 2014.

CHALHOUB, Sidney. Posfácio. IN: BADARÓ, F. C. Duarte. **Fantina**. Cenas da escravidão. São Paulo: Chão Editora, 2019. p. 159-197.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002a.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 2002b.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Tradução de George Schlesinger.

São Paulo: Editora Unesp, 2014.

COELHO, João Victor Morozini. **Construção da identidade e memória dos japoneses e seus descendentes a partir do acervo em exposição no Museu da Imigração Japonesa do Paraná (1978-2001)**. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Patrimônio e História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

COSTA, Milton Carlos. Eduardo Basto de Albuquerque (1942 – 2009). **Revista Nures**, São Paulo, n. 13, 2009. p. 1-3.

COTRIM, Aline Sá. **Imigração e assimilação nos estudos sociológicos de Hiroshi Saito (1947-1964)**. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2016.

CRAVO, Ana Carla, SOARES, André Luis Ramos. **Um breve olhar sobre a mulher *nikkei* na Imigração**. 2009. Disponível em: <<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/TExtos/mulher%20nikkei.pdf>>. Acessado em 28 de set. de 2020.

DEZEM, Rogério. **Shindô-Renmei: Terrorismo e repressão**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2000.

DEZEM, Rogério. **Matizes do “Amarelo”**: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

ENNES, Marcelo Alario. **A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiro no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

FACHINI-ZANIRATO, Clara. História e representação: a conquista da identidade nipo-brasileira em Gaijin – Caminhos da liberdade (1980), produzido por Tizuka Yamasaki, e Brazil-Maru (1992), de Karen Tei Yamashita. **TRANSMODERNITY: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World**, v. 8, n. 1, Disponível em: <<https://escholarship.org/uc/item/67s03044>>. Acessado em 29 de set. de 2020.

FATIN, Jader Tadeu. Do interior para os porões, dos porões para as fachadas: os japoneses no bairro da liberdade em São Paulo. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 9, n. 20, 2015. p.72-95. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/2240>>. Acessado em 28 de mar. de 2020.

FAUSTO, Boris. Warren Dean, brasilianista brasileiro. **Revista de História**, São Paulo, n. 133, 1995. p. 95-98.

FERNANDES, Priscila Martins. **Identidades e memórias de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970**. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

FERREIRA NETO, Edgard. História e Etnia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 451-473.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 1 ed. digital. São Paulo: Global Editora, 2019.

GILMAR Arruda. **Currículo Lattes.** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2128740541101376>>. Acessado em 28 de setembro de 2020.

GROSSMAN, Evelyne. A Desidentidade. **Lugar Comum**, n. 21-22, 2010, p. 23-25.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editor UFMG, 2003.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço.** Tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

HANDA, Tomoo. O destino da língua japonesa no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 487-512.

HANDA, Tomoo. **Memórias de um imigrante japonês no Brasil.** São Paulo: T. A. Queiroz: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980.

HATUGAI, Érica Rosa. **A medida das coisas: Japonêsidades** e parentesco entre associados da Nipo em Araraquara. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

HATUGAI, Érica Rosa. Parentesco, conflito e identificação entre famílias interétnicas de descendentes de japoneses e não descendentes. In: I Seminário Internacional Pós Graduação em Ciências Sociais, 1., 2015, Marília. **Anais do I Seminário Internacional Pós Graduação em Ciências Sociais**, Marília: Universidade Estadual Paulista, 2015. p. 1-17 Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/iseminariointernacionalpos-graduacaoemcienciassociais/3.-erica-rosa-hatugai.pdf>>. Acessado em 21 de jun. de 2020.

HOMERO Oguido. **Câmara dos deputados.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/73773/biografia>>. Acessado em 29 de setembro de 2020.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

IGARASHI, Yoshikuni. **Corpos da memória: narrativas do pós-guerra na cultura japonesa (1945-1970).** Tradução de Marco Souza e Marcelo Canizo. São Paulo: Annablume, 2011.

INUMARU, Clarinda Matsuzaki. **Tradição e modernidade nas identidades femininas em Nihonjin e Sonhos Bloqueados.** 2019. 134 f. Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

IZUMI, Seiichi. A estrutura psicológica da colônia japonesa no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JUNIOR, Charles R. Orser; SCHIAVETTO, Solange Nunes de Oliveira. **Identidades, discursos e poder: estudos da arqueologia contemporânea.** São Paulo: Annablume, 2005. p. 27-43.

JUNIOR, Josemar Pereira de Freitas; FREITAS, Susy Elaine da Costa. A representação do Monomito em filmes de super-herói: análise do filme “Thor, de Kenneth Branagh”. **Verebas**, Vale do Ipojuca, v. 9, n. 3, p. 78-93, 2016.

KAWAHAMA, Massao. **O crime dos seus olhos**: a (re)construção da memória da imigração japonesa no Brasil no romance “Os Livros de Sayuri”, de Lúcia Hiratsuka (2008). 2020. 86 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

KUBOTA, Nádia Fujiko Luna. BON ODORI: As Mulheres Nipônicas na Construção da Identidade Étnica Japonesa em Campo Grande (MS). In: VII Reunião de Antropologia do MERCOSUL (RAM), 7., 2007, Porto Alegre. **Anais da VII Reunião de Antropologia do MERCOSUL (RAM)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. p. 1-20.

KUMASAKA, Y.; SAITO, H. Kachigumi: uma desilusão coletiva entre os japoneses e seus descendentes no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 448-466.

KUWAE, Luiza Hiroko Yamada. **Cem anos de imigração japonesa**: a construção midiática da identidade do imigrante japonês. 2013. 361 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LEE, Carolina Ricca; MANGHIRMALANI, July; HIGA, Laís Miwa. Narrativas asiáticas brasileiras: identidade, raça e gênero. In: LIMA, Emanuel Fonseca; SANTOS, Fernanda Fernandes dos; NAKASHIMA, Henry Albert Yukio; TEDESHI, Losandro Antonio. **Ensaio sobre racismo**. Pensamento de fronteira. São Paulo: Balão Editorial, 2019. p. 126-134.

LENHARO, Alcir. **A sacralização da Política**. Campinas: Papirus, 1986.

LEONEL, Samara. Carolina de Jesus e Fumiko Hayashi: a escrita feminina em tempos de privação. **Nau Literária**, Rio Grande do Sul, v. 17, n. 1, 2020. p. 148-157.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

LESSER, Jeffrey. **Uma diáspora descontente**: os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LESSER, Jeffrey; ANDRÉ, Richard Gonçalves. Entrevista com Jeffrey Lesser. **Prajna**: Revista de Culturas Orientais, Londrina, v. 1, n. 1, p. 26-51, 2020.

LOBO, Luiza. **A literatura de autoria feminina na América Latina**. 2006. Disponível em: <<http://lfilipe.tripod.com/LLobo.html>>. Acessado dia 28 de maio 2020.

LUIZ, Leonardo Henrique. **O espírito de Yamato**: o xintoísmo de Estado e o Kyôiku Chokugo na formação do nacionalismo japonês e a imigração para o Brasil (1890-1980). 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

MACHADO, Igor José de Renó. **Japonesidades multiplicadas**: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

MAESIMA, Cacilda. **Japoneses, multietnicidade e conflito na fronteira**: Londrina, 1930/1958. 2012. 219 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

MAEYAMA, Takashi. Religião, parentesco e as classes médias dos japoneses no Brasil. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MARIA Luiza Tucci Carneiro. **Departamento de História do FFLCH**. Disponível em: <<http://historia.fflch.usp.br/maria-luiza-tucci-carneiro>>. Acessado em 28 de set. de 2020.

MARTINEZ, Martín Fabreau. Sobre o modelo familiar de iê e seu devir na contemporaneidade: deslocamentos e resiliência. **Estudos Japoneses**, n. 37, São Paulo, 2017. p. 69-82.

MASE, Yoshio. A língua japonesa dos imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. **Estudos Japoneses**, São Paulo, v. 7, 1987. p. 137-146.

MIYAGUI, Paulo N. A imprensa nikkei e seu futuro. In: III COPANI. **O nikkei e a sua americanidade**. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1986.

MIZUMURA, Cristina Miyuki Sato. **Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro**: discursos, identidade e trajetória de vida de jornalistas. 2011. 242 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MORI, Koichi; INAGAKI, Barbara. Os concursos de beleza na comunidade nipo-brasileira e a imagem da mulher nikkei. **Revista de Estudos Orientais**, São Paulo, n. 5, p. 131-173, 2008.

MUTA, Kazue. Las mujeres japonesas en el siglo XX y más allá. In: MUTA, Kazue; SEUNGSOOK, Moon; LI, Xiaojiang; SÁIZ LÓPEZ, Amelia. **Mujeres asiáticas**: cambio social y modernidad. Barcelona: CIDOB ediciones, n. 12, pp. 15-36, 2006.

NAKAGAWA, Fábio Sadao; OKANO, Michiko; NAKAGAWA, Regiane Miranda de Oliveira. Duas visões da Liberdade: a Orientalização e a Orientalidade. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 31, 2011. p. 45-62.

NAKASATO, Oscar Fussato. **Imagens da integração e da dualidade**: Personagens nipo-brasileiros na ficção. 2002. 113 f. Tese (doutorado em letras) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2002.

NAKASATO, Oscar Fussato. Família, educação e trabalho: reflexos do tripé nipo-brasileiro na literatura. São Paulo. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC, 11., 2008, São Paulo. **Anais do XI Congresso Internacional da ABRALIC**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. p. 1-10. Disponível em: <[http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/051/OSCAR\\_NAKASATO.pdf](http://www.abralic.org.br/eventos/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/051/OSCAR_NAKASATO.pdf)>. Acessado em: 11 de jan. de 2020.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-289.

NASCIMENTO, Carolina Montagnini do. **O blog e a prática da escrita de autoria feminina: as narrativas de motivação amorosa.** 2015. 123 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2015.

NISHI, Masahiko. A literatura dos japoneses no Brasil e a questão do caboclo. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 34, 2014. p. 91-107.

NOMURA, Tânia. **Universo em Segredo: A mulher Nikkei no Brasil.** São Paulo: The fact, 1990.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares, **Projeto de História**, São Paulo, n. 10, 1993, p. 7-28.

OCADA, Fábio Kazuo. A cultura e o *Habitus* japonês: ingredientes da experiência. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2002. p. 1-15.

OGUIDO, Homero. **De imigrantes a pioneiros: a saga dos japoneses no Paraná.** Curitiba: Gráfica Ipê LTDA, 1988.

OKAMOTO, Monica Setuyo. **O discurso brasileiro sobre o Japão via França.** Imigração, identidade e preconceito racial. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em Letras Modernas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Fabiane Costa. Introdução. In: OLIVEIRA, Fabiane Costa. **Boris Fausto: História e Historiografia. O Fazer-se de um historiador da República em interlocução com as Ciências Sociais.** 2016. 261 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. Introdução. In: OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. **História ambiental no Brasil: o percurso historiográfico de Warren Dean.** 2013. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OTENIO, Marta Matsue Yamamoto. **Os sujeitos diaspóricos e negociações identitárias: o entre lugar em *Brasil Maru* e *Sonhos Bloqueados*.** 2015. 233 f. Tese (doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha História das mulheres.** Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Francisca Lailsa Ribeiro. **Entre Flores de cerejeiras e ipês: O florescer de *Entre-Lugar* e da identidade cultural em o *Jardim japonês*, de Ana Suzuki.** 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. s/p.

PIRES, Vera Lúcia; ADAMES, Fátima Andréia Tamanini. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2010, p. 66-76.

PIZA, Douglas de Toledo. Um palpite sobre a imigração japonesa nas Ciências Sociais de São Paulo: três décadas, duas perspectivas e uma cisão. **PLURAL**, São Paulo, v.19, n. 1, 2012, p. 33-47.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO, Larissa; BARRETO, Mariana Leonesy da S.; DAZZANI, Maria Virginia Machado. Do gênero aos papéis sociais: a construção da identidade da pessoa transexual. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 8, n. 2, 2020, p. 299-314.

PORTO, Maria Cecília Costacurta de Sá. “**À sombra das cerejeiras tropicais**”: O projeto do *Bunkyo* e a construção da narrativa nipo-brasileira. 2018. 376 p. Tese (Doutorado em comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

REISCHAUER, Edwin O. **The Japanese**. Vermont: Charles E. Tuttle Company, 1980.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROMAN, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin – O trajeto polifônico de uma metáfora. **Revista Letras**, Curitiba, n. 41-42, 1993, p. 207-220.

ROSSINI, Rosa Ester. A memória congelada do imigrante: a solidariedade intergeracional dos japoneses e dos nikkeis no Brasil e no Japão atual. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 34-43, 2005.

SAGAWA, Roberto Yuraka; SOUSA, Lilian Cerqueira. A história e a identidade dos nisseis em construção. **Psicólogo Informação**, São Bernardo do Campo, n. 13, 2009, p. 37-45.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do ocidente. Tradução de Eichenberg. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

SAKURAI, Célia. **Romanceiro da imigração japonesa**. São Paulo: Editora Sumaré, 1993.

SAKURAI, Célia. A fase romântica da política: os primeiros deputados nikkeis no Brasil. In: FAUSTO, Boris et al. **Imigração e política em São Paulo**. São Paulo: Editora Sumaré: Fapesp,

1995. p. 127-177.

SAKURAI, Célia. **Imigração tutelada**. Os japoneses no Brasil. 2000. 204 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SAKURAI, Célia. Tensões dentro de um mesmo grupo: os japoneses do pós-guerra e os antigos imigrantes. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14., 2004, Caxambu. **Anais da XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2004. p. 1-23.

SAKURAI, Célia. **História**: Os primeiros políticos de origem japonesa do Brasil. 2016. Disponível em <<http://onda21.com.br/historia-os-primeiros-politicos-de-origem-japonesa-do-brasil/>>. Acessado em 02 de ago. de 2020.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SASAKI, Elisa Massae. **Dekasseguis**: Trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2000.

SASAKI PINHEIRO, Elisa Massae. **Ser ou não ser japonês**: A construção da identidade dos brasileiros descendentes japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão Contemporâneo. 2009. 671 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SAYURI, Juliana. **A jornada de quase 20 horas das mães imigrantes brasileiras que trabalham no Japão**. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51096760>>. Acessado em 04 de fev. de 2020.

SCHOLES, Robert. **Protocolos de leitura**. Tradução de Lígia Gutteres. Lisboa: Edições 70, 1991.

SCHPUN, Mônica Raisal. Imigração japonesa no Brasil: riquezas de uma presença secular. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES. **Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 63-95.

SEDI Hirano. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pessoas/pasta-pessoas/sedi-hirano>>. Acessado em 28 de set. de 2020.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. **BIB**, São Paulo, n. 57, 2004, p. 7-47.

SHIMIDU, Amélia Hiroko. Assimilação dos estudantes universitários nisseis em São Paulo. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 475-486.

SILVA, Altino Silveira. Boas esposas e sábias mães para uma nova era. In: VIII Encontro de História da ANPUH, 8., 2010, Vitória. **Anais do VIII Encontro de História da ANPUH: História Política em debate: linguagens, conceitos, ideologias.** Vitória: Associação Nacional de História – Espírito Santos, 2010, p. 1-15.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CULTURA JAPONESA. **Uma Epopeia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil.** São Paulo, editora HUCITEC, 1992.

SOUSA, Adriano Amaro. **Território e Mobilidade Social: o nikkei como profissional liberal no município de Presidente Prudente/SP.** 2019. 199 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. **Literatura e Sociedade.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

SOUZA, Francisca Bezerra de. **A face feminina da migração de retorno de *dekassegui*: processo de adaptação e suas problemáticas.** 2014. 138f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

STADNIKY, Hilda Pivaro. Transversalidade de gênero na ficção nipo-brasileira: formas textualizadas do tempo vivido. In: VI Congresso Internacional de História. 2013, Maringá. **Anais do VI Congresso Internacional de História.** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013. Disponível em: [http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/477\\_trabalho.pdf](http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/477_trabalho.pdf). Acessado em 13 de jun. de 2020. p. 1-13.

STEVENS, Cristina Maria Teixeira. A interface gênero/etnia na ficção de nisseis brasileiras e estadunidense. **Labrys: estudos feministas**, v. 1, n. 1, p. 2-20, 2004.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues; ZANELLO, Valeska. **Estudos Feministas e de Gênero: articulações e perspectivas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014.

SUDA, Joyce Rumi. **Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na Grande Vitória (ES).** 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

SUZUKI, Teiiti. Mobilidade geográfica de imigrantes japoneses. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 224-239.

TADA, Elton Vinicius Sadao. A memória do imigrante japonês no Brasil e de seus descendentes a partir da literatura: o *Nihonjin* de Oscar Nakasato. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 34, 2014. p. 20-31.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **O Perigo Amarelo em Tempo de Guerra (1939-1945).** São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa oficial do Estado, 2002.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Japoneses: A saga do povo do sol nascente.** São Paulo: Companhia Editora Nacional: Lazuli Editora, 2007.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Entre gueixas e samurais: A imigração japonesa nas revistas ilustradas (1897-1945).** 2009. 415 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo: 2009.

TAMBASCIA, Christiano; ROSSI, Gustavo. Sidetracks: Mariza Corrêa e a história da antropologia no Brasil. **Caderno Pagu**, Campinas, n. 54, 2018, p. 1-30.

TOMA, Cristiane Yuri. **A experiência feminina de kassegui**: um olhar sobre a subjetividade no processo migratório. Londrina: Editora UEL, 2000.

TSUKAMOTO, Tetsundo. Sociologia do Imigrante: algumas considerações sobre o processo imigratório. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 13-31.

UCHINO, Tadashi. Ruptura, falhas: dois momentos “nacionalistas” e a cultura da dança no Japão. In: GREINER, Christine; FERNANDES, Ricardo Muniz. **Tokyogaqui**: um Japão imaginado. São Paulo: Edições SESC SP, 2008. p. 130-143.

UENO, Luana Martina Magalhães. **A assimilação como mecanismo de resistência**: Os nikkeis diante do discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). 2018. 59 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

UENO, Luana Martina Magalhães. O duplo perigo amarelo: o discurso antinipônico no Brasil (1908-1934). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 41, p. 101-115, 2019.

VARGAS, Juliano; FELIPE, Ednilson Silva. Década de 1980: as crises e da economia e do Estado brasileiro, suas ambiguidades institucionais e os movimentos de desconfiguração do mundo do trabalho no país. **Revista Economia**, Curitiba, v. 41, n. 3, p. 127-148, 2015.

VEJMEKKA, Marcel. O Japão na literatura brasileira atual. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 213-234, 2014.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O japonês na frente de expansão paulista**: o processo de absorção do japonês em Marília. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973a.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. Adaptação e transformações no sistema de casamento entre issei e nissei. In: SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973b. p. 302-316.

WILLIAMS, Raymond. Campo e cidade. In: WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 11-21.

WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar... Ou se unir contra a guerra**: patriarcado e militarismo. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

YOSHIDA, Kenzo. Introdução. In: SAITO, Hiroshi. **A presença japonesa no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz; Editora da Universidade de São Paulo, 1980. p. 5-7.

ZOLIN, Lúcia Osana. Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Teoria literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: EDUEM, 2009.